

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	CNBB_102.14
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 108
Dia/ Mês/Ano	2000-2002
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, entre os anos 2000-2002 sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Este conjunto documental também contempla notas sobre as Campanhas da Fraternidade, Sínodo dos Bispos, declarações da entidade sobre preservativos, Congresso e questões políticas, como o protesto contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Campanha; Fraternidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



Notas explicativas	Nas páginas 18, 21 e 90 há no lado esquerdo notas em língua estrangeira, porém, elas destoam do padrão de notícias e notas que compõem o caderno, levando a possibilidade de serem páginas apenas utilizadas para fundo das colagens.
---------------------------	---

Bibliothek

ANBB

2000 - 2002

CEDIM

Institut für Brasilienkunde

KI-BR 102.14

Bibliothek

03.10.10

CEED

IM



SO SALARIAL D. Jayme Chemello diz que valor de US\$ 100 "é muito pouco"

Para CNBB, mínimo deve ser de mais de US\$ 200

da Sucursal de Brasília
da Agência Folha, em Salvador
Reportagem Local

O presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), dom Jayme Henrique Chemello, defendeu ontem um salário mínimo de "mais de US\$ 200" para o trabalhador brasileiro. Para ele, um valor equivalente a US\$ 100 "é muito pouco".

O presidente da CNBB disse que o novo valor do salário míni-

mo precisa ser fixado sem provocar risco de desemprego. Ele afirmou temer que, se for concedido um salário mínimo alto, poucos empregadores possam pagar, aumentando o desemprego. "É preciso compatibilizar emprego com salário", disse dom Jayme.

Seguindo o raciocínio do presidente da CNBB, o arcebispo de Salvador (BA) e primaz do Brasil, dom Geraldo Majella Agnelo, disse que considera "insignificante" o valor de US\$ 100. "Mesmo no

Brasil, que tem um custo de vida mais baixo que outros países mais desenvolvidos, os trabalhadores não conseguem sobreviver com US\$ 100 por mês", declarou.

Ele fez também uma crítica aos parlamentares, que discutem seu teto salarial. "Gostaria, assim como ocorre em outras categorias, que os trabalhadores também pudessem fixar seus salários."

Já o arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes, disse que é a favor de uma remuneração

mais "digna". Segundo ele, emprego e bons salários resolveriam metade das questões sociais do país, acabando com a violência e trazendo dignidade para as pessoas. "É preciso dar maior atenção ao social no Brasil", disse.

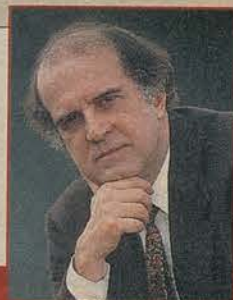
Procurado depois pela Folha, o arcebispo não quis especificar um valor que consideraria adequado para o salário mínimo.

→ LEIA sobre a Campanha da Fraternidade à pág. 1-11



Adriana Zehbrauskas/Folha Imagem

Dom Cláudio Hummes, que defende remuneração "mais digna"



Anchieta e Nóbrega na reunião da CNBB

Roberto Pompeu de Toledo **Ensaio**

O projetado pedido de perdão da Igreja pelo modo como catequizou os índios diz muito de um mal-estar que é de hoje

S uponha-se que os padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega comparecessem à reunião que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizará em abril. A reunião, aproveitando o quinto centenário do Descobrimento, debaterá um pedido de perdão pelos erros cometidos pela Igreja no processo de colonização do Brasil, em especial com relação aos índios e aos negros. “Estão de acordo em que houve erros?”, seria perguntado aos célebres jesuítas.

“Mas certamente muito pouco fruto se teria colhido se a força e o braço secular não tivessem acudido para domá-los (os índios) e submetê-los ao jugo da obediência”, objetaria Anchieta. Constrangimento. Sussurros na sala. Anchieta volta à carga: “Para este gênero de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro”. Exclamações de “oh”, protestos. O padre Nóbrega sai em socorro do pupilo: “Era uma espécie de gente de condição mais de feras bravias que de gente racional”.

Diante de tamanho desatino, só mudando de assunto. Um dos presentes tem a idéia de perguntar a Nóbrega o que se poderia fazer para melhorar a situação no colégio que fundara na Bahia. O padre faz uma pausa, depois responde: “A melhor coisa que se podia dar a este colégio seria duas dúzias de escravos da Guiné, machos e fêmeas, para fazerem mantimentos em abundância para a casa, enquanto outros andariam em um barco pescando”.

Era o que faltava. Escândalo. O primeiro provincial dos jesuítas no Brasil, plantador de cidades, protagonista na fundação de São Paulo e coadjuvante nas de Salvador e Rio de Janeiro, é convidado a retirar-se. Anchieta acompanha-o. À guisa de consolo, vai lembrando quão ignorantes são esses interlocutores de cinco séculos adiante. Não sabem nada. Não sabem, por exemplo, que “os índios têm por sumo deleite comer-se uns aos outros”. Anchieta revolta-se. “O sereníssimo Rei de Portugal”, murmura, “saberá mandar para aqui uma força armada e numerosos exércitos, que dêem cabo de todos os malvados que resistem à pregação do Evangelho.”

A reunião é inventada, mas as citações de Nóbrega e Anchieta são reais. Foram extraídas da copiosa correspondência deixada por eles e transcritas apenas com ligeiras adaptações. Ou melhor: inventada é a participação dos dois jesuítas na reunião da CNBB, pois a reunião ocorre-

rá mesmo. Nela, ao fazer uma “retrospectiva sobre esses cinco séculos de atuação evangelizadora”, a CNBB “deverá pedir perdão por atitudes ambíguas e pecaminosas de pessoas ou grupos dentro da Igreja, por vezes decorrentes de convívios com os colonizadores, no processo de evangelização” (artigo de dom Cláudio Hummes no jornal *O Estado de S. Paulo*, 8/3/2000). Tudo muito agradável às platéias atuais, muito politicamente correto, até generoso — mas um tanto surrealista e parcial.

Surrealista porque, um pouco à moda dos diálogos inventados acima, só que a sério, arma-se uma salada de tempos históricos diversos. Usam-se a mentalidade e a ética de hoje para julgar os procedimentos de homens de outra mentalidade e outra ética. Condená-los hoje, pelos critérios atuais, por pensar o que pensavam e fazer o que faziam, é como condená-los por insistirem em viajar em caravelas em vez de tomar logo um avião. Parcial porque, no limite, toda evangelização viola de alguma forma a pessoa humana, e não apenas a efetuada segundo os métodos dos séculos XVI ou XVII. Evangelizar, ou catequizar, é querer impor sua verdade ao outro. É convidar o outro, ao adotar todo um novo sistema de crenças e valores, a destruir aquele no qual se formou, com os resultados desestabilizadores que se conhecem em sua estrutura emocional e na vida social. Se é o caso de questionar a evangelização, por que só a do período colonial?

O projetado pedido de perdão da CNBB fala mais do mal-estar atual que dos erros de outrora. Uma religião em princípio considera-se detentora da única verdade. As igrejas mais ainda. A Igreja Católica julga-se até infalível. Ora, os tempos atuais recomendam respeito ao próximo e tolerância. Isso significa aceitar que o outro tem suas razões. Vale dizer, outra verdade. Mas como fica a minha verdade, única e indivisa, se aceito a verdade do outro? Eis o impasse, que conduz ao mal-estar. O perdão da CNBB revela uma tolerância própria da mentalidade atual — mas, se a verdade é única, como permitir que índios e negros continuassem apartados dela? E, se era para trazê-los a seu seio, como fazê-lo fora dos quadros mentais e comportamentais então em vigor?

“Perdão por quê, cara pálida?”, perguntaria Nóbrega, não tivesse sido bruscamente calado na reunião descrita acima. “Não fôssemos nós, quem estaria com reunião marcada, 500 anos depois, seria outra entidade. Não a conferência dos bispos, mas a dos pajés. E, se também eles fossem atacados por algum tipo de mal-estar, aproveitariam para pedir perdão por terem feito churrasco daqueles padres intrometidos que chegavam com a intenção de destronar seus deuses.”

ELEIÇÃO 2000

CNBB lança campanha moralizadora

free-lance para a Folha

31.3.00

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está preparando uma cartilha para ensinar a população a colocar em prática a lei que combate a compra de votos nas eleições. A cartilha está sendo elaborada pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB e deve estar pronta na próxima semana.

O presidente da CNBB, dom Jayme Chemello, disse que cerca de 100 mil cartilhas serão distribuídas na primeira tiragem. "Nada impede que estas cartilhas sejam multiplicadas. Quem receber uma pode tirar xerox e distribuir para outras pessoas", afirmou.

Ele afirmou que o objetivo da cartilha é traduzir para a linguagem popular o que foi estabelecido pela lei nº 9.840. A partir da cartilha, o eleitor saberá como e onde denunciar o candidato que estiver comprando votos.

Segundo dom Jayme, as cartilhas serão distribuídas pela CNBB e por outras entidades civis que apoiaram a lei que combate a corrupção eleitoral, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), a Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) e a Ordem dos Advogados do Brasil.

A lei 9.840 foi aprovada em setembro do ano passado, a partir de um projeto de iniciativa popular apresentado ao Congresso Nacional, que contou com a assinatura de cerca de um milhão de pessoas. Dom Jayme lembrou que este foi o primeiro projeto de iniciativa popular aprovado no país.

A lei proíbe qualquer candidato de doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal, inclusive emprego ou função pública, para obter voto. As penas são multas que variam de mil Ufirs (R\$ 1.064) a 50 mil Ufirs (R\$ 53.205), além da cassação do registro eleitoral.

(DANIELA NAHASS)

Assembléia da CNBB terá participação ecumênica

da enviada especial

A 38ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, que começa hoje em Porto Seguro, terá a participação de representantes de religiões afro-brasileiras, evangélicas, indígenas, budistas e do judaísmo. "Isso mostra que estamos abertos a todos", declarou ontem o secretário-geral da entidade, d. Rayundo Damasceno. O encontro inter-religioso acontecerá no dia 29 e contará, entre outros, com a presença da

mãe-de-santo Carmosina, de Ilhéus.

A conferência de bispos será aberta hoje com a celebração da missa pelos 500 Anos de Evangelização no Brasil.

Pela primeira vez, em aproximadamente 30 anos, o encontro acontecerá fora do distrito de Itaiaci, em Indaiatuba, cidade próxima a Campinas.

"Queríamos dar um acento religioso e evangelizador às comemorações dos 500 anos, quando celebramos 500 anos de fé e de

evangelização no país", disse d. Damasceno.

No país para a missa, o cardeal Ângelo Sodano, segundo homem na hierarquia do Vaticano e representante do papa João Paulo 2º no evento, será homenageado pelos bispos brasileiros reunidos durante a conferência com a apresentação de grupos de danças típicas.

O tema central da reunião será os 500 anos do Descobrimento. Serão feitas ainda considerações históricas sobre o presente e o fu-

turo do país.

Outra novidade do encontro será uma visita organizada dos bispos a comunidades indígenas e a moradores de favelas da região. Conforme o secretário-geral da CNBB, foram selecionados 21 diferentes locais, entre áreas históricas, turísticas e de concentração de pobreza.

A assembléia será encerrada no dia 3, com a apresentação de um documento —batizado provisoriamente de Carta de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro.

FOLHA DE S. PAULO

26.4.00

Tel.: 0/xx/11/224-4395. Fax: 0/xx/11/224-2288. E-mail: politica@uol.com.br

COMEMORAÇÃO *Evento durará 1h30min e terá presença de Daniela Mercury*

CNBB quer impedir que missa vire manifestação

CED

A CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) pretende impedir que sejam realizadas manifestações



políticas durante a celebração da missa dos 500 anos de evangelização, hoje na praia de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia, a aproximadamente 10 km de Porto Seguro.

"O ambiente da celebração será diferente (em relação ao do dia 22). As pessoas estão lá para rezar e não para se manifestar. Não seria o momento. Por isso, as manifestações serão impedidas. É uma questão de respeito", afirmou ontem, em Porto Seguro, o secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno.

A operação de segurança do local será comandada pelo coronel Wellington Müller, o mesmo responsável pela vigilância da comemoração do Descobrimento, no último sábado, que terminou com 141 manifestantes presos e pelo menos 30 feridos levemente.

"Recomendamos a facilidade de acesso do povo ao lugar. Se soubermos de ações violentas, nos colocaremos contra", declarou dom Damasceno.

"A CNBB não pode interferir na segurança. Isso compete à Polícia Militar. Não há sintomas de manifestações, mas, se houver possibilidade de perturbação do am-

iente, teremos de atuar", disse o tenente-coronel Cristovam Pinheiro, assessor de comunicação do comando-geral da PM.

Segundo Pinheiro, 500 homens estarão envolvidos no esquema de segurança do local. Desse total, cerca de cem fazem parte do batalhão de choque.

"Eles estarão aquartelados, armados e em condições de serem acionados, caso haja necessidade. Os demais usarão apenas cassetetes. Mas não há expectativa de tumulto. Não fizemos barreiras e todos poderão vir. No dia 22 isso foi feito porque, se os manifestantes tivessem entrado em Porto Seguro, não haveria solenidade."

Por parte da CNBB, de acordo com d. Damasceno, não haverá restrições de público. "Índios e sem-terra serão bem-vindos", afirmou o bispo.

O secretário-geral da entidade disse ainda "lamentar" o confronto entre índios e policiais militares no último sábado.

"Lamentamos e repudiamos o que houve. Rejeitamos toda ação violenta. Faltou ter aproveitado esse momento para um encontro amigo entre as autoridades e as lideranças indígenas", declarou.

Organização

A celebração de hoje, em comemoração aos 500 anos de realização da Primeira Missa no Brasil, será presidida pelo secretário de Estado do Vaticano, cardeal Angelo Sodano, segundo homem cúria romana e representante do pa-

pa no evento.

Com duração prevista de uma hora e 30 minutos, a missa contará com a participação de índios e negros e será co-celebrada por bispos brasileiros. Daniela Mercury interpretará "Ave Maria no Morro", de Herivelto Martins.

Além de 350 bispos e 2.000 padres, também foram convidados para a cerimônia 17 representantes de igrejas de países como Itália, Canadá, Alemanha, Estados Unidos, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Timor Leste e Portugal, entre outros.

Em um altar de 250 metros quadrados foi montada uma cruz cenográfica de resina de 13 metros de altura. A cruz, assim como toda a infra-estrutura do evento, foi preparada pela Rede Globo.

A estimativa dos organizadores da cerimônia é que entre 50 mil e cem mil pessoas participem da cerimônia, com início previsto para as 9h.

Uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e uma réplica benzida pelo papa João Paulo 2º da cruz da primeira missa farão parte do evento.

A cruz original, feita de ferro em Portugal e trazida por frades que acompanhavam Pedro Álvares Cabral ao Brasil, encontra-se hoje na catedral da Sé de Braga (Portugal). A CNBB não conseguiu autorização dos portugueses para trazê-la para a missa.

NA TV - Globo, Bandeirantes e Rede Vida, ao vivo, às 9h

Primeira Missa foi na Páscoa

da Redação

O dia 26 de abril de 1492 era um domingo de Páscoa. Pela manhã, Pedro Álvares Cabral, que havia atingido o litoral do novo território, no dia 22 de abril, determinou que fosse rezada uma missa local escolhido foi um ilha onde foi armado um altar.

Segundo o escrivão da quadra de Cabral, Pero Vaz de Caminha, a missa foi rezada por frei Henrique Soares. Acabada a celebração, o padre subiu em uma cadeira alta e pregou a história do Evangelho. Para terminar, falou sobre o descobrimento da nova terra.

Caminha escreveu que enquanto os portugueses assistiam a pregação, havia na praia uma grande quantidade de índios sentados.

Ao final, muitos deles levantaram e começaram a saltar, dançar e a tocar buzinas. Cabral ordenou que seus barcos passassem a largo dos índios, próximo à praia, antes de voltar para a naus.



36ª Assembléia Geral da CNBB

Trabalho, Vida e Esperança

Mensagem da 36ª Assembléia Geral da CNBB

A comemoração do Primeiro de Maio, neste final de milênio, desperta em nós encantamento pela obra criadora de Deus, faz brotar um sentimento de gratidão pela nossa vocação à vida e de esperança em relação ao futuro.

A evolução da ciência e da técnica permite-nos vislumbrar melhor a grandeza da sabedoria e do amor de Deus e, ao mesmo tempo, perceber a urgência de encontrar o caminho que nos conduza a uma nova civilização.

Os modelos de progresso neste século levaram a humanidade a um grande desencontro consigo mesma e com a natureza. A degradação do meio ambiente e a exclusão de um sexto da humanidade fazem soar alarmes sobre o esgotamento dos recursos naturais e as exigências de vida e cidadania de cada pessoa humana.

Em nosso país, integrado à economia globalizada do modelo neoliberal, não são menores os atentados às fontes da vida e o quadro de exclusão social. Cuidadosa análise da conjuntura social, econômica e política, revela crescente deterioração do meio ambiente e agravamento das condições de saúde, educação, habitação e trabalho para a grande maioria do nosso povo. Neste contexto, não podemos ignorar a violação dos direitos tradicionais dos Povos Indígenas e dos remanescentes dos Quilombos, o sofrimento do povo nordestino com a seca e as conseqüências sociais e ambientais dos recentes incêndios em Roraima. Da mesma forma, queremos solidarizar-nos com os professores que clamam por mais justiça e melhores condições de trabalho.

A sociedade brasileira se torna cada vez mais desigual e injusta. Passando graves privações, milhões de brasileiros são atingidos em sua vida e lesados em sua cidadania. A um salário cronicamente injusto, somam-se agora o desemprego em proporções assustadoras e as ameaças a direitos trabalhistas adquiridos a duras penas pelos trabalhadores. A crise do desemprego, agravada pela quebra de grande número de micro e médias empresas sobre as quais tem recaído também os custos dos ajustes da ordem econômica, está provocando crescente desvalorização dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores. Por outro lado, prosperando o relativismo moral, são negados e agredidos valores tradicionais de nossa cultura e da herança cristã. Por isso, crescem a impunidade, a corrupção e a violência.

Celebrando o Dia do Trabalho, como cidadãos brasileiros e bispos da Igreja Católica, queremos manifestar nossa solidariedade aos trabalhadores e suas famílias e renovar nosso compromisso com suas justas e legítimas aspirações.

Não podemos aceitar um modelo de desenvolvimento econômico que não corresponda à dignidade e às exigências básicas da vida humana. Padrões éticos devem iluminar as relações sociais e dirigir os governantes na condução do país.

O debate político que nos conduzirá às urnas em outubro próximo, seja ocasião para a formulação de projetos que nos permitam superar a miséria e a exclusão. Assim, entraremos em um novo milênio com renovada esperança de vida com dignidade para todos os brasileiros.

Como será a missa dos 500 anos

Onde



A programação

- 7h - Recepção das caravanas
- 8h - Entronização da Imagem de Nossa Senhora
- 8h30 - Shows e coreografias - apresentação das bandeiras dos Estados
- 9h40 - Condução da imagem da santa para a capela em Coroa Vermelha
- 10h - Missa de ação de graças pelos 500 anos de Evangelização do Brasil

Após a procissão de entrada serão entronizadas a Santa Cruz do Brasil e a imagem de N. Sra. Aparecida

- 12:00h - Show com bandas católicas e cantores ligados à Igreja
- 16:00h - Peça teatral reconstituindo o Descobrimento e a primeira missa, com atores de Santa Cruz Cabralia
- 20:00h - Abertura da 38ª assembleia geral da CNBB, no Centro de Convenções

Governo começa a liberar verba de emenda coletiva em novembro

(de Oliveira, governador de Mato Grosso do Sul), Dante (de Oliveira, governador de Mato Grosso do Sul), e outros, uma enorme quantidade de pessoas que podem vir a ser candidatos do

Trabalho, Vida e Esperança

Mensagem da 36ª Assembleia Geral da CNBB

A comemoração do Tríduo de São José, neste final de maio, desperta em nós o sentimento pela obra criada de Deus. Faz brilhar um sentimento de gratidão pela vocação à vida e de esperança em relação ao futuro.

A evolução da ciência e da técnica permitem-nos estabelecer melhor e grandeza da sabedoria e do amor de Deus e, ao mesmo tempo, perceber a urgência de encontrar o caminho que nos conduza a uma nova civilização.

Os modelos de progresso neste século tornam-se humanizados e humanizados com o respeito à natureza. A degradação do meio ambiente e a exclusão de um setor da humanidade fazem com que a humanidade seja o resultado das técnicas naturais e as exigências de vida e cidadania de cada pessoa humana.

Em nosso país, integradas à economia globalizada do modelo neoliberal, não são incógnitas as dificuldades da vida e a queda de qualidade social. Cidadãos maltratados da conjuntura social, econômica e política, vivem o tratamento diferenciado do meio ambiente e o tratamento diferenciado da saúde, educação, habitação e trabalho para a grande maioria da nossa população. Neste contexto, não podemos ignorar a violação dos direitos trabalhistas dos trabalhadores e das trabalhadoras, o sofrimento do povo nordestino com a seca e as consequências sociais e ambientais das técnicas agrícolas. Da mesma forma, queremos solidarizar-nos com os trabalhadores que clamam por mais justiça e melhores condições de trabalho.

A sociedade brasileira se torna cada vez mais desigual e injusta. Passando graves privações, milhões de brasileiros são obrigados a viver em condições precárias. A má situação econômica, o aumento dos preços, o desemprego e a precarização do trabalho são fatores que agravam a situação dos trabalhadores. A crise do desemprego, agravada pela queda do grande número de níveis e médias empresas, sobre as quais também se estendem os efeitos da crise econômica, são fatos que agravam a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras. Por isso, tudo requerendo o fortalecimento dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores. Por isso, tudo requerendo o fortalecimento dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores. Por isso, tudo requerendo o fortalecimento dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores.

Celebrando o Dia do Trabalho, como cidadãos brasileiros e filhos da Igreja Católica, queremos manifestar nossa solidariedade aos trabalhadores e suas famílias e renovar nossa compromisso com suas justas e legítimas aspirações.

Não podemos aceitar um modelo de desenvolvimento econômico que não contemple a dignidade e as exigências básicas da vida humana. Todos devem lutar por uma sociedade justa e digna, onde os governantes se comprometam ao bem-estar de todos.

O debate político que nos conduzirá às urnas em outubro próximo, seja ocasião para a formação de partidos que nos permitam superar a miséria e a exclusão. Assim, continuemos em um novo milênio com renovada capacidade de vida com dignidade para todos os brasileiros.

Necessária se faz uma agenda social que atenda à justiça e à fraternidade, garantindo alimentação, educação básica, saúde e moradia para todos os brasileiros. Para atingir esses objetivos, tarefa de um grande mutirão nacional, acreditamos que deveriam ser adotados programas de geração de renda e de trabalho e tomadas medidas que acelerem a reforma agrária, implementem uma política agrícola que favoreça a agricultura familiar, viabilizem demarcação imediata e proteção das áreas indígenas, efetivem a implantação de rede escolar de ensino fundamental e promovam projetos descentralizados de habitação popular. Outras propostas, que venham a surgir como fruto de processo democrático, certamente haverá de assegurar um futuro melhor para nossa gente.

De nossa parte, estamos abertos ao diálogo com toda a sociedade brasileira e dispostos a cooperar com o poder público em todas as suas instâncias. Nesta oportunidade queremos anunciar que, no próximo ano, a Campanha da Fraternidade será dedicada ao combate ao desemprego.

No dia dedicado aos trabalhadores, a Igreja celebra a memória de São José Operário, esposo de Maria, mãe de Jesus, como testemunho da dignidade do trabalho, caminho de santidade para o trabalhador, parceiro de Deus na criação e no serviço à vida. Louvamos a Deus pelas pessoas comprometidas com a justiça social, trabalhadores e empresários que atuam para a transformação das relações de trabalho. O dia de hoje deve fortalecer, em todos nós, o apreço pelas organizações dos trabalhadores e renovar o ânimo missionário da Pastoral do Mundo do Trabalho e das demais Pastorais Sociais, para uma nova presença evangelizadora no complexo campo do trabalho e da economia.



Voltar

Com saudação fraterna, rogamos as bênçãos de Deus sobre todo o povo brasileiro para caminharmos juntos a serviço da vida e da esperança.

[Home page](#) Indaiatuba, 01 de maio de 1998



36ª Assembléia Geral da CNBB

PARA UMA EFETIVA REFORMA AGRÁRIA

A questão da Reforma Agrária vai além dos interesses, conflitos e reivindicações da população do campo, de movimentos ligados à terra, de produtores rurais e de órgãos governamentais.

Inúmeras são as razões que fazem da Reforma Agrária, no consenso geral, uma prioridade nacional: a concentração da propriedade da terra, o êxodo rural, o aumento do desemprego, o crescimento sem controle da população urbana, e, ultimamente, o confronto muitas vezes violento entre os sem-terra, os proprietários rurais e as forças policiais.

O assentamento de milhares de famílias acampadas exige, com urgência, uma solução justa e pacífica. A Reforma Agrária é caminho para a paz social no campo e nas grandes cidades atormentadas pelo desemprego, a violência e a subnutrição endêmica de milhões de brasileiros. Também, a solidariedade para com os famintos de outras regiões do mundo obriga-nos, como Nação e Estado, a rever a estrutura fundiária e os objetivos do desenvolvimento econômico do Brasil.

A concretização da Reforma Agrária inclui, além disto, uma eficiente política agrícola, com legislação tributária mais adequada para a propriedade rural e a produção agropecuária, mecanismos de apoio à propriedade familiar com incentivo ao desenvolvimento de cooperativas, à defesa das populações indígenas e grupos de remanescentes dos "quilombos" contra a expropriação de suas terras.

O recente documento "Para uma melhor distribuição da terra - O Desafio da Reforma Agrária" do Pontifício Conselho Justiça e Paz (Roma, 23/11/97), explicitamente confirmado e aprovado pelo Papa João Paulo II, é posição clara e comprometedor da Igreja e, portanto, interpelante para a consciência de todos os brasileiros, especialmente dos governantes, diante do problema da terra.

A Assembléia da CNBB, reunida em Itaici, assume com responsabilidade esse documento e manifesta a firme esperança de que ele se torne ponto de partida para um grande consenso, envolvendo governo e sociedade, a fim de que se comprometam a dar os passos necessários para a tão esperada Reforma Agrária em nosso País.

Que Deus ilumine, com sua sabedoria, governantes, movimentos sociais e todos que se empenham para que se efetive a Reforma Agrária. Que, com a proteção da Virgem Mãe Aparecida, cooperemos todos, em espírito de solidariedade e fraternidade, na construção da justiça social em nosso Brasil.

[Home page](#) Itaici (SP), 1º de maio de 1998.

 [Voltar](#)

CNBB D. Angélico afirma que, se há denúncias graves, prefeito deve deixar cargo

Bispo defende afastamento

Juca Varela/Folha Imag

ARMANDO ANTENORE
PATRICIA ZORZAN
enviados especiais
a Porto Seguro

Dom Angélico Sândalo Bernardino —bispo auxiliar de São Paulo, recém-nomeado bispo de Blumenau (SC)— defendeu ontem indiretamente que o prefeito paulistano Celso Pitta (PTN) deixe o cargo durante as investigações de corrupção no município.

“Todo o homem público sobre o qual pesam acusações graves deveria sair do cargo e facilitar as apurações. Não quero julgar o prefeito, mas tudo indica que há indícios graves de corrupção em São Paulo”, disse ele.

A Câmara Municipal já aprovou a abertura de um processo de impeachment contra Pitta.

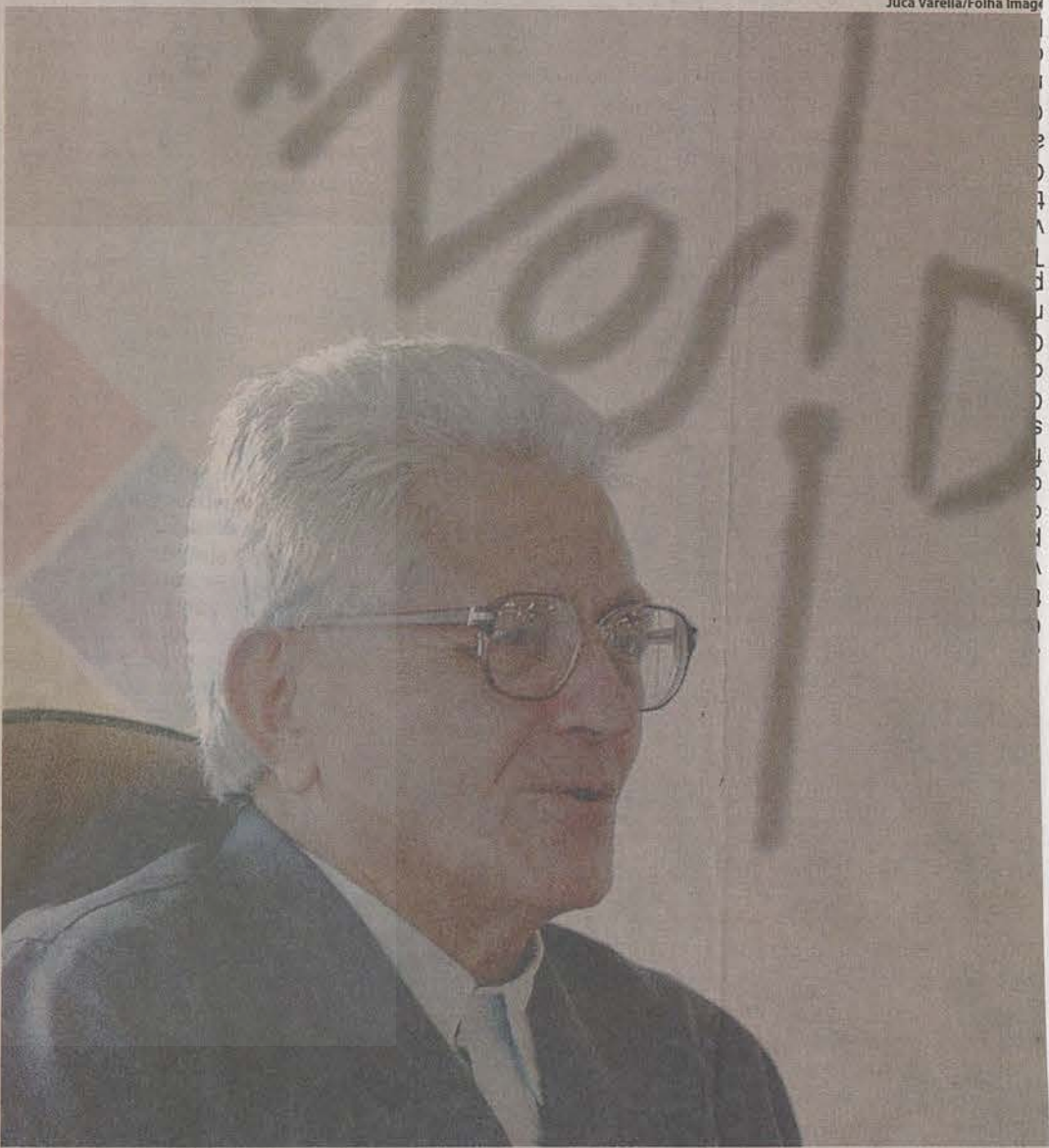
Na avaliação de d. Angélico, que participa da 38ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional do Bispos do Brasil), em Porto Seguro (BA), há a necessidade, no país, de que os “homens que detêm o poder tenham mais consciência cívica e solidariedade em relação ao povo”.

“Os políticos culpados devem ser exemplarmente encaminhados aos presídios e condenados a devolver, com juros, o (dinheiro) que foi retirado”, afirmou. “Só perder o cargo e depois voltar para uma outra eleição não dá.”

Dom Waldir Calheiros, bispo emérito de Volta Redonda (RJ), concorda. “Tenho a impressão de que, se gritar ‘pega ladrão’, não fica um, meu irmão. Acho que isso (denúncias) preocupa muito aqueles que ainda não tiveram seus crimes descobertos.”

Até a conclusão desta edição, a Prefeitura de São Paulo não havia se manifestado sobre as declarações dos dois bispos.

Aproveitando o Dia do Trabalho, os bispos criticaram o salário mínimo de R\$ 151, considerado “uma vergonha nacional”. O valor é defendido pelo governo.



Dom Angélico Sândalo Bernardino, ontem, na 38ª Assembléia Geral da CNBB, em Porto Seguro

BRASILIA — O Governo confiou a missão de denunciar. Aquilo que é bom para os EUA nem sempre é bom para nós. Quem inventou a beleza da mecanização que encontre um jeito de lidar com o pecado da exclusão”, declarou d. Waldir.

“Deve-se discutir sobre uma distribuição mais humana da riqueza. A paciência que é exigida do povo é de 500 anos. Enquanto há salários no país de R\$ 10 mil, como eu, pastor, poderia dizer que estou satisfeito? Seria cara de pau-brasil, para não dizer cara-de-pau”, disse d. Angélico.

Pregando idéias como a adoção da renda mínima, a participação dos funcionários nos lucros das

empresas e a reciclagem dos trabalhadores, os bispos apontaram a globalização como uma das causas do desemprego.

BRASILIA — O Governo confiou a missão de denunciar. Aquilo que é bom para os EUA nem sempre é bom para nós. Quem inventou a beleza da mecanização que encontre um jeito de lidar com o pecado da exclusão”, declarou d. Waldir.

Comunicações), Dante (de Oliveira, governador de Mato Grosso), enfim, uma enorme quantidade de pessoas com capacidade, que podem

PSDB.

GOVERNO FEDERAL II

Ney Suassuna é o novo Integrado Nacional

Tebet (PMDB-MS). O anúncio

sendor Ney Suassuna (PMIC

Georges Lamazière, após ce

PARA UMA EFETIVA REFORMA AGRÁRIA

A questão da Reforma Agrária vai além dos interesses, conflitos e reivindicações da população do campo, de movimentos ligados à terra, de produtores rurais e de órgãos governamentais.

Inúmeras são as razões que fazem da Reforma Agrária, no consenso geral, uma prioridade nacional: a concentração da propriedade da terra, o êxodo rural, o aumento do desemprego, o crescimento sem controle da população urbana, e, ultimamente, o confronto muitas vezes violento entre os sem-terra, os proprietários rurais e as forças policiais.

O assentamento de milhares de famílias acampadas exige, com urgência, uma solução justa e pacífica. A Reforma Agrária é caminho para a paz social no campo e nas grandes cidades atormentadas pelo desemprego, a violência e a subnutrição de milhões de brasileiros. Também, a solidariedade para com os famintos de outras regiões do mundo obriga-nos, como Nação e Estado, a rever a estrutura fundiária e os objetivos do desenvolvimento econômico do Brasil.

A concretização da Reforma Agrária inclui, além disso, uma eficiente política agrícola, com legislação tributária mais adequada para a propriedade rural e a produção agropecuária, mecanismos de apoio à propriedade familiar com incentivo ao desenvolvimento de cooperativas, à defesa das populações indígenas e grupos de remanescentes dos “quilombos”, contra a expropriação de suas terras.

O recente documento “Para uma melhor distribuição da terra - O Desafio da Reforma Agrária” do Pontifício Conselho Justiça e Paz (Roma, 23/1/97), explicitamente convidado e aprovado pelo Papa João Paulo II, é posição clara e comprometedora da Igreja e, portanto, interpelante para a consciência de todos os brasileiros, especialmente dos governantes, diante do problema da terra.

A Assembléia da CNBB, reunida em Itaipá, assumiu com responsabilidade esse documento e manifesta a firme esperança de que ele se torne ponto de partida para um grande consenso, envolvendo governo e sociedade, a fim de que se comprometam a dar os passos necessários para a tão esperada Reforma Agrária em nosso País.

Que Deus ilumine, com sua sabedoria, governantes, movimentos sociais e todos que se empenham para que se efetive a Reforma Agrária. Que, com a proteção da Virgem Mãe, Aparecida, cooperemos todos, em espírito de solidariedade e fraternidade, na construção da justiça social em nosso Brasil.

Itaipá (SP), 1º de maio de 1998.

Governo começa a liberar verba de emenda coletiva em novembro

de emenda coletiva em novembro

de emenda coletiva em novembro

de emenda coletiva em novembro

de emenda coletiva em novembro

de emenda coletiva em novembro

r cargo enquanto houver apuração to de Pitta

NO AR

Vida de cachorro

NELSON DE SÁ
da Reportagem Local

— A Força Sindical promove uma graaaande festa. Segundo a PM, um milhão de pessoas. Cinco apartamentos e dez carros zero quilômetro.

Era o SPTV, seguindo em sua relação simbiótica com a central sindical, para a qual já faz link diário. Também foi assim na Globo News e nos telejornais nacionais, com exceção do JN, mais crítico.

As Globos, de todo modo, cobriram o ato da CUT no ABC, que também se esforçou em juntar gente com shows, com bem menos sucesso.

Na CUT, Jorge Benjor e Lobão. Na Força, Zezé de Camargo e Luciano, Só Pra Contrariar, a atriz Maria Fernanda Cândido, entre tantos outros —contratados, registre-se, da mesma Globo.

A distribuição de Corsa Wind e apartamentos na festa de “pouco discurso e muita música”, no dizer do JN, irritou Marta Suplicy, que reuniu umas centenas na Sé para falar de desemprego.

Mas mesmo a petista fugiu do discurso tradicional, priorizando a formação do trabalhador para a Internet. O presidente da CUT foi além e, “reporter por um dia” na Globo, entrevistou ecologistas sobre a represa Billings.

Em Minas, “negros pediram de volta as terras dos quilombos”. Em Mato Grosso, foram índios. Pelo país, os sem-terra e os caminhoneiros.

Como notou a CNN, “este ano, temas como a ecologia foram o foco”. Em Londres, “foi um dia para protestar contra a poluição dos carros, a exploração do Terceiro Mundo, a destruição do planeta”.

★
De tradicional, no Dia do Trabalho, só a Record, que ouviu o cantor Leonardo num outro show. Dele:

— Trabalhador sofredor, um superbeijo. Parabéns para você e, olha, não desista, porque você ainda vai ter seu valor reconhecido neste país. A vida do trabalhador é uma vida de aul, auuu!, cachorro.

E-mail: nelsonsa@uol.com.br

Relatório da CNBB faz críticas à estrutura da Igreja Católica

dos enviados especiais

Um relatório que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está divulgando em Porto Seguro (BA) critica a “estrutura rígida e hierárquica” da Igreja Católica, em que “a participação popular se vê muitas vezes relegada a segundo plano”.

O documento, chamado “Jubileu 2000: uma Nova Civilização”, tem 63 páginas e traça um panorama sociopolítico do país e do mundo. Trata, por exemplo, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), do “neocolonialismo” imposto pela globalização, do salário mínimo

de R\$ 151, do desemprego e da demarcação das terras indígenas.

As ressalvas à atuação do clero aparecem nas quatro últimas páginas. Sob a rubrica “Silêncios, Lacunas e Omissões da Igreja”, o texto afirma que “a prática democrática (...) constitui uma exceção” no meio eclesialístico.

Ressalta, porém, que há avanços em setores da chamada ala católica progressista, como as Comunidades Eclesiais de Base.

Assinado pela Pastoral Social da CNBB, o relatório lamenta, ainda, a ausência de lideranças femininas na igreja. “Ativa e atuante nas bases, onde quase sempre é maioria absoluta, a mulher começa a

rarear à medida que se sobe nas instâncias decisórias e a desaparecer quase por completo quando se chega nas instâncias de coordenação e no topo da hierarquia. Como se isso não bastasse, vê-se impedida de exercer ministérios para os quais, na prática (...), revela grande sensibilidade.”

Outro ponto que o documento condena é a “falta de sintonia” entre a prática e o discurso do clero. Para a CNBB, a mesma igreja que, “por vezes”, abraça uma retórica “profética e firmemente ao lado dos pobres” também permite que algumas dioceses vivam um “processo de franca involução” no âmbito das reivindicações sociais.

Versicherungen • Rechtsso

Diálogo e esperança

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

Ao terminar a 38ª Assembléia Geral da CNBB, em 3/5, em Porto Seguro, enviaram os bispos católicos uma carta à sociedade brasileira e às comunidades com o título "Brasil - 500 anos: Diálogo e Esperança".

O texto, de fácil leitura, em 81 parágrafos, após a introdução, lembrando as importantes datas que celebramos, contém cinco partes.

A primeira reafirma, com alegria, a fé em nosso senhor Jesus Cristo, que traz a todos luz, vida e salvação. Sua cruz e a gloriosa ressurreição constituem a fonte de esperança para a humanidade. Em Cristo, as grandes indagações do sofrimento da vida e da morte encontram sua plena resposta. A Igreja, a exemplo de Jesus, quer servir e participar na construção da nossa sociedade brasileira justa e solidária, sinal do reino definitivo.

A segunda parte recorda o passado. Alude à ação providencial dos missionários, que marcaram com valores cristãos o difícil encontro entre os povos indígenas, os portugueses colonizadores e os contingentes africanos. Diante das situações dolorosas, da violência contra os índios, da escravidão imposta aos irmãos da África e das injustiças que ainda hoje perduram, é necessário pedir perdão a Deus e a esses nossos irmãos e irmãs, no anseio de reparar o mal feito e de sermos — hoje — instrumentos da reconciliação e fraternidade.

A terceira parte aborda a situação hodierna, enunciando vários aspectos que fazem sofrer nossa população: os efeitos negativos da globalização, o aumento da violência e a permissividade moral. Indica-se, também, as virtudes de nosso povo, que sabe acolher, ser solidário e enfrentar as vicissitudes quotidianas. O texto se refere, ainda, à atuação da Igreja na defesa dos direitos humanos, em face da ditadura militar, das perseguições sofridas e do recente ambiente de pluralismo de crenças e, não raro, de indiferença religiosa, que desafia a Igreja a tornar mais nítida e autêntica a sua proposta evangelizadora.

A quarta parte, mais ampla, convida a um olhar para os tempos futuros. Compete à Igreja colaborar com as demais forças vivas da sociedade para que todos tenham vida digna. São apresentadas sete sugestões, baseadas nas exigências da justiça social. O texto sublinha: 1) o dever de todos, como expressão da própria cidadania, de cooperar para o bem comum; 2) o resgate da dívida social, com especial atenção ao desemprego e salário adequado; 3) a promoção da justa distribuição da renda; 4) o combate à corrupção e à impunidade, valorizando a ação do Poder Judiciário; 5) o fortalecimento da consciência ética e religiosa que assegure, desde a concepção, o inviolável direito à vida; 6) a convivência pacífica entre as diversas etnias, culturas e religiões, respeitando as legítimas; 7) a preservação do meio ambiente e a busca de um desenvolvimento sustentável.

Na parte final, os bispos convocam as comunidades a renovar a esperança em Jesus Cristo, presente no meio de nós, e a assumir, com ardor, a nova evangelização. À luz da exortação apostólica "Igreja na América", em sintonia com o papa João Paulo 2º, incentivam os cristãos a um encontro com Cristo, caminho de conversão e santidade, de comunhão fraterna, solidariedade e zelo missionário e diálogo ecumênico e inter-religioso.

O texto termina com palavras de afeto e encorajamento, pedindo que a proteção da padroeira do Brasil aumente nossa fé e faça que — povo e dirigentes, pastores e comunidades — estejamos unidos para realizar em nossa pátria a fraternidade dos filhos de Deus.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

IGREJA Propaganda recomendando o método para prevenir Aids seria "falaciosa"

CNBB divulga nota contra a

Marcos Peron/Folha Image

ANÁLISE

*Nota oficial
não passa de
jogo de cena*

ARMANDO ANTENORE
DA REPORTAGEM LOCAL

A nota sobre o uso da camisinha que a CNBB soltou ontem não passa de jogo de cena. O texto rende-se à cartilha do Vaticano e condena o preservativo. Taxa-o de ineficaz e o opõe à "sexualidade responsável".

É jogo de cena porque, na verdade, a direção da CNBB não vê as coisas assim, mas diz que vê para amenizar as pressões da Santa Sé e não se sublevar oficialmente contra o papa.

O que a cúpula da igreja brasileira de fato pensa sobre a Aids está em um folheto divulgado no início do encontro de Itaici. O informativo, que chegará a todas as paróquias do país, destaca o comportamento ético e sem vícios como a melhor maneira de prevenir a doença.

Só que faz a ressalva — "Se você não aceita esses ideais, ou tem dificuldade de vivê-los, as recomendações da medicina são: evitar o uso comum de seringas, evitar relações sexuais sem preservativo e evitar transfusões sem conhecer a procedência do sangue".

Dirão que o folheto leva a assinatura da Pastoral da Saúde. Esquecerão de lembrar que a pastoral é um braço da própria CNBB e que certamente não produziu o texto sem o aval da entidade.



Dom Eugène Rixen, coordenador da Comissão Nacional de DST/Aids da Pastoral da Saúde

Documento do encontro admite preservativo e contraria CNBB

DA FOLHA CAMPINAS

Após quatro dias de debates, tensão e polêmicas, religiosos e leigos reunidos no encontro "Aids e desafios para a igreja do Brasil", em Itaici, bairro de Indaiatuba (SP), aprovaram ontem um documento em que a camisinha é sugerida como forma de prevenção contra a doença.

"Que a fidelidade, valor do Rei-

no, não seja banalizada como substituição de métodos preventivos, mas como complementaridade da plenitude da vida", diz trecho da Carta de Itaici.

O documento será entregue à CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), que condena o uso de preservativos.

A intenção inicial era elaborar uma carta aberta, mas houve mudança de idéia após o pronuncia-

mento oficial da Igreja Católica, por meio do monsenhor Javier Lozano Barragán, presidente do Pontifício Conselho da Saúde. Ele reafirmou no encontro a oposição do Vaticano ao uso da camisinha. A Coordenação Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, por sua vez, reafirmou ontem, em nota à imprensa, que o preservativo é eficaz para evitar doenças sexualmente transmissíveis.

CEED



FOTOS AP

Internacional

Irmã Lúcia e o papa: convite à oração

Letra por letra

Vaticano divulga original da profecia de Fátima, mantida secreta por meio século

Cristiano Dias

A profecia que a Santa Sé guardou a sete chaves durante meio século finalmente veio à luz, na íntegra, na semana passada. O texto original de trinta linhas do terceiro segredo de Fátima foi distribuído em seis línguas, acompanhado de uma cópia xerox do original escrito pela irmã carmelita Lúcia dos Santos, em

1944 (veja a íntegra no quadro abaixo). "Quem estava à espera de impressionantes revelações apocalípticas sobre o fim do mundo ou sobre o futuro desenrolar da História deve ficar desiludido", disse o cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, que revelou o texto numa transmissão ao vivo pela televisão italiana. Em maio, o Vaticano deu a própria interpretação: tratava-se ape-

nas da premonição do atentado que o papa João Paulo II sofrera dezenove anos atrás. A explicação, evidentemente, não satisfaz a expectativa que durante décadas cercou o terceiro segredo, revelado numa aparição da Virgem Maria a três pastores portugueses (a irmã Lúcia, hoje com 93 anos, é a única sobrevivente), em 1917. Por isso, a Santa Sé decidiu divulgar o texto completo.

Durante décadas, livros, cultos apocalípticos e, mais recentemente, sites na internet especularam sobre a profecia. Muitos temiam que fosse o fim do mundo. Os dois primeiros segredos, igualmente escritos em linguagem cifrada e recheados de metáforas, foram revelados nos anos 40. O primeiro era uma visão do inferno

O TEXTO DO TERCEIRO SEGREDO

Escrevo em acto de obediência a Vós, Deus meu, que me mandais por meio de Sua Exa. Revma. o Sr. Bispo de Leiria e da Vossa e minha Santíssima Mãe.

Depois das duas partes que já expus, vimos ao lado esquerdo de Nossa Senhora, um pouco mais alto, um anjo com uma espada de fogo na mão esquerda; ao *centilar*, despedia chamuscas que parecia que iam incendiar o mundo; mas apagavam-se com o contacto do brilho que da mão direita expedia Nossa Senhora ao seu encontro. O an-

jo, apontando com a mão direita para a Terra, com voz forte, disse: "Penitência, penitência, penitência!" E vimos numa luz imensa que é Deus: "Algo semelhante a como se vêem as pessoas num espelho quando lhe passam por diante", um bispo vestido de branco — "tívemos o pressentimento de que era o Santo Padre". Vários outros bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas subiram uma escabrosa montanha, no cimo da qual estava uma grande cruz de troncos toscos como se fora de sobreiro com casca; o Santo Padre, antes de

chegar aí, atravessou uma grande cidade meia em ruínas, e meio trémulo, com andar vacilante, acabrunhado de dor e pena, ia orando pelas almas dos cadáveres que encontrava pelo caminho; chegado ao cimo do monte, prostrado de joelhos aos pés da grande cruz, foi morto por um grupo de soldados, que lhe dispararam vários tiros e setas, e assim mesmo foram morrendo uns atrás dos outros os bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas e várias pessoas seculares, cavalheiros e senhoras de várias classes e posições. Sob os

e da salvação por intermédio da devoção ao Coração de Maria. O inferno da visão foi associado à II Guerra. O segundo fazia referência à conversão da Rússia. Muitos fiéis interpretam o fim da União Soviética, em 1991, como o cumprimento dessa profecia. O relato em linguagem simbólica do terceiro segredo é igualmente de difícil interpretação. O cardeal Ratzinger diz que as imagens não devem ser encaradas de forma literal. "O que permanece é a exortação à oração como caminho para a salvação das almas", comenta.

A Santa Sé enquadra os acontecimentos de Fátima no campo das "revelações privadas", que não se tomam ensinamentos da Igreja. "Revelações como as de Fátima nos ajudam a compreender os sinais dos tempos e a encontrar na fé a resposta a esses conhecimentos", explicou Ratzinger. Nesse sentido, as visões dos três pastorezinhos são diferentes da revelação divina, que se encerrou com o Novo Testamento e implica um ato de fé. O católico não é obrigado a acreditar na mensagem de Fátima. "O cardeal não colocou a revelação como uma questão de fé, que deve ser seguida pelos fiéis, o que diminui sua importância", interpreta Eulálio Figueira, professor de teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele vê os escritos de irmã Lúcia como uma amostra do tormento vivido pela Europa no início do século XX e acredita que têm de ser analisados dentro desse contexto. Essa pode ser uma das razões que levaram a Igreja a guardar o segredo por tanto tempo, até um momento historicamente mais propício para ser revelado. ■

J. M. J.

em licença parte do segredo
revelado a 13 de julho de 1977
na Lora de Lúcia - Fátima

Escrevo em acto de obediência
a vós, meus senhores, que sou
revelado por meio de uma
e em nome de Deus.

dois braços da cruz estavam dois anjos, cada um com um regador de cristal na mão, neles recolhiam o sangue dos mártires e com ele regavam as almas que se aproximavam de Deus.

Irmã Lúcia, Tuy (Espanha),
3 de janeiro de 1944

PAGAMENTO *Gov. não convenceu* CNBB decide manter plebiscito sobre dívida

FREE-LANCE PARA A FOLHA

Dados sobre a evolução da dívida externa brasileira apresentados pelo governo não convenceram a cúpula da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que manteve a realização de plebiscito, no início de setembro, para questionar o pagamento da dívida pelo governo brasileiro.

Os dados foram apresentados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso durante encontro na última terça-feira no Planalto. Estiveram presentes, o presidente da CNBB, dom Jayme Chemello,

o vice-presidente da entidade dom Marcelo Carvalheira, e o ministro Pedro Malan (Fazenda).

Dom Jayme afirmou não saber qual era intenção do governo com a conversa. Mas avaliou que, apesar de o plebiscito não ter sido posto em questão durante o encontro, o governo procurou convencer a CNBB de que "a coisa não era tão ruim assim".

O presidente da CNBB esclareceu que o plebiscito não pretende o calote da dívida, mas que se faça, como previsto na Constituição, a auditoria dos pagamentos.

(CAROLINA VILA-NOVA)

20.8.08

PORTO ALEGRE **Ministro da Fazenda critica plebiscito sobre a dívida liderado pela CNBB**

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, criticou ontem o plebiscito sobre a dívida externa, marcado para o período entre 2 e 7 de setembro, sob a liderança da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Segundo ele, se a consulta "tiver algum efeito, não será um efeito positivo" para o país e para a sua população, "que será afetada se o Brasil tiver de pagar 'spreads' (taxas adicionais de risco) mais caros". O ministro disse acreditar, que a iniciativa "não terá nenhuma consequência prática".

Malan declarou, em entrevista em Porto Alegre, que o plebiscito está "fora de lugar, fora do seu tempo, fora de foco e fora de propósito". Apesar de a CNBB patrocinar a proposta, ele atacou o PT, apontando a existência de "uma clara motivação de natureza política".

"O PT, principal partido da oposição, está seriamente empenhado e comprometido com

a realização dessa consulta."

Segundo o ministro, existe uma discussão internacional, da qual o Brasil participa e que tem no papa João Paulo 2º uma figura central, em favor de "países muito pobres e altamente endividados", como Moçambique e Guiana, cujas dívidas chegam ao triplo do seu PIB.

"Existe uma grande movimentação internacional no sentido de reconhecer que a dívida deles é impagável. Toda a dívida é do setor público. Esses países não têm reservas internacionais e há um grande movimento no sentido de perdão dessas dívidas", declarou.

Malan disse que o Brasil perdoo a dívida de Moçambique, como parte dessa campanha. Para ele, porém, o caso brasileiro é diferente. "Mais de 60% são dívidas do setor privado, de empresas médias e grandes, brasileiras e estrangeiras operando no Brasil." (DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE)

Bezirksdirektion

Hasetorwall 17

49076 Osnabrück

Tel. 05 41 / 9 62 04 - 0

Fax 05 41 / 9 62 04 - 99



PLEBISCITO da dívida externa, de 7 de setembro, deverá levar às paróquias, sindicatos, escolas e associações comunitárias que, sensíveis ao apelo das autoridades da CNBB, querem opinar se deve ou não continuar a comprometer 65% de seu Orçamento para fazer os credores internacionais. Aposta, que conta com o apoio de movimentos sociais, visa condicionar o aumento da dívida a uma auditoria, prevista pela Constituição, que verifique quanto é devido, o quanto já foi pago e qual a aplicação dos recursos que foram no país.

As cédulas terão três perguntas: O governo brasileiro deve manter o acordo com o FMI? O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como prevê a Constituição de 1988? Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando de parte do Orçamento para pagar a dívida interna aos especuladores? Se não, as dívidas externa e interna devem ser auditadas, hoje, em quase US\$ 500 bilhões. Em 1999, o governo entregou aos credores internacionais US\$ 66 bilhões (US\$ 15 bilhões em juros e US\$ 51 bilhões em amortizações). Os juros das dívidas interna e externa vão exigir do governo, neste ano, o desembolso de R\$ 78 bilhões.

Responsabilização equivocada

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

O PLEBISCITO que a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) está realizando tem o mérito de colocar na agenda de debate do país o problema do endividamento externo (da nação) e interno (do Estado). Equívocase, entretanto, ao supor que a responsabilidade pelo endividamento é dos credores, e não dos que, irresponsavelmente, endividaram a nação e o Estado. Equívoca-se mais ainda ao sugerir a moratória de ambas as dívidas, em um caso porque teria origem fraudulenta (daí exigir-se uma auditoria), em outro, porque seria devida a especuladores.

Não tenho a menor dúvida sobre o espírito público e a intenção de defender o interesse nacional e o interesse dos mais pobres da CNBB, mas, ao propor o plebiscito nos termos em que está fazendo, ela está indo contra seus próprios objetivos: no plano externo, não levará à redução da dívida externa, mas ao aumento da taxa de risco do país e, portanto, dos juros que pagamos sobre a dívida externa; no plano interno, premiará a irresponsabilidade fiscal.

Não logrará a redução da dívida externa porque não há nenhum ambiente para isso, em um nível internacional. Se o governo brasileiro falar nisso, apenas levará ao aumento dos nossos juros. Se cometer a loucura de declarar uma moratória, pagaremos por anos e anos pelo erro cometido. Creio que tenho autoridade pessoal para dizer o que estou dizendo. Quando fui ministro da Fazenda, o Brasil foi o primeiro país a propor formalmente um desconto na dívida externa e a oferecer uma técnica financeira correta para viabilizá-lo: a securitização da dívida. Naquela época, diziam que eu arriscava meu cargo. De fato o fazia, mas eu sabia que minha proposta

fazia sentido para o Brasil e para os credores. Tanto era assim que, 18 meses depois, o Plano Brady limitou-se a adotar as duas propostas básicas do plano brasileiro: securitização da dívida com desconto e desvinculamento no processo de negociação entre os bancos e o FMI.

Em 1987 isso era viável porque os bancos haviam suspenso a rolagem da dívida dos países endividados, que, em consequência, entraram em moratória branca: pararam de pagar por falta de meios. O Brasil decidiu, pouco antes de eu assumir o ministério, fazer uma moratória ostensiva. Até hoje paga por isso.

Hoje, moratória da dívida externa não é viável para países como o Brasil, primeiro, porque a rolagem de sua dívida está sendo realizada normalmente; segundo, porque ninguém tem dúvida da origem dessa dívida. Não há nada de fraudulento nela. O Banco Central a audita regularmente. Nossa dívida externa vinha diminuindo regularmente até 1994. O que houve em seguida foi um imenso erro das autoridades econômicas brasileiras ao terem valorizado o real nesse ano. O êxito do Plano Real não dependia disso e de terem irresponsavelmente mantido essa sobrevalorização até o início de 1999. Por isso o país consumiu muito mais do que devia nesses anos, importando ou gastando em viagens internacionais o que não podia gastar enquanto exportava muito menos do que precisava exportar.

Quanto à dívida interna, atribuí-la a especuladores é fácil, mas irreal. Ela se deve a dois fatores: à elevação absurda da taxa de juros real durante aqueles quatro anos, para cobrir os credores internacionais dos riscos de uma desvalorização, que todos sabiam inevitável, e

aos déficits públicos que foram incorridos em cada unidade da Federação. No primeiro caso, trata-se de uma questão de incompetência na formulação de política econômica, no segundo, de populismo dos políticos. Nos dois, de aumento do endividamento interno, com prejuízo para o povo.

É o prejuízo para o povo que torna indignados os bispos da CNBB, mas também me torna indignado. Mas a indignação deve ser com quem foi responsável pelo endividamento da nação e do Estado, com aqueles que provocaram o déficit em conta corrente (que determina o aumento da dívida externa) e o déficit público (que é sinônimo de aumento da dívida interna). Os responsáveis não foram os credores, fomos nós, foram nossos políticos e técnicos, incompetentes e populistas.

Nas democracias, a responsabilização ("accountability") é um conceito fundamental. Cada um é responsável pelos seus atos e tem obrigação de prestar contas deles. A responsabilização é um conceito moral e político. A CNBB não contribui para essa responsabilização, fazendo um plebiscito com as perguntas que está fazendo, porque os pressupostos em que elas se baseiam estão equivocados. Sobra, entretanto, o mérito de nos lembrar que o aumento do endividamento nacional e do endividamento público são práticas em princípio inaceitáveis. Principalmente quando se deve o aumento da taxa de juros (beneficiando rentistas) ou ao aumento do consumo, em vez do investimento, como ocorreu no Brasil entre 1994 e 1998.

Luiz Carlos Bresser Pereira, 66, é professor titular de economia da Fundação Getúlio Vargas (SP). Foi ministro da Ciência e Tecnologia e da Administração Federal e Reforma do Estado (governo FHC) e da Fazenda (governo Sarney).

FdSP 2.9.2000

SIM

Plebiscito da dívida externa

FREI BETTO

No início de agosto, um decreto presidencial cortou R\$ 673,7 milhões dos programas sociais para pagar precatórios de órgãos do Judiciário e do Executivo. Isso equivale à metade da verba aprovada, uma semana antes, para o programa IDH-14: um total de R\$ 1,1 bilhão para projetos sociais, só neste ano. O saneamento perdeu R\$ 54,1 milhões; o ensino fundamental, R\$ 34,4 milhões; os programas de renda mínima, R\$ 80 milhões; o SUS, R\$ 22,1 milhões; os assentamentos rurais, R\$ 3 milhões.

Nessa aldeia global em que os contrastes ficam cada vez mais evidentes sob a camisa-de-força neoliberal, globalizem-se a miséria, e não o desenvolvimento, a violação da soberania nacional, e não o respeito aos diferentes povos, o espírito de competitividade, e não o de solidariedade. Os países pobres, submissos aos ditames do FMI, são obrigados a imobilizar seus recursos financeiros, cortar do Orçamento os gastos sociais e manter reservas em dólares sob o pretexto de resistirem a eventuais crises e ataques especulativos. Cerca de US\$ 730 bilhões de reservas dos bancos centrais do mundo estão depositados nos EUA.

Eis a lógica perversa da atual ordem econômica mundial: os países pobres oferecem financiamento barato e a longo prazo à nação mais rica e poderosa do planeta.

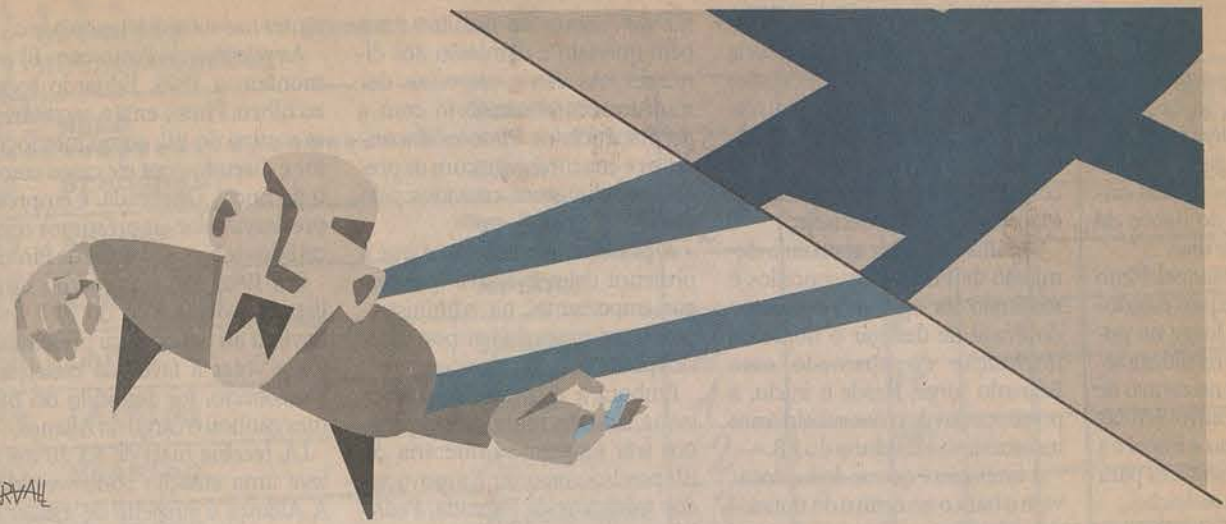
A dívida externa não pode ser paga "com o sangue do povo", alertava Tancredo Neves. Ao propor o plebiscito, à véspera do Grito dos Excluídos, a CNBB põe em prática o apelo do papa João Paulo 2º para que, neste ano jubilar, os países ricos façam um gesto evangélico e cancelem a dívida dos países pobres. Com certeza o G-7 não ficaria nem um pouco mais pobre, pois detém em mãos US\$ 18 trilhões do PIB mundial, calculado em US\$ 25 trilhões.

Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, 55, é frade dominicano, escritor, assessor de movimentos pastorais e sociais e co-autor, com Emir Sader, de "Contraversões - Civilização ou Barbárie na Virada do Milênio" (Ed. Boitempo), entre outros livros.

FdSP 2.9.2000

Receber
3/2000

A CNBB deveria mesmo promover um plebiscito sobre a dívida externa do país?



CARVAL

NÃO

Responsabilização equivocada

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

O PLEBISCITO que a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) está realizando tem o mérito de colocar na agenda de debate do país o problema do endividamento externo (da nação) e interno (do Estado). Equivocase, entretanto, ao supor que a responsabilização pelo endividamento é dos credores, e não dos que, irresponsavelmente, endividaram a nação e o Estado. Equivoca-se mais ainda ao sugerir a moratória de ambas as dívidas, em um caso porque teria origem fraudulenta (daí exigir-se uma auditoria), em outro, porque seria devida a especuladores.

Não tenho a menor dúvida sobre o espírito público e a intenção de defender o interesse nacional e o interesse dos mais pobres da CNBB, mas, ao propor o plebiscito nos termos em que está fazendo, ela está indo contra seus próprios objetivos: no plano externo, não levará à redução da dívida externa, mas ao aumento da taxa de risco do país e, portanto, dos juros que pagamos sobre a dívida externa; no plano interno, premiará a irresponsabilidade fiscal.

Não logrará a redução da dívida externa porque não há nenhum ambiente para isso, em um nível internacional. Se o governo brasileiro falar nisso, apenas levará ao aumento dos nossos juros. Se cometer a loucura de declarar uma moratória, pagaremos por anos e anos pelo erro cometido. Creio que tenho autoridade pessoal para dizer o que estou dizendo. Quando fui ministro da Fazenda, o Brasil foi o primeiro país a propor formalmente um desconto na dívida externa e a oferecer uma técnica financeira correta para viabilizá-lo: a securitização da dívida. Naquela época, diziam que eu arriscava meu cargo. De fato o fazia, mas eu sabia que minha proposta

fazia sentido para o Brasil e para os credores. Tanto era assim que, 18 meses depois, o Plano Brady limitou-se a adotar as duas propostas básicas do plano brasileiro: securitização da dívida com desconto e desvinculamento no processo de negociação entre os bancos e o FMI.

Em 1987 isso era viável porque os bancos haviam suspenso a rolagem da dívida dos países endividados, que, em consequência, entraram em moratória branca: pararam de pagar por falta de meios. O Brasil decidiu, pouco antes de eu assumir o ministério, fazer uma moratória ostensiva. Até hoje paga por isso.

Hoje, moratória da dívida externa não é viável para países como o Brasil, primeiro, porque a rolagem de sua dívida está sendo realizada normalmente; segundo, porque ninguém tem dívida da origem dessa dívida. Não há nada de fraudulento nela. O Banco Central a audita regularmente. Nossa dívida externa vinha diminuindo regularmente até 1994. O que houve em seguida foi um imenso erro das autoridades econômicas brasileiras ao terem valorizado o real nesse ano. O êxito do Plano Real não dependia disso e de terem irresponsavelmente mantido essa sobrevalorização até o início de 1999. Por isso o país consumiu muito mais do que devia nesses anos, importando ou gastando em viagens internacionais o que não podia gastar enquanto exportava muito menos do que precisava exportar.

Quanto à dívida interna, atribuí-la a especuladores é fácil, mas irreal. Ela se deve a dois fatores: à elevação absurda da taxa de juros real durante aqueles quatro anos, para cobrir os credores internacionais dos riscos de uma desvalorização, que todos sabiam inevitável, e

aos déficits públicos que foram incorridos em cada unidade da Federação. No primeiro caso, trata-se de uma questão de incompetência na formulação de política econômica, no segundo, de populismo dos políticos. Nos dois, de aumento do endividamento interno, com prejuízo para o povo.

É o prejuízo para o povo que torna indignados os bispos da CNBB, como também me torna indignado. Mas a indignação deve ser com quem foi responsável pelo endividamento da nação e do Estado, com aqueles que provocaram o déficit em conta corrente (que determina o aumento da dívida externa) e o déficit público (que é sinônimo de aumento da dívida interna). Os responsáveis não foram os credores, fomos nós, foram nossos políticos e técnicos, incompetentes e populistas.

Nas democracias, a responsabilização ("accountability") é um conceito fundamental. Cada um é responsável pelos seus atos e tem obrigação de prestar contas deles. A responsabilização é um conceito moral e político. A CNBB não contribui para essa responsabilização, fazendo um plebiscito com as perguntas que está fazendo, porque os pressupostos em que elas se baseiam estão equivocados. Sobra, entretanto, o mérito de nos lembrar que o aumento do endividamento nacional e do endividamento público são práticas em princípio inaceitáveis. Principalmente quando se devem a aumento da taxa de juros (beneficiando rentistas) ou ao aumento do consumo, em vez do investimento, como ocorreu no Brasil entre 1994 e 1998.

Luiz Carlos Bresser Pereira, 66, é professor titular de economia da Fundação Getúlio Vargas (SP). Foi ministro da Ciência e Tecnologia e da Administração Federal e Reforma do Estado (governo FHC) e da Fazenda (governo Sarney).

SIM

Plebiscito da dívida externa

FREI BETTO

O PLEBISCITO da dívida externa, de 2 a 7 de setembro, deverá levar às urnas instaladas em paróquias, sindicatos, escolas e associações comunitárias aqueles que, sensíveis ao apelo das pastorais sociais da CNBB, querem opinar se o Brasil deve ou não continuar a comprometer 65% de seu Orçamento para satisfazer os credores internacionais. A proposta, que conta com o apoio de movimentos sociais, visa condicionar o pagamento da dívida a uma auditoria, prevista pela Constituição, que verifique o quanto é devido, o quanto já foi pago e qual a aplicação dos recursos que entraram no país.

As cédulas terão três perguntas:

1) O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI?

2) O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como prevê a Constituição de 1988?

3) Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do Orçamento para pagar a dívida interna aos especuladores?

Somadas, as dívidas externa e interna estão, hoje, em quase US\$ 500 bilhões. Em 1999, o governo entregou aos credores internacionais US\$ 66 bilhões (US\$ 15 bilhões em juros e US\$ 51 bilhões em amortizações). Os juros das dívidas interna e externa vão exigir do governo, este ano, o desembolso de R\$ 78 bilhões. Segundo o senador Suplicy, esse montante poderia assegurar a cada um dos 167 milhões de brasileiros uma renda mínima de quase R\$ 500.

As atuais reservas brasileiras são inferiores a US\$ 35 bilhões, o que obriga o

governo a se endividar ainda mais para rolar a dívida. O Brasil deve aos credores internacionais US\$ 231 bilhões. Entre 1991 e 98, o governo privatizou 63 empresas e arrecadou US\$ 85 bilhões. Contudo, entre 1994 e 98, o país entregou aos credores, entre amortização e juros, cerca de US\$ 126 bilhões. Convertidos em nossa moeda, são mais de R\$ 230 bilhões. Se essa fortuna ficasse aqui, seria possível oferecer um bônus de R\$ 1.474 para cada brasileiro; ou de R\$ 45.677 para cada família brasileira que possui renda mensal de até um salário mínimo; ou construir 15,5 milhões de casas populares de 35 m², ao custo unitário de R\$ 15 mil. Ou, ainda, 948 mil postos de saúde, no valor de R\$ 90 mil a unidade.

Se os credores não tivessem embolsado os nossos recursos, teria sido possível assentar 5.833 famílias de agricultores, ao custo de R\$ 40 mil cada uma. Seria o fim dos sem-terra, a atividade econômica cresceria, os alimentos ficariam baratos e a população das grandes cidades seria reduzida, bem como a violência urbana e o número de famílias e crianças na rua.

No início de agosto, um decreto presidencial cortou R\$ 673,7 milhões dos programas sociais para pagar precatórios de órgãos do Judiciário e do Executivo. Isso equivale à metade da verba aprovada, uma semana antes, para o programa IDH-14: um total de R\$ 1,1 bilhão para projetos sociais, só neste ano. O saneamento perdeu R\$ 54,1 milhões; o ensino fundamental, R\$ 34,4 milhões; os programas de renda mínima, R\$ 80 milhões; o SUS, R\$ 22,1 milhões; os as-

sentamentos rurais, R\$ 3 milhões.

Nessa aldeia global em que os contrastes ficam cada vez mais evidentes sob a camisa-de-força neoliberal, globalizada, se a miséria, e não o desenvolvimento, violação da soberania nacional, e não o respeito aos diferentes povos, o espírito de competitividade, e não o de solidariedade. Os países pobres, submetidos aos ditames do FMI, são obrigados a imobilizar seus recursos financeiros para cortar do Orçamento os gastos sociais, manter reservas em dólares sob o pretexto de resistirem a eventuais crises de ataques especulativos. Cerca de US\$ 70 bilhões de reservas dos bancos centrais do mundo estão depositados nos EUA.

Eis a lógica perversa da atual ordem econômica mundial: os países pobres oferecem financiamento barato e a longo prazo à nação mais rica e poderosa do planeta.

A dívida externa não pode ser paga "com o sangue do povo", alertava Tancredo Neves. Ao propor o plebiscito, na véspera do Grito dos Excluídos, a CNBB põe em prática o apelo do papa João Paulo 2º para que, neste ano jubilar, os países ricos façam um gesto evangélico e cancelem a dívida dos países pobres. Com certeza o G-7 não ficaria nem um pouco mais pobre, pois detém em mãos US\$ 18 trilhões do PIB mundial, calculado em US\$ 25 trilhões.

Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, 55, é frade dominicano, escritor, assessor de movimentos pastorais e sociais e co-autor, com Emir Sader, de "Contraversões - Civilização ou Barbárie na Virada do Milênio" (Ed. Boitempo) entre outros livros.

RELIGIÃO

Arquidiocese do Rio não apóia consulta da CNBB

DA SUCURSAL DO RIO

3.9.00

A arquidiocese do Rio de Janeiro não está participando do plebiscito que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) iniciou ontem em todo o território nacional para saber se o país deve ou pagar a dívida externa.

O secretário de imprensa da arquidiocese do Rio, Adionel Carlos da Cunha, disse que compete a cada bispo a decisão de participar ou não da consulta. "No Rio se optou por não participar."

Segundo Cunha, "a igreja não é perita em assuntos de economia e, sim, espirituais". De acordo com o secretário de imprensa, "há pessoas mais gabaritadas do que a CNBB para discutir o assunto".

VICTORIA

Kapitalanlagen

Bezirksdirektion

Hasetorwall 17

49076 Osnabrück

Tel. 05 41 / 9 62 04 - 0

Fax 05 41 / 9 62 04 - 99



A 6 quinta-feira, 7 de setembro de 2000

PLEBISCITO *Entidade encerra hoje, nos festejos*

'Grito' da CNBB

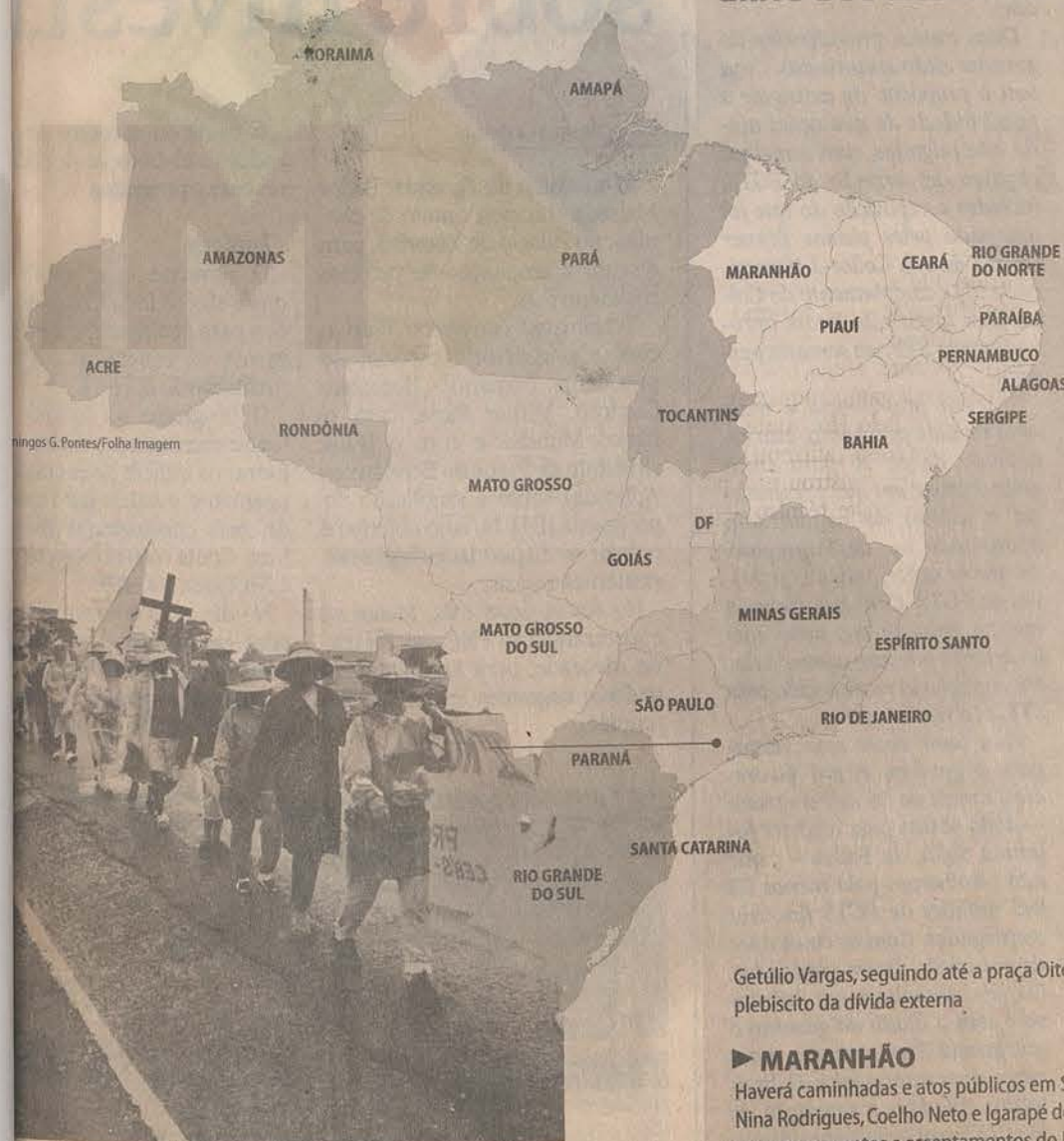
FOLHA DE S. PAULO

de Sete de Setembro, consulta sobre a dívida externa, que começou no último dia 2

tenta atingir 3 mil cidades

Editoria de Arte/Folha Imagem

GRITO DOS EXCLUÍDOS



▶ ALAGOAS

O MST promete reunir 5.000 pessoas hoje em Maceió. Às 9h, os manifestantes farão passeata no mesmo local utilizado para a parada militar. Haverá manifestações também nos municípios de Arapiraca, Matriz de Camaragibe e Penedo

▶ AMAZONAS

Hoje, às 16h, o Grito dos Excluídos espera reunir pelo menos 10 mil pessoas na praça da Saudade, em Manaus. Começou ontem e deve terminar amanhã, em Manaus, o jejum de 15 jovens da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus

▶ BAHIA

As manifestações do MST no Estado estarão divididas em três cidades: Eunápolis, Itabuna e Salvador

▶ CEARÁ

Segundo a CNBB, o Grito dos Excluídos deve reunir hoje pelo menos 5.000 no centro de Fortaleza

▶ ESPÍRITO SANTO

Segundo a CNBB no Estado, uma passeata com previsão de 5.000 pessoas sairá às 9h30 da praça

Getúlio Vargas, seguindo até a praça Oito, onde será feita uma evolução do plebiscito da dívida externa.

▶ MARANHÃO

Haverá caminhadas e atos públicos em São Luís, Imperatriz, Presidente Vargas, Nina Rodrigues, Coelho Neto e Igarapé do Meio. O MST pretende percorrer todos os acampamentos e assentamentos do Estado

maria de excluídos na rodovia Presidente Dutra

DULCE BENIGNA ALVARENGA
DA REDAÇÃO

Com o "Grito dos Excluídos", a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) encerra hoje, nos festejos de Sete de Setembro, o plebiscito da dívida externa.

A manifestação, que é organizada pela entidade desde 1995, deverá acontecer em cerca de 3.000 municípios em todo o país, superando a expectativa da coordenação. No ano passado, o protesto ocorreu em 1.200 municípios.

A explicação, segundo o padre Luis Basségio, da coordenação nacional do "Grito dos Excluídos", é a mobilização de entidades, como centrais sindicais, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a Central de Movimentos Populares e partidos políticos.

O tema da manifestação deste ano será "Progresso e Vida. Pátria sem Dívida". Segundo a CNBB, devem ocorrer mais de mil manifestações em todos os Estados.

Em São Paulo, a manifestação acontecerá em frente ao Museu do Ipiranga a partir das 10h. Estão confirmadas as presenças de Frei Beto e João Pedro Stedile, segundo a coordenação do evento.

Em Aparecida, a Basílica do Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida (170 km de São Paulo) espera receber hoje 70 mil fiéis. Cerca de 30 urnas vão estar espalhadas pela

área da basílica. Durante a missa, o cardeal d. Aloísio Lorscheider irá falar sobre a exclusão e defender o plebiscito.

"Não entendo bem a ojeriza que alguns grupos têm quanto ao plebiscito. Por que o povo não pode se manifestar livremente? Há pessoas que não confiam no povo."

Para a CNBB, a participação no plebiscito sobre a dívida externa deve aumentar durante as manifestações do "Grito dos Excluídos". A entidade avalia que a adesão da população e das entidades superou a expectativa da coordenação do plebiscito.

"A gente acha que tocou num ponto sensível da população que é a questão das dívidas sociais como consequência da dívida externa. A população sente na carne os efeitos da dívida externa. Por causa disso ela se manifestou", afirma o padre Jaime Gonçalves.

A CNBB espera que 1 milhão de pessoas votem e decidam se apoiam ou não uma auditoria sobre a dívida externa brasileira. Em todo o país, 3.000 municípios participam da consulta. Foram distribuídas 50 mil urnas e mais de 100 mil voluntários estão trabalhando desde o dia 2 de setembro.

O resultado será apresentado no próximo dia 13 na Câmara dos Deputados, mas a própria CNBB admite que o plebiscito não terá consequência "prática".

Colaborou a Folha Vale

Bispo proíbe plebiscito, diz Rainha

Pierre Duarte/Folha Imag

DMILSON ZANETTI
AGÊNCIA FOLHA

O dirigente do MST José Rainha Júnior acusou o bispo da diocese de Presidente Prudente (SP), d. Antonio Agostinho Marochi, de proibir o envolvimento da igreja no plebiscito sobre a dívida externa no Pontal do Paranapanema, no extremo oeste de São Paulo.

Segundo Rainha, os padres foram impedidos de organizar o plebiscito nas paróquias e principalmente nos assentamentos, por orientação do bispo, a quem chamou de "dom Mussolini", "neonazista" e "neofacista".

No país, a consulta popular está sendo organizada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Conic (Confederação Nacional das Igrejas Cristãs), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), partidos de oposição, sindicatos e entidades estudantis.

Rainha disse que enviou carta à CNBB reclamando do bispo. "Ele não deixa celebrar missa nos assentamentos. Meu filho teve de ser batizado por um padre no Paraná", disse o dirigente.

Marochi negou que tenha proibido o plebiscito e partiu para o ataque a Rainha, a quem chamou de "pilantra", "doido", "vagabundo" e "sem-vergonha".

"Ele não tem ética, não tem moral. Ele é conhecido por aqui como um sujeito vagabundo e sem-vergonha." Perguntado se tinha votado no plebiscito, Marochi riu, sem responder. Segundo ele, uma rádio e um boletim da diocese têm divulgado o plebiscito.

O padre José Antonio de Lima, responsável por uma paróquia que inclui dois assentamentos,

FRASES

Ele não deixa celebrar missa nos assentamentos. Meu filho teve de ser batizado por um padre no Paraná

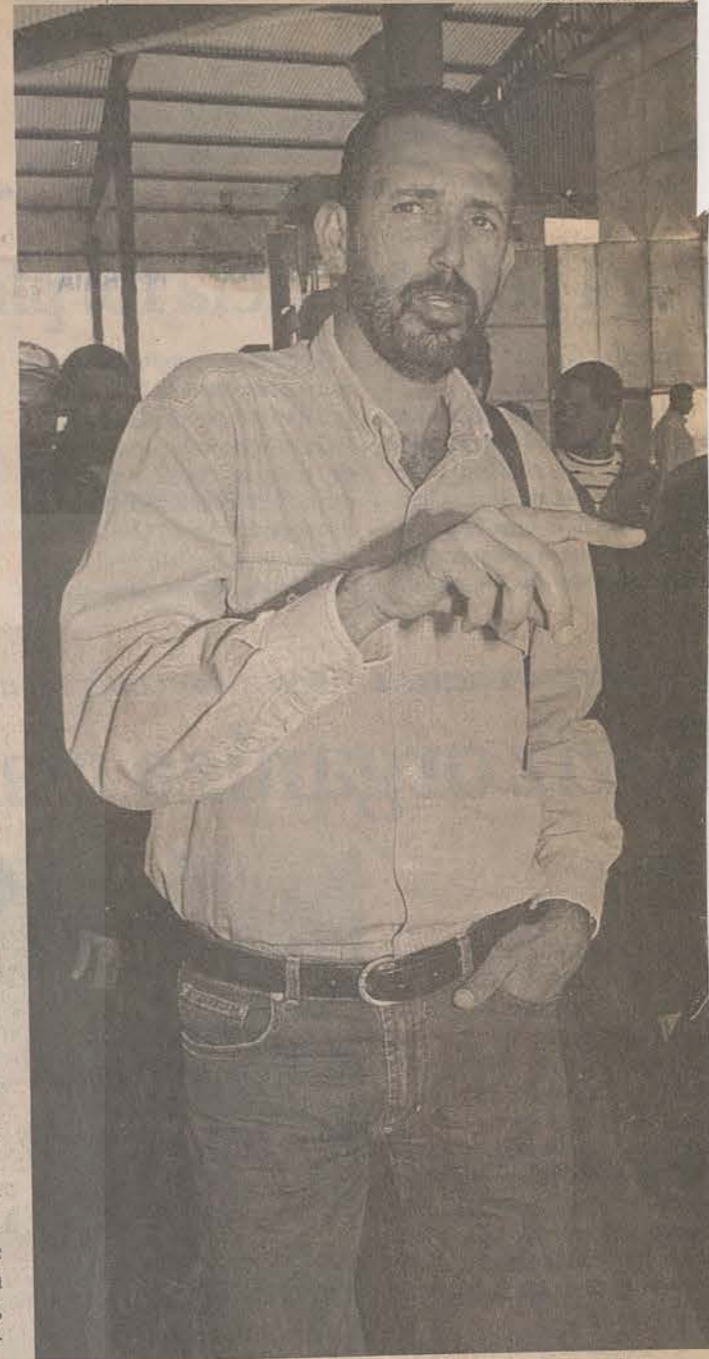
JOSÉ RAINHA
líder do MST, sobre o bispo de Presidente Prudente, d. Antonio Agostinho Marochi

Ele não tem ética, não tem moral. Ele é conhecido por aqui como um sujeito vagabundo e sem-vergonha

D. ANTONIO AGOSTINHO MAROCHI
bispo de Presidente Prudente, referindo-se ao líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), José Rainha

disse que priorizou a consulta nos centros urbanos.

O MST incluiu um protesto contra o bispo no "Grito dos Excluídos". A marcha sairá no domingo de Teodoro Sampaio (710 km a oeste de SP), principal base de ação do MST no Estado, com destino a Presidente Prudente, onde estão programados protestos em frente a prédios públicos. Serão percorridos 115 km.



O dirigente do MST no Pontal (SP), José Rainha Júnior

► MATO GROSSO DO SUL

Integrantes do MST vão se vestir de preto hoje na praça central de Campo Grande. A manifestação vai pedir a punição aos culpados pelos assassinatos de dois sem-terra ocorridos na semana passada. Haverá protestos em outras dez cidades do interior do Estado

► MINAS GERAIS

Os manifestantes vão se reunir às 10h em frente ao Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas Gerais, de onde seguirão para o centro de Belo Horizonte, às 11h. A caminhada vai terminar perto da avenida Afonso Pena, a mais importante da cidade, onde haverá o desfile oficial

► PARÁ

Em Belém e Marabá (sul do Estado), os manifestantes do Grito dos Excluídos irão se concentrar próximos às avenidas onde acontecerão os desfiles militares. O MST também fará manifestações em Parauapebas (sul do Estado)

► PARANÁ

Cerca de 5.000 pessoas devem fazer uma passeata na cidade de Campo Largo (região metropolitana de Curitiba)

► PERNAMBUCO

MST, CNBB e CUT pretendem reunir milhares de pessoas hoje durante manifestação no centro de Recife. Às 10h, acontece outro protesto em frente à Celpe (Companhia Energética de Pernambuco)

► PIAUÍ

Pela manhã, o movimento vai instalar 20 urnas no centro de Teresina para a votação sobre a dívida externa. Às 15h, cerca de 5.000 pessoas devem participar de um ato público

► RIO GRANDE DO SUL

Em Porto Alegre, o MST decidiu não promover manifestação simultânea com a parada militar. O Grito dos Excluídos consistirá em um encontro, no final da tarde, no ginásio municipal de esportes

► RONDÔNIA

Após o desfile oficial em Porto Velho, a CNBB vai realizar com outras entidades um desfile com as urnas usadas na votação do plebiscito sobre a dívida externa e distribuir frutas e pães para as pessoas que estiverem no local. Eles esperam reunir cerca de mil pessoas

► SÃO PAULO

Pela manhã, haverá manifestações em São Paulo, no museu do Ipiranga, e em Aparecida do Norte (interior do Estado). Neste domingo, no Pontal do Paranapanema (extremo oeste de SP), cerca de mil pessoas ligadas ao MST irão participar de uma marcha de 100 km. Eles sairão de Teodoro Sampaio em direção a Presidente Prudente, onde pretendem fazer protestos, na próxima sexta-feira, em frente a prédios públicos

► SANTA CATARINA

O Grito dos Excluídos deve promover manifestações apenas no oeste do Estado, nas cidades de São Miguel do Oeste e Chapecó

Dar a César o que é de César

Com o "plebiscito" da CNBB, o País perde em imagem e ganha em conhecimento

Claudio Lachini



O sofrido, amado e às vezes contestado papa Karol Wojtyła, chamado João Paulo II, pediu aos países ocidentais o perdão da dívida externa dos miseráveis do mundo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidiu realizar um "plebiscito" sobre a dívida pública do País. Estaria, assim, seguindo a orientação de seu chefe e imaginando inocentemente, não tomou o cuidado de analisar a composição do débito — dizem os especialistas que mais de 60% do total é da iniciativa privada, brasileira e internacional. Ora, tal cadeia não foi solicitada, e esses empreendedores sabem muito bem que precisam "dar a César o que é de César", como ensinou Jesus Cristo há mais de 2 mil anos. Parece que César, por aqui, anda na caixa baixa, mas esta é outra questão, apropriada ao Banco Central, aos tribunais de contas, à Receita Federal, ao Congresso Nacional e à polícia.

A palavra "plebiscitum", em latim, se dizia da lei que era aprovada pelos plebeus, reunidos em comício. Para ser legítimo, deveria participar o povo em sua totalidade, salvo os que não podiam manifestar sua vontade, isto é, os queles privados do direito da cidadania. Em português, parece perder o significado que se quis dar nessa consulta, feita a um segmento significativo da população, formada segundo os interesses

claros de seu patrocinador. Afinal, ainda somos um país católico, onde as palavras também são corrompidas em seu significado esotérico. Se vale a liberdade poética, por que não compreender a liberdade da palavra religiosa? A Igreja, no Brasil, está separada do Estado desde a Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889, quando o poder divino dos reis embarcou para o exílio. Separaram-na os positivistas, seguidores de Augusto Comte, que fize-

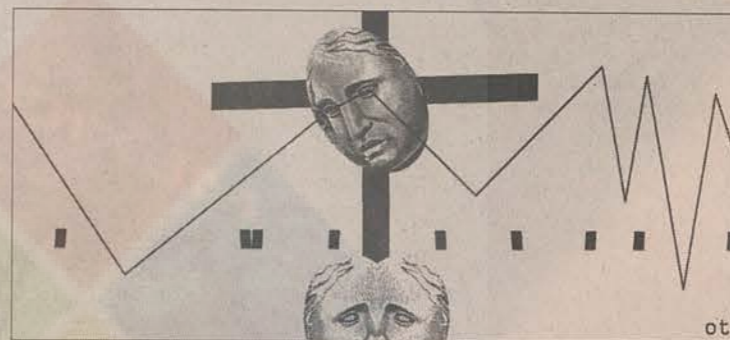
ram a divulgação e no debate. Que se reconheça um pouco de sua miséria moral e de seu escárnio espiritual não fará mal a ninguém, nem que se tenha saudades do tempo em que a Igreja era a grande educadora privada do País.

"O tempora, o mores", como exclamou o senador Marco Túlio Cícero, cônsul romano (104-43 a.C.) depositado no limbo, na condição de pagão, por Dante Alighieri na "Divina Comédia". Isso porque, na mesma semana

da Igreja. Resta saber onde estará agora a alma de Cícero, já que o limbo foi abolido, assim como o purgatório. Será uma vitória de "Lúcio Fer", como se ouve de um habitante da região do rio das Mortes, na chamada para um especial da televisão?

O cronista confessa de público que não pretende julgar ninguém, mesmo porque não é de sua competência, obrigação ou dever, mas lembra que o papa Wojtyła dedicou uma encíclica ao tema da aproximação das comunidades cristãs neste ano do Jubileu, dando um testemunho comum da fé. Em todo caso, a semana de espanto continuaria com o "deus" Maluf, que mandou para o Inferno a candidata do PT à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy. Só porque ela ousou confessar que fumou maconha quando era jovem estudante nos Estados Unidos. O delegado Romeu Tuma, senador por São Paulo e igualmente candidato, guardou respeitável silêncio. Mas, também, o que queríamos nós, pobres ouvintes e videntes de um teletatro de mau gosto: Marta extrapolou, como se falava ao tempo em que o próprio Bill Clinton provou mas não trago da erva. Ela não especificou se houve tragadas, mas disse que Maluf e Pitta mereciam uma punição divina. Ora, bela e hoje tímida deputada candidata! Que se deixe a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Fernando Henrique sentou-se na cadeira de prefeito ainda candidato e se confessou ateu. E deu no que deu. ■

E-mail: clachini@gazetamercantil.com.br



ram inserir em nossa bandeira o "Ordem e Progresso", por influência de duas de suas figuras proeminentes: Benjamin Constant, ministro da Guerra e depois nosso primeiro ministro da Educação, e Demétrio Ribeiro, ministro da Agricultura.

As autoridades tiveram lá suas razões para espernear: os partidos de oposição aproveitaram-se da insólita manifestação de caridade. Nada de anormal e, convenhamos, como dizia Santo Agostinho, o mal traz dentro de si o bem, como este o mal. Na síntese, o País perde em imagem e ganha em conhecimento, que é gerado

PLEBISCITO DA CNBB: FÉ OU MÁ-FÉ?

Os especuladores financeiros dormem sonhando com um momento assim. Um grupo de opositoristas influentes de um país em desenvolvimento decide ressuscitar a mais retrógrada das bandeiras políticas, o calote da dívida pública, cujos únicos resultados práticos conhecidos são o aumento da taxa de juros, a recessão econômica e o aprofundamento do desemprego. Na semana passada, a CNBB, entidade que congrega os bispos católicos brasileiros, reacendeu a esperança de especuladores, agiotas e gigolôs de juros de todo o mundo com a realização de um plebiscito seguido de um dia de protesto contra o pagamento das dívidas interna e externa.

Procurado pelos bispos que queriam comunicar-lhe oficialmente a realização do plebiscito, o presidente Fernando Henrique Cardoso educadamente os recebeu. Foi só. A proposta obviamente não terá seguimento prático por parte do governo. Seu valor legal é nulo, além, é claro, de desmoralizar um mecanismo da democracia, a consulta plebiscitária. Num país onde Estado e Igreja se separaram há um século, o plebiscito dos padres é tão válido quanto uma comunhão ministrada nos postos de saúde do SUS. Não importa qual seja o balanço da contagem dos votos depositados nas urnas em mais de 10.000 paróquias católicas no decorrer da semana passada. A proposta de calote ficará apenas como um monumento ao sectarismo e à ignorância da CNBB e seus companheiros de viagem, o PT, a CUT, o MST e, claro, Itamar Franco, o governador de Minas Gerais.

Moratória e calote da dívida são os maiores predadores dos pobres do Terceiro Mundo. Rompantes de isolacionismo disfarçados de defesa da soberania nacional por parte de governantes despreparados já causaram mais miséria e sofrimento ao povo que algumas guerras. Em 1982, o México suspendeu o pagamento do serviço de sua dí-

vida externa. Logo a conta da bravata chegou a toda a América Latina. O fluxo de capitais externos para a região recuou abruptamente. De 38 bilhões de dólares em 1981, caiu para 4,4 bilhões em 1983. "O efeito desse refluxo foi devastador. Em dois anos, a América Latina regrediu aos indicadores de renda e emprego do começo dos anos 70", diz Eduardo Dutra Aydos, professor de ciência política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, autor de excelente artigo sobre a iniciativa da CNBB, citado aqui. Sob o governo de

Numa desastrada investida sobre temas econômicos, os bispos católicos pregam o calote da dívida pública

José Sarney, em 1987, o Brasil tentou o mesmo salto-mortal. Como resultado, o país foi riscado do mapa internacional de investimentos estrangeiros e permaneceu na geladeira da desconfiança por muitos anos. Mal se recuperava quando o presidente Fernando Collor deu outro calote, dessa vez na dívida interna. Mais uma vez os pobres foram as maiores vítimas de uma das piores recessões da história econômica brasileira, que paralisou o país em 1990. As duas bravatas se combinaram para que o Brasil fosse obrigado a pagar no decorrer da década de 90 uma taxa de risco sobre empréstimos externos mais alta que a da Colômbia.

A proposta dos bispos brasileiros se assenta sobre um tripé de fé, má-fé e abuso da boa-fé de suas ovelhas. Em primeiro lugar está a fé cega dos religiosos, que demonizam as finanças internacionais, os avanços tecnológicos e a modernização. Em seus documentos eles culpam o dinheiro pela criação do "pecado social e estrutural". Nada mais natural que dêem de ombros às conseqüências de sua proposta. Eles não sabem o que fazem. "A CNBB acha que, mesmo que o plebiscito crie alguma instabilidade no cenário internacional, obrigando o país a aumentar momentaneamente as taxas de juros, a consulta vale a pena. O pior para a imagem do Brasil são as dívidas sociais", disse a VEJA o padre Alfredo José Gonçalves, porta-voz da CNBB. Não é de espantar, portanto, que os 396 bispos e arcebispos que formam a

maior conferência católica do mundo tenham essa visão primitiva dos mecanismos econômicos. O segundo ponto de apoio da ação dos in-

gênuos bispos brasileiros é a má-fé de seus gurus econômicos. São professores e economistas partidários que muniçam os religiosos com a visão de que o Brasil é maior do que as crises. O terceiro eixo da bravataria da CNBB foi o abuso da boa-fé dos fiéis, a quem se vendeu a idéia falsa de que o dinheiro poupado pelo calote da dívida pode aliviar o sofrimento dos pobres. A tentativa de manipulação da opinião pública nacional começou com a própria formulação da questão central do plebiscito. "Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?" Não há cristão que responda não a uma pergunta dessas.

A dívida interna que a CNBB propõe

calotear é de 438 bilhões de reais. Os títulos que representam essa dívida estão hoje na posse dos investidores brasileiros que ao comprá-los estão emprestando dinheiro ao governo. Entre esses investidores, que o plebiscito chamou de "especuladores", estão os bancos, claro. Eles detêm 48% dos títulos. Mas os restantes 52% estão pulverizados justamente entre os milhões de brasileiros que a CNBB quer salvar da ganância especulativa. Mais sonsa ainda é a proposta de

calotear a dívida externa. A CNBB não foi informada por seus gurus econômicos de que o governo é responsável por apenas 40% da dívida externa nacional. Os outros 60% constituem dívidas que empresas privadas fizeram no exterior. Com esse dinheiro, a juros muito mais baixos que os obtidos dentro do país, essas companhias podem investir e criar empregos. Em média, pagam-se juros três vezes mais altos no mercado interno do que no externo. Bem-sucedida, a proposta dos bispos fecharia a torneira do dólar barato. Os empresários teriam de fazer fila na porta dos bancos nacionais em busca de reais turbinados a juros bem mais salgados.

Conceda-se que a CNBB não é assim tão maquiavélica. Os bispos podem ter se confundido ao interpretar a proposta do Vaticano de perdão da dívida externa dos HIPC, a sigla com que a ONU define os países muito pobres. São todas nações africanas com uma característica terrível: estão fora do mercado. Não atraem investimentos estrangeiros. Seus PIBs quase dobram quando se abre neles uma fábrica de comida enlatada, caso do Burundi. Nada a ver com o Brasil, oitava economia do mundo, que, aliás, se apressou em perdoar as dívidas de Moçambique e Nicarágua. Se não for um engano de interpretação da vontade papal, nem tampouco atuação político-partidária, resta a explicação doutrinária para a iniciativa dos bispos: o milenar desprezo pelo crescimento econômico que marca a Igreja Católica. Ninguém explicitou melhor essa tese do que o sociólogo alemão Max Weber em sua obra clássica de 1905, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Contrapondo-se ao marxismo, Weber diz que a cultura de um povo define seu grau de desenvolvimento econômico — e não o contrário. Ele sustentava que os países onde os protestantes eram majoritários apresentavam "virtudes sociais" (entre elas, honestidade, cooperação comunitária, comprometimento e senso do dever) muito mais adequadas ao desenvolvimento do capitalismo moderno do que os países católicos. A CNBB encarna à perfeição essa atitude hostil ao progresso material e tecnológico. ■

QUESTÃO AGRÁRIA *Entidades estavam intermediando con*

OAB e CNBB deixam

Folha Imagem



VALÉRIA DE OLIVEIRA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

As entidades que intermediavam o diálogo entre o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o governo sobre crédito agrícola decidiram retirar-se das negociações.

“Não vemos mais razão para continuar”, disse ontem o secretário-geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno, que integrava a comissão de negociação. “Já estivemos com o presidente da República”, lembrou o bispo. “A quem mais vamos apelar?”

O grupo de entidades entrou nas discussões sobre a modalidade de crédito a assentados depois que o governo encerrou as negociações com o MST por causa da invasão de prédios e do acampamento de militantes em frente à fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A decisão dos mediadores de deixar as negociações foi comunicada ao MST em reunião realizada anteontem. Foi o movimento que convidou as entidades para ajudar a resolver o impasse.

Em nota conjunta que será distribuída hoje à imprensa, CNBB, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) explicarão os motivos do encerramento da mediação. Nenhuma delas quis adiantar essa informação.

A Folha apurou que os media-

Não vemos mais razão para continuar (...) Já estivemos com o presidente da República (...) A quem mais vamos apelar?

DOM RAYMUNDO DAMASCENO

Dom Raymundo Damasceno, da CNBB, que criticou o governo

ntato entre governo federal e MST para concessão de crédito

mesa de negociação

dores culparão o governo pelo fracasso do diálogo. Na reunião, o MST avisou às entidades que não aceitará a proposta do governo para o crédito dos assentados.

As lideranças do movimento admitiram, durante o encontro, que os assentados já perderam a safra 2000/2001. O movimento argumentou que os bancos não querem emprestar dinheiro aos assentados nas condições da linha C, proposta pelo governo — com juros de 4% e desconto de R\$ 200 e bônus adimplência de R\$ 40. As

instituições financeiras exigiriam garantias reais de que os assentados não dispõem.

A reunião dos mediadores foi a segunda realizada nos últimos dias. A primeira foi na última sexta-feira. O MST não participou desse encontro. Na segunda reunião, as lideranças do movimento disseram que estavam decepcionadas com o comportamento do governo federal, que estaria, na avaliação delas, criando uma "onda de denúncias" contra o movimento, para esconder a intransi-

gência oficial em relação ao crédito agrícola.

Enquanto duraram as negociações, que começaram em julho, o Ministério do Desenvolvimento Agrário não acatou o pedido do MST de liberar empréstimos a 110 mil agricultores em dificuldades financeiras nas condições da linha A, com juros de 1,15% e desconto de 40% no capital principal.

Nessa linha, quem arca com o risco da inadimplência é o governo, o que facilita a liberação do empréstimo pelo banco.

Projeto que prevê doar seringas a viciados mobiliza governo e Igreja

AURELIANO BIANCARELLI
ENVIADO ESPECIAL AO RIO

Os programas de distribuição de seringa, conduzidos até agora na quase clandestinidade, estão deixando o submundo dos dependentes de droga injetável pelos corredores do Palácio do Planalto e o púlpito das igrejas. No primeiro cenário, os programas saíram fortalecidos com a fala do general Alberto Cardoso, chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, na segunda-feira. Ele defendeu a validade do programa de redução de danos. A Secretaria Nacional Antidrogas está ligada ao gabinete dele.

No segundo cenário, no olhar da Igreja Católica, a troca de seringas foi classificada de "hipócrita" pelo padre Vitor Hugo Gerhard, da secretaria da CNBB no Rio Grande do Sul. Em Brasília, ouvido pela Folha, o secretário-geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno Assis, disse que a Igreja ainda não tem informações oficiais e detalhadas sobre o programa. Mas adiantou: "Oferecer seringa é uma medida paliativa que pode até favorecer o consu-

Programas de troca adquirem novas funções

DO ENVIADO ESPECIAL

Os quase 50 programas de redução de danos em andamento no país estão assumindo novas funções além daquelas de recolher e distribuir seringas.

No Rio, por exemplo, o programa de troca coordenado pela Universidade Estadual do

Rio de Janeiro (UERJ) está vacinando contra a hepatite B e oferecendo exames de Aids.

Em São Paulo e em São Vicente, foram criados centros de convivência para acolher os dependentes. Em Osasco, na Grande São Paulo, a distribuição e a coleta de seringas vêm sendo feitas por catadores de papel treinados pela Associação Lar.

Em Salvador, onde se iniciou o primeiro programa, a Universidade Federal da Bahia inovou ao vincular as trocas aos serviços de saúde.

mo de drogas. Não podemos apoiar uma distribuição indiscriminada de seringas".

Os debates em torno desses programas vieram à tona com o Fórum 2000, que vem reunindo 3.000 representantes da América Latina e do Caribe no Rio. O termo "redução de danos" é usado internacionalmente para designar ações, como a que incentiva o uso de seringas descartáveis, evitando

as infecções, como o HIV.

A manifestação da CNBB preocupa os especialistas. "A posição da Igreja estabelece um julgamento moral dos usuários de drogas e vai contra a importância dos programas de redução de danos comprovada pela ciência", disse o médico Ricardo Kuchenbecker, coordenador da política de controle da Aids da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre.

ILUSTRADA Presidente da entidade compara com passagem bíblica a atitude da CNBB pede que FHC não se

Citação de Chemello está no livro Gênese

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A citação feita ontem por Dom Jayme Chemello, presidente da CNBB, faz parte do livro Gênese, que, no capítulo 25, conta como Esaú trocou seus direitos de filho mais velho no clã de Israel por um prato de ensopado.

Segundo o padre Gabriel Cipriano, assessor da CNBB, a história foi usada para ilustrar como os destinos de Israel eram traçados por Deus, não pelos homens.

Dom Jayme se referiu ao trecho em que Jacó, filho mais novo de Isaac, preparava um guisado quando Esaú — o irmão mais velho — voltou cansado e faminto do campo.

Esaú pediu um pouco de comida ao irmão, mas ele exigiu os direitos que a condição de primogênito lhe dava para ceder o prato. Esaú cedeu.

“Se morro de fome, que me importa meu direito de progeneritura?”, disse ele, segundo a Bíblia.

Os dois eram gêmeos, mas Esaú nasceu primeiro. O poder que cabia ao primogênito era

TRECHO

“Então disse Jacó: Jura-me hoje. E jurou-lhe e vendeu a sua primogenitura a Jacó.”

Gênese 25:33

“E Jacó deu pão a Esaú e o guisado de lentilhas; e ele comeu, e bebeu, e levantou-se, e saiu. Assim desprezou Esaú a sua primogenitura.”

Gênese 25:34

total dentro do clã, segundo o padre.

“Esaú jurou e vendeu seus direitos de primogênito a Jacó”, diz o livro. Só após o juramento, Jacó “estendeu-lhe pão e um prato de lentilhas”.

“Esaú comeu, bebeu, depois se levantou e partiu. Foi assim que Esaú desprezou o seu direito de progeneritura”, segundo o Gênese.

GRAFITE



“Vera enfeitiça, mas nem tanto”, diz Darlan

CRISTIAN KLEIN
DA SUCURSAL DO RIO

O juiz Siro Darlan, da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio, disse não acreditar na possibilidade de o ministro da Justiça, José Gregori, alterar a portaria 796.

“Vera Fischer enfeitiça, mas

nem tanto. O ministro não faria isso (voltar atrás). Ele é um homem sério”, afirmou Darlan.

Gregori classificou como “enérgica” a decisão da Justiça do Rio de proibir a presença de menores na novela “Laços de Família”.

Darlan lembrou que foi o Ministério da Justiça que reclamou ini-

cialmente do conteúdo da novela, mandando diversos ofícios à 1ª Vara. “Esses ofícios foram repassados para o Ministério Público, que entrou com essas ações (contra a Globo) em razão dos ofícios do Ministério da Justiça”, disse.

Até o fim da tarde de ontem, cópias de capítulos com cenas de

atores menores não haviam sido enviadas à 1ª Vara para fins de fiscalização. Darlan disse que iria assinar um mandado de busca e apreensão ontem à tarde. “Na segunda, ele estará sendo cumprido”, afirmou. A busca das cópias deverá ser feita nos estúdios da Globo, no Projac, no Rio.

Globo em relação à polêmica de "Laços" deixe cooptar

VALÉRIA DE OLIVEIRA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

FERNANDA DA ESCÓSSIA
DA SUCURSAL DO RIO

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Jayme Chemello, disse ontem esperar "que o presidente Fernando Henrique Cardoso não se deixe cooptar por um prato de comida".

Ele fez a afirmação ao responder se achava que a TV Globo queria agradar o governo e evitar mudanças na programação das novelas. Dom Jayme se referia ao almoço do qual participou anteontem, em Brasília, com atores da novela "Laços de Família" e representantes da TV Globo.

Ao deixar o encontro de anteontem, o ministro da Justiça, José Gregori, criticou a decisão da Justiça de proibir a participação de menores no elenco da novela, classificando-a de "enérgica".

Dom Jayme citou a história de Esaú e Jacó. Esaú, filho mais velho de Isaac, vendeu, de acordo com a Bíblia, seu direito de sucessão na direção do clã a Jacó, por um prato de ensopado. "Um prato de comida, às vezes, atrapaalha a gente", declarou dom Jayme.

A assessoria do Palácio do Planalto informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não vai comentar as declarações de dom Jayme Chemello.

Em nota à imprensa, a CNBB diz que "a televisão não pode levar aos lares o sexo explícito, o linguajar abusivo, a degradação das formas de convivência familiar".

Para a CNBB, "explorar tais imagens não é exercício de liberdade democrática, mas manifestação de autoritarismo dos meios de comunicação e desrespeito das empresas que patrocinam esses programas".

A CNBB defende a criação do conselho de comunicação social, como previsto na Constituição. O ministro José Gregori disse ontem

FRASE

"(Espero) que o presidente Fernando Henrique Cardoso não se deixe cooptar por um prato de comida."

DOM JAYME CHEMELLO
presidente da CNBB

no Rio que o Brasil "não quer censura, mas também não quer porcaria" na televisão.

Na avaliação dele, a polêmica atual sobre as restrições da Justiça a "Laços de Família" poderia ter sido evitada com um entendimento prévio sobre a auto-regulamentação.

"Foi uma pena que os donos das televisões não tenham compreendido o meu esforço e a minha paciência beneditina, batendo de porta em porta, para conseguir a auto-regulamentação. Ficou evidente que o Brasil não quer censura, mas também não quer porcaria na televisão."

Ele afirmou que o ministério irá defender no Superior Tribunal de Justiça a portaria 796, que estabelece a classificação indicativa para programas de TV e está sendo questionada pelas emissoras.

Contrariando comentário feito anteontem pela atriz Vera Fischer, na saída do almoço com o presidente da República, a primeira-dama Ruth Cardoso afirmou que não vê "Laços de Família". "Não tenho muito tempo."



Encarte "Conjuntura Social e Documentação Eclesial"

Nº 564 - MENSAGEM DO PAPA JOÃO PAULO II PARA CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2001 | POR UMA CULTURA DA VIDA

MENSAGEM DO PAPA JOÃO PAULO II PARA CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2001

Caríssimos Irmãos do Brasil

É com viva satisfação que dou início à primeira Campanha da Fraternidade do novo milênio, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil durante a Quaresma deste ano, com o lema: "Vida sim, drogas não".

Permanece ainda viva na memória o Ano Jubilar, recém terminado; queira Deus Misericordioso tenha sido fonte copiosa de graças e consolações para todos os cristãos, pois Ele enviou Seu Filho na terra para "que todos tenham vida e a tenham em abundância" (cf. Jo 10,10). Sim, caros irmãos e irmãs! Que todos tenham a verdadeira vida alcançada pelo amor misericordioso de nosso Salvador, Jesus Cristo.

A Quaresma quer ser um apelo à conversão dos corações, pela oração e pela penitência, auspiciando que no "combate contra o espírito do mal, sejamos fortalecidos com o auxílio da temperança", como se reza na Oração Coleta da Quarta-feira de Cinzas. Hoje, a Igreja no Brasil quer ajudar a participação de toda a sociedade na prevenção do uso indevido de drogas. Faço votos de que seja precisamente este espírito cristão de temperança, vivido e testemunhado, o caminho para dar início à nova vida de união com Cristo.

Estes são os auspícios que faço especialmente para todos aqueles que se deixaram envolver nas redes das drogas. Muitos daqueles que, infelizmente, caíram na malha das substâncias entorpecentes testemunham que tal experiência foi, uma fuga de si próprios e da realidade. A droga é, com frequência foi uma fuga de si próprios e da realidade. A droga é, com frequência, fruto do vazio interior, renúncia e perda de orientação que conduz, às vezes, ao desespero. Eis porque a droga não se vence com a droga, mas requer uma vasta ação de prevenção, a fim de que a cultura da morte seja substituída pela cultura da vida.

É necessário oferecer aos jovens e às famílias motivos concretos de esperança e auxiliá-los eficazmente nas dificuldades de cada dia. A verdadeira alternativa às numerosas substâncias nocivas que entorpecem a pessoa humana foi encontrada por muitos no seio de uma comunidade que, para além das soluções técnicas prestadas, ofereceu um itinerário humano e espiritual permitindo sair do abismo da droga e ressurgir de novo para a vida, a fim de que possam oferecer como protagonistas sua contribuição na edificação de uma sociedade livre de todo o tipo de droga. A Igreja é grata a todos os que prestam este serviço competente e desinteressado à vida e à dignidade humana.

Se a fé passa através de tudo aquilo que vivemos, será com o exemplo de uma vida simples e sóbria que os homens e as mulheres do Brasil testemunharão que Cristo está no meio de nós. Sede portadores da esperança para as vítimas deste flagelo social, especialmente entre os jovens. É quando a família brasileira está ameaçada por estes males, que a esperança em Cristo ressuscitado nos dá a certeza de libertação e salvação.

Peço a Deus, pela intercessão de Nossa Senhora Aparecida, que proteja o Brasil e sua

gente e envio, em sinal do mais sincero afeto pela Terra da Santa Cruz, uma propiciadora Bênção Apostólica.

Vaticano, 6 de Janeiro de 2001

POR UMA CULTURA DA VIDA

A primeira Campanha da Fraternidade deste século, a ser lançada pela CNBB no dia 28 de fevereiro próximo, Quarta-Feira de Cinzas, tem como lema "*Vida sim, drogas não*".

O problema das drogas afeta toda a sociedade. De dimensão cada vez mais universal, requer, para ser solucionado, o esforço conjunto e integrado das pessoas, da sociedade e do Estado.

São múltiplos e graves os problemas decorrentes do uso de drogas. Elas atingem não só a dimensão física da pessoa humana, mas também a social e a moral. Causam danos irreparáveis à saúde do usuário e, o que é pior, afetam até mesmo os dons mais preciosos concedidos por Deus ao ser humano, como, por exemplo, a faculdade de decidir e agir livre e responsabilmente ou a própria capacidade intelectual. Além disso, conduzem quase sempre ao crime, a fim de alimentar as exigências do hábito criado.

No plano social, o uso das drogas leva ao rompimento da harmonia familiar e da convivência social. É causa de toda espécie de conflitos. No trânsito, provoca crimes e motiva infrações de toda ordem. O tratamento para recuperação dos adictos consome considerável parcela dos recursos públicos, a qual poderia ser destinada a outros programas sociais.

São inúmeras as causas que provocam o uso de drogas. Elas não ocorrem isoladamente ou de forma independente. Entre os fatores principais causadores do problema podem ser citados a pobreza, o desemprego, os baixos salários, a falta de educação, a corrupção, a curiosidade, o vazio interior, a crise familiar, a falta de auto-estima, bem como determinadas informações divulgadas pelos meios de comunicação social.

As vítimas das drogas vêem nelas uma forma de libertação. Procuram encontrar, por meio delas, alívio para suas dificuldades e conflitos.

Diante de tão grave problema, o que podemos e devemos fazer?

A primeira preocupação deveria ser desvincular a questão de aspectos meramente policiais. E ainda: mais do que tratar o problema como simples matéria de saúde adstrito ao dependente, é preciso enfrentá-lo por meio de ações articuladas com a participação das famílias, das escolas, das igrejas, das associações, dos meios de comunicação e do Estado. Tais ações devem visar à formação de uma consciência social em prol da defesa e valorização da vida.

Outro ponto diz respeito à educação da juventude para valores culturais e religiosos que apontem para um ideal de vida a serviço do próximo e da construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

É importante também deixar claro que a criança e o jovem necessitam de um ambiente de afetividade e segurança, encontrado primordialmente na família, "primeira e fundamental

estrutura para a ecologia humana" (*Centesimus Annus*, 39). Necessitam eles de modelos de vida que lhes forneçam exemplos de solidariedade, de serviço, de sobriedade e de religiosidade, e os animem a enfrentar o mundo atual, que privilegia a concorrência, o lucro, o consumo e o materialismo.

Atenção especial deve ser dada aos meios de comunicação social. Todos reconhecemos o papel fundamental que eles desempenham na formação das crianças e dos jovens. Todos sabemos da influência exercida, por exemplo, pela TV no comportamento das pessoas, em especial das mais jovens.

Estudos realizados pela Psicologia comprovam que as crianças, os adolescentes e os jovens tendem a imitar, sem juízo crítico, modelos apresentados pela TV. Dessa forma, há o risco de ela estimular, muitas vezes até mesmo de maneira indireta, o uso das drogas como forma para obtenção do prazer, da felicidade, da auto-realização, em vez de mostrar que a felicidade está na convivência respeitosa, no trabalho e em uma vida de dedicação ao bem comum.

No campo da prevenção das drogas, a informação correta e adequada é extremamente importante. A população deve ser corretamente informada sobre os riscos e as conseqüências danosas do uso dos entorpecentes. Em especial, as crianças, os adolescentes e os jovens devem ser bem informados sobre a maneira de se defenderem do aliciamento e da pressão para usarem drogas. Nesse aspecto, a melhor atitude não é esconder deles o problema, mas recorrer ao diálogo e informá-los objetivamente sobre a questão.

Ao Poder Público cabe combater o plantio de ervas para a extração ilegal de entorpecentes. Compete-lhe, ainda, reprimir o tráfico de drogas. Mas isso não basta. Deve ser sua preocupação investir na promoção do esporte e de outras formas sadias de lazer destinadas às crianças e aos jovens. A energia e o idealismo do jovem precisam ser bem orientados para que possa evitar os vícios.

Além dessas medidas preventivas, não podemos olvidar a solidariedade e o apoio aos dependentes de drogas e aos seus familiares, com o propósito de ajudá-los no tratamento, na recuperação e na sua reinserção social.



[Voltar](#)

Que a CF/2001 contribua para envolver a todos em uma vasta campanha de prevenção contra as drogas, a fim de que a cultura da morte que prevalece no mundo atual seja substituída pela cultura da vida, a Vida em abundância que nos foi trazida por Jesus.



Dom Raymundo Damasceno Assis

[Home page](#) Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB

INTRODUÇÃO

A Campanha da Fraternidade

1. A Campanha da Fraternidade (CF) é um momento privilegiado da ação evangelizadora e pastoral da Igreja no Brasil. Iniciada em 1962, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, a CF alcançou dimensão nacional em 1964. A cada ano ela foi mobilizando mais pessoas, grupos e entidades religiosas e civis. No ano 2000, foi celebrada a primeira Campanha da Fraternidade Ecumênica, coordenada pelo Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), com o tema "Fraternidade, Dignidade Humana e Paz" e o lema "Novo Milênio sem exclusões".
2. A Campanha da Fraternidade acontece na Quaresma e, como convém a esse tempo litúrgico, suscita um apelo à conversão para a justiça, o amor, a fraternidade e a paz. Como elemento motivador, ela traz sempre um tema relevante da convivência humana, que interpela a consciência das pessoas e exige conversão profunda e repostas concretas, tanto por parte da Igreja quanto da sociedade.
3. A escolha do lema "*Vida sim, drogas não*" é, como em todos os anos, resultado de ampla consulta aos que trabalham anualmente com a Campanha. A decisão coube à Presidência da CNBB e à Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), em 1999. Na escolha e no tratamento do tema da CF considera-se a fidelidade ao projeto do Reino de Deus, os sinais dos tempos representados pelos desafios das condições de vida do povo brasileiro e o respeito ao período quaresmal.
4. A CF tem sido, ao longo de mais de três décadas, um processo educativo que ajuda a perceber as exigências da Palavra de Deus diante dos problemas concretos da sociedade. Desse modo, têm se conseguido três importantes resultados: a) estimular os agentes de pastoral e os fiéis a estudarem, de modo mais intenso, a Palavra de Deus e aprofundarem as conseqüências práticas da fé; b) comunicar ao público em geral, fora dos ambientes eclesiais, a voz profética da Igreja diante de graves questões sociais e sensibilizar a sociedade como um todo para a temática em questão; c) incentivar iniciativas pastorais concretas como resposta aos clamores da realidade analisada e às exigências da Palavra de Deus intensamente refletidas nas comunidades.

A Campanha de 2001

5. Neste ano a Campanha da Fraternidade está voltada para o grave problema das drogas, que vem afetando dramaticamente milhares de pessoas, famílias e muitos setores sociais. O assunto está em seqüência às CFs anteriores, particularmente a de 1997, "Cristo liberta de todas as prisões", a de 1983, "Fraternidade sim, violência não", e a de 2000, que versou sobre a dignidade humana, a paz e projetou um novo milênio sem exclusões.
6. O lema "*Vida sim, drogas não*" obviamente mantém a relação profunda das CFs anteriores com as estruturas políticas, econômicas e sociais de nosso País. A

produção e o tráfico de drogas tornaram-se hoje um grande negócio e, portanto, interferem na política e na cultura de nosso povo. O problema passou a ser estrutural, atingindo um grande número de pessoas, e é, na verdade, mundial.

7. Temos consciência de que ainda é pouco o que sabemos sobre o uso das drogas, intimamente ligado aos padrões culturais de cada sociedade. Em algumas, elas se enquadram num contexto ritual, como entre certos povos indígenas; noutras, são inseridas em procedimentos médicos, como nas sociedades modernas, e, em ambos os casos, seus efeitos nocivos são contrabalançados pelo controle social. Quando, ao contrário, o consumo de drogas escapa ao controle sociocultural tornando-as acessíveis a qualquer pessoa (inclusive a crianças e adolescentes), seus efeitos podem ser mortíferos. É o que está acontecendo hoje, devido a graves rupturas nas instituições sociais, abalos morais, mudanças culturais e a inclusão das drogas no sistema de circulação das mercadorias em geral.
8. Neste texto, serão consideradas drogas:
 - lícitas (livremente produzidas e comercializadas, como o fumo e o álcool);
 - semilícitas (distribuídas somente sob prescrição médica);
 - ilícitas (cuja produção, comercialização e consumo constituem infrações legais).

Isso porque todas elas são substâncias cujo consumo traz sempre algum tipo de dano à pessoa ou à sociedade e, por essa razão, devem ser de alguma forma combatidas ou controladas. Mas faremos as devidas distinções entre elas quando for o caso.

9. Diante dessa realidade, é preciso fazer, como cidadãos conscientes do valor da pessoa humana e da periculosidade das drogas, primeiramente, um grande mutirão de trabalho preventivo. É nosso dever, também, acionar as instâncias competentes para o cerceamento das poderosas forças que produzem e traficam drogas e para a pronta recuperação dos atingidos por elas. Mas, acima de tudo, deve estar o trabalho em favor da dignidade humana a ser preservada, promovida e, quando necessário, resgatada. Seguindo os passos de Jesus e olhando o próximo com o seu olhar, queremos construir um mundo onde o ser humano encontre a felicidade e não precise mais buscar nas drogas um prazer ilusório.

Objetivos da CF-2001

10. A Campanha da Fraternidade de 2001, em fidelidade ao que acima foi colocado, tem por objetivo geral mobilizar a comunidade eclesial e a sociedade brasileira para enfrentar corajosamente o grave e complexo problema das drogas, que arruina milhares de vidas e afeta profundamente a paz social.
11. Como objetivos específicos, a CF 2001 visa a:
 - a) contribuir para que a comunidade eclesial e a sociedade sejam mais sensíveis ao complexo problema das drogas, às suas vítimas e às suas danosas conseqüências;
 - b) mobilizar a própria Igreja para se colocar, mais ainda, profeticamente a favor da vida e da dignidade humana, particularmente dos empobrecidos e excluídos;
 - c) anunciar para o novo milênio uma sociedade sem exclusões, onde a pessoa humana seja o centro, a vida não se subordine à lógica econômica, e o trabalho não se reduza à mera sobrevivência mas promova a vida em todas as suas dimensões;
 - d) incentivar amplo movimento de solidariedade para manter viva a esperança

das vítimas diretas das drogas, divulgando iniciativas já existentes e estimulando novas;

- e) denunciar "com coragem e com força o hedonismo, o materialismo e aqueles estilos de vida que facilmente induzem à droga", bem como os mecanismos sociais do mercado "neoliberal" que, com seu padrão de consumo insaciável, aumenta a competição e o individualismo, deixando um vazio existencial nas pessoas nele integradas e a revolta nas que dele são excluídas, levando umas e outras para o mundo das drogas.

Os subsídios para a CF-2001 e este Texto-base

- 12. Como nos anos anteriores, há diferentes subsídios para a Campanha: Texto-base, manual, CD e fita cassete, cartaz, folhetos diversos. O Texto-base aqui apresentado é a peça principal porque dá a fundamentação do tema. Sua finalidade é fornecer o conteúdo básico a ser veiculado ao longo da Campanha e depois dela, embasando a reflexão, a oração e as iniciativas. Como é óbvio, a proposta da CF se liga a uma postura mais pastoral do que técnica, mais didática do que científica. O que se pretende é questionar, suscitar debates, provocar atitudes. Como se trata de Texto-base, há necessidade de ser permanentemente atualizado e, sobretudo, lido à luz de novas situações e das diversas realidades locais.
- 13. A primeira parte deste texto (VER) traz uma visão global do problema das drogas, que desfaz sonhos de muitas famílias; para isso, situa o complexo sistema das drogas no contexto social, econômico e político. Na segunda parte (JULGAR), o texto busca na ética, no olhar de Deus e no ensino da Igreja a luz que ilumine a prática transformadora dessa situação. A última parte (AGIR) aponta princípios para a ação, exemplificando com experiências concretas de prevenção, intervenção, tratamento e reinserção social das vítimas de drogas.

PRIMEIRA PARTE:

QUERO VER DE NOVO (Mc 10, 51)

(VER)

Alguns esclarecimentos prévios

- 14. A Igreja quer ver a realidade com o olhar amoroso que reconhece no outro a imagem e semelhança de Deus, e assim deixar-se interpelar pela condição humana com suas alegrias e sofrimentos, desejos e frustrações, realizações e fracassos. Esse olhar nos convoca a atitudes fraternas que se expressam tanto no cuidado pessoal (ver no dependente de drogas uma vítima a ser socorrida, sem prejudá-lo), quanto na atuação social e política sobre as estruturas de pecado que sustentam o sistema das drogas.
- 15. O problema das drogas no mundo atual é complexo e polêmico. Complexo, porque

só se pode falar de drogas no plural e porque o problema reside menos nas drogas enquanto substâncias entorpecentes do que em seu uso, suas conseqüências e no sistema que as sustenta. Polêmico, porque são muitos os diagnósticos e, freqüentemente, as propostas para uma política antidrogas conflitam entre si. A análise aqui apresentada mais aponta temas para estudo e reflexão do que conclusões definitivas. Para abordar o tema, trouxemos a contribuição de diferentes disciplinas cujo enfoque é relevante para a pastoral. Para que este Texto-base possa fornecer uma orientação segura a quem o consulte, evitamos endossar teses polêmicas ou que não estejam respaldadas por instituições reconhecidas pela comunidade científica.

16. Recorremos a muitas pessoas peritas no assunto, dentro e fora das instituições católicas. Gratuita e voluntariamente, elas contribuíram com suas críticas e sugestões, prestando sua colaboração por conhecerem a gravidade do problema e por confiarem no papel educativo das Igrejas cristãs. Expressando aqui nosso agradecimento a esses colaboradores anônimos, queremos dizer-lhes que a CNBB espera corresponder à sua confiança, promovendo, nesta Campanha da Fraternidade, uma nova consciência social. Ao fazê-lo, ela estará cumprindo sua missão evangelizadora, que, neste novo milênio, convoca todas as pessoas de boa-vontade a construirmos um mundo de justiça e de paz, livre dos males das drogas.

No que diz respeito ao termo "droga", convém desde já assinalar sua ambigüidade. Embora deva-se incluir entre as drogas tanto as substâncias "leves" quanto as "pesadas", as legais e as proibidas por lei, o uso corrente associou a palavra àquelas que são objeto de tráfico ilegal. Ao falarmos de drogas, no plural e sem especificação, queremos nos referir às substâncias capazes de provocar alterações da percepção, do humor e das sensações. Incluem-se, portanto, entre as drogas também o álcool, o tabaco, certos produtos naturais (ex.: cogumelos), inalantes (ex.: cola, éter) e vários medicamentos (ex.: anfetaminas, morfina).

Sonhos e pesadelos

17. Quem de nós não sonha? E sonhamos durante o sono e melhor ainda quando acordados. Faz parte da natureza humana ter utopias, alimentar esperanças e costurar sonhos que permitam descortinar horizontes novos onde reine o amor, a felicidade, a paz, o equilíbrio ecológico. Os sonhos ajudam a transformar a realidade em que vivemos, animando nossos projetos, planos e esforços para sua realização. No mais profundo de nós está esse impulso que busca uma vida plena, prazerosa, marcada pelo afeto e pelo cuidado mútuo.
18. Esses sonhos estão em nós porque fomos criados para viver em comunhão. A vida bem vivida nada tem de monotonia, ela é música, melodia, uma festa sem fim, sintonia entre diferentes que se equilibram na harmonia e fazem dela uma obra de arte. Harmonia consigo mesma, com as outras pessoas, com a natureza e com Deus. Ao criar a terra e depois o homem e a mulher, Deus "viu que tudo era bom" (Gn 1,31). O Apocalipse fala da recriação de "um novo céu e uma nova terra" (Ap 21, 1). É o nosso grande sonho: a fraternidade cósmica, incluindo toda a criação numa nova, complexa e bela harmonia.

Programa de Fraternidade 2001

1004

ORAR, SIM, DROGAS NÃO

PRESENTAÇÃO

Esta é a oração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para o mês de maio, a Conferência de Fraternidade, que será realizada em 27 de maio, em Brasília, com a participação de todos os bispos brasileiros, além de representantes de outras Igrejas Cristãs e de outras religiões.

Esta é a oração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para o mês de maio, a Conferência de Fraternidade, que será realizada em 27 de maio, em Brasília, com a participação de todos os bispos brasileiros, além de representantes de outras Igrejas Cristãs e de outras religiões.

Oração "Vida sim, droga não"

Deus de ternura e bondade,
bendito sois pelo maravilhoso dom de viver!
Nós vos agradecemos, porque podemos
escolher a vida e não a morte.
Fortalecei-nos na solidariedade
a favor das vítimas das drogas.
Aumentai em nós, Senhor, a perseverança e a união,
na luta contra o perverso sistema de destruição da vida.
Que encontremos sempre em Vossa Palavra,
na Eucaristia e na comunidade eclesial,
o sustento para a caminhada e para a construção do vosso Reino.
Que vosso amor, ó Pai,
circule em nossos corações, nas relações humanas e na sociedade,
para acelerar a vinda do mundo que a gente quer:
um mundo sem ódio, sem exclusões, sem drogas,
um mundo pleno de vida, amor, solidariedade e paz.
Por Jesus Cristo, vosso Filho, que veio ao mundo
para que todos tenham vida,
na unidade do Espírito Santo.
Amém.

Bispo Auxiliar de Brasília e
Secretário-Geral da CNBB

Pe. Antônio Donizetti Sgarbi
Secretário-Executivo da CF

Campanha da Fraternidade 2001

LEMA:

VIDA SIM - DROGAS NÃO

APRESENTAÇÃO

Uma vez mais a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) anima, em âmbito nacional, a Campanha da Fraternidade. Essa feliz iniciativa, com 37 anos, vem mobilizando, cada ano, toda a Igreja Católica no Brasil, outras Igrejas e muitas instâncias sociais a favor de vida digna para todos os brasileiros, justiça social, fraternidade e paz.

Iniciamos o século XXI e o terceiro milênio, que desejamos, como propunha a CF Ecumênica de 2000, sejam sem exclusões, colocando como tema para a CF a complexa e dramática questão das drogas, em todas as suas variáveis. Trata-se de um mutirão em prol de vida de qualidade, com sentido motivador positivo de realização pessoal, social e transcendente.

A escolha do tema relacionado com drogas parte da realidade de um sistema de morte, alimentado por um estilo de vida materialista, que vem se alastrando como furacão, a partir do cultivo, comercialização e consumo das mesmas, que ceifa milhares de vidas e afeta profundamente famílias e amplos setores sociais. Junto com as trágicas conseqüências do uso de drogas, crescem a violência social, a prostituição, os roubos, os assaltos e seqüestros, a corrupção política, a corrosão da dimensão ética do trabalho e a guerra entre traficantes, que mantém exércitos bem armados e bairros dominados.

Além dos fiéis de nossa Igreja, convidamos a todos os cidadãos que lutam por um Brasil justo e solidário, para que somem forças para a mobilização nacional contra as drogas, seus mentores e traficantes e todos os que os apóiam; a favor das pessoas vitimadas, exploradas, destruídas, que desejamos redimidas, promovidas e reinseridas na comunidade; e a favor de todos os que se organizam para destruir esse flagelo social que arruína tanta gente, especialmente os jovens. "Este trabalho de reabilitação social também pode constituir um verdadeiro e próprio empenho de evangelização." (EA 61) Agradecemos a todos os que colaboraram para a produção de todo o material de apoio desta CF. Nossa gratidão de pastores a todos os que se envolverem nesta Campanha da Fraternidade, ajudando-a a alcançar seus objetivos, na certeza de estarmos cumprindo o mandamento novo de Jesus: o amor, preferentemente aos mais necessitados. À luz da mensagem de conversão, que perpassa a Quaresma, canalizaremos nossas energias para atender com misericórdia os crucificados na cruz das drogas, na esperança inabalável da luz da ressurreição, que nos dá a certeza de libertação e salvação.

Dom Raymundo Damasceno Assis (Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB)

INTRODUÇÃO

A Campanha da Fraternidade

1. A Campanha da Fraternidade (CF) é um momento privilegiado da ação evangelizadora e pastoral da Igreja no Brasil. Iniciada em 1962, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, a CF alcançou dimensão nacional em 1964. A cada ano ela foi mobilizando mais pessoas, grupos e entidades religiosas e civis. No ano 2000, foi celebrada a primeira Campanha da Fraternidade Ecumênica, coordenada pelo Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), com o tema "Fraternidade, Dignidade Humana e Paz" e o lema "Novo Milênio sem exclusões".

2. A Campanha da Fraternidade acontece na Quaresma e, como convém a esse tempo litúrgico, suscita um apelo à conversão para a justiça, o amor, a fraternidade e a paz. Como elemento motivador, ela traz sempre um tema relevante da convivência humana, que interpela a consciência das pessoas e exige conversão profunda e repostas concretas, tanto por parte da Igreja quanto da sociedade.

3. A escolha do lema "Vida sim, drogas não" é, como em todos os anos, resultado de ampla consulta aos que trabalham anualmente com a Campanha. A decisão coube à Presidência da CNBB e à Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), em 1999. Na escolha e no tratamento do tema da CF considera-se a fidelidade ao projeto do Reino de Deus, os sinais dos tempos representados pelos desafios das condições de vida do povo brasileiro e o respeito ao período quaresmal.

4. A CF tem sido, ao longo de mais de três décadas, um processo educativo que ajuda a perceber as exigências da Palavra de Deus diante dos problemas concretos da sociedade. Desse modo, têm se conseguido três importantes resultados: a) estimular os agentes de pastoral e os fiéis a estudarem, de modo mais intenso, a Palavra de Deus e aprofundarem as conseqüências práticas da fé; b) comunicar ao público em geral, fora dos ambientes eclesiais, a voz profética da Igreja diante de graves questões sociais e sensibilizar a sociedade como um todo para a temática em questão; c) incentivar iniciativas pastorais concretas como resposta aos clamores da realidade analisada e às exigências da Palavra de Deus intensamente refletidas nas comunidades.

A Campanha de 2001

5. Neste ano a Campanha da Fraternidade está voltada para o grave problema das drogas, que vem afetando dramaticamente milhares de pessoas, famílias e muitos setores sociais. O assunto está em seqüência às CFs anteriores, particularmente a de 1997, "Cristo liberta de todas as prisões", a de 1983, "Fraternidade sim, violência não", e a de 2000, que versou sobre a dignidade humana, a paz e projetou um novo milênio sem exclusões.

mantém a relação profunda das CFs anteriores com as estruturas políticas, econômicas e sociais de nosso País. A produção e o tráfico de drogas tornaram-se hoje um grande negócio e, portanto, interferem na política e na cultura de nosso povo. O problema passou a ser estrutural, atingindo um grande número de pessoas, e é, na verdade, mundial.

7. Temos consciência de que ainda é pouco o que sabemos sobre o uso das drogas, intimamente ligado aos padrões culturais de cada sociedade. Em algumas, elas se enquadram num contexto ritual, como entre certos povos indígenas; noutras, são inseridas em procedimentos médicos, como nas sociedades modernas, e, em ambos os casos, seus efeitos nocivos são contrabalançados pelo controle social. Quando, ao contrário, o consumo de drogas escapa ao controle sociocultural tornando-as acessíveis a qualquer pessoa (inclusive a crianças e adolescentes), seus efeitos podem ser mortíferos. É o que está acontecendo hoje, devido a graves rupturas nas instituições sociais, abalos morais, mudanças culturais e a inclusão das drogas no sistema de circulação das mercadorias em geral.

8. Neste texto, serão consideradas drogas:

- lícitas (livremente produzidas e comercializadas, como o fumo e o álcool);
- semilícitas (distribuídas somente sob prescrição médica);
- ilícitas (cuja produção, comercialização e consumo constituem infrações legais).

Isso porque todas elas são substâncias cujo consumo traz sempre algum tipo de dano à pessoa ou à sociedade e, por essa razão, devem ser de alguma forma combatidas ou controladas. Mas faremos as devidas distinções entre elas quando for o caso.

9. Diante dessa realidade, é preciso fazer, como cidadãos conscientes do valor da pessoa humana e da periculosidade das drogas, primeiramente, um grande mutirão de trabalho preventivo. É nosso dever, também, acionar as instâncias competentes para o cerceamento das poderosas forças que produzem e traficam drogas e para a pronta recuperação dos atingidos por elas. Mas, acima de tudo, deve estar o trabalho em favor da dignidade humana a ser preservada, promovida e, quando necessário, resgatada. Seguindo os passos de Jesus e olhando o próximo com o seu olhar, queremos construir um mundo onde o ser humano encontre a felicidade e não precise mais buscar nas drogas um prazer ilusório.

Objetivos da CF-2001

10. A Campanha da Fraternidade de 2001, em fidelidade ao que acima foi colocado, tem por objetivo geral mobilizar a comunidade eclesial e a sociedade brasileira para enfrentar corajosamente o grave e complexo problema das drogas, que arruina milhares de vidas e afeta profundamente a paz social.

11. Como objetivos específicos, a CF 2001 visa a:

a) contribuir para que a comunidade eclesial e a sociedade sejam mais sensíveis ao complexo problema das drogas, às suas vítimas e às suas danosas conseqüências;

b) mobilizar a própria Igreja para se colocar, mais ainda, profeticamente a favor da vida e da dignidade humana, particularmente dos empobrecidos e excluídos;

c) anunciar para o novo milênio uma sociedade sem exclusões, onde a pessoa humana seja o centro, a vida não se subordine à lógica econômica, e o trabalho não se reduza à mera sobrevivência mas promova a vida em todas as suas dimensões;

d) incentivar amplo movimento de solidariedade para manter viva a esperança das vítimas diretas das drogas, divulgando iniciativas já existentes e estimulando novas;

e) denunciar "com coragem e com força o hedonismo, o materialismo e aqueles estilos de vida que facilmente induzem à droga", bem como os mecanismos sociais do mercado "neoliberal" que, com seu padrão de consumo insaciável, aumenta a competição e o individualismo, deixando um vazio existencial nas pessoas nele integradas e a revolta nas que dele são excluídas, levando umas e outras para o mundo das drogas.

Os subsídios para a CF-2001 e este Texto-base

12. Como nos anos anteriores, há diferentes subsídios para a Campanha: Texto-base, manual, CD e fita cassete, cartaz, folhetos diversos. O Texto-base aqui apresentado é a peça principal porque dá a fundamentação do tema. Sua finalidade é fornecer o conteúdo básico a ser veiculado ao longo da Campanha e depois dela, embasando a reflexão, a oração e as iniciativas. Como é óbvio, a proposta da CF se liga a uma postura mais pastoral do que técnica, mais didática do que científica. O que se pretende é questionar, suscitar debates, provocar atitudes. Como se trata de Texto-base, há necessidade de ser permanentemente atualizado e, sobretudo, lido à luz de novas situações e das diversas realidades locais.

13. A primeira parte deste texto (VER) traz uma visão global do problema das drogas, que desfaz sonhos de muitas famílias; para isso, situa o complexo sistema das drogas no contexto social, econômico e político. Na segunda parte (JULGAR), o texto busca na ética, no olhar de Deus e no ensino da Igreja a luz que ilumine a prática transformadora dessa situação. A última parte (AGIR) aponta princípios para a ação, exemplificando com experiências concretas de prevenção, intervenção, tratamento e reinserção social das vítimas de drogas.

PRIMEIRA PARTE:

QUERO VER DE NOVO (Mc 10, 51)

(VER)

Alguns esclarecimentos prévios

14. A Igreja quer ver a realidade com o olhar amoroso que reconhece no outro a imagem e semelhança de Deus, e assim deixar-se interpelar pela condição humana com suas alegrias e sofrimentos, desejos e frustrações, realizações e fracassos. Esse olhar nos convoca a atitudes fraternas que se expressam tanto no cuidado pessoal (ver no dependente de drogas uma vítima a ser socorrida, sem prejudá-lo), quanto na atuação social e política sobre as estruturas de pecado que sustentam o sistema das drogas.

15. O problema das drogas no mundo atual é complexo e polêmico. Complexo, porque só se pode falar de drogas no plural e porque o problema reside menos nas drogas enquanto substâncias entorpecentes do que em seu uso, suas conseqüências e no sistema que as sustenta. Polêmico, porque são muitos os diagnósticos e, frequentemente, as propostas para uma política antidrogas conflitam entre si. A análise aqui apresentada mais aponta temas para estudo e reflexão do que conclusões definitivas. Para abordar o tema, trouxemos a contribuição de diferentes disciplinas cujo enfoque é relevante para a pastoral. Para que este Texto-base possa fornecer uma orientação segura a quem o consulte, evitamos endossar teses polêmicas ou que não estejam respaldadas por instituições reconhecidas pela comunidade científica.

16. Recorremos a muitas pessoas peritas no assunto, dentro e fora das instituições católicas. Gratuita e voluntariamente, elas contribuíram com suas críticas e sugestões, prestando sua colaboração por conhecerem a gravidade do problema e por confiarem no papel educativo das Igrejas cristãs. Expressando aqui nosso agradecimento a esses colaboradores anônimos, queremos dizer-lhes que a CNBB espera corresponder à sua confiança, promovendo, nesta Campanha da Fraternidade, uma nova consciência social. Ao fazê-lo, ela estará cumprindo sua missão evangelizadora, que, neste novo milênio, convoca todas as pessoas de boa-vontade a construirmos um mundo de justiça e de paz, livre dos males das drogas.

No que diz respeito ao termo "droga", convém desde já assinalar sua ambigüidade. Embora deva-se incluir entre as drogas tanto as substâncias "leves" quanto as "pesadas", as legais e as proibidas por lei, o uso corrente associou a palavra àquelas que são objeto de tráfico ilegal. Ao falarmos de drogas, no plural e sem especificação, queremos nos referir às substâncias capazes de provocar alterações da percepção, do humor e das sensações. Incluam-se, portanto, entre as drogas também o álcool, o tabaco, certos produtos naturais (ex.: cogumelos), inalantes (ex.: cola, éter) e vários medicamentos (ex.: anfetaminas, morfina).

Sonhos e pesadelos

17. Quem de nós não sonha? E sonhamos durante o sono e melhor ainda quando acordados. Faz parte da natureza humana ter utopias, alimentar esperanças e costurar sonhos que permitam descortinar horizontes novos onde reine o

amor, a felicidade, a paz, o equilíbrio ecológico. Os sonhos ajudam a transformar a realidade em que vivemos, animando nossos projetos, planos e esforços para sua realização. No mais profundo de nós está esse impulso que busca uma vida plena, prazerosa, marcada pelo afeto e pelo cuidado mútuo.

18. Esses sonhos estão em nós porque fomos criados para viver em comunhão. A vida bem vivida nada tem de monotonia, ela é música, melodia, uma festa sem fim, sintonia entre diferentes que se equilibram na harmonia e fazem dela uma obra de arte. Harmonia consigo mesma, com as outras pessoas, com a natureza e com Deus. Ao criar a terra e depois o homem e a mulher, Deus "viu que tudo era bom" (Gn 1,31). O Apocalipse fala da recriação de "um novo céu e uma nova terra" (Ap 21, 1). É o nosso grande sonho: a fraternidade cósmica, incluindo toda a criação numa nova, complexa e bela harmonia.

19. Mas quantas vezes nossos sonhos se tornam pesadelos? Sonhos povoados por monstros ao invés de criaturas normais, sonhos nos quais pessoas queridas assumem atitude agressiva, sonhos onde a ordem natural das coisas é subvertida, ficando a pessoa dominada pela sensação de impotência, incapaz de reagir a essas ameaças que fogem ao seu controle e à sua compreensão. O pesadelo é a experiência subjetiva do caos, quando a harmonia é rompida pelo ruído que impede a comunicação.

20. Essa imagem do sonho/pesadelo pode ajudar a entender por que o problema das drogas tem hoje uma nova face. Desde tempos imemoriais o ser humano tem usado substâncias entorpecentes ou estupefacientes com várias finalidades. Como artifícios para lidar com o próprio corpo (contra a insônia, a depressão ou a dor, por exemplo), favorecer a sociabilidade (o álcool para desinibir os convidados no início da festa), ou propiciar experiências religiosas (a ayahuasca usada por certos povos amazônicos). Em alguns casos, elas ajudam a realizar sonhos legítimos, sendo seus efeitos nocivos atenuados pela delimitação imposta pelo procedimento médico, pelo controle social ou pelo ritual. Quando, ao contrário, as drogas tornam-se acessíveis a qualquer pessoa (inclusive crianças e adolescentes), rompe-se o equilíbrio do consumo socialmente controlado, e os danos aumentam e podem ser mortíferos. Nesse caso, as drogas não ajudam a realizar sonhos; antes, transformam a vida em pesadelo. É o que está acontecendo hoje, devido à transformação das drogas em mercadorias disponíveis a qualquer um e impostas por pessoas de interesses espúrios.

21. A realidade das drogas abala muitos sonhos, transformando-os em pesadelos. O fumo, o álcool, os estimulantes, os tóxicos e entorpecentes estão mais perto de nós do que por vezes suspeitamos ou queremos admitir. Há um enorme exército de produtores, agentes financeiros e traficantes comandando o mundo das drogas. É muito dinheiro em jogo. É muita vida desperdiçada. De nada adianta fugir da realidade. Ao contrário, devemos encará-la de frente para conhecer o drama das drogas em toda sua complexidade e assim nos colocarmos em posição adequada para enfrentá-lo e superá-lo.

O complexo sistema das drogas

22. Quando se fala em drogas, pensamos saber de que se trata. Temos geralmente, pelo menos, um conhecimento prático devido a algum caso de drogas ocorrido na própria família, na vizinhança ou com amigos. Alguém viciado em cigarro que não consegue sequer dormir direito, outro com a saúde em frangalhos por causa da bebida, alguém sem capacidade para trabalhar por causa da maconha, e ainda outro vivendo na marginalidade por causa da cocaína ou do tráfico. Além disso, muita coisa se sabe por livros, revistas, jornais, rádio e TV. A mídia nos bombardeia com a propaganda de alerta contra os males e perigos das drogas, mas ao mesmo tempo estimula seu uso através de filmes, reportagens e matérias nas quais o consumo de drogas parece comportamento normal a ser imitado por quem queira identificar-se com as personalidades da moda. Não devemos nos ater a essa informação propagandística se queremos entender o mundo das drogas, muito mais complicado do que parece à primeira vista. Precisamos antes de mais nada desconfiar do que já pensamos saber por experiência vivida ou pelos meios de comunicação, para então indagar mais seriamente sobre o tema.

23. Essa indagação pode começar de um fato cotidiano: muitas pessoas adultas quando têm nas mãos uma garrafa de bebida alcoólica se contentam com alguns goles. Nesse caso, mesmo sendo uma droga perigosa, o álcool não lhes faz tanto mal. Já outras pessoas, se tomam um trago não conseguem mais parar e se embriedam. Ou seja, a mesma substância provoca efeitos diferentes conforme as condições da pessoa que a ingere. O problema da droga deve, portanto, ser visto dentro do contexto sociocultural e das condições físicas e psíquicas que envolvem seu consumo. Deixando de lado os raros casos de quem produz toda droga que consome, vamos abordar o problema situando-o no interior de um complexo sistema de relações entre produtores, intermediários e consumidores de drogas, que chamaremos *sistema das drogas*.

24. O elemento mais visível desse sistema é o usuário de alguma droga. Quando a pessoa atinge alto grau de comprometimento no uso da droga, pode ter sua vida praticamente arruinada. Salvo exceções, o usuário não tem acesso à droga se ela não lhe for oferecida (normalmente, vendida) por alguém que age como intermediário entre a produção e o consumo. Este pode ter uma ocupação lícita (quem vende cigarro, bebida ou produtos farmacêuticos) ou ilícita (narcotraficante, farmácia que vende anfetaminas e estimulantes sem prescrição médica, ou quem vende cola de sapateiro a crianças). A *relação entre usuário e intermediário* forma a metade mais visível do *eixo do sistema das drogas* e tem sido o alvo mais freqüente da repressão. No caso das drogas ilícitas, esse segmento do *eixo* engloba desde o grande traficante que controla todo o sistema, até o "avião" que faz a entrega ao usuário.

25. O intermediário, por sua vez, só pode dispor da droga se ela lhe for passada pelo produtor. Este é o que cultiva a planta ou potencializa seu princípio ativo (no caso da coca e dos opiáceos), ou a indústria (farmacêutica, do fumo, do álcool, de solventes). Temos aí a segunda metade do *eixo* do sistema: a *relação entre produtor e intermediário*.

26. As intrincadas relações entre essas duas metades de um mesmo *eixo*, que vai do produtor ao consumidor final, configuram o *sistema das drogas*. A rigor, seriam vários

subsistemas, um para cada tipo de droga, mais ou menos ligados entre si e com outros sistemas (como o crime organizado, o tráfico de armas, a prostituição etc.). No caso das drogas ilícitas, o elemento mais visado desse sistema é o traficante, por ser quem faz a mediação entre o produtor e o consumidor. Não é ele, porém, quem detém a posição mais forte no complexo, e sim o agente financeiro cujo capital põe em movimento todo o sistema, e que, de alguma forma, detém o comando tanto da produção quanto do tráfico ou intermediação comercial. Seria, portanto, ingênuo reduzir o sistema das drogas à sua parte visível, que geralmente é apresentada na mídia na figura dos pequenos produtores (plantadores de coca ou maconha), pequenos traficantes (que fazem a entrega direta) e consumidores presos por estarem drogados ou portando alguma droga (geralmente pessoas pobres).

27. Cabe aqui uma consideração sobre o narcotráfico, cujas redes permeiam todo o planeta, movimentando valores estimados em torno de US\$ 400 bilhões por ano. Apesar de sua clandestinidade, seu poder alcança muita gente, tanto na fase de produção e de industrialização, quanto nos inúmeros depósitos para a distribuição. A mídia já fez muitas reportagens sobre o domínio desse comércio, que hoje é um dos setores que oferecem melhores salários a quem nele ingressa. Sua imensa malha integra produtores, agentes financeiros, traficantes e consumidores. Enquanto os poderosos chefes dessa rede dispõem de muitos meios para escapar da repressão policial, inclusive fazendo a "lavagem de dinheiro", que lhe dá a aparência de comércio legal, os pequenos traficantes e os usuários de droga acabam atrás das grades ou mortos pelos becos das favelas. Fecha-se assim o círculo vicioso e maldito. Os excluídos da sociedade de mercado acabam se tornando as pessoas mais expostas à violência do narcotráfico. As chacinas e os conflitos entre gangues nas grandes cidades, a guerra pelo controle do tráfico, as manobras de introdução da droga nas escolas e lugares de lazer, a precariedade explosiva do sistema carcerário trazem estampada nos corpos das vítimas a sua origem e social.

28. Nosso país, nosso estado, nosso município e, provavelmente, até nosso bairro e edifício está conectado a esse vasto sistema das drogas. Ao contrário da imagem corrente do "mundo das drogas" como um mundo à parte, freqüentado apenas por marginais e pessoas desclassificadas, são muitos os fios de conexão entre o sistema das drogas e a sociedade em geral. Essas conexões ficam mais claras quando se levam em conta todas as conseqüências diretas e indiretas do tráfico e do consumo de drogas. Mesmo pessoas que nunca consumiram drogas tornam-se vítimas delas quando são assaltadas por gente drogada ou que rouba para comprar drogas, quando sofrem a violência que cerca as bocas de fumo, quando sofrem acidente de trânsito por causa de motoristas embriagados, quando são governadas por políticos eleitos com dinheiro do narcotráfico e com ele comprometido... E a lista poderia ir longe. O sistema das drogas causa muito mais vítimas do que parece à primeira vista. Não apenas o tóxico-dependente, mas de algum modo, todos somos vítimas de sua ação anti-social.

Indicador particularmente grave do esgarçamento do tecido social, é o aumento da violência e da criminalidade, em grande parte por causa da droga. De 1980 a 1996, a taxa de assassinatos dobrou no Brasil, passando de 13 para 25

por ano em cada 100 mil habitantes. Mais impressionante é o fato de que esse índice sobe a 44,8 em cada 100 mil jovens entre 15 e 19 anos de idade e, na mesma faixa etária, chega a 215 mortes no Estado do Rio de Janeiro e a 134 no Estado de São Paulo. Estamos aqui evidentemente diante de um daqueles "pecados sociais que clamam ao céu", resultado do comércio de droga, tráfico de armas, corrupção, desigualdade social... (DGAE - Doc. 61 - CNBB - p. 82)

29. Cabe então a pergunta: se somos todos vítimas, quem seriam os culpados? Já houve um tempo em que o mundo das drogas parecia ser dividido entre "mocinhos" e "bandidos", como se todo o mal pudesse ser de exclusiva responsabilidade de uma única parte. Os países consumidores acusavam os países produtores; estes jogavam a culpa no narcotráfico; já os traficantes alegavam estar atendendo à demanda de consumidores ricos. Essas acusações mútuas não levaram a coisa alguma e hoje sabemos que a melhor atitude diante do sistema das drogas é compartilhar as responsabilidades. Somos co-responsáveis, no mínimo por omissão.

30. Essa responsabilidade compartilhada nos obriga a rever certas atitudes simplistas que reduzem o problema a uma questão individual, fechando os olhos para a complexidade do sistema e limitando-se a propor terapias de recuperação. Nunca é demais lembrar os estragos feitos pelo narcotráfico, sobretudo nas periferias, pensar nos gastos públicos com o tratamento de saúde dos fumantes, ou ainda no custo social do alcoolismo e tudo que ele acarreta: acidentes de trânsito, desemprego, brigas e morte, desmanche familiar... e há ainda a disseminação do vírus HIV entre usuários de drogas injetáveis, o aumento da violência e a extensão do crime organizado a quase todas as esferas da sociedade. Se é certo que a terapia é indispensável, importa também considerar outras ações possíveis contra o sistema das drogas, dentro do espírito de responsabilidade compartilhada.

31. Diante da magnitude do sistema das drogas hoje, a necessidade de compartilhar as responsabilidades tornou-se mundial, pois nenhum país é capaz de impedir sua expansão sem a colaboração de outros. Tal colaboração internacional não pode ser submetida à hegemonia de um Estado, nem servir de pretexto para a violação da soberania nacional de outros. Respeitando a autodeterminação de cada povo, não escamoteando interesses particulares, nem reduzindo o problema a apenas um de seus elementos (policia, educativo, médico, moral...), a humanidade pode hoje enfrentar adequadamente o problema das drogas. O primeiro passo é a tomada de consciência de nosso ainda limitado conhecimento sobre ele, para, em seguida, assumirmos a co-responsabilidade com outros países, grupos, igrejas, associações, movimentos, enfim todas as forças sociais que desejam ver a humanidade vivendo mais feliz sobre a face da terra sem perder o autocontrole por causa de drogas.

Esclarecendo alguns pontos

32. Ao estudarmos o vasto mundo das drogas, elegemos enfocar o problema da dependência, como motivador principal para esta Campanha da Fraternidade. Vamos aqui descrever de forma resumida as drogas mais usadas no Brasil, alertando para seus efeitos nocivos, e depois analisaremos mais de perto as possíveis causas da dependência de drogas, inserindo o problema no seu contexto sociocultural. Em segundo lugar, vamos esclarecer certos termos e conceitos de

nossa abordagem, sempre buscando uma visão mais global, no sentido de questionar algumas idéias correntes e encarar a realidade da forma mais objetiva possível. Em terceiro lugar, obviamente, está a proposta de uma mobilização total de nossa sociedade para buscar os meios possíveis mais eficazes para resolver esse dramático problema do mundo de hoje. O que nos move nesse projeto é a dinâmica da fé cristã, encarnada na caridade que vê, se compadece diante da vítima, tem a iracúndia misericordiosa de Deus para com os responsáveis pela tragédia e age para sanar a situação, conforme vemos na parábola do Bom Samaritano (cf. Lc 10, 23-37).

Ao longo de sua história, ao explorar as potencialidades da natureza, a humanidade foi descobrindo uma grande variedade de substâncias vegetais que, adequadamente preparadas, podem provocar sensações agradáveis ou suprimir dores e angústias. Em geral, elas são usadas com finalidade terapêutica, religiosa ou lúdica, e assim inseridas nas normas culturais de cada povo. O problema aparece quando o consumo dessas substâncias foge ao controle social, como ocorre hoje devido à sua exploração comercial, tornando-as um verdadeiro drama para a convivência humana.

33. Os dados mostram que, apesar dos esforços feitos até agora, o consumo das várias drogas vem atingindo formas e proporções cada vez mais preocupantes. Mas é preciso ir além dos fatos e procurar as causas, atacá-las. É evidente que o consumo abusivo de drogas não deve ser visto apenas como resultado de patologias individuais, mas como um fato social. E aqui está um grande indicativo de causa: "uma sociedade como a nossa, cada vez mais pragmática, insensível, competitiva, consumista e individualista, é uma sociedade que favorece o uso de drogas" (). Ela gerou um mundo onde a existência cotidiana se tornou ao mesmo tempo tão árdua e tão vazia de sentido, que os tóxicos funcionam como "amortecedores" nas relações do ser humano consigo mesmo e com o mundo. Há quem use a expressão "civilização química" para designar essa realidade.

34. Muitas entidades têm feito pesquisas e estudos para orientar uma intervenção eficaz contra os males provocados pelo uso indevido de drogas, mas freqüentemente elas se deparam com barreiras, de grandes proporções, como os interesses econômicos envolvidos na produção e venda de drogas (lícitas e ilícitas), a incompreensão de quem não se sente diretamente afetado, e a limitação de recursos humanos e materiais adequados a um enfrentamento político da questão.

35. As políticas públicas do Brasil e de muitos outros países têm concentrado suas energias na repressão às substâncias ilícitas e a seus usuários, mas pouco tem feito no campo da prevenção ao seu uso e da educação para a saúde e quase nada para eliminar as verdadeiras causas da disseminação das drogas. Suas campanhas publicitárias parecem ter tido pouco efeito além de provocar um certo medo das drogas ilícitas, com o risco até mesmo de provocar curiosidade em experimentá-las. Já as drogas lícitas, em particular o tabaco, o álcool e as anfetaminas, não têm merecido a devida atenção. Embora o Ministério da Saúde venha fazendo campanha contra o fumo, esta é contrabalançada por uma publicidade sutil que identifica o fumo e o álcool com sucesso, poder, bom gosto e "finesse".

Mas, o que é mesmo droga?

36. Nossa abordagem, resultado de muito estudo, considera como "droga" os psicotrópicos, que, introduzidos no organismo humano, provocam alterações no sistema nervoso central, em particular alterações da percepção, do humor e das sensações, induzindo, ainda que temporariamente, sensações de prazer, de euforia, ou aliviando o medo, a dor, as frustrações, as angústias etc. Essa definição vai além do uso corrente, que só qualifica como "droga" psicotrópicos proibidos por lei.

37. A qualidade e a intensidade das alterações produzidas pelas substâncias psicotrópicas dependem de vários fatores. Os mais importantes são: suas propriedades farmacológicas, a quantidade ingerida, as características particulares da pessoa que ingere, as expectativas em relação aos efeitos da droga e as circunstâncias que envolvem o uso. No caso do álcool, por exemplo, qualquer dose ingerida por crianças é nociva.

Algumas drogas e seus efeitos:

As drogas podem ser classificadas como depressoras, estimuladoras ou perturbadoras. Abaixo estão as mais frequentes no Brasil.

A) Depressoras

1. **Álcool:** é uma droga lícita e seu uso é socialmente estimulado. Seus efeitos sobre o comportamento dependem da quantidade ingerida. O álcool provoca diversos problemas de saúde como a gastrite, a cirrose hepática, dormência nas pernas.

2. **Inalantes ou Solventes:** são produtos voláteis usados em atividades industriais (ex.: cola de sapateiro), comerciais e domésticas. Os inalantes evaporam a temperatura ambiente e podem ser "cheirados". Têm propriedades anestésicas e tranquilizantes, induzem à euforia e ao delírio, provocam uma sensação de desequilíbrio. São tóxicos para o sistema nervoso, fígado e coração. A longo prazo, provocam também perda de peso e lesões no cérebro.

B) Estimuladoras

3. **Anfetaminas ou "Bolinhas":** obtidas em laboratório, são produtos sintéticos. Podem ser comprimidos ou injetáveis. São drogas ilícitas, exceto para uso médico, como anorexígenos. Estão contidas nos moderadores de apetite. Trazem sensação semelhante à da cocaína. Após os efeitos, surgem angústia, pânico, medo, idéias de perseguição, cansaço intenso, depressão, perda de apetite, suor, irritação de pele, entre outras.

4. **Cocaína:** é um dos mais potentes excitantes do sistema nervoso central. Em estado natural, a coca da região dos Andes é mascada para disfarçar a fadiga, a fome e a sede. Quimicamente potencializada, a coca torna-se um pó branco capaz de estimular o estado de alerta, reduzir o sono e acelerar o pensamento. Seu uso pode causar lesões no septo nasal, alteração do ritmo cardíaco, provocando taquicardia e palpitações. Seu uso continuado provoca graves danos à pessoa.

5. **Crack:** é o nome dado à cocaína transformada por meio de soda cáustica ou bicarbonato de sódio, para se tornar própria para fumar. Pode atingir grau de pureza de até 90%, com a potência maior que a cocaína em pó. Com muita facilidade cria dependência. Inicialmente, o usuário tem a sensação de confiança em si mesmo, de poder e excitação. Após seu uso, segue-se um período de depressão, paranóia e outros sintomas. A pessoa pode tornar-se violenta e suicida em potencial. É conhecida como a "droga da morte".

6. **Merla:** produzida a partir da pasta básica da cocaína com o acréscimo de querosene, gasolina, metanol ou ácido sulfúrico, é uma droga de baixo custo e rápida dependência. Provoca emagrecimento acelerado, problemas respiratórios, perda de dentes, feridas, insônia e outros sintomas físicos. No nível psicológico, traz sentimentos de perseguição, medo e paranóia.

7. **Nicotina:** aspirada pelo fumo do tabaco, causa inúmeros malefícios cardiológicos e respiratórios. A nicotina produz dependência física. A condição de droga lícita favorece seu uso, embora já tenha sido citada como causadora de 24 doenças.

C) Perturbadoras

8. **Maconha:** é o nome popular de um arbusto de origem asiática. Suas folhas são secas e transformadas em cigarro: o "baseado". A longo prazo e intensamente usada, provoca o aumento do apetite, transpiração excessiva, tremores e ansiedades, aumento dos batimentos cardíacos e estados alterados de consciência.

9. **Ecstasy:** droga sintética, é uma mistura de anfetamina e alucinógenos, feita em laboratório e consumida em forma de comprimido ou pilulas. Deixa a pessoa extremamente excitada, provoca euforia e desejo de contato físico. Passado o efeito, a pessoa sente náuseas, pânico, cansaço e fadiga. Em usuários crônicos, pode provocar depressão, demência e delírio.

Toxicomania e dependência

38. A toxicomania foi definida pela Organização Mundial da Saúde - OMS - como um estado de intoxicação periódica ou crônica, nocivo ao indivíduo ou à sociedade, causado pelo uso repetido de uma droga, com três características básicas: a) desejo irresistível ou necessidade imperiosa de consumir a droga e procurá-la de todas as maneiras; b) tendência de aumentar as doses; c) dependência psicológica, às vezes física, em relação aos efeitos da droga.

39. A dependência de alguma droga é um caso particular da situação mais ampla da dependência que, desde o nascimento, relaciona todo ser humano com objetos, pessoas e situações, tornando-as indispensáveis para seu bem-estar, auto-estima e equilíbrio psicológico. Mas certas dependências podem causar graves prejuízos, como acontece com a droga. Neste caso, pesam muito as carências individuais dos sujeitos, os possíveis efeitos da droga, e a sensação de prazer dela resultante. Apesar das críticas que podem ser feitas, é corrente a distinção entre a dependência física e psíquica.

40. Fala-se de *dependência física* quando a droga muda intensamente o funcionamento do organismo a tal ponto que, se o indivíduo deixa de usá-la, aparece um conjunto de sintomas físicos chamados "síndrome de abstinência". O exemplo mais conhecido é o do "delirium tremens", que aparece em alcoólicos crônicos quando privados da bebida. O delírio começa com tremores exagerados, ansiedade, insônia, fraqueza, pesadelos, suores abundantes, dores, alucinações visuais, desidratação, crises convulsivas e, se não houver tratamento adequado, até mesmo a morte.

41. A definição de dependência física inclui a noção de tolerância, que é o processo de adaptação do organismo a determinada droga e, conseqüentemente, progressivo enfraquecimento dos seus efeitos. O resultado é que o usuário sente necessidade de aumentar cada vez mais as doses para continuar obtendo os mesmos efeitos.

42. Há *dependência psíquica* quando o usuário sente necessidade imperiosa de repetir o uso da droga movido pela lembrança do prazer que seu efeito proporciona. O indivíduo, sem a droga, não chega a ter os mesmos sintomas descritos para a "síndrome de abstinência", mas sofre psicologicamente, sente-se desamparado, inseguro, ansioso, angustiado, desanimado e pode até sentir dores de origem psicossomática. Esses sintomas variam muito de pessoa para pessoa.

* O termo "drogado", embora de uso corrente é impreciso e grosseiro. Pode-se chamar de "consumidor de drogas" aquele que consome drogas com intervalos irregulares e, por isso tem maior possibilidade de deixá-las.

* É denominado "toxicodependente" aquele que toma regularmente um remédio ou droga, mas com capacidade para deixá-la ainda que a custo de muito esforço.

* Denomina-se "toxicômano" aquele que, definitivamente, passa boa parte do seu tempo e de sua vida na busca de drogas, das quais já não pode mais se desfazer.

43. Cabe também aqui considerar a distinção entre drogas "leves" e "pesadas". Há quem rejeite tal distinção porque ela alivia o peso da condenação social e da repressão policial sobre drogas como a maconha, o fumo e o álcool que, embora sendo imediatamente menos prejudiciais a quem as consome, acabam sendo tão ou mais nocivas à sociedade pelo seu efeito massivo. Nessa perspectiva, o fumo e o álcool devem receber a mesma estigmatização das demais drogas, uma vez que tal classificação não deve ser apenas de ordem técnica, mas embutir uma Política Social que vise à eliminação de todas as drogas. Quem, ao contrário, considera um direito individual o consumo de drogas "leves" desde que não prejudique as demais, postula uma Política Social que reprima a indução de pessoas indefesas ao uso de drogas e concentra todo esforço na eliminação das drogas "pesadas". Entre essas duas posições polares, podem-se encontrar diferentes concepções quanto à política de controle e repressão às drogas.

44. Enfim, para explicar a toxicomania é preciso ter em mente que ela "é o encontro de um indivíduo, um produto (a droga), e um momento sociocultural." Esse modelo de compreensão do fenômeno da dependência parece ser o mais adequado por abranger tanto drogas "leves", como o álcool, quanto as mais "pesadas". Em todas as situações de

dependência, é preciso ter presente o tripé "pessoa / substância química / contexto sociocultural": a análise cuidadosa das relações entre esses elementos oferecerá uma visão mais realista do problema, evitando simplificações em que um dos três elementos parece explicar o todo.

Procurando explicações mais profundas

45. Em geral, nosso contato direto com o problema das drogas se dá quando alguma pessoa de nossas relações torna-se tóxicodependente ou alcoólico. Mas o problema das drogas vai muito além de nossas relações pessoais ou familiares. Ele pode ser percebido na "boca de fumo", que traz medo e insegurança às pessoas, nas propostas recebidas por pequenos agricultores para plantar maconha, na corrupção que mancha setores da polícia e dos poderes constituídos, nas denúncias de "lavagem" de dinheiro, ou nos escândalos desvelados pela CPI do Narcotráfico. Ao nos depararmos com essas realidades, percebemos que o mundo das drogas está muito próximo de nós. E aí nos fazemos muitas perguntas: por que tanta gente consome regularmente drogas? Como explicar o avanço do narcotráfico? Será que não há formas de resistir? Onde fica o sonho de vida agora ameaçado pelo pesadelo de substâncias que só nos alienam da realidade?

46. A resposta a essas perguntas não é simples nem direta. Não podemos reduzir a raiz do problema a uma questão meramente pessoal. Tampouco se pode falar da crise sócio-econômica e política como causa primeira, uma vez que os Estados Unidos são o maior consumidor mundial de drogas. Nem instituições como a família ou a escola podem ser unicamente responsabilizadas. Se queremos alguma luz sobre tais perguntas, precisamos ter a coragem de tomar o longo caminho da análise e da reflexão sobre essa realidade, muito complexa.

47. Na verdade, estamos diante de um conjunto de fatores que, combinados, formam o pano de fundo para se entender esse complexo campo das drogas. Suas conseqüências são visíveis a olho nu. Suas causas, porém, se escondem por trás de aparentes certezas que mais facilmente iludem do que revelam. Além do mais, o consumo freqüente de cada tipo de droga tem motivações distintas de uma para outra, e não podemos reduzir tudo a um único fator explicativo.

O uso de drogas

48. O uso e o abuso de drogas tem crescido de modo significativo. Cada vez mais diminui a idade do primeiro contato com as drogas. A ajuda clínica tem mostrado o desencanto da população jovem, a mais sacrificada, quando os valores familiares e educacionais não conseguem assumir o papel integrador. Numa sociedade carente de modelos estáveis de identificação, principalmente para a faixa etária em que os valores ainda estão em gestação, instala-se um sentimento de angústia e insegurança. As drogas tornam-se então atraentes, sendo vistas como solução rápida e desejada contra a angústia, embora não alterem a situação real.

49. São muitas as motivações para o consumo de drogas. As motivações de natureza coletiva normalmente regulam e restringem o seu uso a determinadas ocasiões,

lugares ou companheiros. É o caso da bebida usada com moderação, entre os colegas depois do expediente, nas festas ou na ceia de Natal. Dificilmente o consumo de drogas, limitado a situações como essas, provocará dependência. Outras são as conseqüências das motivações individuais, que vão da busca de prazeres intensos e imediatos (o que pode significar ausência de perspectivas, ou descrença num futuro satisfatório), à dificuldade de encarar o mundo com seu próprio potencial (o que pode revelar a existência de problemas psicológicos). Quando essas motivações são muito fortes, busca-se uma alteração da consciência pelo recurso a alguma droga. Ai pode começar a dependência e, com ela, os problemas mais graves para o usuário e as pessoas que o cercam.

50. O estado de fragilidade ou desequilíbrio psicológico parece ser um importante motivador para o recurso às drogas. Sendo a adolescência um período de instabilidade emocional e biológica, ela torna-se um momento propício ao uso experimental das drogas. De fato, "o último levantamento do CEBRID, realizado em 1997, revela que o percentual de adolescentes que já consumiram drogas (uso na vida) entre os 10 e 12 anos de idade é altíssimo: 51,2% usaram álcool; 11% usaram tabaco; 7,8%, solventes; 2%, ansiolíticos e 1,8% já se utilizaram de anfetamínicos nessa faixa etária. Nas 10 capitais pesquisadas, cresceu a tendência para o uso freqüente de maconha entre crianças e adolescentes. O uso de cocaína e de álcool também aumentou em 6 capitais. A situação agrava-se entre as crianças e adolescentes em situação de rua. Segundo o levantamento de 1993, o uso de drogas por essa população apresenta os seguintes percentuais: 82,5% em São Paulo, 71,5% em Porto Alegre, 64,5% em Fortaleza, 57% no Rio de Janeiro e 90,5% em Recife. As drogas mais comumente usadas por crianças de rua são: o tabaco, os inalantes, a maconha." Tal realidade despreza os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Rostos desfigurados

51. Quantas vezes encontramos pessoas alcoolizadas estiradas nos caminhos e calçadas? Mas é dentro de casa que o álcool provoca maiores estragos. Discussões, desavenças, separação e, no extremo, briga, agressão física e quebraadeira são os resultados mais diretos. As mulheres e crianças costumam ser as mais atingidas, sofrendo às vezes por anos a fio e em silêncio os efeitos do alcoolismo de marido, filhos ou irmãos. Uma grande quantidade de famílias sofre o drama de conviver diariamente com um alcoólico dentro de casa. Sofre a pessoa dependente e sofrem seus familiares, principalmente quando é a própria mãe a alcoólica. Por outro lado, na hora de se livrar da bebida, devido aos laços afetivos, a família co-dependente, que procura a libertação, constitui normalmente o maior suporte e apoio no processo de cura.

52. Das pessoas que você conhece, quantas são fumantes? O cigarro fascina muitos jovens e adolescentes, sendo muitas vezes apresentado pela propaganda como símbolo de status adulto e independente. Felizmente, já há leis que limitam sua propaganda e proibem o cigarro em alguns ambientes públicos, aviões e ônibus. Sabe-se que além do câncer de pulmão, muitos outros males são causados pelo fumo, não apenas nos usuários mas também nas pessoas que, estando perto do fumante, inalam a fumaça sem querer. Também aqui vale sublinhar a importância do afeto e do carinho dos amigos e familiares na hora em que o fumante deseja se livrar do cigarro, o que nem sempre é fácil.

53. Popularizada pelos grupos de rock nos anos 60, a maconha é o entorpecente mais comum entre os jovens, sendo consumida também por adultos de todas as camadas sociais. A maconha tem sido considerada a porta de entrada para drogas "pesadas". Devido à facilidade de produção, são muitos os pontos de venda da maconha, apesar de seu tráfico e seu porte constituírem transgressão penal. Seu uso por tempo prolongado torna a pessoa apática e, no limite, incapaz de um trabalho produtivo.

54. A palavra "droga" está hoje associada principalmente à cocaína e ao crime organizado em torno de seu tráfico em âmbito mundial. Comercializada em forma de pó branco, é mais usada por adultos que por jovens. Normalmente, o pó é aspirado, podendo também ser injetado na veia, uma vez diluído em água. Há quem fume a pasta da coca, produto grosseiro extraído de folhas tratadas com solventes como querosene, gasolina, ácido sulfúrico ou metanol. Seu uso aumenta a pressão arterial e provoca taquicardia. Em casos extremos, pode causar parada cardíaca.

55. Dois subprodutos da cocaína, porém, muito mais danosos ao organismo humano, são o crack e a merla, cujo preparo possibilita a ingestão por meio do fumo, que leva a cocaína diretamente ao pulmão e, daí, ao cérebro. Provoca um prazer intenso mas rápido, levando o usuário ao desejo incontrolável de repetir muitas vezes a dose (é o que chamam fissura). Droga mortífera para muitos meninos e meninas de rua, especialmente em São Paulo, Recife, Salvador e Brasília, mas também para canavieiros do Nordeste. Seu uso continuado deixa o dependente num estado lastimável, porque perde as noções de higiene, torna-se violento, irritado e toma atitudes bizarras devido à paranóia. Se as drogas em geral constituem um caminho sem volta, neste caso a vida costuma ser tão curta e trágica que muitos traficantes são contrários à sua produção para não perderem clientela.

56. As drogas injetáveis (no Brasil, a cocaína; noutros países, também a heroína) estão entre as mais mortíferas para seus usuários porque, além de seus riscos intrínsecos, favorecem a transmissão do vírus HIV (AIDS), já que seu consumo costuma ser feito em grupo. O resultado da injeção intravenosa provoca um prazer intenso, porém mais passageiro do que a aspiração nasal, o que aumenta a "fissura" e, conseqüentemente, leva a um consumo fora de controle. Seus efeitos sobre a pessoa são arrasadores.

O pesadelo da família

57. Combinadas com outros fatores de caráter estrutural, as drogas interrompem o sonho de convivência harmoniosa. Quando a droga entra pela porta, a paz sai pela janela. A família, em muitos casos, se torna refém do traficante. Os gastos com entorpecentes ou com o álcool levam muitas famílias a perderem bens acumulados com o sacrifício de anos. Além disso, o medo de represálias passa a rondar a casa e, com isso, sofrem todos os membros da família.

58. Aspecto importante é a mudança no papel da mulher na estrutura familiar. Por diversas influências, está acontecendo uma sadia superação do patriarcalismo no lar. Com novos valores referentes à dignidade humana e,

também, ao se tornar economicamente autônoma, a mulher tem, positivamente, mais participação nas decisões na família, e o mesmo ocorre com os filhos. Essa reestruturação de papéis, porém, precisa vir acompanhada de um novo modo de ser presença, como pai e mãe, junto aos filhos, hoje muitas vezes realizada por meio de verdadeiras chantagens. O que mais se vê é que, além da ausência dentro do lar, por parte do pai, o que já é secular, soma-se agora a ausência da mãe, ocasionando, em muitos casos, filhos órfãos de pais vivos. O custo psico-afetivo e financeiro dessa ausência torna-se cada vez mais alto: personalidade imatura, presentes, promessas, tratamentos psicológicos, babás etc. É óbvio que, hoje, o casal que decide formar família necessita trabalhar bem esta questão da presença eficaz de ambos junto aos filhos, já que antes a carga maior ficava com a mãe. Pode-se afirmar que uma das grandes causas da busca da droga pelas crianças, adolescentes e jovens provém do vazio afetivo existente na família.

59. Um outro elemento a ser considerado em relação à família é o das crises entre marido e mulher, que, obviamente, repercutem profundamente nos filhos, levando-os às vezes à fuga nas drogas. O problema atinge, não raro, os próprios adultos. O desrespeito, as traições, o rompimento e a recomposição de laços matrimoniais são, hoje, cada vez mais freqüentes entre os casais. E a mídia tripudia, com a maior liberalidade, sobre essas questões, tornando-as corriqueiras e normais na opinião pública. Só que essas situações são sempre vividas, na prática, com muito sofrimento, e as principais vítimas são os filhos. Nem sempre, nos casais, há maturidade, humildade e amor, que, se é verdadeiro, tem sempre o ingrediente da renúncia, que os ajuda a encontrarem uma solução menos traumática para todos, principalmente os filhos. Daí, muitas vezes, a equivocada busca de bálsamos na bebida, no fumo, nos calmantes, e, por fim, em entorpecentes, que, em casos desesperados, parecem oferecer a saída ilusória para o sonho da felicidade.

Um caso entre tantos outros

"Queridos pais,

Imagino a raiva que têm de mim. Sim, fui muito ingrata com vocês. Larguei os estudos, tornei-me viciada, desapareci. Vim para São Paulo com um amigo e, aqui, passei a viver de pequenos expedientes. Na verdade, afundei-me na lama.

O fato é que, agora, estou na pior. Peguei AIDS. O que temo não é a morte. Ela é inevitável para todo nós. Tenho medo é de ficar sozinha. Preciso de vocês. Mas também sei que os maltratei muito e posso entender que queiram manter distância de mim. Cada um na sua.

É muito cinismo da minha parte vir, agora, pedir socorro. Mas, sei lá, alguma coisa dentro de mim dá forças para que eu escreva esta carta. Nem que seja para saberem que estou no início do fim.

Um dia qualquer, passarei aí em frente de casa, só para dar um último adeus com o olhar. Se por acaso tiverem interesse que eu entre, numa boa, prendam, à goiabeira do jardim, um pano de prato branco ou uma toalha de rosto. Então pode ser que eu crie coragem e dê um alô. Caso contrário, entendo que vocês têm todo o direito de não querer carregar essa mala pesada e sem alça na qual me transformei. Irei em frente, sem bater à porta, esperando em Deus. Que, um dia, a

gente se reencontre no outro lado da vida.

Beijos da filha ingrata, mas que ainda guarda, no fundo do coração, com muito amor, (sic.).

Clara

Três semanas depois, antes das cinco horas da manhã, Clara desembarca na rodoviária e toma um ônibus para a Praia do Canto. É quinta-feira, e o vento sul começa a aplacar o calor, encapelando o mar e silvando entre prédios e janelas. Clara desce na esquina e caminha, temerosa, pelo outro lado da rua. Sabe que, a essa hora, seus pais e as duas irmãs costumam estar dormindo.

Ao decifrar a ponta do telhado, seu coração acelera. Olha o portão de ferro esmaltado de preto, as grades em lança que marcam o limite entre a casa e a calçada. Vislumbra o cume da goiabeira. Seus olhos ficam marejados. De repente, uma coisa branca quebra o antigo cenário. Não é uma toalha nem um pano de prato. É um lençol, com pequenos furos no meio, tremulando entre a árvore e o muro da garagem.

Em prantos, Clara atravessa a rua e corre para casa".

(Extraído do romance de Fr. Betto: *O Vencedor*, Ática, 1995)

O sonho da harmonia social

60. O relacionamento entre as pessoas pode ser carinhoso, amigável, fraterno, mas também pode ser mesquinho, egoísta, carregado de inveja, ciúme e vingança. Podemos viver unidos por laços de solidariedade ou de concorrência. Esta, traz consigo desconfiança mútua e competição, aquela traz justiça e partilha. Claro que ambas se misturam no cotidiano de nossas vidas, gerando medos e angústias. De um lado, as pessoas podem desenvolver um individualismo exacerbado, uma subjetividade doentia. Por outro lado, elas podem desenvolver personalidades autênticas, amadurecendo uma individualidade que torna a amizade e a solidariedade mais verdadeiras. Na verdade, uma e outra atravessam o coração de cada ser humano e o coração da sociedade como um todo: mesmo os que temos o melhor propósito de realizar o sonho do grande banquete da vida, por vezes trabalhamos só para nós mesmos, descuidando da harmonia universal. Quando predomina a exaltação do mais forte, do vitorioso, do competitivo, prevalece também o individualismo, o corporativismo, a exclusão dos pequenos e dos fracos. E, infelizmente, é esse o contexto da sociedade neocapitalista e hedonista, que já está dominando boa parte da sociedade brasileira, perante o qual estamos perdendo a distância crítica e abandonando a busca de alternativas mais humanas.

61. A competição desregrada em busca dos interesses egoístas quebra sonhos individuais, familiares, comunitários e universais. Aliás, uns e outros estão estreitamente vinculados. Ao romper laços individuais ou familiares, estamos comprometendo a fraternidade universal. E, reciprocamente, ao desenvolver estruturas sociais, econômicas e políticas escandalosamente desiguais, estamos fragmentando esperanças de indivíduos e famílias concretas. Todos os sonhos estão

inter-relacionados. Rompendo os fios que os costuram, desfaz-se toda a rede.

62. O resultado disso é uma distância enorme e crescente entre o sonho de Deus e o nosso, por um lado, e, por outro, uma realidade que nega, no dia-a-dia, a possibilidade de uma existência sintonizada, harmoniosa, justa, igualitária e feliz. Realidade que, embora em graus diferenciados, afeta todas as setores sociais e abre caminho para desvios comportamentais, inclusive o uso de drogas. Para entendê-la convém considerar o processo de transformação em curso no mundo atual.

Um mundo em crise

63. O mundo no qual vivemos é uma sociedade em busca de caminhos. Os estudiosos falam de sociedade pós-industrial, pós-moderna, informacional etc. O fato é que os grandes paradigmas estão se transformando. Sabemos o que deixamos para trás no século XX, mas não sabemos em qual direção caminha o mundo no século XXI. Acreditamos na possibilidade de um novo milênio sem exclusões, mas constatamos uma realidade cada vez mais excludente. Já a *Gaudium et Spes* (n. 4) constatava, em 1965, que "o gênero humano encontra-se hoje em uma fase nova de sua história, na qual mudanças profundas e rápidas estendem-se progressivamente ao universo inteiro". De fato, a mundialização do mercado e a globalização da cultura, gerada nos pólos mais ricos, estão dissolvendo as sociedades tradicionais e impondo sua integração no moderno sistema mundial como sociedades periféricas e subalternas.

64. Nossa sociedade é, cada vez mais, marcada pelo urbano, que hoje inclui mas ultrapassa a cidade. Trata-se menos de um espaço geográfico e mais de um modo de ser, de viver, enfim, de uma nova cultura com sua linguagem própria, seus valores e contravalores refletindo uma nova mentalidade comparada à rural tradicional. Cultura e mentalidade urbanas que exercem um forte fascínio tanto na zona rural quanto na própria cidade. Para uma imensa multidão que, por causa de uma política rural equivocada, foi e é expulsa do campo nestes últimos anos, a cidade é, porém, com todos os seus apelos, um verdadeiro inferno.

65. Espaço de desenvolvimento tanto de uma individualidade madura e sadia quanto do individualismo mais feroz, o mundo urbano é, infelizmente, propício à violência, aos vícios, ao consumo de drogas. Na luta pela sobrevivência física, mental, moral e religiosa nessa selva de pedra, não tendo mais as referências do universo rural, consideradas sólidas pelos que vivem no campo, a insegurança diante dos caminhos a tomar neste novo ambiente pode conduzir a escolhas erradas. Há, na cultura urbana, novos enfoques dados aos valores, como amor, liberdade, família, religião, que assustam e perturbam. Assim, por exemplo, liberdade, amor, fidelidade, solidariedade, convertem-se em fardo pesado, parecendo ser mais fácil abdicar das opções pelos valores humanos que contam, evitando-se responsabilidade e compromisso. Em lugar da liberdade, as pessoas se amarram na teia das ilusões das promessas do ganho fácil, da libertinagem, das aventuras. E aí se abrem as portas para o comportamento anti-social, entre os quais o do consumo de drogas.

Nova forma da mercadoria e hegemonia neoliberal

66. O fenômeno da crise de valores na cultura urbana tem raízes nas transformações pelas quais passam a economia e a política em âmbito mundial, a partir de uma ideologia avessa aos valores humanos, porque fundada no absolutismo do dinheiro, que, por sua vez, cria um fascinante universo simbólico próprio. A produção e o comércio se difundem e se globalizam, e o capital financeiro ganha hegemonia e desconhece fronteiras. Instala-se, em todo o mundo, feroz concorrência pela disputa de mercados, não tanto pelo aumento do número de consumidores, como na onda do "consumo de massa", mas para vender muito para os poucos que podem comprar. Temos aí a corrida pela produção de bens supérfluos, com a conseqüente exasperação dos desejos e, portanto, a criação de necessidades artificiais. A mercadoria incorpora cada vez menos valor de uso e mais valor simbólico, que é transferido ao custo: o que conta é a marca, a "griffe", a sensação de identidade com o esportista ou a celebridade que aparece na propaganda. Esse consumo de mercadorias simbólicas apóia-se na aura dos grandes vencedores e atrai pessoas dispostas a pagar qualquer preço para participarem desse mundo mágico, forçando quem não pode pagar a entrar em depressão ou a tê-los a qualquer custo, por meio de roubos ou de assaltos.

67. Associada ao processo de globalização, as ideologias consumistas adotadas pelas elites e difundidas por muitos órgãos da mídia tornaram-se modo de pensar e de agir político que desqualifica como "atrasada" outras opções que se apresentem em oposição. Um de seus postulados é que o mercado não deve ser submetido a regulamentações externas e que o Estado não pode intervir na vida econômica, mas sim favorecê-la. Para alguns teóricos dessa ideologia, ao Estado cabem as ações no campo social, isto é, no campo não atendido pelos agentes econômicos do mercado, o que é, em geral, dificultado por causa do alto custo do serviço e da dívida externa a ser paga aos credores. Uma das conseqüências dessa ideologia é a redução dos investimentos públicos nos setores de saúde, educação, agricultura, previdência social e habitação. Outra conseqüência grave é o desemprego, que faz multiplicar o trabalho informal.

68. Nesse mundo em crise de valores, tanto entre os socialmente bem situados como entre os mais pobres, instala-se facilmente o caos, a incerteza e a insegurança, como nos pesadelos de beco sem saída. Os horizontes se fecham e as esperanças se reduzem. O caminho longo e penoso da reflexão, do diálogo e do compromisso é facilmente descartado em troca de alguma coisa que proporcione ao menos um alívio momentâneo e permita escapar do enfrentamento com a dura realidade. Não é surpreendente que adultos, jovens e até crianças procurem nas drogas um meio de fugir dos seus problemas.

69. Na raiz de tudo está, portanto, uma sociedade destituída de sentido verdadeiro para a vida humana. O consumismo, a busca do prazer individual, a concorrência exacerbada geram um egocentrismo doentio. Valores como a amizade, a solidariedade, a busca do bem-comum tornam-se "caretas", ultrapassados. A via longa, reflexiva, dialógica e comprometida é substituída pelo caminho fácil da satisfação individual. O compromisso de vida dá lugar ao evento instantâneo. O sentimento dá lugar à sensação. A relação dá lugar ao uso efêmero do outro. É como se

tudo tivesse se tornado descartável: os produtos, os bens da natureza e até as pessoas. A sensação de vazio e de infelicidade é o resultado dessa experiência sem profundidade afetiva, sem carinho e sem diálogo. A existência perde o tempero e o brilho, e abre-se o caminho para a busca ilusória do prazer imediato. Mas este só faz aumentar a desilusão, o vazio e a infelicidade. Daí a depressão, as despesas com infundáveis tratamentos, e o recurso ao artifício das drogas, com todas as suas trágicas consequências. Mas não haverá droga suficiente para preencher esse poço sem fundo. Ao contrário, quanto mais drogas, mais ele se aprofunda, até à destruição total da pessoa.

A restauração dos sonhos

70. E como devem se colocar os cristãos diante desse imenso desafio, eles mesmo vulneráveis em todo este universo em crise? Em tal sociedade, que se modifica a uma velocidade extraordinária, mais do que nunca valem as palavras da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* nº 1: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo". É vital, obviamente, uma extraordinária revitalização da fé, porque o sonho de Deus permanece de pé. Numerosas forças vivas e ativas, dentro e fora da Igreja, estão procurando, com humildade e tenacidade, levar adiante o projeto inspirador da Criação. A resistência, a teimosia e a coragem dessas pessoas, grupos, comunidades de base, movimentos e organizações mantêm acesa a chama de um amanhã novo e recriado. É por isso que a CF-2001 tem por lema em primeiro lugar não o repúdio às drogas mas a afirmação "Vida sim!".

71. Certamente não é fugindo da realidade por meio dos sonhos ilusórios, proporcionados pelas drogas e suas "viagens", que construiremos o ambiente de vida harmoniosa e prazerosa que, eticamente, tanto desejamos para nós mesmos e para as próximas gerações. Uma intuição profunda nos diz que basta uma sociedade "frugal", sóbria, onde nos contentemos com pouco, desde que o pouco seja o suficiente para todos, pois realmente necessário é que as relações humanas nela existentes sejam permeadas por autênticos valores que produzem a alegria de viver. Acreditamos que esse sonho do "paraíso", que parece perdido no passado remoto, será reconhecido em algum lugar do futuro: um dia a humanidade chegará lá, restaurará seus mais lindos sonhos e completará o sonho do Criador. Nessa caminhada, muitas pessoas, por causa das circunstâncias atuais, são derrubadas pelas drogas, e sua queda nos interpela como um pedido de socorro. Socorro que deve traduzir-se tanto no cuidado com cada pessoa, quanto numa Política Social e numa ordem econômica que busca o bem comum, a distribuição equitativa dos bens, superando o neoliberalismo, "que considera os lucros e as leis do mercado como parâmetros absolutos a prejuízo da dignidade e do respeito da pessoa e do povo".

SEGUNDA PARTE:

ESCOLHA A VIDA! (Dt 30, 19)

(JULGAR)

72. A cruel realidade do mundo das drogas, do qual este Texto-base nos revela uma pequena amostra, não deixa ninguém indiferente. Há uma indignação ética que, por si mesma, irrompe no coração de qualquer um que aposta no ser humano, luta por um mundo melhor para seus filhos, seus alunos, seus amigos e colegas, seus concidadãos, seus irmãos e irmãs de fé e ideal. Há também um sentimento de compaixão pelas vítimas dos sistemas que favorecem o comércio, o tráfico e o consumo das drogas, e, ao mesmo tempo, um sentimento de clamor por justiça em relação aos causadores desse imenso problema. Entre esses sistemas, se destaca a ideologia neoliberal que, ao considerar o lucro e as leis do mercado como parâmetros absolutos, atenta contra a dignidade da pessoa e do povo e descuida dos mais frágeis na sociedade. Há ainda os exploradores da fragilidade humana, que esvaziam as pessoas do sentido da vida, para oferecer-lhes como solução os vícios que alienam e fazem fugir, e com os quais esses exploradores se enriquecem.

73. Nesta segunda parte do Texto-base, além de uma atenção prioritária às pessoas vítimas das drogas, a serem atendidas segundo os preceitos da ética, da cidadania e do amor, buscamos na Palavra de Deus luzes que apontam caminhos para essas vítimas e apoio para os que a elas se dedicam. Evidenciamos, também, o apelo de Deus à conversão dos que tripudiam sobre seus filhos e filhas e, ainda, conforme o caso, a veemente condenação deles pela justiça divina. Incentivamos as comunidades para que, à semelhança das outras partes deste Texto-base, procurem complementar os dados aqui colocados.

O contexto social das drogas

74. A Igreja, como vimos na primeira parte deste Texto-base, é consciente de que todo o trágico problema das drogas, que afeta profundamente as pessoas nelas envolvidas, suas famílias e grandes parcelas da sociedade, é agravado por um contexto social, econômico, político e cultural, que gera esvaziamento do sentido da vida, desespero, fugas e busca ilusória do prazer. O Papa João Paulo II, vai direto ao cerne da questão: "É necessário denunciar com coragem e com força o hedonismo, o materialismo e aquele estilo de vida que facilmente induzem à droga". É essencial, sim, atender, e da melhor maneira possível, a vítima das drogas, mas é igualmente essencial lutar contra as situações que conduzem ao uso desses venenos e contra os que criminalmente os disseminam.

75. À luz da fé se constata que a idolatria do dinheiro, que absolutiza a riqueza, o capital, a economia de mercado e o consumismo, constróem uma sociedade injusta, na qual os que têm dinheiro e bens se tornam senhores da vida e da morte dos que nada ou pouco têm, além de se tornarem, também, senhores da natureza. A injustiça social impele os mais ricos e os mais fortes ao despojamento dos bens e dos direitos dos outros para deles se apropriarem. O egoísmo impulsiona a acumular, impede a partilha, leva à escravização da natureza e ao

desperdício, não se importando com os milhões de seres humanos carentes de tudo. A qualidade de vida é confundida com o nível de consumo e com a quantidade de coisas a possuir. A confiança, a segurança, a garantia e o sentido da vida são colocados no dinheiro e nas coisas, em detrimento das pessoas.

76. O mundo globalizado a partir do ídolo dinheiro, escreve o professor Milton Santos, manipula arditamente a competitividade, que comanda as nossas formas de ação, o consumo, que comanda as nossas formas de inanição, e a confusão dos espíritos, que impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós. Uma das molas propulsoras dessa globalização perversa, segundo ainda o professor Milton Santos, é o uso despótico da informação a serviço da ideologia neoliberal, que busca instruir e convencer.

77. A idolatria do dinheiro (cf. Am 6, 3-7; Am 4, 1-3; 1 Tm 6,10) requer vítimas, e um deles é o dependente das drogas. Por detrás de toda vítima da dependência química há uma indústria que precisa de muito dinheiro. São milhares de pessoas arriscando literalmente a vida para conseguir mais clientes para comprar drogas e, assim, captar mais dinheiro.

78. É necessário tratar a vítima, mas é fundamental também atingir as causas que ultrapassam o nível da pessoa afetada, causas que conformam uma gigantesca trama de produtores, grandes industriais da droga, agentes financeiros e traficantes. Poderosos que são, eles conseguem armar exércitos, dominar bairros, comprar políticos e pessoas influentes nas altas rodas sociais, nos meios de comunicação social, na polícia e escravizar pobres para servi-los. Além da dominação pelo vício da droga, há o domínio, pela promessa de riqueza, rápida e fácil, de felicidade e, mais ainda, pelo temor, pois o assassinato é moeda corrente nesse trágico meio.

79. Diz o Catecismo da Igreja Católica, 2290: "O uso das drogas inflige gravíssimos danos à saúde e à vida humana. Salvo indicações estritamente terapêuticas, constitui falta grave. A produção clandestina e o tráfico de drogas são práticas escandalosas; constituem uma cooperação direta, pois incitam a práticas gravemente contrárias à lei moral".

80. Quem desenvolve em si e nos outros a cidadania, fundamentada na ética, na justiça social, na fraternidade e na solidariedade, está plantando a sociedade segundo o Plano de Deus e, portanto, criando dificuldades para aqueles que têm o propósito de dividir e destruir, reinar como senhores deste mundo. Não há como clamar "Não às drogas! Sim à vida!" sem lutar denodadamente por profundas mudanças no modelo social vigente, gerador de empobrecimento da maior parte do povo, de exclusões e de esvaziamento do sentido da vida. O amor ao outro, como pessoa, exige o compromisso da luta por criar condições humanas, sociais e espirituais básicas que garantam a todos a alegria interior de viver, amar, ser generoso e fazer o bem.

Para refletir:

Que apoio damos aos que lutam por erradicar as causas econômicas, sociais, políticas e culturais que geram e alimentam o mundo das drogas?

Que meios concretos temos para impedir em nosso bairro, em nossas famílias, em nossas escolas a influência dos traficantes?

O contexto pessoal das drogas

Ser humano - obra preciosa

81. Muito esforço, perseverança, gastos materiais e emocionais envolvem a recuperação não só dos dependentes químicos mas de qualquer pessoa que esteja em situação de risco. Vale a pena? Responde mais fácil e rapidamente a essa pergunta quem tiver amor pela pessoa em questão. Quem ama sabe perfeitamente que o outro não é descartável, que sua perda é algo difícil de aceitar, seja qual for o problema em que esteja envolvido. Se assim é com o amor humano, mais ainda o será com o amor de Deus, termo criador de todos e de cada um em particular.

82. Para Deus todos nós temos nome e temos nossa história, que é por ele conhecida e acompanhada com desvelos incríveis. Podemos aplicar a cada pessoa as ternas declarações de amor que Deus faz a seu povo através do profeta Isaías: "Mesmo que as montanhas oscilassem e as colinas se abalassem jamais o meu amor te abandonará" (Is 54,10); "Pode uma mulher esquecer-se daquele que amamenta? Não ter ternura pelo fruto de suas entranhas? E mesmo que ela o esquecesse, eu não te esqueceria nunca" (Is 49, 15)

83. O Salmo 139 (138) diz que o Senhor sonda, conhece e acompanha cada um de nós, penetra nossos pensamentos e nos envolve por todos os lados. Deus não é presença de um fiscal que não deixa escapar nenhuma falta. Ele é a solicitude própria do amor, para cada um e para todos, sem exceção. Cada um está sempre diante de sua ternura solícita que não descansa, que não abandona ninguém em momento algum.

84. E quanto mais frágil e necessitada é a pessoa, maior é o desvelo do Senhor. Seu amor preferencial pelo empobrecido, pelo pecador, pelo enfermo, pelo excluído é pura gratuidade. Não há mérito algum no carente em conseguir ser alvo preferencial do seu amor misericordioso e de libertação. E se o amor humano provém do amor de Deus, obviamente é-lhe intrínseco o desvelar-se pelo mais necessitado. É o que acontece em qualquer família em que reina o amor. E é o que deveria acontecer na vida de cada cristão, de cada grupo de cristãos e da comunidade eclesial.

85. Esse mesmo sentimento é expresso por Jesus na parábola da ovelha perdida (cf. Mt 18, 10-14; Lc 15, 3-7): o amor de Deus não é, e o nosso também não deveria ser, uma questão de estatística. Afinal 99% do rebanho a salvo seria um bom saldo, mas o pastor não descansa enquanto houver uma única ovelha exposta a sofrimentos e perigos. Também não se trata de algum mérito especial da ovelha extraviada: ela pode não ser a mais produtiva, é apenas preciosa para o coração do pastor.

86. Na Campanha da Fraternidade 2000, quando tratamos da Dignidade Humana, vimos que cada ser humano abandonado é um sinal de pouco apreço pela inviolável sacralidade da vida humana. Cada vez que permitimos, por omissão ou indiferença, que um ser

humano que sofre fique entregue à própria sorte, estamos negando na prática o valor da vida humana que afirmamos em tantos discursos. Quando o valor da vida de alguém é desconsiderado, abre-se caminho para não mais se considerar inviolável e preciosa a vida de qualquer um. Em se tratando de vida humana, qualquer exceção é ameaçadora e perigosa para todos.

Criados por amor e livres, para sermos felizes

87. A Bíblia traz, nos seus primeiros capítulos, uma reflexão sobre o ser humano colocado diante de uma proposta de paraíso, de vida feliz (cf. Gn 2, 4b-24). Mas não era uma felicidade obrigatória, sem alternativa. Era uma felicidade a ser construída e preservada por meio do desafio da liberdade (Gn 2, 25 a 3, 1-24). Mas muita gente talvez se pergunte: E isso não foi perigoso demais? Vejam só quanta desgraça a humanidade construiu usando essa liberdade! Não seria melhor Deus ter guardado para si esse arriscado presente, o da liberdade humana?

88. Sem liberdade, seríamos robôs, incapazes de ser felizes ou infelizes, seríamos marionetes na mão do Criador, sem sentido próprio. Ser criado à imagem e semelhança de Deus é também ser um interlocutor capaz de criar, transformar. Para o bem e para o mal? Sim, é verdade, mas é a possibilidade do "não" que enriquece o significado do "sim". Podemos usar mal a liberdade que nos foi dada, mas sem ela não realizaremos coisa alguma que tenha sentido humano.

89. O resumo da lei de Deus, na versão do Deuteronômio, mostra que, ao mesmo tempo que garante a nossa inestimável liberdade, o Senhor está profundamente ansioso para que façamos a escolha certa. Ele aponta um caminho, não por vontade arbitrária de ser obedecido, mas porque quer o melhor para nós, com toda a força do seu amor: *"Eis que ponho diante de ti a vida e a felicidade, a morte e a infelicidade... Eu hoje te ordeno: ame o Senhor, teu Deus, ande nos seus caminhos e guarde os seus mandamentos, suas leis e seus costumes. Eis que eu ponho diante de ti a bênção e a maldição. Escolhe, pois, a vida, para que vivas tu e a tua posteridade, amando o Senhor, teu Deus, escutando a sua voz e ligando-te a ele!"* (Dt 30, 15-20).

90. A luta pela liberdade tem inspirado fantásticos heroísmos na história da humanidade. Entre os adolescentes, ela faz parte da construção da personalidade de cada um e se manifesta na necessidade de se auto-afirmar, muitas vezes testando suas próprias forças contra os padrões socialmente estabelecidos. A educação da liberdade nos adolescentes e jovens não é nada fácil para pais e educadores, em face das investidas de inescrupulosos que exploram essa delicada fase da vida humana, açulando, com desastrosas conseqüências, um uso perverso deste maravilhoso dom de Deus, que é a liberdade.

91. O dependente de drogas, por exemplo, usando mal o dom da liberdade, perde-a em grande parte para a droga. E aos poucos direciona seu ser para um ídolo, a droga, que vai destruir a sua vida. O mesmo ocorre com pessoas dominadas por qualquer outro vício. A salvação dessas pessoas estará exatamente na recuperação do exercício construtivo do precioso dom da liberdade, na capacidade de atribuir-se sadios limites, dizer não ao ídolo devorador. Elas precisam crer que podem mais do que o hábito que tomou o controle de suas vidas, crer que podem, com a força de Deus e o apoio dos

irmãos, não só conseguir a libertação, mas se colocar a serviço da libertação de outros, e do verdadeiro sentido da vida.

92. É evidente, porém, que se requer um passo fundamental, o qual somente a própria pessoa afetada pelo vício pode dar: a *conversão*. Deus, que respeita o uso que fazemos da liberdade, colabora conosco e espera ansioso por um pequeno sinal de nossa vontade para a nossa conversão e o retorno à casa paterna, como aconteceu com o filho pródigo (cf. Lc 15, 11-32). E Deus nunca deixa de oferecer motivação e caminhos de volta. Ele, que nos ama infinita e apaixonadamente, será parceiro na recuperação da liberdade, porque foi para a liberdade que ele nos criou e Cristo nos libertou (cf. Gl 5, 1-26). E é para oferecer caminhos de libertação, que o Senhor suscita pessoas e instituições, que se colocam a serviço das pessoas afetadas pela tragédia dos vícios, pela tragédia da droga.

A sabedoria de livremente impor-se limites

93. Liberdade e limites serão opostos, incompatíveis? Muitos experimentam não ter limites e descobrem que acabam perdendo juntamente com eles a possibilidade de importantes realizações pessoais.

94. Diz o livro dos provérbios: *"O que observa a disciplina está no caminho da vida" (Pv 10, 17)*. Não se trata aí de uma disciplina opressora, mas de um controle de si mesmo que permite dirigir esforços para um objetivo ditado pela própria liberdade. Como, por exemplo, chegar a ser um grande pianista ou um atleta, sem a disciplina dos exercícios que aprimoram a técnica? Como criar um clima familiar afetuoso e acolhedor se cada um resolver que não precisa se controlar, quando o trato com os demais exige uma certa paciência?

95. Quem despreza a noção de limites para chegar mais depressa ao que deseja é como um rio que rejeitasse as próprias margens: vai se espalhar, virará pântano e perderá o rumo e a força para chegar ao mar. A educação para a compreensão dos limites como força que potencializa e dirige o nosso agir é importante para cada um poder desenvolver melhor seus dons pessoais e alcançar objetivos que valham a pena. *"Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém. Tudo me é permitido, mas eu não me deixarei dominar por coisa alguma"* (1 Cor 6, 12). Essa orientação de São Paulo indica um uso importante da liberdade: discernir que limites devemos respeitar para conseguir fazer da nossa vida uma realização mais gratificante e mais digna de nossa identidade de filhos e filhas de Deus.

Hábitos que controlamos e hábitos que nos controlam

96. *"Mais vale quem domina o coração, é dono de si próprio, do que aquele que conquista uma cidade"* (Pv 16, 32). Não são apenas os dependentes químicos os que podem perder o controle de sua vida, dominados por hábitos que se tornam pesadas cadeias. Todos nós podemos nos deixar controlar, seja pela propaganda, seja pela pressão de grupo, seja pelas próprias válvulas de escape que inventamos para amortecer as dificuldades da vida. Na verdade, quem não se condiciona a si mesmo, por sua própria vontade, ao que quer ser e fazer, é condicionado facilmente pelos outros ao que não quer ser e

fazer. Quem de nós não conhece gente que quer emagrecer mas não consegue parar de comer, gente que já nem conversa com a família porque não consegue desviar os olhos da TV ou é escravo da Internet, gente que promete controlar a língua e não resiste na hora de fazer mais um comentário ferino sobre a vida alheia, gente que promete parar de fumar ou beber e não toma os meios?

97. Isso posto, seria bom que cada um de nós se examinasse antes de censurar a incapacidade alheia de resistir a hábitos e vícios. É importante tirar a trave dos próprios olhos, como recomenda Jesus (cf. Mt 7,3; Lc 6,41). Provavelmente teremos, nós também, alguns hábitos e tendências que encontramos dificuldade em dominar. Isso não deve servir para nos acomodar diante da situação, mas pode nos conduzir a uma postura mais humilde e caridosa diante de quem, por ter perdido o controle de algum hábito, está pondo em risco a sua felicidade ou a sua vida.

Para refletir

Estamos sabendo apresentar as leis de Deus e os valores do Evangelho como ajuda para indicar um uso construtivo da liberdade humana?

Educamos para a valorização dos limites que nos permitem crescer e ser mais, conviver no amor?

Temos hábitos difíceis de abandonar? Como lidamos com eles?

A força da fé nas situações de dor

98. Na vida de cada um, inevitavelmente, haverá momentos dolorosos, inquietações, medos, inseguranças geradoras de angústia. Temos problemas pessoais e problemas gerados pelo panorama social em que vivemos; o social e o pessoal têm implicações mútuas, e sabemos que a situação sócio-política e cultural contribui direta e indiretamente para que muitos vivam num clima de permanente ansiedade e medo da vida. A sabedoria de viver se mede muito pela capacidade de lidar com as pequenas e grandes aflições do cotidiano.

99. A fé religiosa ajuda muito. Quando Jesus recomenda "Não andeis inquietos com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã terá suas próprias preocupações, basta para cada dia a sua própria dificuldade" (cf. Mt 6, 34), ele está convidando a uma confiança maior no poder de Deus, em cujas mãos estamos todos nós. Jesus mesmo se apresenta como alguém capaz de aliviar nossas angústias: "Vinde a mim vós todos que estais cansados sob o peso do fardo e eu vos darei descanso" (Mt 11, 28). Ele não vai fazer nenhum tipo de mágica para os problemas desaparecerem, mas tem uma paz profunda a oferecer. Com essa pacificação de coração baseada na confiança em Deus, podemos mais e enfrentamos melhor os tropeços.

100. É também isso que São Paulo quer dizer quando afirma que "todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus" (Rm 8, 28). Não é um seguro contra problemas nem é uma garantia de que Deus vai fazer favores especiais a seus protegidos. É uma afirmação do poder da fé como força e critério de ação e julgamento diante das dificuldades. Afinal, o que conta não é tanto o que nos

acontece, mas o que somos capazes de fazer com o que nos acontece. A fé potencializa nossos dons.

Todos os dias milhares de pessoas se mantêm sóbrias rezando a Oração da serenidade

Deus, concedei-me a Serenidade

Para aceitar as coisas que não posso modificar,

Coragem para modificar aquelas que posso,

E Sabedoria para perceber a diferença.

A vida e suas possibilidades valem mais que a ilusão das drogas

101. Em seu artigo "Drogas na escola", Lídia Rosemberg Aratangy, recomenda "combater o vício das drogas, mas sem inibir essa preciosa inquietação que leva o homem a buscar conhecer sempre mais". Em outras palavras, é preciso propor alternativas emocionantes, gratificantes. A própria fé é para ser vivida com a alegria de quem descobre um sentido para a vida e proclama que viver é uma aventura capaz de grandes emoções. Sobre essa necessidade de buscar propostas empolgantes para construir um projeto de vida, diz o psicanalista Renato Mezan: "...sou quem amei; sou o que fiz de meus modelos, sou quem incorporei na voracidade absoluta de conter em mim o mundo".

102. Santo Agostinho diz isso de outra maneira: "Nosso coração está inquieto enquanto não repousa em ti". De um modo ou de outro, o que se afirma é que o ser humano anda em busca de algo que dê sabor, propósito e entusiasmo à vida. Muitas vezes pensa que encontrou, mas logo fica insatisfeito e parte para outra: isso é, também, um sinal da sua fome de infinito. Somos anunciadores do Infinito de Deus: cabe-nos fazer isso de forma convincente, com toda a fascinante beleza do chamado de Deus, sem fazer da religião uma coleção desanimadora de regras cujo sentido a pessoa não percebe.

103. São Paulo, que encontrou em algumas comunidades do início do cristianismo, pessoas que se deixavam levar por vícios, reagiu. Percebeu que elas precisavam ocupar-se com atividades sadias, que lhes causassem prazer interior, alegria. Suas admoestações são diretas e, ao pedir que essas pessoas deixem o vício, estimula-as a terem um comportamento que preencha a vida de alegria. Diz São Paulo: "Estejam atentos para a maneira como vocês vivem: não vivam como tolos, mas como sensatos, aproveitando o tempo presente, porque os dias são maus. Não se embriaguem, pois isso leva para a libertinagem. Busquem antes a plenitude do Espírito. Juntos recitem salmos, hinos e cânticos inspirados, cantando e louvando ao Senhor de todo o coração..." (Ef 5, 15-19).

Vida sim! Morte não!

104. A vida é um bem tão precioso que a grande promessa de Jesus é que ela será eterna, porque o nosso Deus é o Deus da Vida. Esse Deus da Vida quer também vida, a mais feliz possível, já, aqui e agora, não só depois da morte. Trata-se de vida com sabor de céu, mesmo no

meio das dificuldades, vida de quem sabe por que e para que está vivo. Essa seria a primeira função da educação da fé: ajudar a construir mais vida, com sentido. A pessoa que tem fé deve ser capaz de acordar todos os dias com a sensação de estar fazendo parte de um grande milagre: "O fornecimento do tempo é um milagre cotidiano. Acordas pela manhã e vê! Tua bolsa está magicamente cheia com 24 horas desse tecido ainda não manufaturado do universo da vida, a mais preciosa de tuas posses!" (Arnold Bennet)

105. No Evangelho segundo São João, Jesus nos diz que quem nele crê tem a vida eterna. Não diz "terá"; fala no presente. Trata-se também desta vida mesmo, daqui da terra, vivida no clima de Deus, cheia de um novo sentido. E quem vive neste clima da construção do Reino achará emocionantes as oportunidades do cotidiano, carregadas de apelos a um crescimento que é programa empolgante. Escreve São Paulo: "Como escolhidos de Deus, santos, amados, vistam-se de sentimentos de compaixão, bondade, humildade, mansidão, paciência. Suportem-se uns aos outros e se perdoem mutuamente, sempre que tiverem queixa contra alguém. E acima de tudo vistam-se com o amor que é o laço da perfeição" (Col 3, 12-14). Isto é viver na luz, e ele acrescenta: "O fruto da luz consiste em toda bondade, justiça e verdade" (Ef 5, 9). Vida com sentido é, portanto, uma excelente prevenção contra todo tipo de vício, tanto as drogas como outras formas destrutivas de enfrentar os problemas diários.

Para refletir

Vivemos com alegria a esperança que brota da fé?

Nossa comunidade transmite essa alegria?

O amor, que traz felicidade, tem suas exigências

106. O dependente de algum vício, entre os quais a dependência química, costuma ter muitos sintomas semelhantes ao do chamado fenômeno de "adolescência prolongada", caracterizada por pouca disposição em assumir responsabilidades. A psicologia diria que ele tem dificuldades em passar do princípio do prazer ao princípio da realidade; com isso, não cresce e deixa de desenvolver importantes capacidades construtivas. Um amor verdadeiro não se conforma com essa situação, muito menos a alimenta, e faz de tudo para que a pessoa se liberte dessa terrível prisão.

107. O amor de Deus também não fabrica crianças mimadas, nem faz por nós o que Ele mesmo nos deu capacidade para fazer. O amor do Pai sabe temperar acolhimento, perdão, braços sempre abertos, com apelos exigentes para que cada um seja tão bom, tão grande e tão feliz como estava no seu sonho inicial, ao criar cada um como pessoa de grande valor. Assim agiu Jesus que, ao mesmo tempo em que era terno, acolhedor e compassivo com sofredores, humildes e pecadores, fazia propostas exigentes aos que se propunham a segui-lo e era contundente contra os que prejudicavam os outros, bem como a convivência fraterna e justa.

108. Não é inteligente fazer abatimentos, descontos, quando se trata da qualidade da nossa própria vida. Será uma lástima se cada um de nós não se construir, de fato, da melhor forma possível. "Tudo vale a pena se a alma não é pequena" - o verso famoso de Fernando Pessoa indica uma direção.

Qualquer esforço vale a pena para fazer frutificar o grande ser humano que cada um de nós já é e poderá ser ainda mais.

109. São Paulo, face à nossa fragilidade psico-espiritual, insiste para que nos exercitemos com vistas a nos tornarmos fortes contra as armadilhas do mal que surgem em nossa caminhada: "Fortaleçam-se no Senhor e na força de seu poder" (Ef 6, 10). Nos versículos seguintes, ele nos pede para vestirmos a armadura de Deus, a fim de resistirmos às manobras do mal, permanecermos firmes, superando todas as provas (cf. Ef. 6, 11-17). Mas, se caímos, ele, além de nos provocar à mudança de vida, deixando o mal, é propositivo, incentivando, estimulando-nos a fazer o bem: "deixem de viver como viviam antes, como homem velho que se corrompe com paixões enganadoras. É preciso que se renovem pela transformação espiritual da inteligência e se revistam do homem novo, criado segundo Deus, na justiça e na santidade que vem da verdade... Afastem de vocês qualquer aspereza, desdém, raiva, gritaria, insulto, e todo tipo de maldade. Sejam bons e compreensivos uns com os outros, perdoando-se mutuamente, como Deus perdoou vocês em Cristo" (Ef 4, 22-24, 31-32).

Ocupação sadia e alegria de servir

110. "Feliz de quem atravessa a vida inteira tendo mil razões para viver", dizia D. Helder Câmara. As razões para viver se percebem mais facilmente quando a pessoa se coloca a serviço. Muitos são os testemunhos de gente que se dispôs a ajudar outros, por compaixão, e acabou se descobrindo como o beneficiário primeiro do serviço que lhes estava generosamente oferecendo. Jesus convida a servir, falando da recompensa que vem do céu: "... quando deres uma ceia, convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos. Serás feliz porque eles não têm com que te retribuir; mas ser-te-á retribuído na ressurreição dos justos" (Lc 14,13-14).

111. Antes mesmo da ressurreição dos justos, há uma alegria muito especial em prestar serviços que não podem ser retribuídos de modo material. Mas sabemos que sempre há um tipo de retribuição: todos têm algo a oferecer, mesmo os mais carentes. Essa alegria funciona tanto para aqueles(as) que se colocam a serviço dos dependentes de drogas como para as próprias vítimas dessa dependência. Ambos se sentem mais felizes quando descobrem que podem ser úteis. Ocupar-se generosamente de outros é boa receita para obter uma atitude mais positiva em relação aos próprios problemas. O serviço, na tônica do amor gratuito, ajuda a tomar uma certa distância dos problemas pessoais, e essa distância faz com que os vejamos em nova perspectiva. Vem do serviço fraterno uma alegria que conduz a novos e mais luminosos caminhos.

Cristãos, chamados a fazer diferença

112. Saber que a nossa presença fez alguma diferença para melhor neste mundo conturbado é uma das melhores sensações que uma pessoa pode experimentar. Há mães que escrevem naqueles famosos álbuns de bebê, respondendo à pergunta sobre o que desejam para a criança recém-nascida: que o mundo fique um pouco melhor porque ela existe. É um modo bonito de afirmar

que sabem para que serve a vida que acabou de vir ao mundo.

A Igreja se põe a serviço da vida e da esperança

113. A emoção de perceber que algo que realizamos *faz diferença* anima a construir cada vez mais e melhor, coloca-nos com alegria numa estrada bem iluminada pela satisfação de ser gente, de existir, de amar e ser amado. Essa alegria é vivenciada por aqueles(as) que se dedicam à recuperação de dependentes de drogas ou a outras tarefas transformadoras. E deve tornar-se também progressivamente uma alegria, de grande potencial salvador, para a pessoa que precisa de recuperação. Nessa tarefa de fazer diferença não estamos sozinhos. Deus, que fez o chamado, vai junto como parceiro, força e estímulo. Ele mesmo o garante: "Não temas, eu estou contigo" (Is 43, 5; Jr 1, 8). No dizer de Fernando Pessoa: "Deus quer, o homem sonha, a obra nasce".

Para refletir

Como educamos crianças e jovens para a alegria do serviço prestado com generosidade e responsabilidade?

A comunidade se une para responder às necessidades da realidade local? Como?

Um amor sem exclusões

114. Jesus avisa que a vontade do Pai é "que não se perca um só destes pequeninos" (Mt 18,14). Somos uma grande família, na qual todos são responsáveis por todos. Nosso próximo é aquele de quem nos tornamos próximos, como se vê na parábola do Bom Samaritano (cf. Lc 10, 30-37). A condição para o outro ter direito a ser esse tipo de "próximo" não é o parentesco, nem a filiação religiosa, nem as virtudes da pessoa envolvida, nem a afinidade emocional. O grande critério para mobilizar a nossa fraterna atenção é a própria necessidade do(a) irmão(ã). Se alguma prioridade devemos dar a alguém em nossa caridade fraterna, o grande critério haverá de ser a necessidade de quem precisa de nós. Ou, como disse Jesus: "Não são aqueles que têm saúde que precisam de médico, mas os doentes" (Mc 2,17).

115. Esse apelo à solidariedade sem exclusões deve mobilizar pessoas e comunidades cristãs diante dos sofrimentos dos dependentes químicos e dependentes de qualquer outra situação e, também, diante dos sofrimentos de suas famílias, sem julgamentos preconceituosos e sem outras cobranças que não sejam as exigências da própria reeducação dos que precisam se recuperar. Às vezes nos comportamos como se os problemas alheios fossem coisas muito distantes de nós. Com isso, perdemos a oportunidade de viver a experiência gratificante da generosidade fraterna, e perdemos aqueles que precisam do nosso apoio para viver melhor. Poderíamos refletir com o poeta Mário Quintana: "Essas distâncias astronômicas não são tão grandes assim: basta estenderes o braço e tocar no ombro do teu vizinho...".

116. Na parábola do Bom Samaritano, Jesus destaca que exatamente o excluído pelos judeus - pois eles não aceitavam os samaritanos -, é que se tornou modelo de caridade e de proximidade do outro, caído à beira da estrada, de quem tanto o sacerdote como o levita não cuidaram. O Bom Samaritano, mesmo sem o saber, está fazendo a um desconhecido, tratado como irmão, o benefício que Jesus julgará, no Juízo Final, como feito a si mesmo: "todas as vezes que isto fizestes a um de meus irmãos mais pequeninos, foi a mim que o fizeste" (Mt 40).

117. Somos Igreja a serviço do evangelho da vida, vida a ser desenvolvida com dignidade, alegria, paz. Vivemos, como cristãos mergulhados na realidade deste mundo cheio de ambigüidades, de contrastes imensos, entre felicidade e infelicidade. Sabemos que "as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias de todos os homens, especialmente as dos pobres e daqueles que sofrem, são as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo" (GS 1). Toca-nos, portanto, o coração o sofrimento da multidão de irmãos(ãs) nossos(as), de suas famílias e da sociedade que sofre com tantos problemas e injustiças, e, neste complexo contexto, dos que carregam consigo as conseqüências violentas do mercado da droga.

118. Pela palavra do Papa João Paulo II, a Igreja é convocada a se engajar na luta por um mundo livre, também da tragédia da droga, compreendendo suas causas e indo à raiz do problema, situando a questão da droga num universo mais amplo, no qual é gerada e alimentada: "O flagelo das drogas não seria, em essência, o mal a ser combatido ou, pelo menos, o único a ser combatido. Ele seria muito mais o efeito de outro mal, maior e mais grave: a perda do sentido da vida. Daí a ênfase na recuperação e prática dos valores básicos da virtude cristã e a denúncia dos comportamentos e atitudes contrários à preservação da vida, à solidariedade e amor ao próximo, justiça etc..."; "É necessário denunciar com coragem e com força o hedonismo, o materialismo e aquele estilo de vida que facilmente induzem à droga (João Paulo II, *Ecclesia in America*, 60 e 61).

Procurar parceria para servir a vida e a esperança

119. Não somos, os católicos, os únicos a estendermos as mãos e abrimos o coração aos que se perderam no caminho da droga. Quando se trata de fazer o bem, todas as pessoas sensíveis à dor alheia são chamadas ao mesmo mutirão. Reconhecemos e valorizamos o empenho de outros grupos, profissionais e organizações dedicados à recuperação dos irmãos necessitados. Aprender uns com os outros e saber conjugar dons complementares são mostras de inteligência solidária e caminho para um resultado melhor. Vemos com especial alegria o trabalho realizado por outras Igrejas cristãs, nossas irmãs na fé, que têm importante ação nessa área.

120. Jesus estimula o apoio de seus discípulos a todos os que fazem o bem: "Mestre, vimos um homem que expulsa demônios em teu nome. Mas nós lhe proibimos, porque ele não nos segue. Jesus disse: "Não lhe proibam, pois ninguém faz um milagre em meu nome e depois pode falar mal de mim. Quem não está contra nós, está a nosso favor" (Mc 9, 40). Isso quer dizer que toda ação que liberta a pessoa humana faz parte da missão de Jesus e merece todo o apoio dos que o seguem.

121. Felizes, portanto, por tudo que for realizado em benefício de quem precisa, seguiremos o conselho de Paulo aos cristãos de Filipos: "Nada façais por competição ou vanglória, mas por humildade; considerai os outros superiores a vós mesmos. Cada um procure, não o próprio interesse mas o interesse dos outros. Tende os

mesmos sentimentos que havia em Jesus Cristo" (Fl 2,3-4).

O Evangelho do amor que liberta, transforma, faz crescer

122. Nosso Deus escolheu o Amor como meio de salvação do mundo. Diante dos sofrimentos e descaminhos humanos, conseqüências do pecado, respondeu com uma doação maior. E a entrega total da vida de Jesus nos proclama: só o Amor salva! Essa abertura ao Amor é a grande força transformadora do mundo. Transforma o dependente de qualquer substância ou situação, que, sabendo-se amado por Deus e pelos irmãos, tem motivos a mais para se libertar e buscar outro caminho, que de fato conduz à felicidade. Transforma o agente que se envolve na sua recuperação, fazendo dele uma pessoa melhor. Transforma a sociedade, questionada por essa generosidade sem interesses ocultos, que vai na contramão das pressões consumistas e competitivas.

123. Se o problema parecer grande demais para nossas forças, lembremos a imagem do grão de mostarda, a mais pequenina das sementes, que a força da vida, alimentada por Deus, transforma em grande árvore (cf. Mt 13, 31-32). Jesus prometeu: "quem permanecer em mim e eu nele dará muito fruto" (Jo 15,5). Os frutos do amor, da caridade e do serviço, partilhados com os dependentes e suas famílias, serão um sinal de esperança, parte indispensável do anúncio do Reino, que é a própria razão de ser da Igreja de Jesus. E mesmo que não consigamos recuperar alguém, o importante é que cumprimos nossa parte, fizemos o que estava ao nosso alcance, expressamos nosso amor, fizemos a pessoa afetada sentir-se amada, fomos para ela sacramento do amor misericordioso do Senhor. O filme "Os últimos passos de um homem" elucida isso muito bem, retratando a dedicação à toda prova de uma religiosa a um condenado à morte.

124. Quando o amor toma conta das pessoas, há um total redimensionamento das relações humanas e da maneira de encarar os problemas. Um missionário, vendo o menino pobre carregar nas costas outro menino, até um pouco maior, lhe diz: "Caramba, deve estar pesando muito! Vou te ajudar!". E o menino, sentindo sim o peso, mas com uma força especial que tem, responde: "Não Padre, não precisa! Não pesa, não! É meu irmão!". Temos na história recente, exemplos heróicos gritantes, que nos estimulam no serviço ao excluído social mais esmagado. É o caso, apenas para citar dois deles, de Madre Teresa de Calcutá e de Irmã Dulce.

125. A CF 2001, "Vida sim! Drogas Não!", nos leva a divulgar esses e outros heróis, cristãos e não cristãos, como mensagem profética de Deus para a Igreja hoje, em sua opção preferencial pelos pobres, chamada a dar maior atenção, de modo dedicado e competente aos portadores de alguma deficiência, aos discriminados por raça, sexo, cultura, religião, enfermidades estigmatizadoras etc. Os dependentes químicos ou de qualquer outro estimulador que vicia e corrói a vida são, entre outros, alertas diretos e muito específicos do Senhor à caridade libertadora de seus seguidores e que, certamente, poderão ser incluídos no relato de situações arroladas por Jesus, no Juízo Final: "Pode vir para o Reino de meu Pai, porque eu era dependente e você cuidou de mim!" ou "Afasto-se de mim, maldito, porque eu era dependente e você não cuidou de mim!" (cf. Mt 25, 31-46).

Para refletir

Fazer um levantamento de grupos e organizações que já trabalham na recuperação de dependentes químicos. Desses, quais são de nossa Igreja? Como podemos apoiar, colaborar?

Há exclusões, preconceitos e outras dificuldades que podem atrapalhar esse trabalho?

TERCEIRA PARTE:

A PROFECIA DA AÇÃO SOLIDÁRIA

(AGIR)

126. O Agir da Campanha da Fraternidade, neste primeiro ano do novo milênio, propõe ações que visam à construção de um milênio sem drogas. A proposta se enquadra num contexto mais amplo e tem por objetivo último colaborar na realização de um novo projeto de vida e sociedade, que, além de questionar a estrutura social, econômica e política, de crescente consumismo, gerador de novos tipos de necessidades e dependências, deseja mobilizar a todos para ações concretas, que coloquem as bases de uma sociedade justa e solidária. Estamos convencidos de que esse tipo de sociedade reforça o sentido positivo da vida, não permite a exclusão social de ninguém e, assim, encontra caminhos eficazes para solucionar o grande flagelo das drogas.

127. Trata-se de um Agir que, diante dos três agentes que atuam nessa problemática, *droga, ser humano e ambiente*, prioriza o ser humano, definido como pessoa. O Agir Cristão desenvolve-se como Projeto Evangélico em sintonia com as "Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (1999-2002)" e com o Projeto Evangelizador "Ser Igreja no Novo Milênio (2001-2002)".

128. Sem ignorar nem desprestigiar qualquer trabalho neste campo, a Campanha da Fraternidade quer intervir na realidade reconhecendo que a droga não é o principal problema do toxicod dependente e, sim, a falta de sentido positivo da vida. Embora as propostas de ação elencadas neste texto priorizem respostas a situações de dependência química, não podemos perder de vista outras situações similares e, sobretudo, o panorama mais amplo.

129. As ações que forem sendo assumidas no Agir devem ser resultado de uma reflexão ampla que vai do âmbito pessoal às políticas públicas. Reflexão que passa pela exigência de mudança de posturas pessoais, com gestos de resistência à mentalidade consumista, até a transformação de estruturas marcadas por uma economia de mercado que visa mais ao lucro do que a qualidade de vida das pessoas e da sociedade.

130. A exemplo de atividades realizadas em outras Campanhas da Fraternidade, o Agir da CF 2001 tem vários níveis: *da assistência* (socorro imediato), *da promoção humana* (que busca o desenvolvimento da dignidade humana, a autonomia das pessoas), *do engajamento libertador* (na defesa dos direitos humanos e da

mobilização em favor da transformação social, ou seja, a busca, de modo organizado, de mudanças nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais), tendo como base, em todas estas iniciativas, os valores evangélicos.

131. O nosso Agir da CF 2001 se situa no amplo campo da área da saúde, que por vez revela uma sociedade seriamente enferma. Desejamos ações que visem à saúde integral das pessoas, aquela que é "resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e aos serviços de saúde", e, também, acesso ao direito de receber orientações específicas de valores como ética, cidadania, sentido da vida, solidariedade.

132. Estamos atuando num campo complexo, que é o imenso desafio das drogas. Percebemos que ninguém tem respostas prontas. Devemos, portanto, como cristãos, exercitar a humildade e atuar em parceria com pessoas das mais diversas áreas. Estamos diante de um gravíssimo problema social que exige, de um lado, um trabalho interdisciplinar, e, de outro, muito respeito aos que já atuam nessa área com trabalhos concretos, que precisam ser valorizados, avaliados, multiplicados etc.

133. Diversas experiências vêm sendo realizadas no País por órgãos públicos, entidades civis, organizações não-governamentais e instituições religiosas das mais diversas denominações. Citamos algumas dessas iniciativas, que desenvolvem ações concretas. São experiências que podem ajudar o ser e o agir de cada um de nós, das nossas comunidades e de toda sociedade sedenta de vida e esperança.

Políticas públicas de controle

134. O Poder constituído da Nação se mobiliza para desenvolver uma política de controle do cultivo, produção e comércio de drogas. É assim que, no Brasil, foi criada, recentemente, pelo Governo Federal a *Secretaria Nacional Antidrogas* (SENAD), que tem como finalidade o desenvolvimento de uma política de controle do uso indevido e abusivo de drogas, além de, juntamente com os órgãos de Segurança, combater o tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas.

135. A SENAD realizou um Fórum Nacional antidrogas, em 1998, que levantou inúmeras iniciativas que poderiam ser viabilizadas no combate às drogas. Muitas delas estão sendo postas em prática. É importante conhecê-las, estudá-las, discuti-las e divulgá-las. Além desse Fórum, a SENAD tem realizado anualmente a "Semana Nacional Antidrogas" e estabelecido convênio com várias entidades que têm como objetivo a implementação dos programas de prevenção ao uso indevido de drogas, além de outros programas de repressão ao tráfico e de controle da produção e distribuição de substâncias passíveis de serem utilizadas como drogas etc.

São inúmeras as iniciativas que estão sendo tomadas para o combate às drogas. Entre elas:

Projeto-escola, em parceria com Secretarias Estaduais de Educação, para discussão em colégios da rede pública, sobre sexualidade, saúde e uso indevido de drogas. Há, para isso, treinamento de professores e alunos;

Criação de centros de referência, na Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, para cursos e projetos de capacitação de profissionais e agentes de prevenção sobre o uso indevido de drogas e doenças sexualmente transmissíveis. Há, também, cursos de capacitação de profissionais para trabalharem em instituições públicas de saúde, em setores que atuam com a síndrome e doenças adquiridas pelo abuso de drogas ilícitas. A Universidade de São Paulo (USP) possui o CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas).

Quanto a recursos, é possível obter, junto ao Governo, o financiamentos de projetos de organizações governamentais e comunitárias para treinamento de profissionais para o atendimento de usuários de drogas, assim como para a prevenção ou tratamento de AIDS e, ainda, de centros ou clínicas de tratamento, recuperação e reinserção social.

A iniciativa particular criou a FEBRACT (Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas), que, em 1991, publicou o "Catálogo de Centros Brasileiros para o Tratamento/Prevenção de Dependência de Drogas". E há, também, a Associação Nacional de Comunidades Terapêuticas Cristãs (ANCTC) e a Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil (FETEB).

136. No campo da legislação, é obrigatória a criação e o funcionamento dos Conselhos Estaduais e Municipais de Entorpecentes. Os Governadores, os Prefeitos, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais de Vereadores são os primeiros responsáveis pela implantação e funcionamento desses Conselhos.

137. Encontra-se aqui uma importante pista de atuação para os nossos agentes de pastoral, sobretudo daqueles que atuam ou querem atuar na Pastoral da Sobriedade, sobre a qual voltaremos mais adiante neste texto. Passem, portanto, a exigir do Poder Executivo a elaboração de um projeto para criar e fazer funcionar um Conselho de Entorpecentes em cada Estado e Município. Acompanhem a discussão e aprovação desse Conselho nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, onde não o houver. Mantenham sempre vivas as discussões dos problemas locais relacionados às drogas, em fóruns que envolvam a população para auxiliar a atuação do Conselho Paritário de Entorpecentes. Organizem e dinamizem fóruns de debates, permanente ou não, sobre o assunto, em parceria com os grupos que atuam na área.

138. É fazendo cumprir a lei, que determina a criação dos Conselhos Municipais de Entorpecentes (COMEN), que se poderá garantir uma política pública preventiva às drogas e de atendimento aos dependentes e suas famílias. Os municípios só poderão receber verbas destinadas à prevenção, tratamento e repressão às drogas se o COMEN estiver em pleno funcionamento e sujeito a supervisão.

139. Fóruns permanentes de debate podem e devem acompanhar a política do Governo Federal, testando a sua eficiência na sua realidade concreta; a atuação de deputados, vereadores, governadores e prefeitos; Comissões Parlamentares, como a Comissão Parlamentar

de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, observando sua eficiência ou ineficiência no combate às drogas. Uma atuação nessa instância ajudará ainda a incentivar, criticar, propor mudanças ou reforçar as políticas que são desenvolvidas.

140. Mas não basta uma ação nos municípios e no País. A cooperação internacional entre as nações reforça o princípio da responsabilidade compartilhada entre elas e ajuda a reduzir a demanda das drogas como pilar de toda a estratégia mais abrangente de esforço contra seu tráfico, comercialização e consumo.

Algumas questões fundamentais ligadas às políticas públicas podem ser acompanhadas, discutidas, encaminhadas:

1 - a legislação atual para a repressão ao narcotráfico e ao consumo de drogas: já tramita no Congresso a reforma da lei n. 6.368/1976, que dava ênfase excessiva aos consumidores, sem uma punição efetiva aos controladores do comércio. Dispositivos legais deveriam ser aplicados para transformar em crime toda a espécie de "lavagem" de dinheiro e para a desapropriação e venda imediata dos bens apreendidos do narcotráfico;

2 - quanto à cola, levar adiante o estudo da proposta do falecido educador Darcy Ribeiro, obrigando os produtores de cola a colocarem odores ruins para desestimular o seu cheiro pelas crianças de rua e talvez em outros produtos alternativos;

3 - Poder Judiciário: atacar seriamente a questão da impunidade e da corrupção dos meios judiciários;

4 - CPI do Narcotráfico: acompanhar os trabalhos, que resultaram da CPI do Narcotráfico. Um deles, a cargo do SENAD, se refere às casas de recuperação de dependentes químicos. Motivar a transformação desta CPI em uma Comissão Permanente do Congresso para investigação do narcotráfico e consumo de drogas no País, como já acontece em alguns países;

5 - legalização do uso de drogas. É necessário acompanhar com exigente reflexão a proposta da legalização de algum tipo de droga, considerada menos perniciosas;

6 - agricultores: faz-se necessário também o apoio do Governo aos pequenos agricultores, seduzidos pelo alto rendimento do cultivo de plantas ligadas às drogas, bem como aos seringueiros e indígenas que ocupam as fronteiras do Brasil, onde acontece muito do tráfico de drogas;

7 - ECA: discutir a proposta de incluir um parágrafo único no art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente com os seguintes elementos: *Nas mesmas penas incidem os proprietários e exploradores de estabelecimentos comerciais quando a criança e o adolescente forem encontrados nos interiores destes, adquirindo ou fazendo uso dos produtos que possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.*

1. Existe Conselho de Entorpecentes em nosso município? Como é formado? Como está atuando?

2. Se esse Conselho não existe, o que poderíamos fazer para que o mesmo seja criado?

3. Como organizar fóruns para acompanhar as políticas de governo a respeito das drogas?

4. Organizar um levantamento de tudo que existe na localidade na questão das drogas.

5. Como participar dessas iniciativas para que sejam incentivadas e apoiadas? Como fazer para que existam novas iniciativas?

Prevenção ao uso indevido de drogas

141. A prevenção é um tipo de comportamento, de responsabilidade pessoal e coletiva, que cria as condições básicas para que algo aconteça ou seja impedido de acontecer. Podemos e devemos prevenir não só contra alguma coisa, mas a favor de algo. No caso em questão, a prevenção deve favorecer tudo que, por si só, se oponha à droga, ao alcoolismo, aos vícios em geral. Prevenção se faz, sobretudo, fornecendo informações, formação e apoio.

142. A forma de desenvolver ações preventivas vai depender muito de cada realidade sócio-econômica e cultural da comunidade em que se atua. Para ser eficiente, um programa de prevenção precisa ser bem planejado, desenvolvido por um determinado período de tempo e ser avaliado continuamente. E, obviamente, deverá ainda formar pessoas para desenvolvê-lo, envolvendo os diversos segmentos da comunidade.

143. A formação humana verdadeira se dá na educação para o amor, o respeito, o cuidado e a promoção da vida. É fundamental, portanto que a educação ofereça oportunidades para que crianças, adolescentes, jovens e adultos façam experiências positivas da alegria de conviver, servir e cultivar momentos e situações de felicidade. Os educadores e os pais, de modo particular, precisam educar para a liberdade com responsabilidade e para a autonomia, com uma metodologia que alie sabiamente ternura e firmeza. E nessa questão dois extremos devem ser evitados: por um lado, a ausência ou omissão e o laxismo, porque as crianças não terão oportunidade de conhecer e aprender limites importantes, e, por outro lado, a superproteção e o rigor excessivo, porque não há amadurecimento das pessoas quando se tornam vulneráveis, permanecem ingênuas, ou são inibidas.

144. A informação educativa deve estar centrada, sempre, na verdade, evitando sensacionalismo, exagero, ameaça e chantagem. No caso da droga, a informação deve ser passada, de maneira preferencial, tanto pessoalmente como em pequenos grupos, pois isso facilita muito o diálogo construtivo, já que, comumente, a comunicação de massa fica, em geral, na superficialidade do assunto. Além disso, no pequeno grupo, há mais chances de se dar destaque aos valores e ao sentido da vida, ao prazer do verdadeiro, ao valor da amizade, à alegria de viver e não apenas ao que em geral se costuma destacar na informação: os aspectos químicos da droga, seus efeitos e o modo de usar.

145. Um gesto de grande importância, como forma de apoio à prevenção e ao combate às drogas, é incentivar, acompanhar as iniciativas articuladas para isso e

prestar-lhe serviços. É preciso conhecê-las, saber de suas necessidades e dificuldades e mobilizar a comunidade para ajudá-las. Um outro caminho, de grande utilidade, é apoiar e estimular a integração de instâncias já organizadas, como associações de bairros, igrejas, clubes esportivos, associações de pais etc. Quanto mais houver integração e apoio mútuo entre as diversas iniciativas, mais facilmente o mundo das drogas será conhecido e meios mais eficazes serão acionados para combatê-lo e para ajudar as suas vítimas. A Campanha da Fraternidade quer ajudar a participação e a mobilização de toda a sociedade na prevenção do uso indevido de drogas, tanto por um grande trabalho coletivo em todo o Brasil, como pela articulação das iniciativas, pequenas ou grandes, pois essa é uma tarefa de todos, e não só das autoridades médicas, policiais ou judiciárias.

146. Um meio saudável de prevenção às drogas é o desenvolvimento de programas de esporte, cultura e lazer, que, educativamente, colocam no centro do projeto a valorização da pessoa e não da atividade em si. Pode-se dizer que, em grande parte, é o não dar importância a esse princípio que distorce a atuação de atletas, dançarinos, artistas, que recorrem ao uso de anabolizantes em academias de ginástica, clubes esportivos etc.

147. Uma das atividades a serem incluídas, portanto, na mobilização contra as drogas é a reivindicação, junto aos poderes públicos e à sociedade, do desenvolvimento de muito mais programas de esporte, cultura e lazer, envolvendo escolas, públicas e privadas, clubes, Igrejas, para que cedam à comunidade seus espaços ociosos para realização de eventos nesse sentido, ou eles mesmos organizem tais atividades.

148. Nesse contexto, sugere-se também apoiar, desenvolver, reivindicar programas de ações básicas de saúde, como, por exemplo, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde ou o Programa de Saúde da Mulher, incluindo nesses programas, a questão do combate às drogas. Isso acarreta, é claro, a inclusão desse item no treinamento de agentes comunitários de saúde e no desenvolvimento de ações e atividades de prevenção primária e secundária junto às escolas família e comunidade em geral.

149. O trabalho ajuda muito na proteção contra os vícios, pois, além do rendimento que produz, é um fator que aumenta a auto-estima, corrobora na construção da pessoa e é importante terapia ocupacional. Apoiar, desenvolver, reivindicar programas de geração de renda e de emprego, para jovens e adultos com baixa qualificação, é uma das atividades a ser promovida como meio contra as drogas. É evidente que, na questão do trabalho, é fundamental continuar denunciando o modelo econômico que coloca o lucro e o capital de poucos acima do trabalho digno para o povo, condenando a grande maioria à exclusão social, que leva tantas pessoas ao desemprego e ao desespero, caminho para ações anti-sociais, como droga, roubo, assalto, violência. Estimular e apoiar, também, as entidades que dão apoio aos trabalhadores, na coordenação de suas reivindicações e na defesa e promoção de seus direitos.

150. Nessa questão dos direitos, um outro caminho contra os vícios é o apoio e fortalecimento de grupos, associações e categorias sociais que se empenham na conquista, defesa e promoção de seus direitos fundamentais. É que, na medida em que a dignidade humana é respeitada, as pessoas poderão encontrar com mais facilidade o sentido da

vida, evitando assim os vazios existenciais, que pessoas mal intencionadas prometem preencher com ilusões e drogas

151. Em todo este complexo universo de pessoas mais vulneráveis aos vícios, é evidente a necessidade de se dar atenção especial a alguns grupos excluídos que não são suficientemente contemplados pelas políticas públicas, como são, por exemplo, os portadores de deficiências físicas, moradores de rua, meninos e meninas de rua, índios sob deturpada influência de disseminadores de vícios e doenças, portadores de HIV, encarcerados etc. Nesses casos específicos, é necessário criar alternativas apropriadas de tratamento e convivência para esses grupos, e estimular a criação de políticas diferenciadas que respeitem a sua diversidade.

Questionamentos

1. De todas as ações preventivas relacionadas acima, o que já existe em sua comunidade? Existe também alguma outra ação preventiva que não está relacionada aqui?
2. Que tipo de apoio podemos dar às ações existentes?
3. Que iniciativas poderíamos, ainda, ter na área de prevenção?

Quanto à intervenção de ajuda

152. A intervenção de ajuda aos dependentes é utilizada, especialmente, nos casos em que os usuários ainda não necessitam de internamento para se recuperarem. Isso ocorre quando eles fazem uso ocasional, recreativo, de drogas, sem o comprometimento de seu livre arbítrio. Não há propriamente dependência, vício, mas a estrada já está aberta para isso, e o perigo é evidente.

153. Para maior eficácia, a intervenção visa, o mais possível, a realizar sua ação com todos os membros da família, com as pessoas do relacionamento íntimo do usuário de drogas, bem como de outras pessoas com as quais se relaciona como o patrão, o médico, o advogado, os educadores. É fundamental chegar a um certo consenso no modo de lidar com o dependente. E esse fator tem sua razão de ser, partindo-se do princípio de que é comum os dependentes procurarem essas pessoas, manipularem-nas e conseguirem o que querem de cada um isoladamente.

154. A intervenção é feita, normalmente, por meio da participação em grupos de auto-ajuda ou de aconselhamento. Os grupos de auto-ajuda são formados por homens e mulheres que seguem tradições e passos específicos, com o objetivo de favorecer e acelerar a recuperação do usuário de drogas. Crêem que o processo comunitário é fundamental no serviço que prestam e entendem que a solidão é que fragiliza muito as pessoas. Daí o lema que, em geral, usam: "Solidários sim, solitários não!". Anônimos por escolha, desprendidos por obrigação, eles formam uma cruzada silenciosa de apoio a todas as pessoas que padecem de comportamentos

compulsivos. Esses grupos podem ser incentivados e merecem todo o apoio.

155. Um dado a ser destacado é que esses grupos de auto-ajuda são pequenos núcleos formados por pessoas que se libertaram de estilos de vida destrutivos e se colocam voluntárias a serviço da recuperação dos usuários de drogas pela pregação, com mensagens e dinâmicas apropriadas, da felicidade proveniente da vivência da sobriedade. Na troca de experiências, o indivíduo em estado de risco, se enxerga no grupo e, ao fazê-lo, toma consciência de que o seu problema não é o único, encontrando, assim, força extra para a própria recuperação. Nos grupos de auto-ajuda, todos os membros encontram-se num processo de abstinência de álcool ou de droga e o *desejo* de se recuperar cria um clima de empatia entre os participantes. Aos poucos, acontece uma mudança total de vida, condição fundamental para a recuperação.

Existem diversos Grupos de auto-ajuda. Citamos alguns deles:

a) Grupos de apoio à recuperação do dependente químico:

AA- Alcoólicos Anônimos;

NA - Narcóticos Anônimos;

NATA - Núcleo de Apoio ao Toxicômano e ao Alcoólatra.

b) Grupos de apoio a familiares e amigos dos dependentes de drogas:

AL-ANON - para familiares e amigos de alcoólicos;

AL-ATEEN - para filhos de alcoólicos (de 13 a 19 anos);

AMOR-EXIGENTE - para familiares, amigos e educadores.

NAR-ANON - para familiares, parentes e amigos de adictos em recuperação;

NAFTA - para familiares para familiares de toxicômanos;

NAFTINHA - para crianças.

156. Alcoólicos Anônimos (AA) é uma irmandade mundial de homens e mulheres que se ajudam mutuamente, compartilham suas experiências, forças e esperanças, a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo. O AA não está ligado a nenhuma religião, movimento político, organização ou instituição. Muitas comunidades e famílias cristãs apóiam estes grupos de AA. Os *Grupos Familiares Al-Anon* são uma associação de parentes e amigos de alcoólicos e funcionam com os mesmos princípios dos grupos de AA, adaptando-os ao grupo. Há algo similar também para os que desejam deixar o vício do fumo, do sexo, da compulsão consumista e outros.

157. *Narcóticos Anônimos* (NA) é uma associação comunitária de adictos a drogas em recuperação, que se ajudam uns aos outros. Uma irmandade sem fins lucrativos, na qual não existe restrição social, religiosa, econômica, racial, étnica, de nacionalidade, gênero ou status social. Os grupos vivem em suas comunidades, freqüentam as reuniões quanto lhes convém, não existindo nenhum registro ou

controle, taxas ou contribuições.

158. *Núcleo de Apoio aos Toxicômanos e Alcoólatras* (NATA) é uma associação de usuários ou recuperados que se encontram regularmente a fim de se prestarem auxílio e se conservarem livres das drogas e do álcool. É dividido em dois setores, um para a família (NAFTA), para crianças (NAFTINHA) e outro para os dependentes químicos (NATA). Em geral, são ligados a entidades que mantêm comunidades terapêuticas.

159. *Amor-Exigente* é uma proposta educacional destinada a pais e orientadores, como forma de prevenir e solucionar problemas com os jovens, tais como: desrespeito, violência, falta de motivação, uso de álcool ou drogas, abuso verbal, repetência escolar, enfim, qualquer comportamento inadequado. É uma nova abordagem, que enfatiza a mudança de comportamento de pais, professores, pedagogos, terapeutas, orientadores e voluntários em relação a jovens com problemas ().

Os doze princípios do "Amor Exigente" são um guia para uma maneira de viver e de administrar a família e norteiam os grupos de apoio a pais e jovens.

1. Raízes culturais - princípios de integridade moral e ética são imutáveis.

2. Os pais também são gente - têm limitações e fraquezas, não são perfeitos.

3. Os recursos são limitados - temos limites físicos, emocionais e econômicos. É preciso respeitar limites.

4. Pais e filhos não são iguais - pai é guia, orientador, legislador, conduz o filho.

5. Culpa - pais fazem sua parte do modo mais completo possível.

6. Comportamento - o comportamento dos pais afeta os filhos e os filhos aos pais.

7. Tomada de atitude - é dever dos pais agir prontamente, assumir posições claras e bem definidas.

8. A crise - é preciso ter coragem e disposição para mudar e ser capaz de amar os filhos e fazer o que precisa ser feito.

9. Grupo de apoio - sozinhos os pais se sentem perdidos e amedrontados, unidos e reunidos em grupos encontrarão novos caminhos.

10. Cooperação - a essência da família repousa na cooperação. É da cooperação que nasce a afetividade e a cidadania.

11. Exigência e disciplina - existem direitos e deveres para pais e filhos.

12. O amor - amar é um grande desafio. É uma decisão, deixa de ser um sentimento para ser uma opção de vida. O verdadeiro amor tem compromisso com valores maiores do que satisfação dos desejos.

Questionamentos

1. Não seria importante que a sua diocese, paróquia ou comunidade fizesse um mapeamento dos grupos de auto-ajuda e de apoio já existentes para divulgá-los, fortalecê-los e apoiá-los mais?
2. Que tipo de grupos de auto-ajuda e apoio é necessário em nossa comunidade? Como organizá-los?
3. Como recuperar a disciplina e as exigências ético-morais do amor verdadeiro?

Tratamento e reinserção social dos dependentes de drogas

160. As pesquisas têm apontado para a complexidade do fenômeno da dependência e também para o pouco conhecimento que dispomos sobre o assunto. Assim sendo, deve-se investir muito mais na pesquisa, respeitar a diversidade de programas de tratamento e a quantidade de referenciais teóricos para a compreensão do problema das drogas. Não dá para afirmar que um programa é melhor do que o outro. As últimas pesquisas têm apontado que se deve levar em conta no tratamento, em primeiro lugar, a situação de cada indivíduo, a individualização, e depois as dimensões médica, psicoterápica e social.

161. Dependentes diferentes necessitam, muitas vezes, de diferentes formas de tratamento. Alguns conseguem iniciar sua recuperação desde o início, com tratamento ambulatorial ou em grupos de auto-ajuda. Outros precisam de internações hospitalares para desintoxicação ou afastamento inicial do álcool ou outras drogas. Alguns precisam de atendimento psicológico ou psiquiátrico. Outros, enfim, necessitam de um tratamento em uma comunidade terapêutica.

162. Os modelos de atendimento a dependentes passam geralmente por duas etapas: desintoxicação, que visa a retirada da droga; manutenção, que visa à reorganização da vida do indivíduo, sem o uso prejudicial da droga. Entre as intervenções terapêuticas mais freqüentemente utilizadas no tratamento das farmacodependências, destacam-se: desintoxicação, farmacoterapia, psicoterapia individual, psicoterapia de grupo, atendimento familiar, terapia ocupacional, terapias cognitivas e comportamentais, grupos comunitários de ajuda mútua.

163. É sempre bom lembrar que a possibilidade de sucesso em um tratamento é maior quando o paciente o procura voluntariamente e quando ele participa da escolha e do desenvolvimento de um projeto terapêutico.

164. Os poderes constituídos, por dever legal, têm de criar e estimular a formação de unidades de tratamento e recuperação de drogados para garantir a saúde de todos, especialmente dos jovens, conforme prescreve o Estatuto da Criança e Adolescentes (cf. Art. 101, inc. VI, Art. 4º e 7º). Na Paraíba, o Poder Judiciário criou e mantém uma Instituição (Comunidade Terapêutica), que tem recuperado adolescentes infratores, o Centro Terapêutico do Adolescente - CETA. E o tratamento tem revelado que a relação entre drogas e infrações cometidas por adolescentes é estreita e chega a quase 100% dos casos. É preciso, sempre, na aplicação da

medida sócio-educativa, tratar das causas que levaram o adolescente à transgressão legal, ou seja, à droga.

165. Como resposta às necessidades das pessoas que caem nas armadilhas da dependência e ao clamor de seus familiares por socorro, multiplicam-se pelo Brasil os ambulatorios, as casas de acolhida, as comunidades terapêuticas, as Fazendas do Senhor Jesus, as Fazendas da Esperança, o Lar São Francisco na Providência de Deus, os Lares Dom Bosco, as Casas de Esperança e Vida etc. Essas comunidades terapêuticas procuram manter um forte compromisso ético com relação aos seus assistidos, um programa coerente de recuperação e privilegiam a espiritualidade e o progresso científico em seus trabalhos. Essas instituições contam com inúmeras famílias, que acolhem e acompanham aqueles que necessitam de tal apoio.

166. Nessas entidades faz-se, geralmente, um longo tratamento que compreende três fases: desintoxicação, terapia e reintegração social. A desintoxicação, obrigatoriamente, é feita pelo isolamento do meio. Isso em busca da autonomia do sujeito. O apoio das comunidades é essencial na terceira fase, que é a de reintegração social.

167. A maioria das comunidades terapêuticas descobriu, ainda, a importância da laborterapia no tratamento dos dependentes. "Não pedimos esmolas, oferecemos trabalho!": é assim que as pessoas em tratamento colaboram com o próprio serviço para a manutenção da comunidade. As Fazendas da Esperança, a Fazenda do Senhor Jesus, que mantem escolas profissionalizantes, e, principalmente, o conjunto de obras ligadas ao "Lar São Francisco na Providência de Deus" montaram verdadeiras indústrias, nas quais os dependentes aprendem alguma ocupação sadia, um ofício, além de canalizarem energias, trabalharem, assumirem responsabilidades e saborearem os frutos do que fazem.

168. Deixar de usar drogas, ou abster-se de álcool, é apenas um dos aspectos da reabilitação. É necessário redescobrir o gosto e o sentido da vida. A caminhada de retorno será tanto mais difícil e penosa quanto mais longo e fundo se tenha ido nessa triste viagem.

Questionamentos:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 101, afirma que os poderes constituídos têm por dever legal criar e estimular a formação de unidades de tratamento e recuperação de dependentes de drogas para garantir a saúde dos jovens. Existe alguma entidade que cumpra este papel em sua comunidade ou em seu município? Se existe, como apoiá-la, fortalecê-la? Se não existe, o que fazer para criar uma unidade de tratamento?

Os desafios de um dependente de drogas depois do tratamento

169. A síndrome de abstinência: normalmente, os dependentes químicos, ao pararem de consumir a droga, são acometidos de síndrome de abstinência, que lhes traz grandes sofrimentos. Todo tratamento exige um empenho muito grande do paciente. Às vezes, o indivíduo já não possui vontade forte e necessita, assim, então de um grupo de apoio. O paciente vive um profundo conflito: o corpo

quer a droga, e a mente tenta impedir. É fundamental realizar terapias específicas que levem em conta essa violenta tensão.

170. **A discriminação:** após o tratamento, o dependente químico precisa voltar à vida em sociedade. Isso vai expô-lo novamente ao ambiente de risco, e as recaídas podem ocorrer. É comum que se sinta discriminado. Nessa fase, todo apoio da família, dos amigos e das Igrejas é imprescindível. É necessário que ele se sinta acolhido, tenha oportunidade de trabalhar, e que se afaste dos ambientes onde antes consumia drogas. Os grupos de auto-ajuda são fundamentais nessa etapa.

171. **A luta contínua:** dificilmente, acontece uma cura definitiva. As pessoas que foram dependentes permanecem sempre suscetíveis a uma recaída. É por isso que o alcoólico que assumiu viver na sobriedade procura evitar o primeiro gole, porque é consciente que sua doença continuará a progredir a partir do estágio onde parou no tratamento. Volta tudo. Seu esforço é essencial, mas não dispensa a ajuda e a compreensão daqueles que convivem com ele. Sem mudança de vida, é quase impossível perseverar. O apoio da família, da sociedade ou de um grupo de ajuda colabora muito para a sobriedade da vida.

172. **A droga poderá ser a causa direta da morte de um dependente:** por overdose, por exemplo; ou poderá ser causa indireta, pelas complicações secundárias que acarreta, como, por exemplo, problemas cardiovasculares, respiratórios, hepáticos, pancreáticos, intestinais, renais, infecções generalizadas. Além disso, é ainda causa de muitos outros problemas, como acidentes, assassinatos, prisão etc.

Questionamentos

1. Como nossa comunidade acompanha o ex-dependente, após o tratamento, considerados os inúmeros desafios que ele enfrenta em seu meio social?

2. Por que são poucos os que perseveram após o tratamento de recuperação?

O papel das famílias, das escolas e das igrejas

173. Família, escola e igreja são ambientes formativos de grande importância no desenvolvimento integral das pessoas e, por isso, necessitam atuar em interdependência. Nesses ambientes, as pessoas podem cultivar princípios universais que governam as atividades humanas, bem como valores humanos cristãos, como ética, respeito, justiça, imparcialidade, integridade, honestidade, fidelidade, defesa da dignidade humana etc. E é nesses ambientes que se pode experimentar, de fato, a força educativa do amor. Por mais que haja falhas nelas, é ali, principalmente, que se formam os valores fundamentais da pessoa humana, que se aprende a convivência em sociedade, que se dá a abertura para a transcendência e se descobre o sentido da vida. É, dessa maneira, imprescindível continuar investindo no aperfeiçoamento dessas três instâncias educativas.

174. Essas instituições podem também educar para a disciplina preventiva e construtiva. A falta da disciplina, que tem um papel importante na questão dos indispensáveis limites positivos - sem os quais não podemos ser gente, nem conviver com os outros - pode ser um fator motivador do uso de drogas. Sabemos que um equilibrado trabalho de

auto-disciplina e sobriedade é um dos pilares para uma vida sadia, em todos os sentidos. Também o é na prevenção e no tratamento de dependência de qualquer tipo de droga.

175. Uma das preocupações das citadas instituições deve ser a valorização dos talentos, dos dons de cada um, especialmente daqueles que estão em fase de formação da personalidade, como os adolescentes e os jovens. Uma pessoa estimulada, valorizada e realizada dificilmente tornar-se-á vítima do prazer enganoso.

176. O ambiente educa quando é sadio, carregado de amizade, carinho, segurança, responsabilidade, dedicação, amor, misericórdia, fé. Os dependentes de drogas são geralmente pessoas "enfermas", de afeto não sabem amar de maneira justa porque não são amados de maneira correta também. No tratamento deles, é importante possibilitar uma convivência em ambientes propícios à formação, pois é neles que se forjam personalidades livres, seguras, amorosas e solidárias.

177. Nos objetivos dessas entidades, especialmente em face do que é veiculado pela mídia, deve-se dar um grande destaque ao desenvolvimento do senso crítico. É de fundamental importância cultivar um diálogo constante com os produtores, roteiristas, artistas, jornalistas e comentaristas, que detêm um enorme poder de construir opinião no povo, já que eles, sem censura, podem promover valores humanos e cristãos ou contravalores. É a participação direta e crítica dos usuários dos meios de comunicação, mais que a censura oficial, que pode positivamente disciplinar o que é veiculado. Os destinatários das mensagens veiculadas desempenham também importante papel no processo de comunicação. Infelizmente, neste aspecto, somos um povo perigosamente omissos e facilmente manipulável.

A família e a dependência das drogas: pistas de ação

178. **A família, a primeira educadora,** para desenvolver bem a sua missão, necessita que os pais realizem um contínuo investimento educacional em si mesmos e nos filhos. Em face das imensas dificuldades que ela enfrenta em nossos dias, necessita do auxílio de outras instituições como a escola e a comunidade eclesial. Falta, porém, muitas vezes, entre essas entidades um consenso básico sobre o valor da família e a necessária união e coordenação entre elas. Disso resulta a falta de clareza e coerência quanto aos valores, o que pode levar as pessoas ao descrédito, à confusão de idéias e ao relativismo ético e moral. A vítima maior da família sem fundamentos são, evidentemente, o filho e a filha. Sem o apoio dos pais, os filhos se tornam frágeis e facilmente vulneráveis às pressões dos que rondam as pessoas incautas, aliciando-as para as suas armadilhas. Entre aqueles estão também os que comandam o mundo das drogas.

179. É preocupação essencial da evangelização e da pastoral orgânica estabelecer e colocar em ação uma Pastoral Familiar criativa, atualizada, alegre, corajosa, com forte mística evangélica. A Pastoral Familiar deve contemplar uma série de iniciativas que visem às famílias na prevenção ao uso de drogas. Entre elas, estejam, sobretudo, ações que valorizem as relações familiares e

incentivem os valores humanos e religiosos; ajudem a prevenir quanto a qualquer tipo de vício e a eliminar o preconceito quanto às drogas. É importante que se forneçam aos pais informações sobre entidades que atuam nesse campo, especialmente de maneira preventiva.

180. Procure-se criar grupos de apoio formados de pais cujo filho ou filha esteja envolvido com drogas, bem como vincular o tratamento de toda a família no atendimento de um dependente, com terapias individuais ou em grupo, terapia ocupacional e comportamental, grupos comunitários de ajuda mútua etc.

181. Outra preocupação deve ser trabalhar criticamente as campanhas de informação, esclarecimento e prevenção promovidas pelos meios de comunicação social, não permitindo que induzam a sociedade a marginalizar e discriminar ninguém, como por exemplo, com o uso de palavras estigmatizadoras como drogado, viciado, maconheiro e outras.

182. Urge que as comunidades defendam, com todos os meios possíveis, especialmente nos conselhos paritários, o *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. O ECA reconhece que a família é insubstituível no desenvolvimento integral das pessoas. A Igreja e todas as instâncias sociais que, de fato, querem um futuro melhor para crianças e jovens e para o Brasil, devem, evidentemente investir muito na luta para que as famílias tenham as condições humanas básicas e dignas para o sustento, a guarda e a educação dos filhos menores.

183. Cuidar para que não sejam reforçadas situações difíceis, pela qual passa a família que sofre as conseqüências da dependência de drogas, com freqüentes observações negativas e impróprias que aos poucos vão se introjetando e aruinando ainda mais o processo de educação integral do dependente e drogas.

Questionamentos:

Existem outras atividades que poderiam ser realizadas pelas nossas famílias, pela Pastoral Familiar, pelos Movimentos de Casais e outras pastorais, em favor das famílias que procuram educar seus filhos para a prevenção, ou em favor das famílias que enfrentam algum caso de dependência de droga?

Comunidade escolar e dependência de drogas: pistas de ação.

184. A **população escolar** é constituída predominantemente de crianças, adolescentes e jovens que estão em fase de desenvolvimento, com possibilidades educacionais muito peculiares. Os educandos estão numa das fases mais preciosas da estruturação da personalidade e da organização dos padrões de vida. Em sua idade, eles passam praticamente metade de seu tempo no ambiente escolar. É importante, portanto, que a escola tenha uma proposta educacional que respeite as fases de desenvolvimento dos educandos e ofereça-lhes, criticamente, as bases para que realizem, o mais harmoniosamente possível, o seu crescimento. E isso, como acima já indicamos, de forma interdisciplinar e em cooperação mútua com a família e a Igreja.

185. O mínimo que se exige de uma escola é que honestamente operacionalize os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que incluem os Temas Transversais e o Ensino Religioso, e incentivem a desenvolver programas educacionais que proporcionem a formação de cidadãos críticos e responsáveis diante de uma sociedade cheia de problemas, entre eles, o da droga.

186. No contexto da CF 2001, propomos algumas pistas de ação mais específicas para as escolas. Consideramos importante trabalhar as informações científicas sobre as drogas, com verdade, serenidade e lucidez, de acordo com a faixa etária dos alunos. Procure-se evitar o sensacionalismo, o moralismo e o alarmismo etc. Discursos antidrogas e mensagens amedrontadoras ou repressivas, além de não serem eficazes, podem até mesmo estimular o uso, pois "o amor educa, a repressão domestica". É necessário discutir, nos programas de prevenção, o uso de drogas e bebidas, situando-o, porém, dentro do contexto mais amplo da saúde

187. O trabalho de prevenção às drogas, assim como da educação para a vivência equilibrada da sexualidade e a não-violência, não deve constituir algo extraordinário na atividade educacional da escola, o que, em geral, causa curiosidade e apreensão entre os educandos e as famílias e, às vezes, desconfianças, de estar havendo na escola casos complicados, que estejam provocando a ação especial da escola nesses assuntos. Como a tarefa da escola ultrapassa os limites do instruir e transmitir conhecimentos – cada vez mais à disposição nos meios eletrônicos – sua missão passa sobretudo para a esfera do educar para a cidadania e para saber o que fazer com o saber acumulado, que está à disposição de todos. Cada professor é convidado, como responsável por seus alunos e pelos destinos do País, a desenvolver cada vez mais a dimensão educativa em seu trabalho profissional.

188. A escola, além do enfoque educativo das diversas disciplinas, favorecerá, criativa e generosamente, atividades extraclasse que favoreçam nos alunos o conhecimento de si e do outro, e estimulem a disciplina e organização do tempo. Ajudam muito nisso os diversos tipos de grupos, como teatro, dança, esporte, música, grêmios, grupos de jovens, voluntariado junto aos mais necessitados, etc. Estimulem-se, portanto, atividades criativas que possam absorver e entusiasmar as crianças e os jovens. Para alguém afastar-se das drogas, é necessário que tenha outras opções mais interessantes, que lhe ocupem o tempo, dentro de um contexto muito mais saudável. Tudo isso contribui para que as pessoas cresçam nas relações humanas, assumam valores, tenham uma vida saudável, entrem num processo de amadurecimento, exercitem a participação cidadã, clareiem suas opções etc.

189. Faz parte do processo educativo escolar estabelecer regras de convivência, limites claros e estimular processo participativo, que ajudem os alunos a construir um ambiente onde a disciplina pessoal e comunitária seja assumida, na liberdade, como geradora de equilíbrio pessoal, convivência construtiva com o diferente e comportamentos compatíveis com a cidadania. Das orientações que cabem à escola faz parte também a questão das drogas, da violência e de outros tipos de desvios comportamentais.

190. Muitas outras atividades podem, ainda, ser desenvolvidas: incentivar a participação em palestras, campanhas solidárias, debates, cine-fóruns, jornais, folhetos etc. sobre a questão da dependência de drogas; envolver as famílias e a comunidade na montagem e na execução de planos de prevenção; capacitar professores e/ou técnicos para identificar e dar encaminhamento aos alunos, que, em relação às drogas, se encontram em situações de risco etc; apresentar modelos de vida existentes na história que ajudarão os estudantes na procura de um projeto de vida posto à disposição do bem comum, particularmente dos mais necessitados.

191. Quando se descobrem alunos usando drogas, a abordagem deve ser direta, com atitude clara de oferta de ajuda e não de repressão, encaminhando-o, conforme o caso, e em estreita ligação com a família, para acompanhamento especializado, grupos de ajuda mútua, entidades especializadas, serviços de saúde, internação etc. A escola não pode ser omissa e nem simplesmente descartar o problema mediante expulsão do aluno dependente. Ela não é uma agência de tratamento de casos tão específicos, mas, obviamente, lhe cabe orientar alunos e pais para procurarem instâncias adequadas de ajuda especializada.

192. Relembramos aqui as ricas propostas da Campanha da Fraternidade de 1998, que tratou da temática "fraternidade e educação", no enfoque de uma educação "a serviço da vida e da esperança". Tais propostas promovem um processo educativo que liberta, dá condições aos alunos de *aprender a ser, aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a fazer*. Estimulam as pessoas a participarem na construção de uma escola mais eficaz, que eduque no exercício da cidadania, permitindo a todos serem também educadores, numa sociedade na qual somos todos aprendizes, sempre.

Questionamento:

Que tal ajudar as escolas a assumirem como dado normal de seu Projeto Educativo a prevenção às drogas?

Que iniciativas poderão ser tomadas para a prevenção às drogas e também no acompanhamento dos casos de uso das drogas nas escolas? E nos casos de reinserção na comunidade das pessoas que se encontram em tratameto?

As Igrejas Cristãs e a dependência de drogas: pistas de ação

193. Como foi dito anteriormente, é motivo de muita alegria, o trabalho realizado por outras Igrejas neste desafiador campo da dependência de drogas. A troca de experiências em relação a aos trabalhos que vêm sendo realizados pela diversas denominações cristãs enriquece a ação dos discípulos de Cristo, estimula o ecumenismo e manifesta a Glória de Deus. E um lugar privilegiado para esta troca de experiência, e sobretudo para a busca de novos caminhos na luta contra a dependência, é a *Associação Nacional de Comunidades Terapêuticas Cristãs* (ANCTC), já apresentada neste texto, a qual já promoveu dois congressos nacionais da Pastoral da Sobriedade, o primeiro em Guaratinguetá, SP, de 10 a 13 de junho de 1999, e o segundo em Arujá, SP, de 07 a 10 de setembro de 2000.

194. A Campanha da Fraternidade Ecumênica, realizada, no ano 2000, sob coordenação do Conselho

Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), trouxe muitas conquistas no caminho da união de esforços das Igrejas cristãs em prol de um mundo que priorize a paz e a dignidade humana, um mundo sem exclusões. Que esta comunhão ecumênica se prolongue em 2001, incluindo, também, o esforço de reflexão, oração e atividades na busca de respostas ao grande desafio constituído pelo mundo das drogas e dos vícios de qualquer espécie.

A contribuição específica das Associações e Movimentos Eclesiais

195. As inúmeras associações e os diversos movimentos eclesiais constituem uma grande riqueza na Igreja. Em sua busca de renovação da vida cristã, essas instituições favorecem a vivência do Evangelho nas mais variadas formas de espiritualidade, provocam importantes momentos de experiência de Deus e entusiasma os fiéis. Todas essas instituições, com seu impulso espiritual, e concomitante compromisso com a justiça social, constituem importantes meios na busca de respostas para solucionar, direta ou indiretamente, o grave problema das drogas. Que a CF 2001 - "Vida Sim, Drogas Não!" - impulse as associações e movimentos eclesiais a um ainda maior envolvimento no importante trabalho de prevenção de drogas e recuperação de dependentes, visto que comprovada está a importância da espiritualidade na recuperação de pessoas envolvidas em drogas.

A contribuição específica das paróquias

196. Evangelizar é o grande objetivo das paróquias. O trabalho evangelizador, ao oferecer os meios de salvação aos fiéis, opera a cura do coração da pessoa para a edificação da Igreja, comunidade de salvação, e na construção de uma sociedade solidária e fraterna São muitos os meios que a Paróquia pode utilizar em sua missão evangelizadora e pastoral: anúncio da Palavra de Deus, testemunho de comunhão, serviço e diálogo ecumênico, inter-religioso e com as culturas.

197. Um importante meio para fortalecer a fé, a esperança e a caridade dos fiéis, portanto, dar-lhes segurança na vivência cristã, é a celebração nas assembleias litúrgicas. Litúrgias bem celebradas e participadas são expressão da disposição de viver segundo as alegrias e exigências do Evangelho e, também, do amor solidário e forte, que liberta, promove e salva. Favoreça-se, particularmente, a celebração da Penitência e da Eucaristia, pois ambas retemperam as convicções morais e alimentam a dinâmica da doação de si aos outros, como mediadores de reconciliação e solidariedade eucarística da partilha.

198. Pastorear inclui também ir ao encontro da ovelha que se afastou do rebanho. A comunidade paroquial, como sinal da presença do Bom Samaritano e Bom Pastor, deve estar sempre atenta às diversas necessidades e formas de pobreza em seu próprio âmbito, e uma forma de pobreza é a drogadição.

199. A presença de dependentes de drogas e o contínuo perigo que ameaça outros de serem envolvidos pelo mundo das drogas são um chamado contínuo à paróquia para se organizar e dar uma resposta a essa problemática. Além de procurar criar condições para o

encaminhamento dos dependentes de drogas e suas famílias para tratamento, outros serviços podem ser organizados pelas diversas pastorais já existentes, como, por exemplo, a Pastoral da Visitação e da Acolhida. Essa Pastoral poderia incluir em sua missão uma atenção especial às famílias atingidas pelo flagelo das drogas, levando-lhes uma mensagem de esperança, concretizada em gestos de amor e compreensão.

200. Dentro do possível, sejam organizadas "Casas de Acolhida", pois, em geral, as iniciativas de apoio a dependentes esbarram na falta de um local adequado. Uma "Casa de Acolhida" deve se esforçar para manter pessoas que atendam com jeito e amor. Deve estar capacitada a encaminhar os que a procuram com problemas relacionados a drogas a grupos de auto-ajuda, pessoas e instituições especializadas. Deve também possuir um catálogo de informações detalhadas sobre os recursos existentes para o tratamento de dependentes e que estão ao alcance da comunidade local, além de apoiar os que estão em processo de recuperação. Importa que essas casas, por meio de voluntariado dêem, em nome da comunidade eclesial, todo apoio possível aos que estão em processo de recuperação.

201. Um outro modo de enfrentar a questão das drogas é a paróquia dar apoio aos ambulatórios existentes nas comunidades, que prestam ajuda aos dependentes, e liderar reivindicação para que sejam estabelecidos onde não os houver. Um tipo de colaboração, por parte da Paróquia, consiste na disponibilização de um local para núcleos de AA, Al-Anon, Sobriedade Cristã, bem como a organização de serviços como o "S.O.S. Droga".

202. Há outras iniciativas possíveis e, evidentemente, as comunidades serão realisticamente criativas em sua identificação. Acolher ou assistir, por meio de grupos de família, um dependente na fase da reinserção social ou laborativa. Organizar "Caravanas da Vida" - mutirão para visitar escolas, capelas, hospitais -, para levar as mensagens da Campanha da Fraternidade a todas as pessoas e instituições, por meio de palestras, jograis, encenações, shows etc. Incluir no "Dia da Comunicação" uma atividade especial da Pastoral da Comunicação junto à comunidade eclesial, para divulgar o tema "Vida Sim, Droga Não!", em todos os meios de comunicação existentes na paróquia.

Questionamento:

1. O que a Paróquia se propõe a fazer para articular a Campanha: "Vida sim, drogas não"?
2. O que fazer para manter a continuidade dos trabalhos com relação à dependência de drogas?

As Pastorais e a Pastoral da Sobriedade

203. Existem muitas pastorais que estão dando sua contribuição especial para enfrentar a problemática da dependência de drogas, com o espírito do Bom Pastor. Entre elas, destacamos a Pastoral da Saúde, a Pastoral da Juventude, a Pastoral Familiar, a Pastoral da Educação e o Ensino Religioso Escolar.

204. Na 36ª a Assembléia Geral da CNBB (1998), em Itaici, o Setor Juventude fez veemente pronunciamento, relatando as conclusões de um encontro das instituições que

trabalham com dependentes químicos, realizado em Lins - SP, em junho de 1997. Diante da problemática que foi apresentada, o Setor Juventude recebeu, como resposta, manifestação favorável de 247 bispos presentes para a implantação de uma pastoral específica que visasse à prevenção, recuperação e reinserção dos dependentes químicos.

205. Todas as pastorais foram convocadas para a luta contra as drogas. Dessa articulação, surgiu uma nova pastoral - a Pastoral da Sobriedade. Sobriedade? O que seria? Sobriedade não é uma simples ausência de álcool e drogas. Sobriedade é uma maneira de viver. E a sobriedade é fundamental para todas as pessoas e para todas as categorias sociais "Tudo o que é demais sobra", diz o ditado popular. Muitas vezes, em nossas vidas, sobra sono, comilança, cobiça, vazio afetivo, vazio existencial, desespero etc. São Pedro já havia recomendado isto: "Sede sóbrios e vigiai" (1 Pd 5,8). Os excessos são prejudiciais não só à saúde física, mas também à saúde psicológica, social e espiritual.

206. Os que são privilegiados pelo dinheiro e bens sabem perfeitamente que o consumismo e a idolatria do dinheiro levam facilmente ao egoísmo e ao vazio interior, que por sua vez, conduzem à bebida, à droga e a outros vícios. Uma vida simples, austera, honesta colabora, e muito, para a prática da solidariedade, porque deixa espaço para o outro e para Deus. Mas os que lutam pela sobrevivência correm o risco de serem alienados pelo imã distante do ídolo dinheiro, que empurra para jogatinas, com esperanças de enriquecimento rápido, e para desvios sociais diversos, entre os quais a bebida, o fumo e todas as demais drogas. Gastamos com coisas desnecessárias, desperdiçamos Tudo isso está muito bem no espírito da quaresma, tempo em que se recomenda o jejum, a abstinência, a prática da solidariedade e também a luta política por uma sociedade justa. A atual Campanha oferece uma boa oportunidade para que organizemos a Pastoral da Sobriedade, reunindo agentes de pastoral que ajudem os mais fracos a redescobrir o gosto pela vida, o profundo significado da liberdade, do amor como base da própria existência e para a prática da partilha, pois o que se economiza na sobriedade pertence ao mais necessitado.

A Pastoral da Sobriedade, como todas as demais iniciativas sérias que citamos ao longo deste texto, atuará, nesta questão das drogas, em cinco frentes de trabalho:

1. *Prevenção: será dirigida ao público que nunca experimentou drogas e àqueles que já as experimentaram, sem, entretanto, terem se habituado ao uso.*
2. *Intervenção: atuará junto ao público que já se iniciou no uso de drogas, faz uso dela com alguma frequência, mas ainda não se tornou uma vítima crônica.*
3. *Recuperação: oferecerá atendimento aos usuários de droga, nos quais já se instalou a dependência química, física ou psicológica.*
4. *Reinserção social: auxiliará os que passaram por um tratamento, nos desafios que enfrentam em seu dia-a-dia.*
5. *Atuação política: desenvolverá reflexão e atividades junto aos organismos que atuam na sociedade*

(Conselhos, fóruns...), defendendo sempre uma política "antidrogas" que seja eficaz, prática e que gere vida.

Questionamentos:

Cada pastoral em nossa Igreja responde a uma necessidade. Seria oportuno organizar em sua comunidade a Pastoral da Sobriedade? Como? Com quem? Quando? Para quê? Com que recursos? Quais os passos para a articulação dessa Pastoral? (Para ajudar, encaminhamos algumas pistas - números 207 - 211.

207. **Primeiro passo:** levantamento do que já existe. O primeiro passo a ser dado é o levantamento dos recursos existentes na comunidade, ou seja, o que já existe e que tem a ver com a Pastoral da Sobriedade. Quais são as pessoas, entidades que estão trabalhando em atividades ligadas à Pastoral da Sobriedade: comunidades terapêuticas, clínicas, hospitais, Conselho Municipal de Entorpecentes, grupos de auto-ajuda, tipo AA, NATA, Amor Exigente etc. Em seguida, relacionar grupos de jovens da Pastoral da Juventude, movimentos, pastorais, convocando a todos os representantes para um encontro específico sobre a problemática.

208. **Segundo passo:** com a primeira reunião geral dos convidados, já se está dando início à Pastoral da Sobriedade. Dadas as explicações e motivações, distribua-se o cadastro e solicite-se a inscrição dos que estão motivados pela causa e comprometidos com ela. Utilize-se principalmente o conteúdo da "Carta da Pastoral da Sobriedade".

209. **Terceiro passo:** criação de uma comissão para a Pastoral da Sobriedade e início dos trabalhos. Iniciar o trabalho de prevenção, que visa a evitar o mal antes que aconteça. É importante reforçar os grupos já existentes e, se necessário, formar outros, inclusive nas escolas.

210. **Quarto passo:** intervenção e tratamento. O ideal é que em cada paróquia, exista pelo menos um grupo de auto-ajuda funcionando e os endereços das comunidades terapêuticas vizinhas. Se não houver nenhuma, é necessário elaborar um projeto, buscar recursos financeiros, treinar pessoal apropriado, entrar em contato a Pastoral da Sobriedade, ou com algum outro órgão ligado a alguma instituição que possa ajudar no treinamento dos agentes.

211. **Outros passos** poderão ser dados como: entrar em contato com alguma das comunidades terapêuticas bem conceituadas, que já estão se espalhando por todo o Brasil; montar um espaço que funcione como referência da Comissão da Pastoral da Sobriedade. O ideal é que se disponha de um endereço onde funcione durante o dia, uma "Casa de Acolhida", pessoas voluntárias como referência, e, à noite, os grupos de auto-ajuda. Isso colabora para tirar a Pastoral do anonimato. Aos poucos a paróquia poderá se articular com outros núcleos diocesanos e, também, de âmbito regional e nacional. Subsídios e experiências serão permutadas e o amor pastoral circulará entre os irmãos, que experimentarão a verdade e solidificarão a convicção de que a esperança não decepciona.

Os 12 Passos são a base para a maioria dos trabalhos existentes com dependentes de drogas e seus familiares. A Pastoral da Sobriedade adota os 12 passos buscando, na Bíblia Sagrada, os fundamentos para esta nova atitude de

vida.

1º) Admitimos que éramos impotentes perante o álcool e a droga, que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas. Mateus 9, 36 / Romanos 7,18-20 / Salmos 6,2-4 / Salmos 31,19.10.

2º) Viemos a acreditar que um Poder superior a nós mesmos poderia devolver-nos a sanidade. Mateus 12, 18-21 / Marcos 9, 23.24 / Lucas 13, 10-13 / João 12,46 / Filipenses 2, 13.

3º) Decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma em que o concebíamos. Mateus 11, 28-30 / Mateus 16, 21-26 / Efésio 2, 8.9 / Salmos 3, 5.6 / Romanos 12, 1.

4º) Fizemos minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos. Mateus 23, 23-28 / Lucas 12, 1-6 / Romanos 12, 1-6 / I Coríntios 4, 19.20.

5º) Admitimos perante Deus, perante nós mesmos e perante outro ser humano a natureza exata de nossas falhas. Lucas 15, 17-20 / Atos 19, 18 / 2 Coríntios 10, 3-5 / Tiago 6, 16.

6º) Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter. Romanos 6, 11.12 / Efésio 4, 17-23 / Colossenses 3, 5-8 / I Pedro 1, 13-16 / Tiago 4, 10.

7º) Humildemente rogamos a Ele que nos livrasse de nossas imperfeições. Mateus 18, 4 / Atos 3, 19 / Hebreus 12, 5-11 / I Pedro 5, 6.7 / I João 1, 9.

8º) Fizemos uma relação de todas as pessoas a quem tínhamos prejudicado e nos dispusemos a reparar os danos a elas causados. Mateus 18, 21-35 / Lucas 6, 31.37-38 / Lucas 19, 8 / João 13, 34.35.

9º) Fizemos reparações diretas dos danos causados a tais pessoas, sempre que possível, salvo quando fazê-lo significasse prejudicá-las ou a outrem. Mateus 5, 9.23-24 / Romanos 15, 2 / Filipenses 1, 9-11 / Colossenses 4, 5.6 / Salmos 51, 14.17.

10º) Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente. Marcos 14, 38 / Romanos 12, 3 / Tessalonicenses 5, 17-22 / Hebreus 2, 1-3 / I Coríntios 10, 12.

11º) Procuramos, por meio da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, na forma em que o concebíamos, rogando apenas o conhecimento de sua vontade em relação a nós, e forças para realizar essa vontade. João 4, 13.14 / Romanos 8, 26-28 / Gálatas 2, 20 / Filipenses 4, 6-9 / Tito 3, 1-7 / Colossenses 3, 16.

12º) Tendo experimentado um despertar espiritual, graças a estes passos procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólatras e toxicômanos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades. Marcos 5, 18-20 / I Coríntios 9, 22-27 / I Coríntios 15, 10 / I Timóteo 1, 12-16 / Gálatas 6, 1.

GESTO CONCRETO DA CAMPANHA

E FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE

212. **Finalidade do Gesto.** A Campanha da Fraternidade se expressa concretamente pelo gesto fraterno da COLETA DA SOLIDARIEDADE. Sua finalidade é a constituição dos Fundos Nacional e Diocesanos de Solidariedade. A arrecadação destina-se ao desenvolvimento de ações em favor dos que sofrem processos de exclusão. É um gesto concreto em âmbito nacional, realizado em todas as dioceses e comunidades cristãs.

213. **Destinação dos recursos.** Os recursos destinar-se-ão prioritariamente à prevenção, intervenção, tratamento e reinserção social dos dependentes de drogas. Da arrecadação, 60% ficarão nas dioceses, constituindo o Fundo Diocesano de Solidariedade. O Fundo Nacional de Solidariedade, receberá 40% da coleta.

214. **Como organizar a coleta.** Todas as pessoas das comunidades eclesiais serão convidadas a colaborar com o gesto concreto de solidariedade durante todo o tempo da Campanha, do início da Quaresma até o domingo que antecede a Páscoa. É importante que bispos, padres, religiosos(as), lideranças leigas, agentes de pastoral motivem e animem todos os fiéis a participarem, oferecendo a alegria de sua solidariedade - que é a melhor forma de sacrifício quaresmal - em favor de trabalhos de prevenção e de recuperação de dependentes de drogas.

O dia nacional da coleta será o Domingo de Ramos, dia 08 de abril de 2001

215. **Quem administra o Fundo Nacional de Solidariedade.** A *Cáritas Brasileira* é o organismo da CNBB responsável pela administração do Fundo. A gestão e aprovação dos projetos estarão a cargo do *Conselho Episcopal para o Fundo Nacional de Solidariedade*, nomeado pela Presidência e Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB, com aprovação do Conselho Permanente.

216. **A quem encaminhar os Projetos.** Os projetos referentes ao tema deste ano deverão ser encaminhados à *CÁRITAS BRASILEIRA*, que, por sua vez, os apresentará ao Conselho Episcopal do Fundo Nacional de Solidariedade, para análise e decisões.

217. **Fundos Diocesanos de Solidariedade.** Esses fundos serão administrados por um Conselho a ser constituído em cada diocese, contando com a participação da *Cáritas* e das Pastorais Sociais atuantes.

Concluindo:

218. O Agir da CF 2001 - "Vida sim, drogas não", levantou e sistematizou, como foi proposto no início, muitas ações concretas que já vêm sendo realizadas em sua grande maioria. Mas é evidente que o potencial criativo das nossas comunidades eclesiais fará aparecer outras iniciativas que apontam para a solução de tão grave problema. É importante intercomunicá-las. A Pastoral da Sobriedade pode receber essas comunicações e socializá-las: e telefax (0xx11) 3749.1891.

219. Maria, sempre presente em nosso caminho, modelo de fé, esperança e caridade, continuará a inspirar nossas ações em busca dos mais necessitados. Ela que vive para glorificação do Senhor - *Minha alma glorifica o Senhor!* (Lc 1, 46) -, está a serviço do Deus que *despede os ricos de mãos vazias, destrona os poderosos de seus tronos, sacia de bens os famintos e eleva os humildes* (cf. Lc 1, 51-53), nos ampara na missão juntos aos que sofrem, aos necessitados, entre os quais, os que estão na tragédia da dependência química e são vencidos por outras drogas. Maria nos diz: "Fazei o que ele vos disser" (Jo 2, 5), ou seja, o que Jesus nos manda fazer. E Jesus Cristo, que nos libertou (cf. Gl 5, 1), e que "ontem, hoje, é o mesmo e sê-lo-á para sempre" (Hb 13, 8), não nos abandonará na difícil missão que nos confia e, também, não deixará ninguém à mercê de qualquer dependência contrária à vida em abundância, que ele mesmo nos dá, também, neste início do novo milênio.

110 O Brasil sempre foi um país de imigrantes e imigração. Desde o século XV, quando os portugueses chegaram ao Brasil, até hoje, milhões de pessoas de diferentes nacionalidades e culturas trouxeram consigo conhecimentos, habilidades e experiências que enriqueceram a sociedade brasileira. A diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser valorizada e respeitada. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro.

CONTO CONCRETO DA CAMPANHA

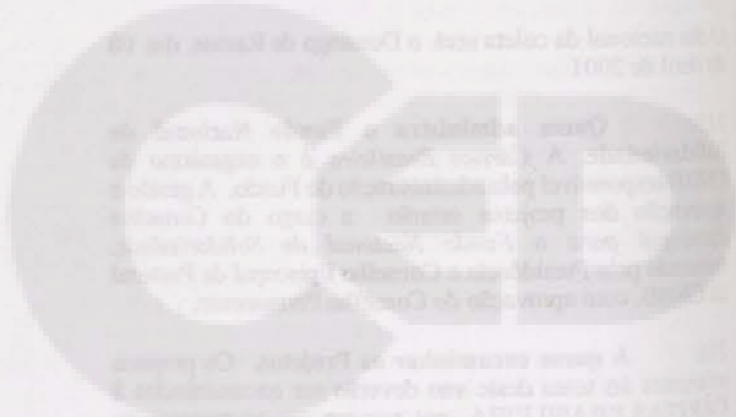
FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIDADE

111 O Brasil é um país de grande diversidade cultural e étnica. Essa diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser valorizada e respeitada. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro. O Fundo Nacional de Solidariedade é uma iniciativa do Governo Federal para apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento social.

112 O Brasil é um país de grande diversidade cultural e étnica. Essa diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser valorizada e respeitada. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro. O Fundo Nacional de Solidariedade é uma iniciativa do Governo Federal para apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento social.

113 O Brasil é um país de grande diversidade cultural e étnica. Essa diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser valorizada e respeitada. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro. O Fundo Nacional de Solidariedade é uma iniciativa do Governo Federal para apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento social.

114 O Brasil é um país de grande diversidade cultural e étnica. Essa diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser valorizada e respeitada. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro. O Fundo Nacional de Solidariedade é uma iniciativa do Governo Federal para apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento social.



115 O Brasil é um país de grande diversidade cultural e étnica. Essa diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser valorizada e respeitada. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro. O Fundo Nacional de Solidariedade é uma iniciativa do Governo Federal para apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento social.

116 O Brasil é um país de grande diversidade cultural e étnica. Essa diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser valorizada e respeitada. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro. O Fundo Nacional de Solidariedade é uma iniciativa do Governo Federal para apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento social.

117 O Brasil é um país de grande diversidade cultural e étnica. Essa diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser valorizada e respeitada. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro. O Fundo Nacional de Solidariedade é uma iniciativa do Governo Federal para apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento social.

118 O Brasil é um país de grande diversidade cultural e étnica. Essa diversidade é uma das riquezas do Brasil e deve ser valorizada e respeitada. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro. O Fundo Nacional de Solidariedade é uma iniciativa do Governo Federal para apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento social.



Cartaz da Campanha da Fraternidade 2001

- Voltar
- Home page



Voltar



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPO

Cartaz da Campanha da Fraternidade 2001

APRESENTAÇÃO

Esta Campanha da Fraternidade 2001, com o tema "VIDA SIM, DROGAS NÃO!", é uma iniciativa do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e do Conselho Nacional de Pastoral da Juventude (CNPJ). O objetivo é promover a fraternidade e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro, especialmente os jovens. A campanha é uma resposta ao desafio de construir uma sociedade mais justa e solidária, livre das drogas e do tráfico. É importante promover o diálogo e a convivência pacífica entre todos os povos que compõem o povo brasileiro. O Fundo Nacional de Solidariedade é uma iniciativa do Governo Federal para apoiar e fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento social.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL



Campanha da Fraternidade 2001

TEMA: campanha da FRATERNIDADE

LEMA: VIDA SIM DROGAS NÃO

APRESENTAÇÃO

Uma vez mais a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) anima, em âmbito nacional, a Campanha da Fraternidade. Essa feliz iniciativa, com 37 anos, vem mobilizando, cada ano, toda a Igreja Católica no Brasil, outras Igrejas e muitas instâncias sociais a favor de vida digna para todos os brasileiros, justiça social, fraternidade e paz.

Iniciamos o século XXI e o terceiro milênio, que desejamos, como propunha a CF Ecumênica de 2000, sejam sem exclusões, colocando como tema para a CF a complexa e dramática questão das drogas, em todas as suas variáveis.

Trata-se de um mutirão em prol de vida de qualidade, com sentido motivador positivo de realização pessoal, social e transcendente.

A escolha do tema relacionado com *drogas* parte da realidade de um sistema de morte, alimentado por um estilo de vida materialista, que vem se alastrando como furacão, a partir do cultivo, comercialização e consumo das mesmas, que ceifa milhares de vidas e afeta profundamente famílias e amplos setores sociais. Junto com as trágicas conseqüências do uso de drogas, crescem a violência social, a prostituição, os roubos, os assaltos e seqüestros, a corrupção política, a corrosão da dimensão ética do trabalho e a guerra entre traficantes, que mantém exércitos bem armados e bairros dominados.

Além dos fiéis de nossa Igreja, convidamos a todos os cidadãos que lutam por um Brasil justo e solidário, para que somem forças para a mobilização nacional contra as drogas, seus mentores e traficantes e todos os que os apóiam; a favor das pessoas vitimadas, exploradas, destruídas, que desejamos redimidas, promovidas e reinseridas na comunidade; e a favor de todos os que se organizam para destruir esse flagelo social que arruína tanta gente, especialmente os jovens. "Este trabalho de reabilitação social também pode constituir um verdadeiro e próprio empenho de evangelização." (EA 61)

Agradecemos a todos os que colaboraram para a produção de todo o material de apoio desta CF. Nossa gratidão de pastores a todos os que se envolverem nesta Campanha da Fraternidade, ajudando-a a alcançar seus objetivos, na certeza de estarmos cumprindo o mandamento novo de Jesus: o amor, preferentemente aos mais necessitados. À luz da mensagem de conversão, que perpassa a Quaresma, canalizaremos nossas energias para atender com misericórdia os crucificados na cruz das drogas, na esperança inabalável da luz da ressurreição, que nos dá a certeza de libertação e salvação.

Dom Raymundo Damasceno Assis

Sem camisinha, só com milagre

Igreja Católica ^{21.01.01}
^{veja}
bombardeia a campanha pelo uso de preservativo para evitar a Aids no Carnaval

Anova campanha de prevenção à Aids patrocinada pelo Ministério da Saúde foi ao ar na semana passada. O filme que está sendo exibido na televisão mostra um rapaz abordando uma moça em um baile de Carnaval. Um diabinho o estimula a ir em frente. Um anjo lembra que o rapaz esqueceu a camisinha em casa e o detém. Surpreso, até o diabo concorda com o anjo. No final, o aviso: "Não importa de que lado você está. Use camisinha". A Igreja Católica levou a campanha a sério demais e a recebeu mal. Entendem os bispos católicos que a propaganda estaria tratando em tom de deboche dois valores sagrados do cristianismo. Um deles é a distinção clara entre o bem e o mal, que habitam mundos opostos. Quem poderia imaginar o Satanás preocupando-se em proteger alguém? O outro valor está ligado ao sexo. Para a Igreja Católica, a relação sexual é a forma pela qual procriam os casais devidamente unidos pelo matrimônio. Como a prática do sexo, segundo entendimento da doutrina católica, não deve visar prazer mas, sim, a concepção de um novo ser humano, o uso de preservativo seria injustificável.

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Raymundo Damasceno, tentou entrar na discussão em tom elevado. A princípio afirmou que o comercial é intolerável "porque coloca no mesmo pé de igualdade o bem e o mal, a honestidade e a corrupção, a mentira e a verdade". Depois foi ao ponto: "O Ministério da Saúde defende o uso da camisinha, mas nós somos contra porque achamos que usar preservativo se opõe aos ensinamentos morais".

Os brasileiros já se acostumaram às intromissões da Igreja nos assuntos do Estado. Os bispos adoram aconselhar o ministro Raul Jungmann a ser mais generoso com a turma do MST. Recentemente, a CNBB decidiu orientar o trabalho do ministro Pedro Malan e sugeriu a realização de um ple-

biscito para saber se o governo deve ou não continuar a pagar a dívida externa. Em outro lance, o presidente da entidade, Jayme Chemello, atacou de jurisconsulto e propôs o sequestro automático dos bens das pessoas envolvidas em atos de corrupção ou desvio de dinheiro público. Quando integrantes da Igreja tratam de assuntos para os quais não estão habilitados tecnicamente a discutir, como a reforma agrária, as finanças públicas ou a legislação penal, suas opiniões não fazem mal algum, pois o país não as leva tão a sério. Malan não iria declarar moratória da dívida em função

dos desejos dos bispos. Jungmann também não contrataria João Pedro Stedile como assessor apenas porque a Igreja quer mais espaço para os sem-terra.

É diferente no caso da campanha anti-Aids. Ao opinar sobre a propaganda feita pelo governo e sugerir que as pessoas não devam usar camisinha, a Igreja começa a pi-

sar em território minado. A Aids é doença letal, vitima milhões de pessoas em todo o mundo e o tratamento dos doentes consome cifras bilionárias. A camisinha é a proteção mais eficaz que se conhece contra a doença. No lançamento da campanha, o ministro José Serra, da Saúde, foi fotografado de maneira bem-humorada pelos fotógrafos Wilson Pedrosa, da Agência Estado, e Givaldo

Barbosa, da Agência O Globo, que enquadraram o rosto do ministro num halo de anjo e também entre os chifres do diabo. O efeito é engraçado, mas a campanha que Serra vem fazendo contra a expansão da Aids é muito séria — e eficiente. No Brasil, mais de 500 000 pessoas foram contaminadas desde seu surgimento, nos anos 80. Como a doença não tem cura, quem evita o uso da camisinha e eventualmente contrai Aids só pode esperar que um milagre o salve. O papel do Ministério da Saúde é alertar a população sobre a camisinha como prevenção contra a doença. E o da Igreja, em vez de criticar campanhas positivas como essa, é pregar sua visão de mundo não para o governo brasileiro, mas sim para seu rebanho.

Bornhausen diz que senador errou

23.2.04

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), disse que o senador Antonio Carlos Magalhães "errou" ao se reunir com os procuradores da República e dizer que, se fossem obtidas provas contra Eduardo Jorge, o presidente Fernando Henrique Cardoso seria atingido.

Em nota, Bornhausen afirmou que reprovou o comportamento de ACM, "por considerar que esses procuradores cometeram atos lesivos ao PFL no período eleitoral, tanto que o partido os está processando por danos à sua imagem". Os procuradores aos quais ele se refere são Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb.

Segundo o presidente do PFL, ACM deveria ter procurado o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Bornhausen elogiou Brindeiro, criticado por ACM na gravação.

O presidente do PFL disse que o procurador-geral da República é um "profissional sério, correto e cumpridor dos deveres".

Em relação a FHC, Bornhausen disse que ele "age corretamente e está acima de qualquer suspeita". E emendou: "sua trajetória de estadista na vida pública brasileira será engrandecida por todos os seus concidadãos".

Bornhausen também fez elogios a outras três pessoas criticadas por ACM. Disse que os ministros "Nelson Jobim e Ellen Gracie

Northfleet têm todas as qualidades para exercer suas funções no Supremo Tribunal Federal".

Afirmou que o governador Siqueira Campos (PFL-TO) "é um companheiro solidário que realiza uma grande obra e tem uma vida pública que só o credencia".

Só não defendeu os peemedebistas Jader Barbalho, presidente do Senado, e Eliseu Padilha, ministro dos Transportes, e a senadora petista Heloísa Helena.

O governador Siqueira Campos divulgou nota ontem à noite manifestando "surpresa e indignação" em relação às declarações de ACM. Ele ameaça deixar o PFL.

De acordo com a revista "IstoÉ", ACM afirmou que o senador Jader Barbalho e governador

tocantinense estariam envolvidos em irregularidades.

Siqueira Campos respondeu que ACM "demonstra, no mínimo, total desequilíbrio emocional". Na nota, afirmou ainda que "o saudoso deputado Luís Eduardo Magalhães (filho de ACM) está fazendo muita falta".

A nota foi divulgada pelo gabinete do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL), filho do governador e amigo pessoal de Luís Eduardo, morto em 1998.

Eduardo Siqueira Campos disse a assessores que considera "difícil" permanecer no mesmo partido de ACM. Caso o senador baiano não seja expulso do PFL, ele e seu pai estudam a possibilidade de abandonar a legenda.

CNBB pede investigação de caso

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Jayme Chemello, afirmou ontem que o Congresso tem a obrigação de investigar as acusações trocadas por Jader Barbalho (PMDB-PA), atual presidente do Senado, e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ex-presidente da Casa.

"Se é por uma CPI ou outra forma qualquer, o Congresso deve decidir", afirmou. "Mas eles têm a obrigação de limpar a barra porque têm meios para isso."

D. Chemello evitou defender explicitamente uma CPI, mas declarou que, seja qual for o meio usado para investigar as denúncias, a CNBB vai apoiar.

"Mas, se for uma CPI, tem que ser uma para ir até o fim, não uma que nasça morta", disse o presidente da CNBB.

'Espetáculo'

O bispo classificou de "um espetáculo a parte" as eleições no Congresso, e disse que as acusações deturpam o povo brasileiro "espetáculo" com o que foi dito. "A impressão que fica é que saiu um corrupto e entrou outro."

D. Chemello afirmou ainda que a Justiça deve ajudar na apuração das acusações, pedindo investigações e, se for o caso, pedindo ao Congresso a permissão para processar o parlamentar.

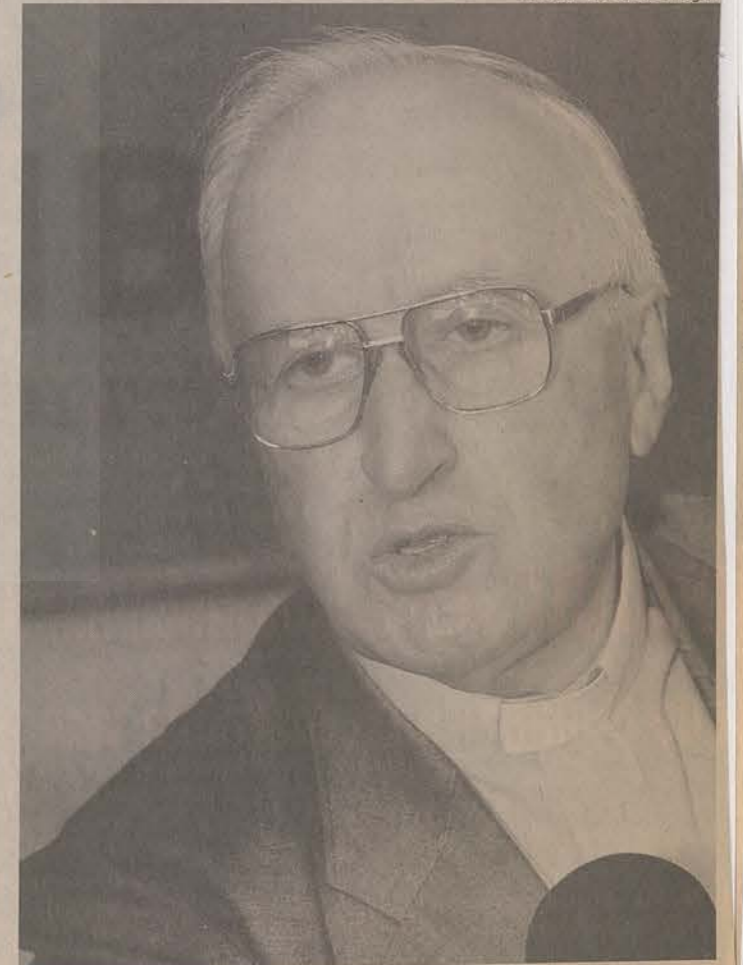
A CNBB, declarou o bispo, é contra a imunidade parlamentar da maneira como ela é hoje. "A imunidade serve para dar liberdade ao parlamentar no exercício da sua profissão", afirmou. "Se ele rouba ou mata, a imunidade não deveria existir."

Atualmente, mesmo que o parlamentar cometa um crime comum, ele só pode ser processado se o Congresso autorizar. O STF (Superior Tribunal Federal) já fez 16 pedidos de autorização, e não conseguiu nenhum.

Segundo o presidente da CNBB, o clima de suspeita que recai sobre os políticos brasileiros prejudica o bom andamento do país e, por isso, as acusações devem ser investigadas.

"Se a população passa a não acreditar no que diz um político, não dá bola. Se não dá bola, não faz nada para corrigir. E aí, mesmo que existam bons políticos, os corruptos também continuam se elegendo", afirmou. "Isso é que me aflige."

Júlio Bernardes/Folha Imagem



O presidente da CNBB, d. Jayme Chemello, que pediu investigação

CED

A Assembleia criou uma CPI. A Advocacia Geral pediu uma liminar alegando que a Codeba é federal. E o Velloso (ministro Carlos Velloso, presidente do Supremo Tribunal Federal) declarou que não deu a liminar. Só daria com o total dos ministros, mas aí veio a Ellen (ministra Ellen Gracie Northfleet, do Supremo) e deu a liminar, a pedido do Nelson Jobim (também ministro do STF), que é padrinho dela. Aqui pra nós, uma coisa dele particular. Uma firma beneficiada tem ligação com o escritório dele. O Padilha (ministro Eliseu Padilha, dos Transportes) é do mesmo escritório... O Tribunal de Contas encontrou de 17 a 20 irregularidades”

IDEM

“Na gravação de corrupção dos deputados está na cara que as vozes são deles. O grampo tem valor. Não tem nada mais digno de credibilidade do que uma voz. Enquanto ministro, nunca mandei fazer esse tipo de investigação. O SNI botava militares como operários, vestidos de macacão, dentro da telefônica para fazer a escuta”

IDEM

sobre gravações que supostamente comprovam acordo financeiro de deputados para trocar o PFL pelo PMDB

“Um empresário de Mato Grosso me procurou, chorou em minha casa. Ele pagava a Jader. Tinha de dar a entrada do dinheiro no Basa (Banco da Amazônia). O cara do Ministério Público Estadual fez sumir os cheques que incriminavam o Jader. O banco, que era o Itaú, passou tudo para o Banco Central. Mas só me dão se eu entrar com uma ação popular ou uma CPI. Parece que esse processo já até prescreveu. (...) O governo participou da operação para ajudar o Jader, mesmo sabendo desses casos de corrupção no DNER”

IDEM

sobre Jader Barbalho, presidente do Senado e do PMDB

“Eu vou provocar, acusar. Eu tenho uma estratégia, vou acusar e ele vai me interpelar. Aí eu vou confirmar que eu chamei ele de Eliseu ‘Quadrilha’ e que a quadrilha dele é essa mesmo. E vou pedir a exceção da verdade”

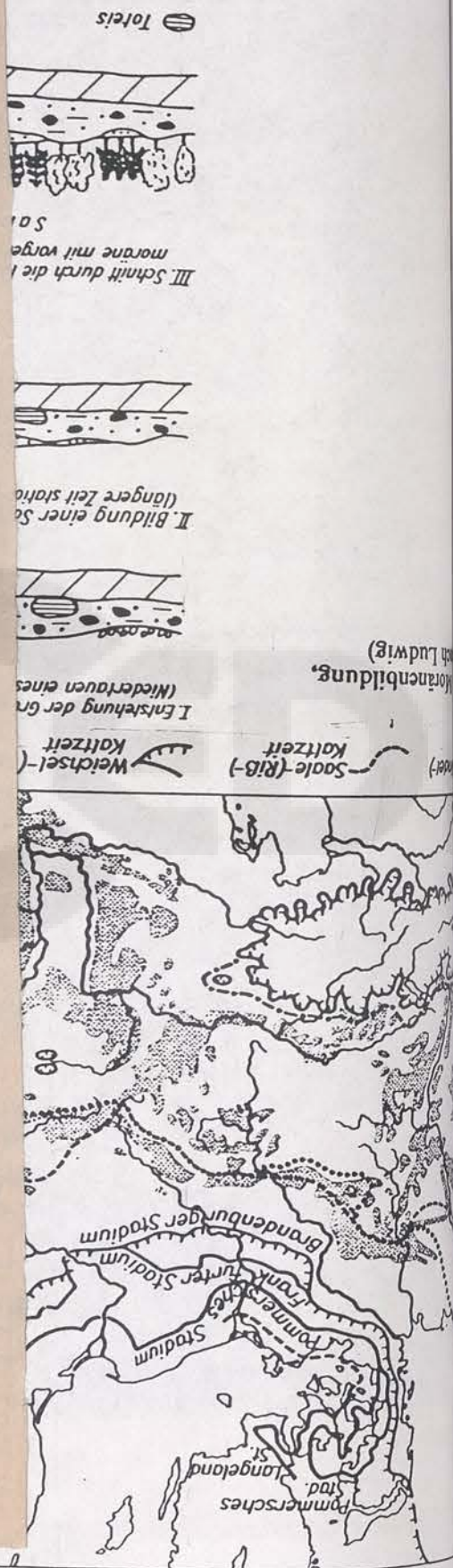
IDEM

sobre o ministro peemedebista Eliseu Padilha, dos Transportes

“O Jader está enrolado com o Siqueira no Tocantins. Tudo que tem de irregularidade lá o Jader está junto”

IDEM

sobre Jader e o governador Siqueira Campos (PFL-TO)



1.3.01
FRATERNIDADE **CNBB sugere tornar permanente a comissão que investigou o narcotráfico**

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) quer que o Congresso transforme a CPI que investigou o narcotráfico no país em um grupo permanente na Câmara dos Deputados, como foi sugerido no relatório final da comissão entregue no ano passado. A medida ainda depende de aprovação.

A comissão permanente é uma das propostas feitas ontem pela CNBB durante a apresentação da Campanha da Fraternidade 2001, cujo tema é “Vida sim, drogas não”.

“Isso já acontece em vários países”, disse dom Raymundo Damasceno Assis, secretário-geral da CNBB. “É uma forma de os parlamentares continuarem investigando o tráfico.”

A entidade também propõe modificações na lei que trata de entorpecentes — e que tem uma nova versão tramitando no Congresso. A instituição sugere que a desapropriação e a venda imediata de bens apreendidos

do narcotráfico sejam incluídas.

A CNBB propõe ainda que seja feita uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Seriam incluídas penas para donos de estabelecimentos comerciais onde fossem encontradas crianças ou adolescentes consumindo substâncias que possam causar dependência.

A campanha da CNBB terá o apoio da Senad (Secretaria Nacional Antidrogas).

“A CNBB está ‘paroquializando’ o combate às drogas, justamente o que sabemos ser o mais eficiente”, afirmou o general Alberto Cardoso, chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que estava no lançamento.

A igreja trabalhará nas comunidades por meio da Pastoral da Sobriedade, de grupos comunitários e também de fazendas de tratamento para pessoas viciadas. A Pastoral da Sobriedade está sendo criada com essa campanha. (DA SUCURSAL DE BRASÍLIA)

ABORTO Projeto de lei que permite que o SUS atue nos casos de inte

Livro mostra ação da

AURELIANO BIANCARELLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Três anos atrás, uma organização feminista realizou uma pesquisa no Congresso Nacional sobre a questão do aborto. Pelos dados recolhidos, 87,2% dos parlamentares disseram ser favoráveis a uma legislação que obrigue a rede pública de saúde a realizar o aborto nos casos previstos em lei.

Cerca de 64% dos parlamentares foram mais longe: disseram ser favoráveis à ampliação dos motivos legais para a interrupção da gravidez.

Na hora de votar, no entanto, os parlamentares se revelam conservadores: um projeto de lei, o PL 20/91, apresentado na Câmara

uma década atrás, ainda não entrou para votação.

O projeto, de autoria dos deputados petistas Eduardo Jorge e Sandra Starling, apenas obriga o SUS (Sistema Único de Saúde) a incluir em seus serviços os abortos permitidos por lei.

Pelo previsto no Código Penal de 1940, o aborto só não é crime quando a gravidez é causada por estupro ou quando a mãe corre risco de morte.

Entre a maioria que na pesquisa do Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) quer que o SUS realize os abortos legais e a maioria que impede a votação do projeto que trata do tema, estaria uma força maior, a da Igreja Católica, cujo lobby junto aos deputa-

dos tem sido constante.

A forma como se organiza e atua essa ação está descrita na publicação "Aborto Legal, Igreja Católica e o Congresso Nacional", lançado na semana passada pela ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CDD).

Preocupação

De acordo com o porta-voz da Arquidiocese de São Paulo, monsenhor Arnaldo Beltrame, "a preocupação da igreja é atuar na defesa da vida" (leia texto abaixo).

A autora, a socióloga Myriam Aldana Santin, tomou como objeto da pesquisa a tramitação do projeto de lei 20/91. "O intuito é contribuir para uma melhor compreensão da atuação da Igreja Ca-

DIANO

segunda-feira, 26 de março de 2001 C 5

Interrupção de gravidez espera há dez anos por votação dos parlamentares

CNBB no Congresso

tólica no Congresso", diz a introdução do trabalho.

A escolha do PL 20/91, que apenas obriga o SUS (Sistema Único de Saúde) a incluir em seus serviços os abortos permitidos por lei, é ilustrativa. A demora em colocar o projeto em votação mostra as forças que levam parlamentares a "se contrapor a legislações que favorecem a vida da mulher", afirma a socióloga Maria José Rosado, coordenadora do CDD.

Myriam traça um perfil do chamado Grupo Parlamentar Católico, o GPC, que na legislatura anterior tinha 57 deputados e 11 senadores e teria agora 114 deputados e 17 senadores.

Os próprios membros do GPC relatam como são arregimenta-

dos: no início de cada legislatura, os integrantes antigos identificam aqueles que se apresentam como católicos e enviam a cada um uma correspondência, explicando como atua o grupo.

"Deixamos claro que a pastoral parlamentar católica não é bloco (...), não discutimos as divergências, mas as convergências em torno do Cristo...", diz um deputado. "O objetivo é partilhar, rezar junto...", afirma outro.

Nos depoimentos, vários deputados pediram para não ser identificados.

Os integrantes do GPC se reúnem uma vez por mês, no café da manhã, e às vezes promovem encontros de reflexão.

Oficialmente, o GPC não é liga-

do à igreja, mas "seus membros, subdivididos em grupos, buscam ou são buscados por algum setor da igreja que lhes pede apoio ou assessoria nos momentos de votação", escreve a autora.

"A maioria das nossas reuniões contou com a presença do representante da CNBB, mas não somos organizados por ela", diz um deputado ouvido no livro, citando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A publicação aponta o GPC como grupo suprapartidário, com deputados do PSDB, PFL, PMDB, PTB e PT. As mulheres representam 10,5%.

Informações sobre o livro e a ONG Católicas pelo Direito de Decidir pelo telefone 0/XX/11/3107-9038

'Igreja sempre fará tudo pela vida'

DA REPORTAGEM LOCAL

O porta-voz da Arquidiocese de São Paulo, monsenhor Arnaldo Beltrame, disse que, "quando se trata da defesa da vida, a igreja sempre fará tudo, inclusive dentro do Congresso Nacional".

"A igreja não mede esforços para defender a vida", disse. "Já essas mulheres que defendem a morte, essas estão fora da igreja", afirma o porta-voz. Monsenhor Beltrame lembrou que a Campanha da Fraternidade, deste ano, prega "vida sim, drogas não, e o aborto é contra a vida".

Desde a semana passada, o padre Ernani Pinheiro está encarregado de fazer uma "ponte" entre a CNBB e o Congresso.

"Minha função será a de acompanhar alguns projetos de maior interesse e levar subsídios da CNBB para o Congresso", disse. Mas, segundo ele, o Grupo Parlamentar Católico "não é porta-voz da CNBB".

Sobre a participação de representantes dos bispos em reuniões dos parlamentares católicos, ele comentou: "É possível que uma ou outra vez alguém da CNBB tenha sido convidado para estar presente."

O secretário-geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno, está em viagem no exterior.

As Católicas pelo Direito de Decidir são católicas que pregam a discriminação do aborto com o argumento de que assim defendem o direito da mulher à vida. A Igreja Católica, que é contrária ao

aborto e sempre atuou em prol da proibição, também se diz defensora da vida.

Uma fala de d. Cláudio Hummes, hoje cardeal arcebispo de São Paulo, citada no próprio livro, resume o pensamento da igreja. "O ser humano deve ser respeitado e tratado como uma pessoa, desde a sua concepção, e, por isso, desde esse mesmo momento devem-lhe ser reconhecidos os direitos da pessoa, entre os quais, e primeiro entre todos, o direito inviolável de cada ser humano incoerente à vida."

Maria José Rosado, coordenadora das Católicas pelo Direito de Decidir, diz que a "igreja tem o direito, como instituição, de influir na confecção das leis". Mas ressalva que, "numa sociedade plural, não se pode legislar conforme um único credo".

Segundo ela, a "lei em vigor permite o aborto em alguns casos, mas não obriga que a mulher faça o aborto". "A igreja, ao impedir que o SUS atenda os abortos legais, acaba impedindo que a mulher que deseja consiga. As que pagam mais caro por isso são as mulheres mais pobres."

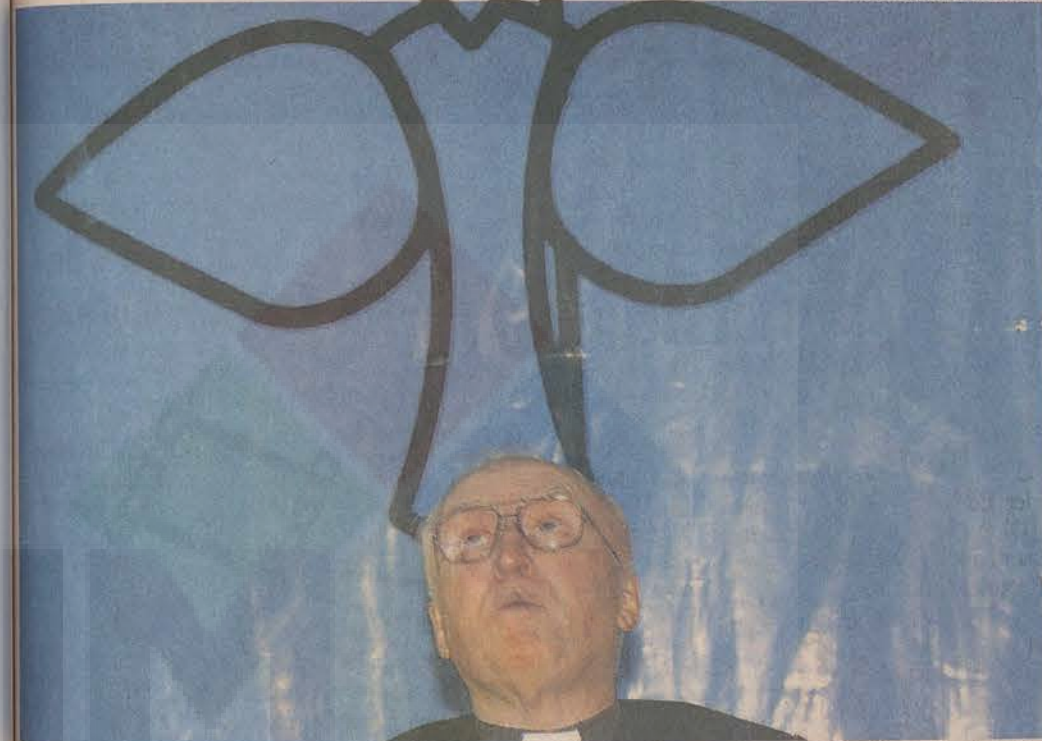
Uma norma técnica do Ministério da Saúde, de 1998, passou a orientar a realização dos abortos legais nos serviços públicos. Hoje, cerca de 30 hospitais já a seguem. "Para que a lei fosse cumprida, todos os serviços deveriam atender", diz Maria José. Os abortos clandestinos são hoje a terceira causa de mortalidade materna no Brasil. (AB)

FOLHA DE S. PAULO

BRASIL

ROMBO AMAZÔNICO Dom Jayme Chemello, presidente da entidade, afirma que Para CNBB, acusações a Jader

Lula Marques/Folha Imagem



Dom Jayme Chemello, presidente da CNBB, durante entrevista sobre a campanha da fraternidade

CAROLINA VILA-NOVA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Jayme Chemello, defendeu ontem a apuração das acusações contra o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Segundo ele, as acusações são "pesadas e o Senado deve apurar as irregularidades".

"O Senado tem que defender sua honra", disse d. Jayme à Folha. "Não é ruim ser investigado. Pior é deixar lá", afirmou, referindo-se à necessidade de averiguar se as acusações são verdadeiras.

"Eu não quero condenar porque não sei o que é verdade. Ele próprio [Jader] diz que não é. Não pode condenar sem prova. Antes, é preciso provar", disse.

D. Jayme cobrou o Senado após entrevista coletiva para avaliar a campanha da fraternidade de 2001 — "Vida Sim, Drogas Não!" — e tratar do tema de 2002, que será "Fraternidade e Povos Indígenas", com o lema "Por uma terra sem males". É a primeira vez que a CNBB lança uma campanha da fraternidade sobre os índios.

Segundo a CNBB, o lançamento da campanha faz parte da celebração dos 500 anos do descobrimento do Brasil. A necessidade de demarcação das terras indígenas será um dos temas prioritários da campanha.

D. Jayme reconheceu que a Igre-

Senador pede à Justiça que tropas federais protejam sua fazenda

LUIS INDRUINAS

AGÊNCIA FOLHA, EM BELEM

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), pediu ontem à Justiça que determine o envio de tropas federais para retirar os 700 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que invadiram pela segunda vez sua fazenda no último dia 14.

"Se o Exército pode intervir para evitar a invasão de uma fazenda do presidente da República, por que não fazer o mesmo com uma propriedade do presidente do Senado?", disse o advogado de Jader Barbalho, Edilson Dantas. Ele se referia

à ação do Exército para proteger a fazenda da família de Fernando Henrique Cardoso de ameaças de invasão em Buritis (MG).

Além da "intervenção federal", Dantas pediu a prisão administrativa do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Mauro Luiz Calandrini, por desobediência a uma decisão judicial. O comandante não se pronunciou ontem. A juíza de Aurora do Pará, Andréa Lopes Miralha, não deveria analisar o pedido ontem.

No dia 2 de maio, ela havia determinado a reintegração de posse com "força policial", quando a fazenda Chão Preto foi invadida pela primeira vez. Esta semana

Andréa determinou que Calandrini explicasse porque a reintegração não havia sido cumprida.

Segundo o coronel, sua defesa seria feita explicando que houve 22 dias de negociações envolvendo o Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Defensoria Pública. Na negociação foi acertado um prazo para que o Inbra apresentasse outras áreas. As áreas apresentadas não foram aceitas pelo MST, que continua dizendo que as fazendas de Jader são griladas e, por isso, decidiu voltar para a área.

Ontem, MST, Inbra e Defensoria Pública voltaram a se reunir, mas o impasse continuou.

“

O Senado tem que defender sua honra

DOM JAYME CHEMELLO
cobrando investigação sobre o presidente da Casa, Jader Barbalho

'Senado deve apurar as irregularidades' são 'pesadas'

a Igreja Católica cometeu "uns pecadinhos" no seu trato com os índios no passado. "A igreja tem uma dívida sagrada com os povos indígenas", disse ele.

O bispo negou, no entanto, que a igreja fosse fazer uma avaliação de sua própria atuação em relação aos índios. "O passado passou. Não queremos revolver o passado para ficar falando mal dos portugueses, dos outros. Nossa preocupação é o hoje."

Crise energética

D. Jayme cobrou do governo os problemas causados pela crise de energia elétrica. "Não quero dizer que o governo erra em tudo, mas que devemos ser sinceros, bater no peito quando erramos."

Segundo ele, os técnicos vinham anunciando há muitos anos que iria faltar energia. Na avaliação de Chemello, o governo "não tomou

as medidas que devia", apesar de ter conhecimento do problema, e não agiu de forma transparente.

"Mais do que investimentos, faltou uma política, faltou planejamento, faltou saber o que é prioridade para o país", criticou.

"É uma pena porque o 'João povo' é quem vai pagar por isso."

Julgamento

A CNBB divulgou uma nota manifestando "indignação" pela absolvição de José Buarque de Gusmão Neto, fazendeiro acusado de ser o mandante do assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves. O julgamento, em João Pessoa (PB), ocorreu no início da semana.

Buarque foi absolvido por cinco votos a dois. Margarida foi morta há 18 anos por defender os direitos de trabalhadores rurais do interior da Paraíba.

ROMBO AMAZÔNICO Dom Jayme Chemello, presidente da entidade, afirma que 'Senado deve apurar as irregularidades'

Para CNBB, acusações a Jader são 'pesadas'

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Jayme Chemello, defendeu ontem a apuração das acusações contra o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Segundo ele, as acusações são "pesadas" e o Senado deve apurar as irregularidades.

"O Senado tem que defender sua honra", disse d. Jayme à Folha. "Não é ruim ser investigado. Pior é deixar lá", afirmou, referindo-se à necessidade de averiguar se as acusações são verdadeiras.

"Eu não quero condenar porque não sei o que é verdade. Ele próprio [Jader] diz que não é. Não pode condenar sem prova. Antes, é preciso provar", disse.

D. Jayme cobrou o Senado após entrevista coletiva para avaliar a campanha da fraternidade de 2001 — "Vida Sim, Drogas Não!" — e tratar do tema de 2002, que será "Fraternidade e Povos Indígenas", com o lema "Por uma terra sem males". É a primeira vez que a CNBB lança uma campanha da fraternidade sobre os índios.

Segundo a CNBB, o lançamento da campanha faz parte da celebração dos 500 anos do descobrimento do Brasil. A necessidade de demarcação das terras indígenas será um dos temas prioritários da campanha.

D. Jayme reconheceu que a Igreja Católica cometeu "uns pecadinhos" no seu trato com os índios no passado. "A igreja tem uma dívida sagrada com os povos indígenas", disse ele.

O bispo negou, no entanto, que a igreja fosse fazer uma avaliação de sua própria atuação em relação aos índios. "O passado passou. Não queremos revolver o passado para ficar falando mal dos portugueses, dos outros. Nossa preocupação é o hoje."

Crise energética

D. Jayme cobrou do governo os problemas causados pela crise de energia elétrica. "Não quero dizer que o governo erra em tudo, mas que devemos ser sinceros, bater no peito quando erramos."

Segundo ele, os técnicos vinham anunciando há muitos anos que iria faltar energia. Na avaliação de Chemello, o governo "não tomou

as medidas que devia", apesar de ter conhecimento do problema, e não agiu de forma transparente.

"Mais do que investimentos, faltou uma política, faltou planejamento, faltou saber o que é prioridade para o país", criticou.

"É uma pena porque o 'João povo' é quem vai pagar por isso."

Julgamento

A CNBB divulgou uma nota manifestando "indignação" pela absolvição de José Buarque de Gusmão Neto, fazendeiro acusado de ser o mandante do assassinato da sindicalista Margarida Maria Alves. O julgamento, em João Pessoa (PB), ocorreu no início da semana.

Buarque foi absolvido por cinco votos a dois. Margarida foi morta há 18 anos por defender os direitos de trabalhadores rurais do interior da Paraíba.

FSP, 22.06.2001



Brasil
Brasil

serviços IC

Jornal do Commercio
Recife - 11.07.2001
Quarta-feira

- brasil
- política
- economia
- idades
- charge
- esportes
- caderno c
- meio ambiente
- internacional
- informática
- artigos/columnas
- semanais
- classificados
- índice geral
- segunda capa

ASSEMBLÉIA CNBB debate sua missão em encontro nacional

SÃO PAULO – Mais de 300 cardeais, arcebispos e bispos vão participar da 39ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se reunirá, de amanhã até o dia 19, no Mosteiro de Itaici, município de Indaiatuba, a 110 quilômetros de São Paulo. O episcopado brasileiro tem 417 membros, dos quais 308 estão na ativa e 109 são bispos eméritos ou aposentados. O tema central será *CNBB – vida e organização a serviço de sua missão hoje*.

O grande número de participantes, um recorde em comparação com os anos anteriores, explica-se pela importância do tema central em discussão e pela coincidência do fim da assembléia com o início do 14º Congresso Eucarístico Nacional, de 19 a 22, em Campinas.

“Além de aproveitarem a possibilidade de assistir às principais celebrações do Congresso Eucarístico, os bispos terão a oportunidade de refletir sobre o papel do episcopado na vida da Igreja”, observa o secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno Assis, ao explicar o interesse especial despertado pela reunião de Itaici. A reflexão sobre o tema começará na manhã de sexta-feira com uma exposição do cardeal Geraldo Majella Agnelo, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, presidente da comissão que redigiu o projeto dos novos estatutos da CNBB, a ser votado na assembléia.

- PRIMEIRA
- EDITORIAS
- POLÍTICA
- ECONOMIA
- PAÍS/CIDADES
- INTERNACIONAL
- CIÊNCIA/AMBIENTE
- ESPORTES
- INFO/INTERNET
- AUTO/TURISMO
- HÁ 40 ANOS
- COLUMNAS
- HELIO FERNANDES
- CLÁUDIO HUMBERTO
- CARLOS CHAGAS
- SEBASTIÃO NERY
- LINDOLFO MACHADO
- ARGEMIRO FERREIRA
- PEDRO PORFÍRIO
- JUSTIÇA DO TRABALHO
- FATO DO DIA
- OPINIÃO
- TRIBUNA BIS
- HOLOFOTE
- DANÇA E MOVIMENTO
- MODA E CIA
- PONTO DE VISTA
- ESTANTE
- GASTRONOMIA
- GELÉIA SONORA
- MARCIO G.
- FERREIRA NETTO
- NA TV
- CRÔNICAS
- VÍDEO
- HUMOR JÉSUS ROCHA
- CULTURA & MÍDIA
- ROTEIRO CARIOCA
- CINEMA
- TEATRO
- SHOW
- CLÁSSICO
- ALTERNATIVO
- EXPOSIÇÕES

PAÍS/CIDADES

Dom Mauro Morreli provoca polêmica na assembleia da CNBB

INDAIATUBA (SP) - Uma questão levantada pelo bispo de Duque de Caxias, d. Mauro Morelli, ao pedir a opinião de monsenhor Bruno Forte, membro da Comissão Teológica Internacional, do Vaticano, sobre a ordenação sacerdotal de mulheres e de homens casados, provocou polêmica ontem pela manhã no plenário da Assembleia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaiaci, distrito de Indaiatuba, a 120 quilômetros de São Paulo.

"As leis eclesiais estão me impedindo de providenciar a eucaristia para o povo", desabafou d. Mauro, depois de esclarecer que, como fez em 1992 na conferência do episcopado latino-americano em Santo Domingo, República Dominicana, não defende a ordenação de mulheres pelo fato de serem mulheres nem a de homens casados porque eles são casados.

Recorrendo a um argumento teológico para interpelar o teólogo italiano, d. Mauro disse que tanto mulheres como homens casados deveriam ser admitidos ao sacerdócio pelo fato de poderem ser pessoas "eminentes na fé e excelentes na caridade, portanto cristãos capacitados para a distribuição da eucaristia, sacramento pelo qual se realiza a plenitude da Igreja". Metade do auditório, com mais de 200 bispos, padres e freiras, aplaudiu.

Monsenhor Bruno pediu permissão para responder como teólogo, livrando-se com isso de dar uma opinião pessoal. "O que posso dizer é que a história não registra a ordenação de mulheres, mas registra, sim, a ordenação de homens casados", lembrou ele, acrescentando que, ainda hoje, as igrejas católicas de rito oriental ordenam homens casados.

"Na viagem que João Paulo II fez recentemente à Ucrânia, programou-se um encontro dele com um grupo de seminaristas que estariam acompanhados de suas noivas", revelou monsenhor Bruno. Sem confirmar se o encontro chegou a concretizar-se, pois não foi divulgado, o teólogo confidenciou que o papa gostou da sugestão.

D. Mauro Morelli lamenta que o teólogo não tenha respondido diretamente à sua pergunta. "Eu sei dos fatos históricos, queria era saber a opinião de monsenhor Bruno", justificou. A questão virou o assunto do dia durante o almoço em Itaiaci.

Enquanto outros bispos comentavam o episódio com discrição, padres e freiras da Assessoria da CNBB elogiavam a intervenção de d. Mauro. O bispo de Jundiá (SP), d. Amaury Castanho, argumentou que não seria possível defender a ordenação de mulheres, já que Jesus Cristo não incluiu nenhuma mulher entre os apóstolos, mas afirmou ser favorável à admissão de homens casados. "Acho que dentro de uns 15 a 20 anos a Igreja adotará essa prática", prevê o

NOS SHOPPINGS

CONTATO

ED. ANTERIORES

ONTEM



dentro de uns 15 a 20 anos a Igreja adotará essa prática", prevê o bispo. Em sua opinião, a questão não deveria ter sido levantada na assembléia.

Prefeito critica valor nutritivo das cestas para vítimas da seca

[Voltar País/Cidades](#)

| Anuncie na Tribuna | Assine | Bookmark | Gráfica Tribuna |
Copyright © 2000 Tribuna da imprensa
Melhor visualizado em 800 x 600
Desenvolvimento: FMdesign



FOLHA DE S. PAULO

21.7.012

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

CNBB e Congresso Eucarístico

TERMINA hoje a 39ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaici. Foram dez dias abençoados de intenso trabalho, em clima de fraternidade. O tema central estava voltado para a vida e para a organização da própria CNBB, com a reelaboração de seus Estatutos, por ocasião dos 50 anos de sua fundação.

Além das orações e das liturgias quotidianas, um dia inteiro foi dedicado ao retiro espiritual — orientado por monsenhor Bruno Forte — sobre a “vida e ministério do bispo, servidor do Evangelho de Jesus para a esperança do mundo”, tema escolhido pelo Santo Padre para o Sínodo episcopal no mês de outubro, em Roma.

Entre os pontos da pauta, sublinhamos as questões de liturgia, as notícias sobre as diretrizes para o diaconato, o relatório da Comissão Teológica, a situação da Educação Católica e a análise do momento atual brasileiro. Mereceram especial atenção a Amazônia e a atuação da Igreja nessa importante área do Brasil.

Os dias finais foram consagrados ao 14º Congresso Eucarístico Nacional. Assim, os 300 bispos seguiram para Campinas (SP) de modo a participar das celebrações oficiais, unindo-se aos romeiros de todas as dioceses do Brasil no desejo de adorar e bendizer Nosso Senhor Jesus Cristo, realmente presente no meio de nós. O legado pontifício, cardeal José Saraiva, trouxe aos congressistas a palavra e o afeto paterno do Papa João Paulo 2º.

De 19 a 22 de julho, as paróquias e comunidades do Brasil, em sintonia com o Congresso, organizaram programações, manifestando sua devoção a Jesus Cristo no Sacramento da Eucaristia. Os bispos enviaram mensagem ao povo, convidando todos a louvar a infinita bondade de Cristo, nosso Redentor, que, na Última Ceia, deu sua vida por nós, entregando o seu Corpo e o seu Sangue pela remissão de nossos pecados.

A fim de respondermos ao dom inestimável do amor de Jesus Cristo, os bispos lembram às comunidades o exemplo de fé viva dos primeiros cristãos, que, conforme os Atos dos Apóstolos, perseveraram na fração do pão, na comunhão fraterna, no zelo missionário e no serviço e doação ao próximo.

Sejam estes, também para nós, os frutos do Congresso Eucarístico.

1) Em primeiro lugar, cresça a união entre os discípulos de Jesus, sinal de sua presença entre nós. Será preciso abrir o coração, perdoar ofensas, superar ressentimentos e fazer gestos de reconciliação. A participação na Eucaristia há de apressar o dia em que se realizará o anseio de unidade que Jesus sempre manifestou, levando-nos ao empenho ecumênico e ao diálogo inter-religioso.

2) A Eucaristia é fonte de Evangelização. Neste mundo de violência e injustiça, o Corpo e o Sangue de Cristo fortalecem os discípulos para o testemunho e o anúncio do Reino de Deus. É da união vital com Cristo que brota a energia e a coragem dos mártires e dos missionários e a graça da fidelidade quotidiana ao Evangelho.

3) Na vivência da Eucaristia, não podem faltar o compromisso de amor e a doação aos mais necessitados. O gesto de Jesus, que lava os pés dos discípulos e parte o pão consagrado, há de dinamizar sempre a caridade com todos e a solidariedade com os mais pobres. Pela partilha fraterna, temos de vencer o egoísmo e lutar para eliminar a fome e a miséria de milhões de irmãos excluídos.

Confiando a Nossa Senhora Aparecida os frutos do Congresso, os bispos convidam os fiéis a louvar a Deus pelos benefícios da Eucaristia, desejando a todos união e paz na construção da sociedade solidária e esperança de bens futuros.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.



Encarte "Conjuntura Social e Documentação Eclesial"

Nº 586 - BRASIL: APREENSÕES E ESPERANÇAS DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE O MOMENTO ATUAL DO PAÍS

Nós, Bispos da Igreja Católica, reunidos na 39ª Assembléia Geral da CNBB, de 12 a 21 de julho de 2001, em Itaici - Indaiatuba, SP, representamos as duzentas e setenta dioceses pelas quais a Igreja Católica continua hoje sua presença de 500 anos a serviço da evangelização do povo brasileiro. Partilhamos nosso compromisso de pastores, e expressamos apreensões diante do difícil momento do país. Nosso povo de tradição cristã tem Jesus Cristo como fundamento de sua vida. Nossa palavra brota, pois, do Evangelho, como boa notícia para nossas comunidades. Queremos oferecer-lhes palavras de alerta, de apoio e de esperança, pois o Bom Pastor conhece e ama suas ovelhas (Jo 10,1-10).

Verificamos um clima de angústia e perplexidade. A solicitude pastoral não nos deixa ficar indiferentes. Sintonizamos com as palavras de João Paulo II ao falar, no dia 08 deste mês de julho, para os jovens preocupados com os rumos da reunião dos Dirigentes dos oito países mais ricos do mundo - G8, em Gênova: "Vocês não podem resignar-se a um mundo em que outros seres humanos morrem de fome, permanecem analfabetos, e ficam sem trabalho. Vocês defenderão a vida em cada momento do seu desenvolvimento terreno, e se esforçarão com toda a energia para tornar esta terra sempre mais habitável para todos". (Oração do Angelus do dia 08/07/01, L'Osservatore Romano de 09/07/01).

A sociedade brasileira está vivendo uma profunda crise ética, diante da qual já se manifestam salutaras reações, fazendo crescer a rejeição da impunidade. Torna-se urgente reverter a crescente decepção do povo diante de políticos e instituições, por uma vigorosa retomada dos critérios éticos, como base de toda a ação humana. A falta de referências éticas leva à degradação, manifestada pela avidez desenfreada da riqueza, do poder e do prazer, onde só contam as vantagens pessoais, o lucro, a produtividade e as leis do mercado, que passam a ser parâmetros absolutos, não se levando em conta a dignidade das pessoas e o bem do povo. A crise, nas suas raízes, é também de ordem religiosa, com enfraquecimento da fé e da vivência concreta do Evangelho, e conseqüente desagregação das famílias em prejuízo especialmente da juventude.

É preciso recolocar a pessoa humana, imagem de Deus, como centro de referência de toda a organização social. A economia, o trabalho, a ciência e a técnica devem estar a serviço da pessoa, e não a pessoa a serviço destas realidades. Não se pode jamais perder de vista o progresso ético e espiritual da pessoa humana. Onde a ordem do mundo não coloca a dignidade do homem, imagem de Deus, como meta e centro de toda a organização social, Deus não é testemunhado e adorado como Criador e Redentor da humanidade e do universo.

Apreensões

Acompanhamos com viva apreensão o retrato de nossa pátria, divulgado fartamente pela imprensa nestes últimos dias com um elenco de situações preocupantes.

A exemplo do profeta Jeremias, denunciemos a violência e a fome, no campo e nas cidades (Jr 14,18), solidários com nosso povo em seus sofrimentos e esperanças,

sobretudo na região semi-árida que sofre na atualidade o impacto de mais uma grande seca, associada ao descaso dos governantes e à falta de vontade política para ações estruturadoras.

Mesmo com a melhoria de alguns índices econômicos, persistem as injustas desigualdades sociais, evidenciadas pela recente Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios e outros estudos. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, o número de indigentes no Brasil chega a 50 milhões, representando 29% da população. Continuam os privilégios e as práticas que mantêm as estruturas injustas da sociedade.

A corrupção cada vez mais disseminada, agredindo a consciência do povo, inclusive com o uso da mentira, e levando ao descrédito das instituições, ainda não foi eficientemente combatida e que continua sendo estimulada pela impunidade.

O aumento da insegurança, leva à angústia diante do recrudescimento da criminalidade, da dificuldade de encontrar emprego, sobretudo para os jovens, ou medo de perdê-lo, da insuficiência do salário e da incerteza dos rumos do país.

O crescimento da violência pode ser fruto do desespero de muitas pessoas, mas é também reação diante da impunidade, e consequência das injustiças existentes em nossa sociedade e da inércia em enfrentá-las.

Continua o desrespeito às populações indígenas que clamam por uma justa demarcação de suas terras. O impasse persistente da Reforma Agrária mostra a necessidade de estabelecer limite máximo à propriedade rural, como está sendo proposto por campanha nacional à qual nos associamos. A agricultura familiar necessita do justo apoio que a viabilize, para estancar o êxodo rural em direção às periferias e favelas.

Preocupa-nos o aumento assustador da dívida do Brasil, tanto externa como interna. Ela condiciona a ação do governo, submete a economia do país a interesses especulativos, impede políticas públicas que atendam às necessidades básicas da população, inviabiliza investimentos necessários e torna setores econômicos quase insustentáveis.

A crise energética, que despertou o povo para uma salutar atitude de austeridade, reforçou as dúvidas sobre a política de privatizações e começa a ter graves consequências nos níveis de emprego e atividade econômica, minando a confiança na administração pública.

A Amazônia, com toda sua complexidade, do ponto de vista da ecologia, da bio-diversidade e da sua importância geo-política, torna-se uma questão nacional, a ser seriamente assumida por todos.

Estamos também preocupados com a situação das prisões, onde irmãos e irmãs nossos se vêem relegados a condições desumanas que nada ajudam para a sua recuperação e reinserção na sociedade. Neste sentido, nos opomos às tentativas em curso do rebaixamento da idade penal para os infratores adolescentes, pois achamos que esta não é providência adequada para a solução dos problemas existentes. Também nos preocupa a crescente onda de crime organizado, num claro desafio à ordem política e social.

A Campanha da Fraternidade deste ano alertou para o perigo das drogas, e mostrou a necessidade de uma ação permanente e organizada em favor dos dependentes químicos, incentivando a organização da pastoral da sobriedade em nossas comunidades.

Perspectiva

Urge viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional, que mobilize a população e valorize as potencialidades de nosso país, para que sejam usadas com discernimento e responsabilidade, visando a integração solidária do Brasil no contexto mundial, de acordo com o espírito de fraternidade que é patrimônio de nossa tradição cristã

Para que este projeto seja viável, é imprescindível contar com os instrumentos adequados para sua implementação. Neste contexto vemos a urgência de avaliar os resultados das privatizações e rever seu processo, buscando garantias de que se preserve o caráter público das atividades que atendem aos direitos dos cidadãos, e para que todos os setores da sociedade contribuam para o verdadeiro desenvolvimento do país e para o bem comum do povo brasileiro.

Chegou a hora de um combate decidido contra a corrupção. Sua persistência mostra a necessidade de buscar as raízes históricas da perversa cultura de corrupção implantada no Brasil. Ela se nutre da impunidade, acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, incentivada por corporativismos históricos, habituados a usar em benefício de interesses particulares as estruturas do poder público, seja do Executivo, como do Judiciário e do Legislativo, como de todas as instâncias públicas. É antiético acobertar, por partidarismo político ou lealdade de confraria, o erro de alguém que prejudica o bem comum. Conclamamos todas as instituições de nossa sociedade a reverem suas práticas, para que se desencadeie um grande esforço nacional, a fim de erradicar a praga da corrupção que corrói o exercício da democracia.

Fazemos nossas as inquietações que vão se avolumando no mundo diante dos rumos perversos do atual processo de globalização, que quer reduzir a humanidade aos interesses egoístas de alguns, em prejuízo da vida da maioria.

Nesta perspectiva, urgimos a necessidade de denunciar a ameaça que paira sobre o nosso continente, com a proposta da Associação de Livre Comércio da América - ALCA. Apoiamos a resistência do governo brasileiro, e em nome da vida e da dignidade de nossos povos rejeitamos com veemência este instrumento de dominação que nos está sendo imposto, que ignora os objetivos sociais da economia, reduz as pessoas a consumidores, desrespeita as diferenças culturais, só se interessa pela expansão do mercado e desconsidera inteiramente as desigualdades sociais e a concentração de renda que se tornaram características dolorosas do Brasil e da América Latina.

A Palavra do Papa nos estimula a reafirmar que "a fé não pode deixar os cristãos indiferentes diante dessas questões de importância mundial. Ela os impele a interpelar, com espírito propositivo, os responsáveis pela política e pela economia, urgindo que o atual processo de globalização seja fortemente governado pelas razões do bem comum dos cidadãos do mundo inteiro, na base das irrenunciáveis exigências da justiça e da solidariedade" (Oração do Angelus dia 08/07/01, L'Osservatore Romano de 09/07/01).

Esperanças

Gostaríamos de partilhar com todos "a esperança que não engana" (Rm 5,5); ela nos vem do Deus da vida e Senhor da história.

Em primeiro lugar, motiva-nos o exemplo do povo simples que em meio às dificuldades realiza o milagre cotidiano de sua sobrevivência, na luta diária e na solidariedade fraterna de pobre ajudando o pobre. Testemunho comovente foi dado pelos catadores de

materiais recicláveis, que se reuniram em Brasília, manifestando a toda a nação sua organização e sua consciência cívica.

Outro sinal de esperança nos vem do semi-árido, pela constituição e fortalecimento de associações comunitárias e pela articulação de outras numerosas entidades que atuam no programa de construção de um milhão de cisternas, provando a viabilidade de projetos comunitários no enfrentamento da seca, e mostrando a possibilidade de convivência com o semi-árido.

Constatamos com alegria o dinamismo da sociedade brasileira, através de um grande número de práticas criativas dos Movimentos Sociais, de experiências de economia solidária e de redes que articulam as mais diferentes iniciativas das bases sociais.

Tais iniciativas sinalizam as energias morais que são patrimônio do povo, e que animam nossa esperança de reverter os rumos da atual crise e reencontrar os caminhos da construção de uma sociedade justa e solidária em nossa pátria. A experiência do voluntariado aponta para novos caminhos de serviço e de solidariedade que a Igreja Católica quer valorizar sempre mais.

No quadro desta mobilização, chamamos a atenção para a importância especial das eleições do próximo ano, como oportunidade preciosa de repensar o Brasil. Urge eleger pessoas capazes de aglutinar a vontade política, de criar um consenso efetivo para concretizar as mudanças necessárias e de implementar providências indispensáveis para colocar a ordem jurídica, social, cultural, política e econômica sempre a serviço da vida e da dignidade dos brasileiros. Neste processo os partidos políticos têm, em primeiro lugar, a insubstituível responsabilidade de apontar candidatos que tenham condições de assumir funções públicas, com clara plataforma e compromisso de governar democraticamente.

É igualmente indispensável expurgar as eleições de toda espécie de corrupção eleitoral, que instrumentaliza a pobreza do povo e usa o poder econômico e a máquina administrativa para assegurar a continuidade do poder político nas mãos de quem o exerce em proveito próprio de grupos corporativos ou de organizações partidárias. Daí a importância do Seminário Nacional para Juizes e Promotores Eleitorais, a realizar-se em Brasília no próximo mês de agosto, promovido pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, com o apoio do Tribunal Superior Eleitoral, visando as eleições de 2002.

Neste início de novo milênio, em que uma globalização excludente ameaça toldar o horizonte da humanidade, saudamos a iniciativa de entidades da sociedade civil, promovendo o Fórum Social Mundial, realizado no início deste ano em Porto Alegre, e em vias de concretizar um processo mundial de busca de saídas para as ameaças que o império do lucro faz pesar sobre o mundo, até no que respeita a vida no planeta terra. A esta reação queremos nos associar, excluindo toda manifestação de violência, amparados em nossa fé cristã. Convidamos as instâncias públicas a acolherem este clamor que cresce dia a dia, trazendo contribuições positivas para enfrentar os desafios que hoje se apresentam à nossa pátria. Queremos saudar e desejar êxito à Conferência Mundial da África do Sul sobre racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Lembramos as palavras dos Bispos Latino-Americanos reunidos em Puebla (n. 1134-1165) que nos conclamam para uma vida simples, sóbria e austera, privilegiando o serviço fraterno aos mais pobres entre os pobres; a ajudar as instituições que cuidam dos deficientes e doentes, idosos solitários, crianças, menores abandonados, presos, portadores de HIV e todos os que pedem a proximidade misericordiosa do Bom

Samaritano (Lc 10, 25-37). A vida, a família, a dignidade da pessoa humana são valores inalienáveis, e fonte perene de discernimento para todos. Toda e qualquer discriminação social é injusta.


A Campanha da Fraternidade do próximo ano, abordando o tema dos povos indígenas, nos levará a refletir sobre as raízes da nação brasileira, e agir para que seja respeitada e valorizada a cultura destes povos, e lhes sejam asseguradas condições dignas de existência.

A paixão pela verdade na realidade do nosso país, com tamanha concentração de renda, se traduz em paixão pela justiça, para nos colocar a serviço da vida nas pegadas de Jesus que veio "para que todos tenham vida e vida em abundância" (Jo 10,10). O sangue de tantos mártires que morreram por causa da justiça continue fecundando nossa solidariedade!

Neste clima de angustias e esperanças queremos nos sentir todos envolvidos, como Igreja que busca sua renovação permanente, num processo evangelizador inspirado na vida das comunidades dos Atos dos Apóstolos.

A celebração do 14º Congresso Eucarístico Nacional de Campinas, SP, (19 a 22 de julho de 2001), nos aponta a EUCARISTIA como FONTE DA MISSÃO E VIDA SOLIDÁRIA, estimulando também a partilha da terra para que haja mais pão para todos. Seja ele a expressão e a garantia do Brasil fraterno e justo que todos sonhamos, inserido solidariamente na fraternidade universal.

 [Voltar](#)

 [Home page](#) Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, nos fortaleça com sua intercessão para que Deus nos abençoe em nossas apreensões, perspectivas e esperanças.

Religião será facultativa para os alunos

Ensino religioso, que passará a fazer parte do currículo das escolas de ensino fundamental da rede estadual paulista a partir de 2002, será facultativo para os alunos, embora obrigatório às escolas.

A situação é resultado do que o presidente do Conselho Estadual de Educação, Arthur Fonseca Filho, chama de contradição no artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que dispõe sobre o ensino religioso nas escolas.

A LDB (uma espécie de Constituição da educação) estabelece a obrigatoriedade, mas o artigo 33 prevê que o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural, étnica do Brasil, vedadas quais-

quer formas de proselitismo". "Se é básico, como pode ser facultativo?", questiona Fonseca Filho. Para ele, não haveria problema na obrigatoriedade, levando-se em conta o caráter generalista da matéria. "Vai abordar a história das religiões, ética e cidadania; não vai ter nenhum tipo de credo", afirma o conselheiro.

O conteúdo da disciplina será elaborado em um encontro com representantes de várias religiões, previsto para setembro. Da primeira à quarta série, os professores se encarregarão de abordar questões religiosas dentro do conteúdo das outras disciplinas.

Nas últimas séries haverá uma aula específica por semana. Nessa etapa o aluno terá a faculdade de escolher se assiste ou não à aula. Em que série isso vai ocorrer ainda deve ser decidido pela Secretaria

de Estado da Educação, de acordo com Fonseca Filho.

Repercussão

"O importante é passar o valor transcendente, sair da visão de grupo", diz o monsenhor Arnaldo Beltrami, porta-voz do arcebispo de São Paulo, d. Cláudio Hummes.

"O ensino religioso é importante para dar a noção de Deus, a noção da responsabilidade social, da solidariedade, para que a nossa juventude já tenha um pouco de ética no seu comportamento", afirma o representante católico.

"Sendo facultativo para os alunos, eu acho aceitável. Com a forma inicial que foi apresentada, de obrigatoriedade geral, não podíamos concordar", disse o presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo, Natan Berger. Para ele, o problema maior

está em um professor conseguir transmitir um tema tão delicado com a imparcialidade necessária.

Rolf Schunemann, representante da Igreja Luterana no grupo que estuda a matéria, disse que a igreja apóia a medida, embora ele, pessoalmente, tenha posição divergente.

"O espaço público deveria ser neutro em matéria religiosa", afirma ele, para quem o ensino deveria ficar a cargo das instituições religiosas.

Schunemann teme, no entanto, que o caráter facultativo da disciplina crie situações constrangedoras para os alunos ou suas famílias. "É uma matéria bastante delicada. A sociedade está engatinhando em termos de pluralismo religioso e ideológico", afirma. "Vamos pensar otimisticamente, que isso vai ajudar a criar cidadãos mais tolerantes sobre as opções religiosas."

FSP 18.8.01

Exigência ética e evangélicas de combate à pobreza

Continua, na CNBB, a reflexão em torno da fome e da miséria, que foi assunto também da 39ª Assembléia Geral da CNBB, de 12 a 21 de julho, em Itaici (SP). Uma Comissão de bispos e assessores foi constituída para encaminhar o tema: dom Jacyr Braidó e dom Cândido Padim, dom Mauro Morelli e como assessores: Pedro Ribeiro, CEBs; padre Alfredo Gonçalves, Setor Social; padre Thierry Linard de Guertechin, sj, do Ibrades; Carmem Lúcia Teixeira, Pastoral da Juventude; Guilherme Delgado e Francisco Whitaker, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

O grupo definiu objetivos em três dimensões: 1. A fundamentação sobre o tema que será objeto de documento da 40ª Assembléia Geral. 2. Incentivar e mobilizar as iniciativas concretas - formação e ação dentro da temática. 3. Articular as ações realizadas pela Igreja e pela sociedade em um projeto societário mais amplo para responder, num nível macro, aos desafios de situações gerais de pobreza.

Para o trabalho do tema há as seguintes propostas: envolver outras igrejas e a sociedade civil com suas iniciativas, articular com os Organismos do Povo de Deus: Conselho Nacional de Leigos (CNL), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Conferência Nacional dos Institutos Seculares (CNIS), Conselho Nacional de Diáconos (CND), e Conselho Nacional de Presbíteros (CNP), continuar o processo de consulta aos regionais e dioceses, explicitar um projeto concreto em comunhão com outros projetos globais: Campanha da Fraternidade (CF), Projeto Ser Igreja no Novo Milênio (SINM) e outras questões conjunturais como as eleições; elaborar subsídios a partir do projeto SINM dentro da temática, fazendo ligação com o livro dos Atos dos Apóstolos, apresentar um calendário de trabalho e sugestões concretas para serem desenvolvidas nos níveis regionais e diocesanos, formar diversas comissões, procurando atingir a diversidade regional.

CNBB se une aos sem-terra em protesto contra corrupção e FMI

BRASÍLIA - Trabalhadores sem-terra e representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) marcharam ontem, em Brasília, com um boneco que simboliza o Fundo Monetário Internacional (FMI) em frente ao Palácio do Planalto para marcar o sétimo ano do G-8 Excluídos. Cerca de 100 pessoas caminharam pela Esplanada de Brasília até o Palácio do Planalto gritando palavras de ordem, principalmente contra a corrupção e o desemprego. Os manifestantes, que incluíam a estudantes e trabalhadores, lavaram parte do piso da Esplanada dos Três Poderes para simbolizar a luta pelo fim da impunidade no país. Líderes do Movimento dos Sem-terra (MST) que participaram do protesto, organizado pela CNBB e pelo Conselho Nacional dos Trabalhadores (CUT), pediram para anunciar o protesto na última terça-feira, enviaram um pedido de audiência ao presidente Fernando Henrique Cardoso. O protesto, no entanto, ainda não recebeu uma resposta da assessoria do Planalto. Na mesma hora em que se realizavam na Esplanada dos Três Poderes, Fernando Henri-

que participava das comemorações do Sete de Setembro, na Avenida do Exército, a cinco quilômetros do local da manifestação. Havia a expectativa de que os cerca de mil trabalhadores sem-terra, que estão acampados no Estádio Nilson Nelson, pudessem fazer um protesto contra o presidente no desfile oficial do 7 de Setembro. Mas os sem-terra passaram pela avenida 30 minutos antes de o presidente chegar. Os sem-terra, que prometem promover atos em Brasília até outubro, também plantaram sementes de abóbora, cebola e melão, sem aditivos químicos, em gramado nas imediações da Praça dos Três Poderes. Depois, eles ficaram em frente ao prédio do Congresso, onde cantaram algumas músicas, entre elas *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré.

Vaias- De vaias ao presidente à despedida de um ministro candidato, o penúltimo 7 de Setembro da era FHC foi dominado pela política. Apesar dos bocejos da primeira-dama, dona Ruth Cardoso, o desfile militar deste ano foi considerado um dos mais atraentes dos últimos tempos.

Aproximadamente 70 mil pessoas enfrentaram um sol de rachar, em meio à seca brasileira, para assistir à parada de tanques, destacamentos de cavalaria e aviões supersônicos pelo ar, que decorreu sem incidentes do início ao fim, não fosse o presidente Fernando Henrique Cardoso receber sonoras vaias do público ao deixar o palanque das autoridades.

De helicóptero, o presidente deixou para trás a desaprovação popular e seguiu para um outro palanque, dessa vez político. À sombra das árvores do jardim do Palácio da Alvorada, com uma platéia bem menor à sua volta, Fernando Henrique transformou uma cerimônia de premiação de estudantes nota dez em manifestação de elogio ao trabalho, desenvolvido pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Esse, por sua vez, aproveitou o crédito e lançou sua candidatura. Não se sabe ainda a quem.

O fato é que Paulo Renato anunciou que em setembro do próximo ano já não estará mais no cargo. "Não depende de mim, mas do meu partido", disse, ao ser perguntado a qual cargo irá concorrer.

C. BAHIA, 08.09.01

PROTESTO Manifestação teve público recorde, segundo a PM; slogans contra o FMI

'Grito' da CNBB leva 90 mil

Roosevelt Cássio/Folha Imagem



Noventa mil pessoas participam do "Grito dos Excluídos", organizado pela CNBB, diante da basílica de Aparecida, em São Paulo

sábado, 8 de setembro de 2001 A 5

... são trocados por bandeiras contra a fome

... a Aparecida

Foto: Anselmo/Infomax/Imagem.com.br/Imagem.com.br

67 CED

CAROLINA FARIAS

FREE-LANCE PARA A FOLHA VALE

Com pedidos de "trabalho, pão e poesia", 90 mil pessoas estiveram ontem na Basílica Nacional de Aparecida (167 km de São Paulo) na 7ª edição do Grito dos Excluídos e a 14ª Romaria do Trabalhador, registrando novo recorde de público para o Sete de Setembro, segundo estimativa da PM.

No ano passado, cerca de 85 mil pessoas participaram do ato, segundo a igreja; em 1999, houve 30 mil presentes e, em 1998, 15 mil.

Os manifestantes abandonaram os lemas "Fora FHC, fora FMI", de anos anteriores, e traziam bandeiras contra a fome, o desemprego e a exclusão social. A pauta do ato deste ano incluiu dois novos temas: a defesa da reforma agrária, mas sem os alimentos transgênicos, e a inclusão dos estrangeiros nas políticas sociais.

Manifestações políticas isoladas reuniram militantes do PSTU e sindicalistas ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

"Eu não gostaria que houvesse o Grito, só que o desemprego, a globalização e a dívida externa obrigam a isso", disse o bispo de Santos (SP), d. Jacyr Francisco Braido, responsável pelas Pastorais Sociais da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Crianças sem terra plantaram sementes que simbolizavam os pedidos do Grito. As sementes fo-

ram abençoadas por d. Jacyr e distribuídas ao público. O cardeal arcebispo de Aparecida, d. Aloísio Lorscheider, fez uma homilia (pregação) marcada pelas críticas à distribuição de renda no país.

Políticos foram poupados, pelo menos diretamente, nos pronunciamentos deste ano. Ele começou a pregação tratando da solidariedade, pedindo que não existissem mais necessitados. "A concentração de bens não está nos planos de Deus. A justiça é chegar a todos os bens necessários. Não devemos concentrar os bens em nossas mãos e ficar calados nesse sistema. Temos que denunciar. O Grito é uma forma de protesto, uma denúncia", disse d. Aloísio.

O cardeal criticou meios de comunicação, acusando-os de incentivar o consumismo excessivo, que levaria à exclusão: "A sociedade está privando as pessoas excluídas do banquete da vida. Os meios de comunicação pregam a idéia de consumir sempre. O sistema é pecaminoso". No ato final, militantes traziam bandeiras pedindo mais atenção ao primeiro emprego e à universidade pública. Houve críticas à Alca.

Cerca de 300 pessoas de outros países da América Latina participaram do Grito para criticar o preconceito contra estrangeiros no mundo. "A lei brasileira que trata do imigrante é restrita e xenofóbica", disse o padre Luiz Baçejo, da Pastoral do Migrante.

Conflito com PM marca ato em Santa Catarina

DA AGÊNCIA FOLHA

Um confronto entre manifestantes e policiais, em Florianópolis (SC), marcou os protestos dos Gritos dos Excluídos realizados ontem em todo o país. O tumulto ocorreu quando participantes do protesto tentaram invadir a pista do desfile de Sete de Setembro.

Tropas da Polícia Militar impediram a invasão. Os ativistas —cerca de 2.000 pessoas, entre sindicalistas, estudantes e militantes da CUT e MST— reagiram atirando pedras e paus nos policiais. A polícia utilizou bombas de efeito moral. O conflito durou pouco mais de quinze minutos, segundo a PM. Sofreram ferimentos leves 11 policiais e dois sem-terra. Ninguém foi preso.

"A PM agiu com energia para

garantir a realização do desfile", disse o coronel Eliésio Rodrigues. Após o confronto, o desfile prosseguiu sem ocorrências graves. O governador Esperidião Amin e a prefeita de Florianópolis, Angela Amin, ambos do PPB, foram vaiados pelos manifestantes.

Em Teresina, os manifestantes do Grito dos Excluídos obrigaram o governador Francisco de Assis Moraes Souza, o Mão Santa (PMDB), e outras autoridades a deixar às pressas o palanque oficial. Depois de furar o cordão de isolamento e invadir o desfile de Sete de Setembro —que já estava no final—, os sem-terra e sindicalistas invadiram o palanque pelo lado que dava para a avenida.

Segundo a coordenação estadual do MST, eram cerca de 8.000 pessoas. Para a Polícia Militar,

eram de 500 a 1.000 pessoas.

Eles varreram e lavaram o palanque, discursaram e gritaram palavras de ordem contra FHC, o FMI e o "apagão".

O Grito dos Excluídos em Curitiba se transformou em uma manifestação contra a privatização da Copel (Companhia Paranaense de Energia). O ato reuniu cerca de mil pessoas, entre sindicalistas e integrantes da Pastoral da Juventude, Conselho Nacional de Leigos e pastorais sociais. Não houve incidentes.

Um princípio de tumulto ocorreu ontem em Porto Alegre quando se encerrava o desfile militar oficial e iria se iniciar o Grito dos Excluídos. Como a cavalaria demorou a se apresentar (houve um espaço de tempo), parte do grupo que representava os excluí-

dos entrou na avenida para o desfile. O comandante-geral Max Hoerter, chegou a se retirar conforme havia sido combinado (ao terminar o desfile, com o dos excluídos). Foi quando, porém, a Cavalaria entrou, e os excluídos se retirou.

Cerca de 5.000 sindicalistas sem-terra e desempregados participaram ontem em Salvador do Grito dos Excluídos. A PM informou em 2.500 o número de participantes do protesto.

Com faixas e cartazes, os manifestantes chamaram o presidente FHC de "príncipe das trevas" e fizeram referência à crise de energia.

Cerca de 3.000 pessoas, segundo a Polícia Militar, participaram de uma passeata paralela ao desfile oficial da Independência em Recife.

Protesto reúne 1.000 em Brasília

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Cerca de mil pessoas participaram do Grito dos Excluídos em Brasília. O protesto ocorreu sem confrontos e incidentes e foi monitorado por 60 policiais militares. A grande maioria dos manifestantes era do MST.

Em três gestos simbólicos, eles lavaram a bandeira nacional e uma pequena área em frente ao Palácio do Planalto, queimaram um boneco que representava o FMI (Fundo Monetário Internacional) e plantaram sementes variadas em área verde contígua à praça dos Três Poderes.

Os objetivos eram protestar contra a corrupção, com a lavagem em frente ao Planalto, e a interferência do FMI nas questões internas, com a queima do boneco de pano, e lançar a luta por um

país melhor, por meio do plantio de sementes sem agrotóxicos.

Esse foi o 7º Grito dos Excluídos. A PM estimou a presença de mil pessoas. Os organizadores do protesto afirmaram que havia em torno de 1.200 presentes.

A realização da manifestação em Brasília foi assegurada pela iniciativa do MST de concentrar sem-terra de vários Estados em um acampamento na cidade. Em menor número, havia representantes de pastorais sociais da Igreja Católica e de entidades civis, como sindicato de servidores.

Os sem-terra fizeram uma caminhada de cerca de oito quilômetros. Eles foram do ginásio onde estão acampados até a Catedral de Brasília. Depois, com outros manifestantes, andaram até a praça dos Três Poderes. E retornaram para o acampamento.

CNBB se une aos sem-terra em protesto contra corrupção e FMI

Caminhada foi realizada perto do local onde FHC comemorava o 7 de Setembro

BRASÍLIA - Trabalhadores sem-terra e representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) queimaram ontem, em Brasília, um boneco que simbolizava o Fundo Monetário Internacional (FMI) em frente ao Palácio do Planalto para marcar o sétimo ano do Grito dos Excluídos. Cerca de 1.200 pessoas caminharam da Catedral de Brasília até o Palácio do Planalto gritando palavras de ordem, principalmente contra a corrupção e o FMI. Os manifestantes, que se uniram a estudantes e turistas, lavaram parte do piso da Praça dos Três Poderes para simbolizar a luta pelo fim da impunidade no país. Líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) que participaram do ato, organizado pela CNBB com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), aproveitaram para anunciar que, na última terça-feira, encaminharam um pedido de audiência ao presidente Fernando Henrique Cardoso. O MST, no entanto, ainda não obteve uma resposta da assessoria do Planalto.

Na mesma hora em que marchavam na Esplanada dos Ministérios, Fernando Henrique participava das comemorações do Sete de Setembro, na Avenida do Exército, a cinco quilômetros do local da manifestação. Havia a expectativa de que os cerca de mil trabalhadores sem-terra, que estão acampados no Estádio Nilson Nelson, pudessem fazer um protesto contra o pre-

sidente no desfile oficial do 7 de Setembro. Mas os sem-terra passaram pela avenida 30 minutos antes de o presidente chegar. Os sem-terra, que prometem promover atos em Brasília até outubro, também plantaram sementes de abóbora, cebola e melão, sem aditivos químicos, em grama das imediações da Praça dos Três Poderes. Depois, eles ficaram em frente ao prédio do Congresso, onde cantaram algumas músicas, entre elas *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré.

Vaias- De vaias ao presidente à despedida de um ministro candidato, o penúltimo 7 de Setembro da era FHC foi

dominado pela política. Apesar dos bocejos da primeira-dama, dona Ruth Cardoso, o desfile militar deste ano foi considerado um dos mais atraentes dos últimos tempos. Aproximadamente 70 mil pessoas enfrentaram um sol de rachar, em meio à seca brasileira, para assistir à parada de tanques, destacamentos de cavalaria e aviões supersônicos pelo ar, que decorreu sem incidentes do início ao fim, não fosse o presidente Fernando Henrique Cardoso receber sonoras vaias do público ao deixar o palanque das autoridades.

De helicóptero, o presidente deixou para trás a desaprovação popular e seguiu pa-

ra um outro palanque, dessa vez político. A sombra das árvores do jardim do Palácio da Alvorada, com uma platéia bem menor à sua volta, Fernando Henrique transformou uma cerimônia de premiação de estudantes nota dez em manifestação de elogio ao trabalho, desenvolvido pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Esse, por sua vez, aproveitou o crédito e lançou sua candidatura. Não se sabe ainda a quem.

O fato é que Paulo Renato anunciou que em setembro do próximo ano já não estará mais no cargo. "Não depende de mim, mas do meu partido", disse, ao ser perguntado a qual cargo irá concorrer.

CORREIODA BAHIA 8.9.2001

Tribuna da imprensa online
www.tribunadaimprensa.com.br
Rio de Janeiro, sexta-feira, 21 de setembro de 2001

Presidente da CNBB condena "Justiça Infinita" dos EUA

BRASÍLIA - Os representantes da Igreja Católica nos países de Língua Portuguesa, reunidos em Brasília, defenderam ontem que a guerra não é o caminho que deve ser trilhado nesse momento, mesmo entendendo a posição da nação norte-americana, ferida em seu orgulho após os ataques terroristas ao World Trade Center, em Nova York e ao Pentágono, em Washington, no dia 11 de setembro.

As críticas recaíram ainda sobre o nome "Justiça Infinita", dado pelo presidente norte-americano, George W. Bush à operação de combate ao terrorismo. "Só quem pode praticar a Justiça Infinita é Deus", justificou o secretário-geral da CNBB, Dom Raymundo Damasceno Assis.

Para o cardeal patriarca de Lisboa, Dom José Policarpo, o mundo chegou em um momento de inflexão. "Nós temos que escolher entre o caminho do sofrimento coletivo ou da generosidade em torno de uma união pelo bem", definiu ele. Dom José Policarpo disse que os atentados reafirmam a necessidade de se prestar mais atenção na atual divisão mundial, que estabeleceu um fosso entre o mundo capitalista e as demais nações do Planeta, alheias aos processos de decisão.

Na visão do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Jayme Chemello, ninguém ganha com esse conflito que se desenha. "Perdem o Brasil e outras nações periféricas do cenário econômico mundial, mas também perdem os Estados Unidos, obrigados a investir todo seu potencial econômico na fabricação de armas".

Os religiosos condenaram as tentativas, tanto por parte dos muçulmanos como pelo lado dos norte-americanos, de se dar ao conflito uma conotação de guerra santa. "As pessoas não diferem entre o mártir e o fanático. Enquanto o primeiro doa a vida por amor, o segundo joga bombas nos outros".

Do ponto de vista estratégico e bélico, o presidente da CNBB acha que a guerra não exterminará o terrorismo. "Esse é um mal imprevisível, as pessoas morrem sem saber porque estão sendo atacadas". O cardeal disse que isso ficou bem claro após os últimos acontecimentos. "Os Estados Unidos se achavam invulneráveis e, de repente, percebemos que qualquer um pode receber bombas na cabeça".

21/9/2001 13:35:24

K ✓

K

CCED

FOLHA DE S. PAULO

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

Sínodo dos bispos

8.10.01 F

DE 30/9 a 27/10, reúne-se em Roma o Sínodo dos Bispos para a sua 10ª Assembléia Geral Ordinária. É uma instituição permanente, criada pelo Papa Paulo 6º em resposta ao desejo manifestado pelos participantes do Concílio Vaticano 2º de manter vivo o autêntico espírito de colegialidade, fruto da experiência conciliar. Sínodo significa "caminhar juntos" na direção do Senhor Jesus — "Caminho, Verdade e Vida" (Jo. 14,6). Essa Assembléia de membros do episcopado católico tem por finalidade auxiliar, de modo consultivo, o Papa no governo da Igreja.

De 1965 até 2001, houve 20 Assembléias Sinodais: dez de convocação ordinária, duas extraordinárias, duas especiais e seis de convocação continental, que muito contribuíram para a celebração do Grande Jubileu.

A atual Assembléia tem por tema "O Bispo, Servidor do Evangelho de Jesus Cristo para a Esperança do Mundo", escolhido por João Paulo 2º em 9 de outubro de 1996 após ampla consulta. O método sinodal inclui a redação de um texto "Lineamenta", que apresenta os assuntos a serem tratados e propõe um "Questionário" para receber contribuições de toda a Igreja. O texto foi difundido em 16/6/98. O amplo material das respostas deu origem ao "Instrumento de Trabalho", redigido com a colaboração do Conselho da Secretaria do Sínodo e distribuído aos padres sinodais em 21 de abril de 2001.

Participam deste Sínodo 11 patriarcas, arcebispos maiores e metropolitans das Igrejas Católicas orientais, 1666 bispos eleitos pelas respectivas Conferências Nacionais, dez superiores religiosos escolhidos pela União dos Superiores-Gerais, 25 dirigentes dos Dicastérios da Cúria Romana e 35 membros especialmente nomeados pelo Santo Padre, perfazendo um total de 247 sinodais com direito a voto.

Representam as demais vocações masculinas e femininas na Igreja 23 convidados. Participam de todas as reuniões seis delegados fraternos das Igrejas Ortodoxas, da Igreja Luterana e da Igreja Anglicana. Um grupo de 16 teólogos assessora o secretário especial. Comparecem, assim, diariamente, 292 pessoas. O Sínodo é presidido pessoalmente pelo Papa João Paulo 2º com o auxílio de três moderadores: cardeal João Batista Re, cardeal Bernard Agre, arcebispo de Abidjã, e Cardeal Ivan Dias, arcebispo de Bombaim. O relator principal é o cardeal Edward Egan, arcebispo de Nova York.

A primeira fase do Sínodo, de 1º a 11 de outubro, é destinada a ouvir as contribuições dos participantes. Nas fases seguintes, haverá grupos de trabalho e apresentação de propostas. Será ainda redigida uma mensagem final ao povo de Deus. A Assembléia é marcada por um ambiente de intensa oração e de cordialidade fraterna.

João Paulo 2º, na abertura do Sínodo, na basílica de São Pedro (30/9), traçou, com clareza, o perfil do bispo. A missão dos sucessores dos apóstolos é anunciar Jesus Cristo, esperança definitiva para o mundo. A cruz de Cristo é sinal da vitória do amor sobre o ódio, do perdão sobre a vingança, da solidariedade sobre o egoísmo. Exorta o bispo a ser "Homem de Deus", servidor de todos, especialmente dos pobres, profeta intrépido e santo.

Nos dias de hoje, quando estamos perplexos diante do terrorismo e das constantes agressões à vida, precisamos voltar o coração para Deus e encontrar, pelo diálogo, os caminhos da justiça, da fraternidade e da paz.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

FOLHA DE S. PAULO

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

2º Sínodo dos bispos 13.10.01

O SÍNODO em Roma concluiu, na quinta-feira, a série de 17 reuniões plenárias, quando usaram da palavra 230 "padres sinodais" e os delegados fraternos. Cada um apresentou um texto por escrito. O resumo das intervenções foi distribuído, no dia seguinte, aos participantes num boletim informativo em seis línguas: latim, italiano, francês, espanhol, inglês e alemão. Vinte e três convidados especiais ofereceram um breve resumo de suas reflexões.

Ontem foi apresentado um relatório geral que sintetiza os pontos principais das intervenções para discussão e aprofundamento em 12 grupos menores. Cada grupo linguístico, após seis sessões, apresentará em plenário o resultado de seus trabalhos. A partir de 17 de outubro, quarta-feira, haverá quatro sessões destinadas a elaborar o elenco das proposições finais.

A fase inicial e mais longa permitiu que fossem tratados em plenário os grandes temas do Sínodo, focalizando a identidade da vocação episcopal, a sua missão, os desafios com os quais se defronta e as atitudes que é chamado a assumir. Desde o início, a Assembleia Episcopal ficou marcada pelo anseio de paz diante do lamentável atentado terrorista e dos acontecimentos posteriores. Unidos ao Papa João Paulo 2º, os participantes do Sínodo oferecem a Deus suas preces e seus trabalhos para que cessem a violência e a morte de inocentes e para que se procure eliminar as causas do terrorismo e as injustiças sociais.

O conjunto das apresentações revelou a grande variedade de situações em que os bispos realizam sua missão e a unidade profunda no serviço da Igreja e na obediência ao Papa. Os seis representantes do episcopado brasileiro procuraram atender as sugestões feitas em julho de 2001 na Assembleia da CNBB. O cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes, recordou que o diálogo é indispensável, especialmente em tempos de conflito, para evitar a guerra e para construir a paz. Esse diálogo é necessário à Igreja no campo ecumênico e no religioso e deve ser feito com toda a sociedade. O cardeal de Salvador, dom Geraldo Majella, insistiu na profunda união com Deus e na paternidade espiritual do bispo em relação aos fiéis. Dom Davi Picão falou sobre os bispos que, ao atingirem 75 anos, se tornam eméritos e sobre a contribuição que são chamados a oferecer pelo seu testemunho e experiência ministerial. Dom Eusébio Scheid colocou em evidência a bondade de Deus, da qual o bispo, a exemplo de Jesus Cristo Bom Pastor, deve ser sinal para todos, especialmente para os sacerdotes e os jovens. Dom Jaime Chemello abordou os temas da formação e da eleição dos bispos da competência das Conferências Episcopais e do princípio de subsidiariedade. O arcebispo de Mariana apresentou o atual Programa de Evangelização no Brasil — "Ser Igreja no Novo Milênio" — e fez a proposta de uma clara afirmação do Sínodo em favor da paz, eliminando todo o uso da violência.

Dona Maria Cristina Noronha, leiga representante do Brasil, enfatizou a missão da mulher na formação da fé e no zelo pela educação dos jovens.

O dia 11/10, um mês após os atentados, foi dedicado à oração com a recitação do Rosário, pedindo a Deus que converta os corações e torne possível, o quanto antes, a reconciliação e a solidariedade. Em união com o nosso povo, reuniram-se os brasileiros em Roma, no dia de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil, invocando-a com confiança para que abençoe a nossa pátria e para que nos ajude a contribuir para uma nova ordem social e para a paz no mundo inteiro.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

FOLHA DE S. PAULO

27.10.01

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

Mensagem do Sínodo

HOJE, 27/10, com a concelebração eucarística na basílica de São Pedro, termina em Roma a 10ª Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos, que, durante 30 dias, se dedicou a aprofundar o tema "Bispo, servidor do Evangelho para a esperança do mundo". Uma breve avaliação do Sínodo revela o ambiente de fraternidade entre pastores de diversas culturas e situações eclesiais, incluindo áreas de perseguições e martírio. Foi um tempo de escuta e acolhida, em que a solicitude dos pastores, em união com o sucessor de Pedro, se voltou ainda mais para os grandes desafios dos tempos atuais e para o dever de oferecer a todos o anúncio dos valores evangélicos.

A última fase dos trabalhos consistiu na elaboração e na votação de proposições a serem entregues ao Papa João Paulo 2º, como elementos para a futura Exortação Apostólica.

O Sínodo envia uma mensagem para todas as comunidades. Elaborada por uma comissão, contendo 28 parágrafos, recebeu aprovação unânime e foi divulgada ontem pelos meios de comunicação. Após breve introdução, os padres sinodais proclamam a esperança em Jesus Cristo, que revela a misericórdia divina, vence o mistério da iniquidade e nos salva pela sua morte e ressurreição.

O texto expressa o sofrimento diante das vítimas dos atentados de 11 de setembro e de suas famílias, condena toda forma de terrorismo e menciona igualmente os muitos dramas coletivos que afligem a humanidade: as in-

justiças sociais, a fome, a pobreza extrema, a condição dos refugiados e dos imigrantes, o desemprego, as graves enfermidades, o aumento da Aids. A lista continua, lembrando os menores de rua, a exploração da mulher, a degradação da família, a droga, o comércio das armas. É preciso dizer sim à vida desde a concepção. Manifestam os bispos seu apreço pela generosidade de homens e mulheres que se sacrificam pelas causas humanitárias e promovem a dignidade da pessoa.

A mensagem trata a seguir dos aspectos mais fortes do ministério episcopal: o apelo à santidade, que inclui a intensa experiência de Deus, a capacidade de acolher a todos, de dialogar com os que não partilham a mesma fé. Insiste no testemunho de um estilo de vida simples, que atraia à imitação de Jesus Cristo, à solidariedade com os pobres e à força do perdão.

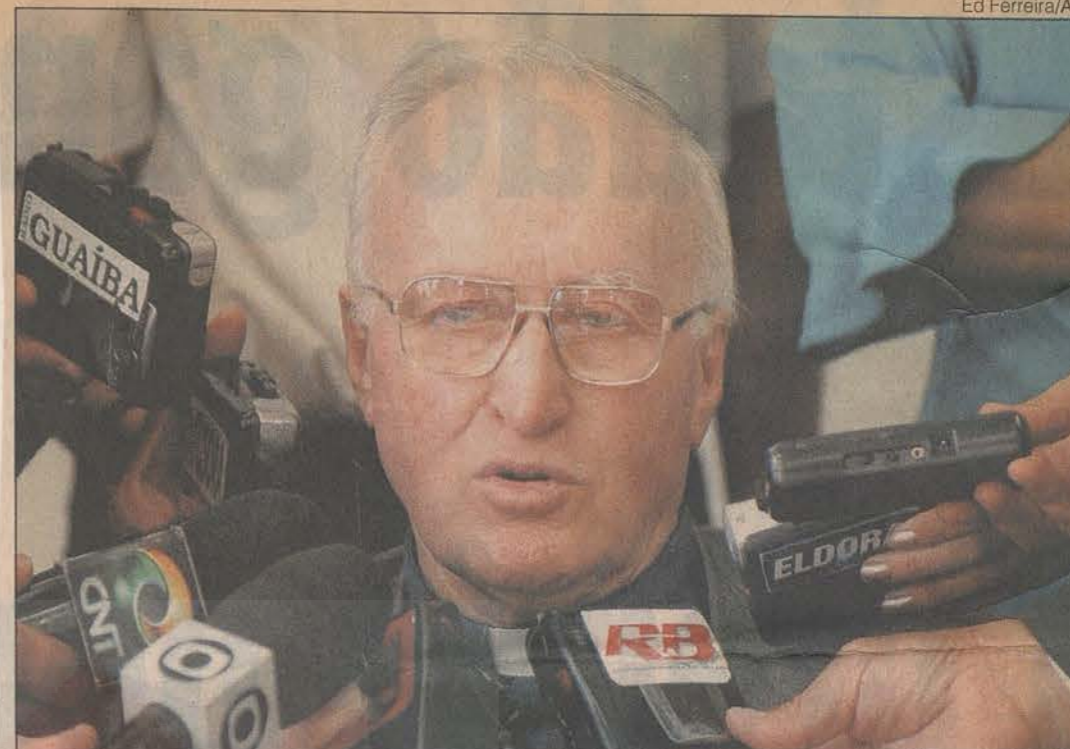
Vem a seguir o tema da comunhão, da qual o bispo deve ser o principal artífice, e o da missão evangelizadora, que Jesus confiou aos apóstolos. Além da comunhão entre católicos, o bispo se dedicará com amor a promover o diálogo ecumênico e inter-religioso. A mensagem expressa a gratidão aos sacerdotes, aos diáconos, aos consagrados e aos leigos. Compete ao leigo, de um modo especial, manifestar o evangelho ao mundo, incluindo o compromisso familiar e de cidadania, conforme a doutrina social da igreja na promoção da justiça e da solidariedade.

O texto insiste ainda sobre o lento trabalho da aculturação e do diálogo, com o auxílio dos teólogos.

A palavra final é dirigida a todos os irmãos e irmãs da humanidade em busca da justiça, do amor, da verdade e da paz. Incentiva a responsabilidade dos governantes na solução da fome, das doenças e da dívida externa, garantindo os direitos humanos, em especial a liberdade religiosa. Convoca os jovens para que se empenhem em construir a civilização do amor.

Termina com o anseio de paz, a começar de Jerusalém, e invoca Maria, Mãe da Esperança, a fim de que todos os povos da terra, a começar dos judeus, dos cristãos e dos muçulmanos, saibam se amar como membros de uma só família.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.



Para d. Jayme, se o governo não atende necessidades básicas, "está rasgando a Constituição"

CNBB cobra 'aumento real' do salário

O Estado de SP 25/11/2000

Nota da entidade pede ao governo mais postos de trabalho e melhoria na saúde e educação

CHICO ARAÚJO

BRASÍLIA - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticou ontem a atitude do governo federal na discussão do salário mínimo. Embora não tenha apresentado um valor alternativo para o mínimo, que o Congresso pretende elevar para R\$ 180,00, a entidade defendeu "um aumento real" e cobrou do governo o atendimento do artigo 7 da Constituição. O dispositivo constitucional prevê que o trabalhador tem direito a um salário que atenda suas necessidades básicas e às de sua família com moradia, alimentação, saúde, la-

zer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

"Se o governo não faz isso, está rasgando a Constituição", afirmou o presidente da CNBB, d. Jayme Chemmello, que classificou de "indigno" o salário que está sendo proposto pelos congressistas e aceito pelo governo. Além do aumento real do mínimo, a nota da CNBB também cobra do governo a criação de novos postos de trabalho e melhoria no atendimento de saúde e educação aos trabalhadores brasileiros.

No documento, a entidade ataca a política econômica do governo que, segundo os bispos, "privilegia a estabilidade monetária e fiscal em detri-

mento do direito de sobrevivência dos trabalhadores". Segundo a CNBB, o governo precisa reorientar sua atual política econômica para colocá-la a serviço da justiça e da paz social, "atendendo o clamor dos pobres, dos desempregados e excluídos do mercado".

Segundo o documento da CNBB, em vez de utilizar os recursos da Previdência Social para cobrir outros gastos públicos, o governo deveria lançar mão

desses recursos para cobrir a dívida social com os trabalhadores, oferecendo-lhes um salário mais digno. "Distribuir melhor a renda é imperativo ético de superação da pobreza no Brasil", afirmou d. Jayme.

CRÍTICA AO PRIVILÉGIO À ESTABILIDADE MONETÁRIA

Adventsbrief

*Denn siehe, ich will einen neuen Himmel und eine neue Erde schaffen,
...es sollen keine Kinder mehr da sein, die nur einige Tage leben
oder Alte, die ihre Jahre nicht erfüllen, spricht der Herr. (Jesaja 65)*

Liebe Freundinnen und Freunde der Gossner Mission!

Mit diesem Adventsbrief stelle ich Ihnen unseren Projektschwerpunkt für das Jahr 2001 vor: Wir helfen Kindern. Schon in dem Prophetenbuch, aus dem ich oben zitiere, gehört zur Vision des Neuen Himmels und der Neuen Erde das Wort über die Kinder, die eine Zukunft haben sollen. Im neuen Jahr wollen wir unser Engagement für die Chancen der Kinder herausstellen. Und wir wollen allen denen, die uns unterstützen, diese Verheißung näher bringen.

Helfen Sie mit, durch Gebet, durch Gaben und durch Mitarbeit, dass wir die Verheißung für die Kinder auch für uns finden! Wir bitten Sie, die Projekte, die auf dem Faltblatt beschrieben sind, in Ihre Basare, Gottesdienste und Veranstaltungen der Advents- und Weihnachtszeit einzubeziehen.

Auch in diesem Jahr haben wir einen Kalender mit Postkarten erstellt. Er zeigt Motive aus dem Leben unserer Partner in Indien, Nepal und Sambia. Der Kalender gibt Ihnen die Möglichkeit, durch Versenden der Karten, dass möglichst viele Menschen von unseren Überseepartnern erfahren und zur Mithilfe ange-regt werden.

Wenn Sie weitere Exemplare des Faltblattes oder den Kalender bestellen wollen, können Sie den Coupon einschicken oder Telefon bzw. Faxgerät benutzen (für den Kalender erbitten wir eine Kostenbeteiligung von 5.- DM pro Exemplar, um die Produktionskosten möglichst decken zu können).

Ich wünsche Ihnen eine gesegnete Advents- und Weihnachtszeit und grüße Sie - auch im Namen der vielen haupt- und ehrenamtlichen Mitarbeiter/innen. In herzlicher Verbundenheit,

Ihr

Gottfried Kraatz

Gossner Mission - Fennstr.31 - 12439 Berlin - Tel.: 030/ 631 78 09 - Fax: 030/ 636 11 98 - gossner@t-online.de

Ich bestelle _____ Exemplare des Faltblattes "Den Kindern der Welt eine Zukunft"

_____ Exemplare des Kalenders "Gossner Mission 2001" (5.- DM pro Exemplar)

Name und Adresse:



CNBB defende Lula mas diz que obrigação da Igreja é alertar

BRASÍLIA - O vice-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Marcelo Carvalheira, afirma que é o dever da Igreja dizer aos cristãos que "fiquem atentos porque podem ser prejudicados". D. Marcelo explica, nesta entrevista, por que criticou a tentativa de aliança do PT com o PL. Com 73 anos de idade, 27 de bispado e 59 de vida religiosa, ele, nascido no Recife, é considerado um dos mais ativos integrantes da chamada "ala progressista" da Igreja, grupo de tendência mais à esquerda.

PERGUNTA - O pré-candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reagiu às críticas feitas pelo sr. à tentativa de aliança com o PL. Disse que deseja fazer uma coligação com o PL e não com a Igreja?

D. MARCELO CARVALHEIRA - Lula está certo. A Igreja não tem nada de se meter na aliança de partidos políticos. O Lula deve fazer o que quiser. O que digo é que o eleitor, seja católico ou não, pode ficar assustado com essa aliança. Façam o que quiserem. O eleitor tem o direito de ficar alarmado com o que poderá advir dessa aliança. Se um partido daqui, do Brasil, se aliasse com um partido nazista, seria uma questão partidária. Mas é dever da Igreja dizer aos cristãos que fiquem atentos porque podem ser prejudicados.

O PT sempre foi muito próximo da Igreja...

Porque teve causas boas. Amanhã, pode comprometer as causas boas por conta de uma aliança. É claro que os eleitores vão ficar alarmados.

O que o sr. acha do PL?

Não tenho nenhum julgamento a fazer. A mentalidade é diferente. Ficam muito preocupados com a manutenção do poder. Favorece muito aqueles que defendem a atual política econômica.

O que o sr. acha do PT?

É um partido interessante porque veio das bases populares. Mais tarde, trair essas bases por causa das alianças assusta.

O que o sr. acha do pré-candidato a presidente José Serra (PSDB)?

É um homem bom, nasceu dentro da Igreja. Apenas pergunto: por que sair logo agora e não em abril? Tem tanta coisa a fazer ainda. Existe a questão da dengue. Talvez, fosse melhor cuidar da saúde e sair mais tarde. É uma questão de bom senso.

Pp

E do PSDB?

Foi tão bom quando apareceu como outra opção partidária. Mas está seguindo aquela linha de manutenção da ordem, sem acolher, por exemplo, a exigência constitucional de demarcar as terras dos índios. Falta demarcar 87% das áreas.

O sr. acha que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu o que prometeu?

As estatísticas dizem que não.

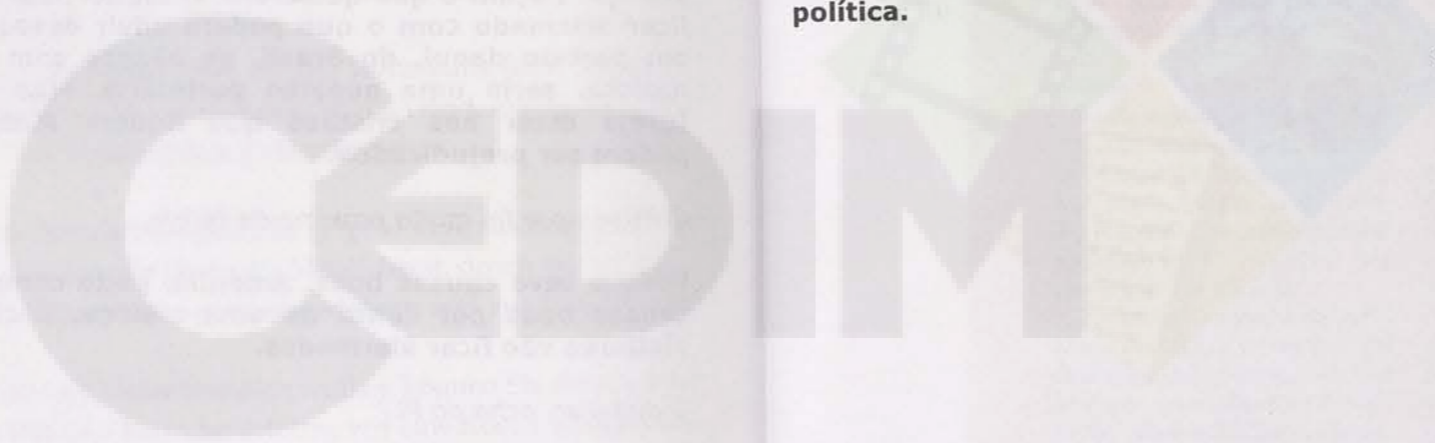
E a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL)?

Está fazendo a propaganda dela, tem o marqueteiro dela. Tem a mentalidade de uma continuação do grupo que está no poder. Os bispos do Maranhão divulgaram um documento pedindo a alternância no poder. Acho que fizeram o que a Igreja deve fazer.

O sr. defende a alternância no poder federal?

Mas é claro. Em todas as áreas, em todos os setores. Este País tem 53 milhões de pobres e 12 milhões de miseráveis, este, que é um dos países mais ricos do mundo. Não é falta de generosidade do Criador não, é falta de vontade política.

23/2/2002 04:16:13



Ministério incentiva escravidão, diz Pastoral

22.3.82
MAURO ALBANO
DA AGENCIA FOLHA

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) classificou de "incentivo ao uso de trabalho escravo" a nota divulgada anteontem pelo ministro Francisco Dornelles (Trabalho) sobre a fiscalização de uma fazenda do deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), no interior do Maranhão. A CPT é um órgão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Na ação de terça-feira, os fiscais encontraram cerca de 50 trabalhadores em situação considerada "análoga à escravidão": não tinham carteira de trabalho assinada, recebiam menos de um salário mínimo e eram obrigados, segundo a denúncia, a pagar por roupas e ferramentas de trabalho.

Nota

No dia seguinte, o Ministério do Trabalho divulgou nota dizendo que a situação da fazenda não caracterizava "existência de trabalho escravo". Em outras ocasiões semelhantes, o ministério não contestou a classificação.

"Ao tentar minimizar a importância desse caso, o ministro está desautorizando o serviço correto feito por seus próprios subordinados", disse o frei Xavier Plassat, coordenador da Campanha Contra o Trabalho Escravo da CPT.

Segundo a nota do ministério, o trabalho análogo à escravidão seria "a coação moral ou física, o cerceamento da liberdade de ir e vir e, principalmente, a presença

de pessoas armadas no ambiente de trabalho".

A CPT contesta esse entendimento. "Há vários mecanismos para cercar a liberdade do trabalhador rural, como prendê-lo a um sistema de endividamento, reter sua carteira de trabalho ou pagar apenas parte do salário para obrigá-lo a prolongar sua estadia na fazenda", disse Plassat.

Vistoria

A fazenda de Inocêncio foi vistoriada após denúncia de 25 empregados que disseram ter trabalhado quase três meses e recebido, em média, apenas R\$ 20 por todo o período.

No local, peões disseram que eram obrigados a contrair dívidas com os "gatos" da fazenda — intermediários que recrutam a mão-de-obra no campo — para utilizar as botas e as ferramentas de trabalho.

"Existe uma grande agitação nos meios governamentais para desacreditar a fiscalização, atendendo aos interesses dos fazendeiros", afirmou o coordenador da CPT.

"A nota divulgada pelo ministério é um golpe terrível contra o combate ao trabalho escravo", continuou.

O deputado Inocêncio Oliveira, líder do PFL na Câmara, disse ter recebido anteontem pela manhã telefonema de Dornelles informando que divulgaria a nota. Após ela ser distribuída, Inocêncio afirmou que ficou "satisfeito" com seu conteúdo.

UNIÃO COMERCIAL Para entidade, adesão pode aumentar a

CNBB quer plebiscito

NEY HAYASHI DA CRUZ
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) pretende promover neste ano um plebiscito para saber a opinião da população sobre a adesão do Brasil à Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Segundo a CNBB, "a Alca ameaça aumentar a submissão do Brasil e de toda a América Latina aos interesses da economia dos EUA". O presidente da entidade, D. Jayme Henrique Chemeilo, disse que os termos de adesão à Alca precisam ser mais bem explicados à população.

"Não é que a Igreja se oponha [a

Alca], mas nós queremos que esse assunto seja mais debatido", disse o secretário-geral da CNBB, D. Raymundo Damasceno.

Damasceno afirmou que a Alca pretende unir "parceiros desiguais", o que pode aumentar a pobreza e a desigualdade social no Brasil. O bispo citou as recentes barreiras impostas pelos Estados Unidos à importação de aço como um exemplo de que a criação da Alca serviria para beneficiar interesses norte-americanos.

A idéia da CNBB é promover a consulta sobre a Alca na semana da pátria, entre os dias 1º e 7 de setembro. Foi a mesma data escolhida para o plebiscito sobre a dí-

vida externa, realizado há dois anos. Na semana da pátria de 2000, 6 milhões de pessoas participaram da votação sobre o não-pagamento da dívida externa e o rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Cerca de 94% dos votos foram contra o acordo com o Fundo. Além disso, 96% dos votos vieram de pessoas que se diziam contra o pagamento de compromissos externos antes que fosse feita uma auditoria nos números da dívida externa brasileira.

A Alca é uma área de livre comércio a ser formada por todos os países das Américas, com exceção de Cuba. Isso significa que não

FEIRO

FOLHA DE S.PAULO

submissão aos EUA, e cabe à população decidir sobre o acordo

sobre adesão à Alca

haveria barreiras comerciais entre os membros do bloco. A criação da Alca está prevista para 2005, mas sua implementação ainda depende de negociações conjuntas entre os países.

Guerra social

Ao falar sobre as desigualdades sociais existentes no Brasil, D. Jayme deu razão ao suíço Jean Ziegler, da ONU (Organização das Nações Unidas). Nesta semana, Ziegler afirmou que o país enfrenta "uma guerra social" e que, no Brasil, a "fome é um genocídio". As declarações irritaram o governo brasileiro.

"Tem muito fundamento no

que ele falou", declarou. O bispo disse, porém, que o enviado da ONU poderia ter sido mais "cuidadoso" em suas declarações.

Nafta

Os bispos citaram os efeitos que a criação da Nafta teve sobre a economia do México para dizer que a criação da Alca não deve trazer muitos benefícios ao Brasil. O Nafta é uma área de livre comércio formada pelos países da América do Norte.

Segundo D. Raymundo, depois da criação do bloco econômico, muitas empresas instalaram "maquiadoras" no México. Essas "maquiadoras" são subsidiárias

de multinacionais que se transferiram para o México com intenção de aproveitar a mão-de-obra barata existente no país. Depois de instaladas, essas filiais recebiam peças acabadas de suas matrizes e apenas montavam o produto final, sem com isso contribuir para o desenvolvimento da economia local.

Depois de acabados, esses produtos podem ser exportados do México para os Estados Unidos sem a necessidade de pagamento de impostos, devido à existência da Nafta. De acordo com D. Raymundo, essas mesmas "maquiadoras" podem se instalar no Brasil depois da criação da Alca.

IGREJA Cardeal vem ao país ordenar diminuição de interferência em política e economia

Vaticano pedirá que CNBB se afaste de temas políticos

MARTA GIRALDI

SUCURSAL DE BRASÍLIA

O prefeito da Congregação dos Bispos, o cardeal Giovanni Batista Re, chegará no dia 7 de abril ao Brasil para determinar a ordem da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que interfira o mínimo possível nas questões políticas e econômicas.

Representante do Vaticano no Brasil para transmitir o recado do papa João Paulo 2º.

A mensagem do papa é para que a Igreja Católica no país retome os temas religiosos e não entre em discussões referentes a temas políticos e econômicos.

A medida do Vaticano é tomada justamente no momento em que a CNBB, juntamente com movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, propõe a realização, ainda neste ano, de um plebiscito para saber a opinião da população sobre a adesão do Brasil à Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Para a entidade, a Alca ameaça a soberania do Brasil e dos demais países da América Latina e atende aos interesses econômicos norteamericanos.

A idéia da CNBB é promover a consulta sobre a Alca entre os dias 7 e 17 de setembro — a mesma data escolhida para o plebiscito sobre a dívida externa, realizado há dois anos. Para o presidente da entidade, d. Jayme Henning Chemello, os termos de adesão à Alca precisam ser mais bem discutidos à população.

A discussão é endossada pelas instâncias da CNBB à condução das atividades sociais no país.

Jayme apoiou a análise feita pelo relator das Nações Unidas sobre o direito alimentar, Jean Zie-

gler, que disse haver uma "guerra social" no Brasil.

Autoridade

O cardeal Re é considerado uma das principais autoridades da Igreja Católica, pois antes de comandar a Congregação dos Bispos era responsável pela secretaria de Negócios do Vaticano. Também é avaliado como "papabile", ou seja, candidato a substituir João Paulo 2º.

Como representante do papa, ele se reúne com o presidente Fernando Henrique Cardoso durante sua viagem ao Brasil.

O encontro será uma prévia da audiência que FHC terá com o papa. Em maio, o presidente viajará para Roma onde é convidado oficial da canonização de madre Paulina, chamada de "a primeira santa brasileira".

Será a segunda vez que o presidente tem audiência com João Paulo 2º. A primeira audiência que teve no Vaticano ocorreu em 1997, quando fez uma visita de Estado ao papa.

Antes de voltar a Roma, o cardeal Re abrirá a Assembléia Geral da CNBB, em Itaici (SP), no dia 10 de abril.

Dívida externa

A proposta de realizar uma auditoria na dívida externa foi aprovada em um plebiscito promovido pela CNBB entre os dias 2 e 7 de setembro de 2000.

Participaram da consulta popular 6.030.329 eleitores, dos quais 93,6% opinaram que o Brasil deveria romper seu acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), e 95,6% disseram que o país não deveria continuar pagando a dívida sem antes fazer uma auditoria.

OUTRO LADO

Entidade defende ação se a política mexer com pobres

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Raymundo Damasceno, afirmou ontem que a entidade se preocupa com questões políticas, econômicas e sociais quando elas interferem na qualidade de vida dos mais pobres.

"Não é uma posição política partidária, mas de quem tem preocupação com a ética", afir-

mou o secretário-geral, questionado se a CNBB fugia à sua atribuição ao opinar sobre assuntos políticos.

D. Damasceno disse ainda que a CNBB observa as questões de acordo com a ótica da população, principalmente das camadas mais pobres. Segundo ele, não há vínculos políticos ou econômicos da entidade com outros segmentos da sociedade organizada.

"Ao falarmos sobre algo — a CNBB ou um bispo —, estamos observando a situação sobre a ótica da ética, não há consideração técnica em economia, mas sim na incidência de certos fatores sobre a qualidade de vida das pessoas", afirmou.

FOLHA DE S. PAULO

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

CNBB - 50 anos

13.4.02

EM ITAICI (SP), de 10 a 19 de abril, estão reunidos os membros da CNBB para a sua 40ª Assembléia Geral, que comemora neste ano o seu jubileu de ouro. Com efeito, em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro, por convocação dos dois cardeais brasileiros da época, d. Jaime de Barros Câmara e d. Carlos Carmelo Motta, realizou-se a assembléia de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Muito colaborou para esse feliz evento o monsenhor Hélder Câmara, nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Com seu dinamismo e constantes contatos com a Sé Apostólica, especialmente com o arcebispo João Batista Montini, então futuro papa Paulo 6º, mereceu ser escolhido para primeiro secretário-geral da nova Conferência.

A trajetória da CNBB é bem conhecida. Há 50 anos, fomenta a sólida comunhão afetiva e efetiva entre os seus membros e a Sé Apostólica. Esse clima de confiança facilitou a convergência da ação evangelizadora graças ao planejamento e à Pastoral orgânica em âmbito nacional e regional. Promoveu a cooperação entre as organizações católicas e o diálogo fraterno entre as diversas igrejas e religiões.

Nas vicissitudes nem sempre fáceis da nossa história, procurou oferecer sua colaboração e manter o relacionamento com a sociedade civil, o governo e as entidades públicas na defesa da vida, da Justiça e da Paz.

O âmbito da atuação da CNBB veio alargando-se durante os anos no anseio de cumprir sua missão evangelizadora a serviço de nosso povo. Lembro-me com emoção dos nomes de tantos bispos, cujas vidas foram intencionalmente dedicadas ao anúncio de Jesus Cristo nas áreas missionárias da Amazônia, nas periferias das cidades e nas zonas rurais pobres.

São muitos os motivos de ação de graças.

A Assembléia em Itaici acolheu com afeto e alegria a mensagem animadora do Papa João Paulo 2º, abençoando e encorajando a CNBB a realizar sua missão em prol da Igreja no Brasil. Veio prestigiar a 40ª Assembléia o cardeal Giovanni Batista Ré, prefeito da Congregação para os Bispos. Presidiu a Eucaristia de abertura e convidou todos a renovar a fé em Jesus Cristo e a comunhão eclesial entre os bispos e com a Sé Apostólica e a levar adiante, com esperança, o anúncio do Evangelho.

Nesse ambiente de cordialidade e de solicitude pastoral, com os olhos voltados para as necessidades do nosso povo, estão sendo tratados temas relevantes: a atualização do Regimento da CNBB, a intensificação da catequese de adultos, as diretrizes para o Diaconato Permanente, a análise da realidade — em especial a da Amazônia — e a solicitude pela situação de miséria que aflige o nosso povo. À luz do Evangelho, os bispos estão estudando o lançamento de uma ampla campanha nacional, em união com as forças vivas do país, para a superação da fome.

O dia de hoje, sob a direção do cardeal Aloísio Lorscheider, será dedicado à oração sobre a missão do bispo, conforme o último sínodo — de outubro de 2001.

Em profunda gratidão a Deus, amanhã a CNBB irá em peregrinação celebrar o seu jubileu no Santuário Nacional de Aparecida.

Peçamos à Padroeira do Brasil que ajude os pastores a cumprir com amor e zelo a missão em bem do nosso povo.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

RUMO ÀS ELEIÇÕES *Proposta deverá estar em documento da entidade*

CNBB prega calote para

sábado, 13 de abril de 2002 A 11

de; idéia é aplicar dinheiro em geração de emprego

combater a fome

MÁRIO TONOCCHI

FREE-LANCE PARA A FOLHA CAMPINAS

Os bispos reunidos na 40ª Assembléia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em Itaici (SP), deverão incluir, no documento que discute a miséria e a fome no Brasil, a ser apresentado até o final do evento, a orientação pelo calote de dívidas, por parte dos governos, em caso de necessidade.

A Igreja deverá dar apoio a que prefeituras, Estados ou União não paguem dívidas para que o dinheiro seja aplicado em geração de emprego e de renda, na tentativa de acabar com a fome no país. De acordo com a CNBB, existem 55 milhões de excluídos no Brasil.

“É preferível não pagar nenhuma das dívidas, interna ou externa, para dar condições aos que estão com fome no Brasil. Nós temos de dar emprego para dar dignidade”, afirmou d. David Picão, 78, bispo emérito de Santos (SP).

Segundo ele, a quantia que seria utilizada para o pagamento das dívidas não deve ser usada para “dar esmola”. “Não é esmola, o documento vai cobrar uma ação política.”

D. Picão disse que “o FMI [Fundo Monetário Internacional] não vai ficar mais pobre se o Brasil não pagar a dívida”. “O povo brasileiro não pode pagar com a fome os juros que o Brasil tem de pagar.”

A fome e a miséria foram os temas de discussão de ontem. Houve apresentação de propostas e de emendas. Na próxima semana, as emendas serão discutidas em plenário. A partir daí, haverá o encaminhamento para a elaboração do texto final do documento sobre os temas.

O bispo d. Moacyr Grechi, 66, de Porto Velho (RO), defende a apresentação de propostas para combater a fome por parte dos candidatos. “O Lula, por exemplo, está fazendo isso, e os outros

candidatos, até agora, não. O partido que não apresentar uma proposta séria para erradicar a fome não merece o nosso voto.”

D. Grechi disse que “o neoliberalismo é o grande problema”. “Temos de combater o neoliberalismo. Se o objetivo é alcançar o lucro, temos de lutar contra isso.”

Na abertura da assembléia, anteontem, os bispos emitiram um documento, denominado “Análise de Conjuntura - Abril 2002”, em que criticam a globalização, a Alca (Área de Livre Comércio das

criticada por membros do governo Fernando Henrique Cardoso e apoiada pelo PT. O ministro Pedro Malan (Economia) acusou o Partido dos Trabalhadores de ser esquizofrênico. “O PT condena o calote à dívida externa, mas apóia o plebiscito da CNBB”, disse. O deputado Aluizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o resultado do plebiscito era um alerta. “Não se trata de dar calote na dívida externa ou interna, mas sim de equacionar a reversão do processo de endividamento.”

Américas) e o continuísmo no poder.

Plebiscito

A Igreja promoveu um plebiscito sobre a dívida externa entre os dias 2 e 7 de setembro de 2000.

Na época, 6.030.329 eleitores votaram, sendo que 93,6% opinaram que o Brasil deveria romper seu acordo com o FMI e 95,6% disseram que o país não deveria continuar pagando a dívida sem antes fazer uma auditoria.

A realização do plebiscito foi

FOLHA DE S. PAULO

20.4.02 F

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

CNBB - unidade e serviço

ITAICI abrigou mais uma vez a Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. De 10 a 19 de abril, realizou-se uma das reuniões mais importantes e mais participadas da história da CNBB.

O ritmo de estudo, análise e discernimento, de elaboração de mensagens e de documentos sobre as situações pastorais absorveu, sem interrupção, o interesse dos 316 bispos, dos 30 assessores e dos 94 convidados especiais, num total de 440 participantes.

Vários jornais noticiaram alguns aspectos do encontro, mas prenderam-se a elementos circunstanciais... É pena que um acontecimento tão promissor para a vida da Igreja no Brasil não tenha sido mais bem acompanhado pela grande imprensa. Compensou essa falta a cobertura de rádio e de canais católicos de televisão, que transmitiram ao vivo os principais momentos da Assembléia.

É motivo de alegria constatar o ambiente de intenso trabalho e amizade entre os bispos e a constante solicitude pelo povo. Trata-se, com efeito, de uma reunião realizada em clima de fé, com a peregrinação ao Santuário de Aparecida, com frequentes momentos de oração, cujo centro é a celebração eucarística diária.

O tema principal da 40ª Assembléia estava ligado ao jubileu de ouro da CNBB (1952-2002), procurando avaliar a “presença histórica, desafios e perspectivas”. Todos os bispos contribuíram com sua experiência e disso resultou um amplo elenco de elementos que permitiu reconhecer as falhas e agradecer a Deus as conquistas ao longo dos 50 anos. A riqueza dessas reflexões convergiu para a “Mensagem da CNBB ao Povo Brasileiro”. O texto breve lembra a prioridade da missão dos bispos e da Igreja de anun-

ciar o Evangelho de Jesus Cristo e de levar a todos a vida plena e eterna que nos oferece. A ação da CNBB se estende também a questões sociais como expressão do seguimento do Divino Salvador e, portanto, do compromisso de amor efetivo a todo ser humano. A mensagem recorda os acontecimentos mais significativos da CNBB em cada decênio de 1952 a 2002. O texto sublinha: a) a unidade e comunhão com toda a Igreja e em particular com a Sé Apostólica de Pedro e a pessoa do Santo Padre; b) o discernimento dos sinais dos tempos com a necessidade de uma profunda renovação moral que promova e defenda a vida humana; c) o empenho pela justiça e pela paz no mundo e em nossas cidades e no campo, marcados pela violência.

A CNBB lança dois apelos. O primeiro está voltado para a erradicação da miséria e da fome. Não é possível nem admissível para a consciência cristã e ética que haja milhões de irmãos passando fome. Será necessário intensificar a solidariedade. Urge que todos unamos as forças para tornar realidade o “mutirão nacional para superar a fome” no Brasil e no mundo. Diante das hostilidades no Oriente Médio, a Assembléia reafirmou, em união com o Santo Padre, a veemente súplica aos responsáveis políticos para que interrompam logo as agressões mútuas e busquem caminhos de fraterno entendimento.

Marcou ainda a Assembléia o dia de encontro cordial com os representantes das outras igrejas cristãs e o desejo comum, à luz da fé em Cristo, de promover a concórdia e a paz. Entre relatórios, estudos e propostas pastorais com especial atenção à Amazônia, os dias passaram depressa. Diante dos problemas e vicissitudes cresceu a confiança em Cristo Ressuscitado e na proteção de Maria, fortalecendo a comunhão episcopal, o zelo pela evangelização, a vontade de melhor servir.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

RUMO ÀS ELEIÇÕES D. Jayme faz apelo por 'voto consciente' e p

'Povo será enganado'

PAULO DANIEL FARAH

ENVIADO ESPECIAL A INDAIATUBA

O presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), d. Jayme Henrique Chemello, 69, fez um apelo ontem por um voto consciente nas eleições presidenciais e disse que "é preciso que o povo se dê conta de que ele já foi enganado e de que ele vai ser enganado de novo".

"Eu sou apartidário, pela obrigação, pelo dever, mas o partido é muito importante. O povo deve olhar como vota. É preciso que o povo se dê conta de que ele já foi enganado e de que ele vai ser enganado de novo. Eu peço um voto consciente, que ele não brinque

porque depois vai pagar quatro anos, vai amargar", afirmou d. Jayme em entrevista coletiva durante o encerramento da 40ª Assembleia Geral da CNBB no mosteiro de Itaici, bairro de Indaiatuba (interior de SP).

A assembleia deste ano comemorou o jubileu de ouro da CNBB, fundada em 1952.

"Gostaria que o povo pudesse fazer um voto consciente, verdadeiro e para o bem do país. Este é nosso apelo: que votem conscientes. A CNBB não tem nenhuma opção de partido por ora, a não ser que venha daqui para a frente algo. A única coisa que já fizemos foi entrar em contato com o Tribunal Superior Eleitoral no senti-

do de não permitir a corrupção eleitoral, para que não se vendam votos", declarou d. Jayme a respeito de um eventual apoio dos bispos da Igreja Católica brasileira a algum partido.

"Há quem pense: 'Não vou ganhar nada, um saquinho de leite já é alguma coisa'. Quando a gente está na fome mesmo, não dá para pensar muito. Orientamos as pessoas para que conheçam os candidatos e os partidos. Queremos que a corrupção não aconteça, porque ela é muito grave. Tem gente que ganha os votos porque usa dinheiro e outras coisas."

Sobre a receptividade do TSE ao pedido de investigação de possíveis irregularidades eleitorais, d.

SIL

sábado, 20 de abril de 2002 A 11

de que população 'não brinque, porque depois vai pagar quatro anos'

de novo', diz CNBB

Jayme afirmou que "disseram que vão trabalhar, unidos, porque eles também querem evitar a corrupção. E só podem dizer isso. Se um tribunal eleitoral dissesse o contrário, seria melhor que ele se demitisse. Seria mais ou menos entregar o galinheiro para a raposa".

Questionado se existe uma tendência da igreja de votar em candidatos que tenham propostas de combate à fome e à miséria, respondeu: "Temos de ver bem se na história do partido há esperança de que ele cumpra o que diz. Tem muita gente que na época da eleição aceita tudo".

O presidente da CNBB voltou a pedir uma auditoria independente para avaliar os juros da dívida

externa. "Há quem diga que nós já pagamos a dívida mais de uma vez", argumentou.

Pedofilia

D. Jayme também se manifestou a respeito dos casos de escândalos sexuais envolvendo padres, incluindo acusações de pedofilia que vieram à tona recentemente.

"É preciso ver se tudo é verdade. Quando se constata que houve o crime, ele deve ser punido. Queremos a verdade", afirmou. "Esse é um problema relativamente novo que está sacudindo o mundo inteiro." Sobre o celibato clerical, foi mais incisivo: "É um assunto muito reservado ao santo padre [o papa João Paulo 2º]".

FRASE

O povo deve olhar como vota. É preciso que o povo se dê conta de que ele já foi enganado e de que ele vai ser enganado de novo. Eu peço um voto consciente, que ele não brinque, porque depois ele vai pagar quatro anos, vai amargar

DOM JAYME HENRIQUE CHEMELLO

AMPO MINADO Entidade, que atuava como mediadora, diz que não comenta assunto

Jungmann envolve CNBB em assentamento inflado

IBENS VALENTE
PAINEL

UARDO SCOLESE
AGÊNCIA FOLHA

A assessoria do ex-ministro do desenvolvimento Agrário Raul Jungmann tentou ontem caracterizar a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) como antecedente das manobras estatísticas dos balanços da reforma agrária e, ao mesmo tempo, comprovou que 36% do número de famílias "assentadas" em 2000 foi inflado pelo ministério.

A assessoria enviou à Folha cópia da ata de reunião ocorrida em Brasília, em julho de 2000, na qual o governo e os movimentos sociais discutiram pautas agrárias e a mediação da CNBB. Jungmann tinha conhecimento de que o documento seria enviado.

O documento, assinado pelo secretário-geral da CNBB, dom Amândeo Damasceno, aponta que o governo se comprometia a "assentar" 40 mil famílias em 2000 que só receberiam créditos para instalação e produção em 2001 —o que contraria regra de

Desapropriei no Brasil mais de 20 milhões de hectares de terra. É o maior programa que já se fez na história contemporânea

FHC, em 27/3/2002

manual do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), segundo o qual só se considera assentada uma família que tenha toda a infra-estrutura básica, como água, luz e esgoto.

O documento indica que as famílias na verdade não seriam —de julho a dezembro— devidamente colocadas em suas terras com a infra-estrutura necessária. Só no ano seguinte receberiam os primeiros créditos, sem os quais não poderiam se instalar na área.

O governo alegou, na reunião, que não conseguiria realizar os assentamentos naquele mesmo ano "devido a limitações orçamentárias". Mas incluiu as 40 mil famílias no balanço final de 2000.

O governo tem utilizado vários expedientes para inflar o número de "assentados", como acrescentar nos balanços famílias que se relacionam a propriedades em fase de decreto de desapropriação

ou subsequentes e também somar os trabalhadores cadastrados pelos correios que ainda não sabem em qual área serão colocados.

Sem comentários

A CNBB disse ontem que se recusa a comentar o documento, por se tratar de um papel "reservado e que não deveria ter sido vazado à imprensa".

A reunião de que trata a ata não discutia os balanços da reforma agrária e sim a possibilidade do "assentamento" de famílias por etapas (em dois anos, como fez o governo). A CNBB não participou da realização dos balanços. Ao final da ata está registrado que a entidade "considerou encerrada a mediação da CNBB neste ciclo de negociações".

Além da CNBB, atuaram na mediação entre os movimentos e o governo a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Conic (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs). O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) participaram das negociações.

No final da tarde, a assessoria do ministério enviou um fax ao jornal, mencionando o endereço na internet onde estaria acessível a ata. A CNBB esclareceu que nesse endereço constava (está fora do ar) apenas uma nota que resumiu a reunião, e não a íntegra da ata.

Comissão visita assentamento que pode ser fantasma

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma comissão de deputados federais do PT visitará hoje um suposto assentamento fantasma localizado em Planaltina (DF), próximo a Brasília.

A decisão foi tomada após a bancada ter se reunido ontem com a direção nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que apresentou um relatório com dados sobre assentamentos fantasmas.

"Nessa fazenda [em Planaltina], deveriam estar assentadas 280 famílias, pelo menos se considerarmos os números divulgados pelo governo", disse João Paulo Rodrigues, que integra a direção nacional do MST.

No entanto, segundo ele, a área está totalmente vazia. "É um dos inúmeros assentamentos fictícios existentes" disse Rodrigues.

Segundo a assessoria de imprensa da liderança do PT da Câmara dos Deputados, o objetivo da visita é constatar o problema.

Editoria de Arte/Folha Imagem

ENTENDA O CASO DOS ASSENTAMENTOS

Propaganda
O governo tem inflado seus balanços da reforma agrária contabilizando assentamentos que não saíram do papel, terrenos vazios e áreas onde não há infra-estrutura básica

Números inflados
O balanço dos "assentados" em 2001 foi inflado com o cadastro de 12 mil famílias que só seriam atendidas a partir deste ano

Teoria
O ministro José Aarão reconheceu que uma família sem acesso a água, luz, rede de esgoto e crédito para construção de casa não pode ser considerada assentada

Prática
O secretário-executivo do ministério, Orlando Muniz, disse que pode "assentar" uma família sem que haja nenhum investimento na área

Novos balanços
Aarão anunciou que vai alterar a divulgação dos balanços, passando a especificar o número de famílias em cada etapa de assentamento

Inflação
O ex-ministro Raul Jungmann reconheceu que a pasta contabiliza "assentados" em um ano, mas só garante a eles créditos, casas e infra-estrutura nos anos seguintes, contrariando manual do Incra

Contradições

1 Jungmann disse que desconsiderava o manual quando concluiu seus balanços anuais e que não é obrigado a divulgar os balanços detalhados da reforma agrária

2 O ex-ministro não soube explicar declaração de Orlando Muniz de que há um "banco de dados paralelo" com 51 mil famílias para "atender movimentos sociais". O assentamento dessas famílias, segundo Muniz, está

"em andamento", apesar de o total já aparecer na conta de "600 mil" famílias assentadas no período 1995-2002

3 Ao afirmar que as 18.972 famílias que constam na nota de rodapé de um dos gráficos do relatório de 2001 justificam o total de "assentados", o ex-ministro assume que inflou seu balanço com trabalhadores rurais sem crédito, infra-estrutura e titulação

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Nota sobre a 3ª reunião de negociação Governo/MST, sob mediação da CNBB

Na 3ª reunião de negociação entre representantes do Governo Federal e do MST e de outros movimentos agrários, realizada na sede da CNBB em 20 de julho, obteve-se os seguintes resultados:

5. Com referência aos pontos pendentes citados no item 3 acima, logrou-se alcançar, depois de extensa negociação, consenso mínimo nos seguintes termos:

a. O Governo comprometeu-se a assentar no ano 2000, mediante o instrumento de desapropriação por interesse social, 85 000 famílias, sendo que 45 000 correspondem à meta inicialmente programada para o corrente ano, 15 000 são remanescentes de desapropriações realizadas em 1999, e mais 25 000 que seriam acrescidas à meta de 2000. Essas últimas 40 000 famílias, por limitações orçamentárias, somente receberiam créditos de instalação e à produção em 2001.

Em reunião em 2000 na sede da CNBB, governo admite que 40 mil famílias a serem "assentadas" naquele ano somente receberiam créditos em 2001, o que contraria manual do Incra e comprova a "inflação" dos números

IGREJA Entidade quer que negociações acabem
CNBB quer 6 milhões no plebiscito da Alca

30-8-02
4

DA AGÊNCIA FOLHA

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ao lado de movimentos sociais e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), anunciou ontem os planos da oitava edição do Grito dos Excluídos e, principalmente, do plebiscito sobre a Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

A intenção dos movimentos, entre eles o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), é criar um clima de comoção nacional para que o próximo presidente abandone as negociações

para a implementação da Alca.

Ontem, na sede paulista da CNBB, aconteceu o lançamento da programação dos eventos. O plebiscito será de 1º a 7 de setembro, em todo o país.

Segundo os organizadores, a intenção é que pelo menos 6 milhões de pessoas participem da votação, por meio de 55 mil urnas espalhadas em todo o país.

O Grito dos Excluídos acontecerá nas capitais dos Estados em Sete de Setembro. A maior concentração será em Aparecida (SP), onde são aguardadas 100 mil pessoas. (EDUARDO SCOLESSE)

IGREJA Entidade vai divulgar resultado de plebiscito; MST participará de marcha

CNBB comanda protesto contra a Alca em Brasília

17-9-04 X

CURSOR DE BRASÍLIA

Editoria de Arte/Folha Imagem

Cerca de 5.000 pessoas estão esperadas hoje na manifestação em Brasília que protestará contra a Alca — Área de Livre Comércio das Américas —, organizada pelas entidades que realizaram o plebiscito sobre a adesão do bloco econômico liderado pelos Estados Unidos.

A organização da marcha conta com a participação de representantes dos comitês do plebiscito e trabalhadores sem terra acampados próximos de Brasília.

Seguindo a assessoria do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), na madrugada de ontem, cerca de 700 sem-terra iniciaram a marcha pela cidade agrária e contra a Alca. Os manifestantes são do noroeste de Minas Gerais e do Distrito Federal.

A marcha saiu do acampamento em Piripau, no município de Goiás (GO). No percurso até Brasília, que tem 54 quilômetros, os manifestantes estão fazendo uma vigília em homenagem contra a Alca. Os

sem-terra devem chegar a Brasília hoje por volta de 13h e se juntar à manifestação, marcada para as 14h30, em frente à Catedral.

Os manifestantes seguirão numa caminhada pela Esplanada dos Ministérios para entregar o resultado do plebiscito — que será divulgado pela manhã — aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O plebiscito — realizado de 1º a 7 de setembro — foi organizado por 40 entidades da sociedade civil e partidos políticos, sob a coordenação da CNBB, e tinha três perguntas:

1) O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?

2) O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?

3) O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território — a Base de Alcântara — para o controle militar dos Estados Unidos?

Para amanhã está marcada uma reunião dos comitês organizadores para avaliar o resultado do plebiscito e definir novas ações contra a Alca.

A ALCA

O que é

A Alca (Área de Livre Comércio das Américas) é uma proposta de integração comercial que, se concluída, abrangerá todos os países das Américas, à exceção de Cuba

O que propõe

Os países-membros da Alca terão, entre si, preferências tarifárias. O objetivo é que as tarifas para o comércio intrabloco sejam reduzidas até que fiquem zeradas

Cronograma

Está programada para ser implementada em 2006

US\$ 11,455 tri é o PIB total da Alca

77,7% desse total são detidos pelos EUA

34 países compõem o bloco

783 mil são os habitantes da região

Conflito de interesses entre Brasil e EUA

Estados Unidos Querem a implantação da Alca o mais rápido possível

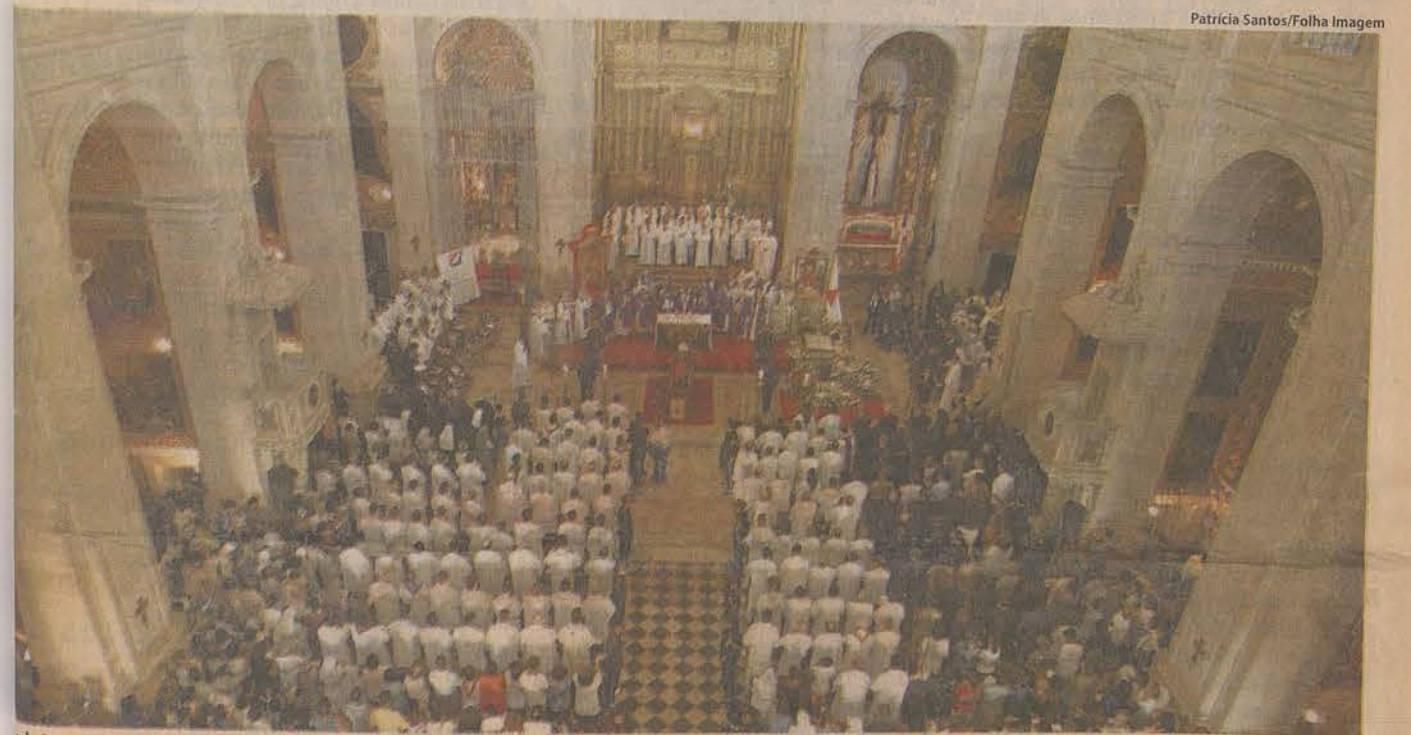
Se interessam pelo acesso aos mercados consumidores — como o Brasil

Querem fortalecer sua influência política e social nas Américas — principalmente diante de Brasil e Argentina

Brasil O país teme a criação apressada da Alca, pois muitos setores não estão preparados para concorrer com tarifas de importação zeradas

Sua prioridade é fortalecer o Mercosul para, então, negociar outros acordos

Busca estabelecer outras formas de integração, como uma zona de livre comércio com a União Européia



Patricia Santos/Folha Imagem

celebrada na Catedral Basílica de Salvador, durante o velório do cardeal d. Lucas, ontem, morto há nove dias, em Roma

Velório de dom Lucas atrai 15 mil

LUIZ FRANCISCO

DA AGENCIA FOLHA, EM SALVADOR

O corpo do cardeal d. Lucas Moreira Neves, 76, foi enterrado no início da noite de ontem, na Catedral Basílica de Salvador (no centro histórico), nove dias após sua morte, na clínica Pio 11, em Roma.

Entre as 19h de anteontem e 17h30 de ontem — quando o caixão com o corpo do cardeal percorreu as ruas do centro histórico, antes de ser enterrado —, cerca de 15 mil pessoas participaram do velório do ex-presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), de acordo com a Arquidiocese de Salvador.

O caixão entrou na Catedral Basílica ao som do "Hino do Senhor do Bonfim" e, às 18h, desceu à sepultura. A última missa de corpo presente em homenagem ao arcebispo — que por 11 anos (1987-98) ficou à frente da primeira arqui-

diocese brasileira — reuniu cerca de 400 religiosos, entre os quais os cardeais d. Cláudio Hummes, d. Eugênio Sales, d. Aloísio Lorscheider, d. José Freire Falcão, d. Serafim Fernandes e d. Geraldo Majella Agnelo.

Na homília, d. Geraldo Majella, seu sucessor em Salvador, disse que d. Lucas dedicou a sua vida aos mais pobres e à fraternidade. "Perdemos um grande homem. Deus ganhou um grande fiel."

Homenagem

Durante todo o dia de ontem — quando o cardeal completaria 77 anos — d. Lucas Moreira Neves recebeu homenagens de padres estrangeiros e de irmandades religiosas da Bahia. Não houve presença de autoridades federais.

Integrante da ala conservadora da Igreja Católica, d. Lucas Moreira Neves foi um dos mais próximos colaboradores do papa João

Paulo 2º. Nos últimos dois anos, o seu nome foi cotado como um dos prováveis sucessores do papa.

D. Lucas foi enterrado nas imediações do altar principal do templo, ao lado do túmulo do cardeal d. Avellar Brandão Vilela. A cerimônia foi restrita à família do cardeal e às autoridades.

O corpo de d. Lucas chegou a Salvador no sábado à noite. Em cima de um carro do Corpo de Bombeiros, foi transportado para a Catedral Basílica. Na madrugada de anteontem, o corpo foi transportado para São João del Rey (MG), sua cidade natal.

Somente anteontem à noite é que, finalmente, o caixão lacrado em Roma chegou definitivamente a Salvador. Novamente, em cima de um carro do Corpo de Bombeiros, o corpo foi levado para a igreja. Até as 2h de ontem, foram realizadas quatro missas em homenagem ao cardeal.

Às 6h de ontem, a igreja foi novamente reaberta, e as missas começaram. Durante a manhã, cerca de 4.000 pessoas, segundo o movimento maior aconteceu partir das 14h. Para que os fiéis pudessem acompanhar a missa, a Arquidiocese de Salvador instalou um telão no Terreiro de Jesus.

As solenidades de despedida foram acompanhadas pelo governador Otto Alencar (PL), pelo governador Paulo Souto (PFL) e pelo ex-presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães (PF). ACM foi ao velório após acompanhar o aniversário da mãe de Catano Veloso, dona Canô, em São Tomé da Purificação — o qual seria aniversário de d. Lucas e o ex-senador geralmente não comparecia a homenagens ao religioso por uma antiga rivalidade, segundo o jornalista Fernando Morais, biógrafo do político.

IGREJA Conferência completa 50 anos CNBB defende atuação distante da política

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

17.10.07
O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Jayme Henrique Chemello, disse ontem que a religião deve manter uma distância crítica em relação à política.

A afirmação foi feita durante a programação de celebração dos 50 anos da CNBB, quando foi

questionado sobre o aumento de representantes de igrejas evangélicas no Congresso. "As pessoas não devem ser forçadas a votar nesse ou naquele [candidato] em nome da religião", afirmou.

Sobre os oito anos de governo FHC, disse que ainda há muitas falhas e apontou a reforma agrária, a educação e a demarcação de terras indígenas como as maiores.

FOLHA DE S. PAULO

14.10.02
LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

CNBB (1952- 2002)

A CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil foi fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro. Teve como primeiro presidente o cardeal dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e como secretário-geral dom Hélder Pessoa Câmara, que, incansavelmente, se empenhou com o apoio do monsenhor Giovanni Batista Montini, futuro Papa Paulo 6º, para promover a unidade e a colaboração entre os bispos e a aprovação da CNBB.

Cinquenta anos depois, na mesma data (14/10), reuniu-se a CNBB para celebrar na Catedral de Brasília o hino de louvor a Deus pelo seu jubileu áureo. Compareceram os senhores presidente e vice-presidente da República e várias autoridades. Já em abril desse ano, durante a Assembléia Geral, os membros da CNBB foram em peregrinação agradecer a Deus, no santuário de Nossa Senhora Aparecida, os inúmeros benefícios recebidos ao longo de sua história.

Lembramos as palavras do Papa João Paulo 2º ao saudar, em Fortaleza, em 1980, o episcopado brasileiro: "Queridos irmãos, formais hoje o corpo episcopal mais numeroso do mundo. Tendes uma responsabilidade perante a Igreja inteira que vai além das próprias fronteiras. Não posso esquecer o caráter pioneiro desta Conferência". E acrescentava: "A melhor pregação, o serviço mais frutuoso que podem prestar será a demonstração veraz e visível da comunhão entre seus membros".

De fato, podemos hoje constatar que a força e a credibilidade da CNBB estão na fidelidade ao Evangelho, na profunda comunhão entre os bispos e com o sucessor de Pedro e na solicitude pelo povo. Os cinco decênios da atuação da CNBB são uma história de amor à Igreja e ao povo e revelam características que merecem particular atenção:

a) a busca de formas concretas de união entre os bispos, como a pastoral de conjunto e na inserção da Igreja na caminhada do povo brasileiro. O período difícil dos anos 64 e seguintes manifestou a seriedade e a coragem da missão profética e do compromisso da CNBB na defesa da vida, da dignidade e da liberdade dos filhos e das filhas de Deus;

b) o trabalho de evangelização renovando a catequese, a liturgia, a formação e a participação do clero, da vida consagrada, dos leigos e leigas, das comunidades eclesiais de base e dos movimentos em sintonia com as orientações do Concílio Vaticano 2º e das Conferências Episcopais Latino-Americanas;

c) o crescimento da consciência missionária e da ajuda intereclesial;

d) o empenho sincero no diálogo ecumênico e inter-religioso;

e) o desenvolvimento da Pastoral Social, a iniciativa anual da Campanha da Fraternidade e as muitas realizações em união com outras igrejas e instituições no processo da democratização, na promoção da vida e da justiça, na defesa dos direitos humanos, especialmente entre as populações indígenas, no apoio às justas iniciativas populares, convergindo, neste ano jubilar, para o "Mutirão Nacional em Superação da Miséria e da Fome".

Ante os desafios do momento atual, a CNBB há de renovar sempre mais a confiança em Deus e a fidelidade ao pastoreio recebido de Jesus Cristo, na íntima cooperação entre as várias vocações e carismas na Igreja.

É o momento de elevar a Deus a gratidão pelos bispos, assessores, membros das comunidades que muitas vezes permanecem no escondimento, mas cujas vidas de virtude e dedicação ajudaram a suprir as falhas humanas e atraíram as bênçãos de Deus e a proteção materna de Maria sobre os cinquenta anos de serviço eclesial da CNBB.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

RELIGIÃO À véspera de completar 75 anos, bispo, que sofreu ameaças de

D. Ivo vê 'tempos difíceis'

MARCELO BERABA
DIRETOR DA SUCCURSAL DO RIO

domingo, 24 de novembro de 2002 ESPECIAL A 7

Era o início da década de 70. Os militares, no governo desde 1964, esmagavam qualquer tentativa de organização oposicionista e a Igreja Católica era uma das poucas vozes resistentes.

No Palácio do Planalto, frente a frente, dois notáveis se enfrentam, ambos gaúchos. De um lado, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), expoente da linha dura do Exército. Do outro, o bispo progressista José Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Médici o repreende pelas críticas feitas ao regime com uma ameaça infeliz: se a igreja não se moderar, os militares se sentirão à vontade para dar aula de religião. D. Ivo responde no mesmo tom: "Nós não criticamos vocês por aspectos técnicos, mas por aspectos éticos. Vocês fazem coisas moralmente injustas". Em seguida, incentiva Médici a seguir com o plano: "O senhor tem uma família, tem netos, será uma coisa boa começar a dar catequese". D. Ivo recorda o desfecho da conversa: "Aí acabou, ele não sabia mais o que dizer". E a igreja seguiu com as denúncias de tortura, perseguições políticas, censura prévia e injustiças sociais.

"As duas primeiras promessas dos militares eram até boas. Estavam fazendo uma revolução contra a subversão e a corrupção, coisa que todos nós queríamos. Mas logo depois vieram os exageros e começaram as prisões. Tivemos que ser contra. Qualquer um era chamado de subversivo", diz.

Às vésperas de completar 75 anos de vida (no próximo dia 7) e 50 de sacerdócio (no dia 20), o ex-secretário-geral e ex-presidente da CNBB durante 16 anos (1971 a 1986) embarcou no dia 18 para Roma, onde entrega pessoalmente ao papa João Paulo 2º seu pedido de aposentadoria, uma exigência das leis da igreja.

Médici, vai ao Vaticano para pedir sua aposentadoria
para ação da CNBB

Charles Guerra - 9.nov.2002

Nascido em uma família simples e religiosa (é primo do cardeal Aloísio Lorscheiter, tem um irmão padre, no Japão, e várias primas freiras), criado em uma colônia alemã no Rio Grande do Sul, d. Ivo foi protagonista de um tempo histórico em que a igreja e o governo seguiram sempre sinais inversos.

Último bispo brasileiro nomeado por Paulo 6º ainda com o Concílio Vaticano 2º em andamento, em 1965, ele mal teve tempo de respirar o vento liberalizante que vinha de Roma. A situação interna o colocou à frente da CNBB no período mais obscuro do regime militar.

E quando o Estado brasileiro começou a se distender, Roma, agora com João Paulo 2º, voltou a impor a disciplina que mudaria a face essencialmente progressista da igreja do Brasil dos anos 70.

Passados 30 anos, o que o regime militar não conseguiu pela força, o diabetes impôs sem revide: d. Ivo é hoje um homem lento, com dificuldades para caminhar, e parece cansado.

Quando voltar do Vaticano, no final do mês, ele inicia as comemorações do cinquentenário de sacerdócio. Serão vários dias de festas com a família e com os católicos. Enquanto aguarda a decisão do papa sobre a aposentadoria, permanecerá à frente da diocese de Santa Maria, no coração do Rio Grande do Sul.

Ele recebeu a Folha numa tarde de segunda-feira na residência episcopal, uma casa com a mesma idade do hóspede, úmida e desgastada, a exigir cuidados urgentes. A seguir, os principais trechos da entrevista.

★

Folha - O senhor é ordenado padre em Roma, em 1952, o ano em que d. Hélder Câmara funda a CNBB. O início da década de 50 já apontava para as mudanças que a Igreja Católica iria experimentar a partir de 1962, com o Concílio Vaticano 2º?

D. Ivo - Nós tínhamos a ansiedade de compreender a doutrina social da igreja. Nós, brasileiros, mais ainda, porque era um país emergente e nós não queríamos ficar atrás dos desafios que daqui se irradiavam. O estudo em Roma tinha uma vantagem muito grande. Nós morávamos num grande colégio, o Pio Brasileiro, e conhe-

cíamos melhor o Brasil estando lá do que morando aqui porque por lá passavam grandes personalidades brasileiras, como Alceu Amoroso Lima e d. Hélder Câmara, e havia um ambiente intelectual e de debate. Havia também tensões internas, o que era bom. O mundo não era fechado e nós conhecíamos bastante bem o Brasil.

Folha - Quando surge o Concílio Vaticano 2º (1962), os senhores já estavam preparados.



D. José Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria (RS), que viajou para Roma para entregar pedido de aposentadoria ao papa João Paulo 2º

D. IVO, A IGREJA E OS MILITARES

- 1927 ■ José Ivo Lorscheiter nasce em S. Sebastião do Cai/RS (7/12)
- 52 ■ Padre Hélder Câmara funda a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
■ Lorscheiter é ordenado sacerdote em Roma (20/12)
- 58/63 ■ Pontificado de João 23
- 59 ■ Revolução Cubana
- 62/65 ■ Concílio Vaticano 2º
- 64 ■ Golpe militar no Brasil (mar.)
- 65 ■ Lorscheiter é nomeado bispo por Paulo 6º e participa das últimas sessões do concílio
- 67/69 ■ Presidência do general Artur da Costa e Silva
- 68 ■ O governo militar decreta o AI-5 e fecha do Congresso (dez.)
- 69/74 ■ Presidência do general Emílio Garrastazu Médici. Agravam-se os conflitos entre militares e igreja
- 70 ■ D. Hélder denuncia o regime militar em Paris (mai.).
■ Prisão de d. Aloísio Lorscheider, secretário geral da CNBB (out.)
■ Primeiro encontro da Comissão Bipartite (03/11), que reuniu secretamente militares e bispos e que se estenderia até agosto de 74



Frei Leonardo Boff



Cortejo de Tancredo Neves

- 71-74/75-78 ■ D. Ivo é eleito e reeleito secretário-geral da CNBB. D. Aloísio, seu primo, é o presidente
- 71/78 ■ Censura nos jornais e rádios católicos, como "O São Paulo", e fechamento da rádio Nove de Julho (1973), ambos da diocese de São Paulo. Perseguições a bispos e leigos católicos
- 74/79 ■ Presidência do general Ernesto Geisel
- 77 ■ CNBB lança o documento "Exigências cristãs de uma ordem política" (fev.)
■ Geisel baixa o Pacote de Abril e fecha o Congresso
- 78-82/79-86 ■ D. Ivo é eleito e reeleito presidente da CNBB, e d. Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral
- 79/84 ■ Presidência do general João Figueiredo
- 79 ■ Anistia (ago.)
- 80 ■ Primeira visita do papa João Paulo 2º (julho)
- 85 ■ **Leonardo Boff**, um dos criadores da Teologia da Libertação, é punido pelo Vaticano (abr.).
■ Morre **Tancredo Neves**, eleito em 84, e José Sarney assume a Presidência. Fim do regime militar
- 87 ■ D. Ivo deixa a direção da CNBB

FRASES

As duas primeiras promessas dos militares eram até boas. Estavam fazendo uma revolução contra a subversão e a corrupção, coisa que todos nós queríamos. Mas logo depois vieram os exageros e começaram as prisões. Tivemos que ser contra. Qualquer um era chamado de subversivo

Eu sempre digo para os dirigentes atuais da CNBB: aqueles [tempo da ditadura] foram tempos mais fáceis do que agora. Por quê?

Ivo - Sim, nós tínhamos nos parado bastante bem, sem sapara onde isso ia, é claro. Reação e fidelidade, isso foi sempre muito presente.

Folha - **E como é recebido o anúncio do Concílio?**

Ivo - Pio 12 era um homem prático. Quando entrou João 23, se que era uma figura diferente, popular, que ia dar um novo rumo para a Igreja. E foi o que fez. Um homem já idoso, de 78 anos, e nós nos perguntávamos: o que será que vai fazer? Pensávamos que, depois de Pio 12, tinha que ser um papa de transição. E, no fim, foi uma transição que sacudiu a igreja.

Folha - **O senhor se forma num ambiente de expectativas de mudanças, mas vai trabalhar como apoio auxiliar de uma das lideranças mais tradicionalistas daquele momento, o cardeal d. Vicente Forster. Os senhores nunca entram em conflito?**

Ivo - Ele dizia, você é novo, nós não vamos pensar sempre do mesmo jeito, mas você vai ter aqui a liberdade de ação. E recomendava: "Você só cuida de não meter demais em políticas partidárias, isso não é da igreja".

Um dia ele me pediu para que assinasse em Porto Alegre e me disse: "Olha, eu acho que você deveria moderar um pouco as suas críticas ao governo militar. Não estou de acordo com os exageros dos militares], mas por que vamos criticar?" Aí eu disse: "Olha, senhor arcebispo, eu estou lá porque os bispos me elegeram. Eu não posso ficar muito trancado". Ele me disse: "É que eles se incomodam". Se incomodam, mas o que eu vou fazer?

Um dia nos encontramos em Brasília e ele me disse: "Eu tenho de visitar o presidente Médici, vou me acompanhar?" O presidente era gaúcho, nós só tínhamos a ganhar dando uma palavrinha de saudação. E fomos. O Médici era um homem difícil e não sabia conversar, coitado. Uma hora o Médici disse: "Escuta, me dá licença, já que o senhor trouxe o Ivo, secretário da CNBB, eu vou fazer agora uma reclamação". E se dirigiu para mim: "D. Ivo, eu vou pedir a vocês da CNBB que moderem as críticas ao governo. Porque se vocês não moderarem, nós vamos ter de mudar de posição. Você, presidente, vou começar a dar catequese até que vocês mudem de posição e nos deixem fazer a nossa parte".

Aí eu disse para d. Vicente: "O senhor me dá licença, já que ele está falando para mim eu vou dar a minha resposta. Senhor presidente, nós não vamos mudar a nossa posição. Nós não criticamos vocês por aspectos técnicos, mas por aspectos éticos. Vocês fazem coisas moralmente injustas. Agora, se por isso o senhor começar a dar catequese, nós vamos ficar muito contentes, porque este não é um trabalho só dos bispos, é dos leigos. O senhor tem uma família, tem netos, será uma coisa boa começar a dar catequese. Nós não vamos ficar bravos, vamos até lhe aplaudir". Aí acabou, ele não sabia mais o que dizer.

Folha - **Aqueles foram períodos mais difíceis?**

Ivo - Eu sempre digo para os dirigentes atuais da CNBB: aqueles foram tempos mais fáceis do que agora. Por quê? Porque estavam claros os exageros da ditadura e nós sabíamos que com aquilo não podíamos compactuar. E hoje? Todo mundo fala de democracia, de direitos humanos, mas o povo entende menos o que exigir da CNBB.

Folha - **A partir de 70, quando a relação entre o regime e a Igreja chegou a um ponto de ruptura, bispos e militares do governo se reunem secretamente para dialogar. Foi o período da Comissão Bipartite. Muita gente na igreja achava que aqueles encontros eram inúteis, porque o regime continuava a perseguir a oposição. O senhor**

também tinha esta avaliação?

Ivo - Poderia ficar decepcionado quem achasse que nós íamos converter um aos outros, mas nós não queríamos isso. Nós não pretendíamos converter os militares nem eles pretendiam nos converter. Mas as reuniões eram úteis porque ali se traziam casos concretos, pedidos de mudanças em casos práticos, informações. Foi bom.

Havia sempre uma certa tensão, mas o clima sempre foi muito cordial. Eu tinha aprendido uma frase com um bispo metodista do Brasil: um ministro do evangelho não pede licença nem desculpas nem tem medo. Não pede licença ao governo nem pede desculpas, se o governo não gostar. E nem pode ter medo.

Nós sabíamos que, à luz do Concílio, nós tínhamos que ter coragem profética, ou seja: não calar quando deve ser falado, não deixar de tomar iniciativas quando elas devem ser tomadas.

Folha - **O senhor alguma vez sentiu falta de apoio do papa?**

D. Ivo - Nunca. João Paulo 2º era ainda novo, forte, e nos recebeu sempre que precisamos.

Folha - **Qual o balanço que o senhor faz do regime militar?**

D. Ivo - As duas primeiras promessas dos militares eram até boas. Estavam fazendo uma revolução contra a subversão e a corrupção, coisa que todos nós que

ríamos. Mas logo depois vieram os exageros e começaram as prisões. Tivemos que ser contra. Qualquer um era chamado de subversivo.

Folha - **O senhor acha que o papa, por causa do seu estado de saúde, deveria se aposentar?**

D. Ivo - Ele já disse que não se sente no direito de se aposentar. A cabeça dele está boa. É impressionante a carga de trabalho diário que ele assume. Acho até um exemplo de como uma pessoa idosa pode significar muito na situação atual do mundo e da Igreja. Ele é muito presente ainda.

Folha - **O que ficou do período de renovação da igreja do Brasil, como Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base (Cebs)?**

D. Ivo - A Teologia da Libertação não morreu. O que houve foi um reajustamento. A Teologia da Libertação não podia ser só no sentido econômico e político. Assim, acho que ela amadureceu.

As Cebs também. Foi um aparecimento importante. Aí também se avançou no sentido de ver que as comunidades de base deveriam ser comunidades integrais, que abrangiam também aspectos morais, litúrgicos, e não só político ou partidário. São fenômenos novos que exigiam ajustamentos.

Folha - **O senhor acha que o problema da corrupção melhorou ou piorou no Brasil?**

D. Ivo - Acho que ainda estamos muito corruptos. Um país de tanta riqueza, como chega uma hora que não tem mais dinheiro? Uma tristeza.

Folha - **O senhor está de acordo de o combate à fome ser a prioridade de zero do próximo governo?**

D. Ivo - Fome é também uma consequência da falta de uma boa política de produção, de distribuição e das injustiças sociais. Nós lançamos no ano passado, pela CNBB, um grande mutirão nacional para a superação da miséria e da fome. Com fome ninguém vale nada, não tem perspectiva de vida. Mas tem de olhar todo o conjunto.

Folha - **Como o senhor vê a questão dos evangélicos?**

D. Ivo - Eu quero ter sempre o espírito ecumênico. Agora, ter bandadas por religião, eu não sou a favor. A Igreja Católica já teve, em décadas passadas, a Liga Eleitoral Católica [criada em 1933] e a experiência não foi boa.

Folha - **O que o senhor acha da política do governo Bush de combate ao terrorismo?**

D. Ivo - Aquilo é um erro dele insuportável. Achar que ele é polícia do mundo, não pode ser. Ninguém quer o terrorismo, mas o método que está aí, a guerra, meu Deus! E no fim, o homem que queriam pegar não pegaram. E agora é o Saddam Hussein. O que é isso? Está tudo errado.

Porque estavam ciuros os exageros da ditadura e nós sabíamos que com aquilo não podíamos compactuar. E hoje? Todo mundo fala de democracia, de direitos humanos, mas o povo entende menos o que exigir da CNBB

A Teologia da Libertação não morreu. O que houve foi um reajustamento. A Teologia da Libertação não podia ser só no sentido econômico e político. Assim, acho que ela amadureceu

Acho que ainda estamos muito corruptos. Um país de tanta riqueza, como chega uma hora que não tem mais dinheiro? Uma tristeza

D. JOSÉ IVO LORSCHTEITER
bispo de Santa Maria (RS)

St
Gmasu

CEEDIM

Bibliothek
Institut für Brasilienkunde
METTINGEN

5315



Institut für Brasilienkunde